

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA

ANTONIO CESAR DA SILVA

**A TRANSMUTAÇÃO DE SINAIS DE PONTUAÇÃO EM MARCAS DISCURSIVAS:
O ENCAPSULAMENTO DE ATOS DE LINGUAGEM EM TEXTOS
JORNALÍSTICOS**

MACEIÓ
2021

ANTONIO CESAR DA SILVA

**A TRANSMUTAÇÃO DE SINAIS DE PONTUAÇÃO EM MARCAS DISCURSIVAS:
O ENCAPSULAMENTO DE ATOS DE LINGUAGEM EM TEXTOS
JORNALÍSTICOS**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL) como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Linguística.

Orientadora: Professora Dra. Maria Inez Matoso Silveira

Maceió
2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S586d Silva, Antonio Cesar da.
A transmutação de sinais de pontuação em marcas discursivas : o encapsulamento de atos de linguagem em textos jornalísticos / Antonio Cesar da Silva. – 2021.
322 f. : il. color.

Orientadora: Maria Inez Matoso Silveira.
Tese (doutorado em Linguística e Literatura) – Universidade Federal de Alagoas.
Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura. Maceió, 2021.

Bibliografia. f. 284-289.
Anexos: f. 290-322.

1. Pontuação. 2. Transmutação (Linguística). 3. Discursividade. 4. Encapsulamento (Linguística). I. Título.

CDU: 81'1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA



TERMO DE APROVAÇÃO

ANTÔNIO CESAR DA SILVA

Título do trabalho: "A TRANSMUTAÇÃO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO EM MARCAS DISCURSIVAS: O ENCAPSULAMENTO DE ATOS DE LINGUAGEM EM TEXTOS JORNALÍSTICOS"

Tese aprovada como requisito para obtenção do grau de DOUTOR em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Prof. Dra. Maria Inez Matoso Silveira (PPGLL/Ufal)

Examinadores:

Prof. Dr. Almir Almeida de Oliveira (UNEAL)

Prof. Dr. Valfrido da Silva Nunes (IFPE)

Prof. Dra. Sônia Cristina Simões Felipeto (PPGLL/Ufal)

Prof. Dr. Eduardo Calil de Oliveira (PPGLL/Ufal)

Maceió, 29 de abril de 2021.

Campus A.C. Simões - Av. Lourival Melo Mota, s/n - Tabuleiro do Martins - CEP: 57072-900
Maceió/AL - Tel.(82) 3214-1640 / 3214-1463 / 3214-1707 E-mail: ppgll.lettras@gmail.com

Aos meus pais,
Domingos Bezerra da Silva e Maria Cícera da Silva, para quem a expressão escrita
sempre foi uma incógnita; mas a escola dos filhos, uma obrigação
inquestionável.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é antes de tudo reconhecer a importância e a essencialidade de alguém; neste caso, *Deo gratias* (dou graças a Deus) é a primeira expressão que me vem à cabeça, porque *nihil sine Deo* (nada sou sem Deus).

Assim também, reconheço a importância e agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL) e aos professores que o constituem. De modo especial, agradeço e reconheço a importância da professora Dra. Maria Inez Matoso Silveira, minha orientadora, que, desde o primeiro momento, acreditou na proposta de pesquisa que agora se apresenta em forma de tese de doutoramento. Não posso deixar de reconhecer a importância da CAPS, embora não tenha sido aluno bolsista, esse é um órgão essencial para a manutenção de programas de pós-graduação com a qualidade do que temos na Faculdade de Letras / UFAL.

Quero deixar registrado aqui também um agradecimento a todos os professores que estiveram presentes ao longo de minha caminhada acadêmica. Neste caso, um agradecimento especial àqueles que foram meus orientadores em trabalhos de pesquisa: professora Livre Docente Renira Lisboa de Moura Lima (graduação), professor Dr. Aldir Santos de Paula (especialização), professora Dra. Januacele Francisca da Costa (mestrado).

Um agradecimento e o reconhecimento cheio de afeto aos meus familiares que, nos últimos anos, precisaram conviver com minhas ausências em função do trabalho demandado por esta pesquisa. Meu muito obrigado à minha esposa Érica Thereza Farias Abreu cuja presença suavizou os dias difíceis de incerteza.

Meu reconhecimento e agradecimento aos professores da banca de qualificação e de defesa desta tese, professores Dr. Eduardo Calil, Dra. Sônia Cristina Simões Felipeto, Dr. Valfrido da Silva Nunes e Dr. Almir Almeida de Oliveira que muito contribuíram para o amadurecimento das ideias propostas na investigação e para consolidação da tese defendida aqui.

*A pontuação é o lugar privilegiado de uma reflexão sobre a
alienação da linguagem [...] sobre o caráter ideográfico de
qualquer escrita.*

Nina Catach

RESUMO

Neste trabalho, investiga-se a natureza enunciativo-discursiva que alguns recursos de pontuação assumem em circunstâncias especiais de uso. Os pressupostos assumidos e as hipóteses levantadas indicam que certos sinais de pontuação *transmutam-se em marcas de pontuação discursivas*, pois, deixam de exercer qualquer função sintática e/ou ortográfica, passando a assinalar a presença de *atos de linguagem encapsulados* pelo ato de pontuar. A compreensão da natureza e das funções enunciativas dos recursos de pontuação está fundamentada nos trabalhos de Catach (1980 e 1994), Anis (1988), Junkes (2002), Dahlet (2006) e Serça (2012). Assim sendo, neste trabalho, a tese assumida e as hipóteses perscrutadas possibilitam a abordagem de aspectos essencialmente discursivos associados aos enunciativos na aplicação de alguns recursos de pontuação. A busca por respaldos teóricos que fundamentasse essas propriedades discursivas — evidentes nas ocorrências do fenômeno estudado — trouxe para a pesquisa os pressupostos teóricos da pragmática de Searle (1995) e as concepções de ato de linguagem de Charaudeau (2014). Por necessidades metodológicas e estratégias de pesquisa, restringiram-se a quatro tipos as marcas de pontuação discursivas a serem analisadas: *aspas*, *parênteses*, *travessões* e *colchetes*. As ocorrências dos fenômenos envolvendo esses aspectos estão organizadas num *corpus* formado por textos recolhidos em portais *on line* de jornais e revistas. Como decorrência dos levantamentos e das pré-análises das ocorrências encontradas, entendeu-se como suficiente e eficiente uma *abordagem qualitativa* da proposta de pesquisa, que dispensa, segundo Triviños (2019), a quantificação de dados. A adoção dessa postura qualitativa está ancorada, por sua vez, na *Teoria fundamentada em dados* (Grounded theory, em inglês), referenciada em autores como Tarozzi (2011), Willig (2013) e Paiva (2019). As estratégias metodológicas encontram respaldo também nas propostas de *Análise de conteúdo* de Bardin (2011), para quem a consideração dos suportes de transmissão da mensagem garante os aspectos epistemológicos da pesquisa qualitativamente desenvolvida. Os resultados das análises revelam a presença de atos de linguagem encapsulados por essas marcas de pontuação discursivas, que são, por sua vez, capazes de indicar a presença de intencionalidade discursiva a partir do ato de pontuar. Nesse sentido, esses recursos apresentam-se como um verdadeiro subsistema do código ortográfico, efetivamente, promovedores dos sentidos gerais dos enunciados em que são empregados.

Palavras-chave: Marca de Pontuação; Transmutação, Discursividade; Encapsulamento

ABSTRACT

This work investigates the enunciative-discursive nature that some punctuation resources take on in special circumstances. The assumptions and hypotheses made indicate that some punctuation signs transmutate in discursive punctuation marks, because they don't play syntactic and/or orthographic roles, starting to sign the presence of encapsulated language acts by the act of punctuating. The comprehension of nature and of enunciative functions of the resources of punctuation is grounded by the works of Catach (1980 e 1994), Anis (1988), Junkes (2002), Dahlet (2006) e Serça (2012). Nonetheless, in the works, the adopted thesis, e the examined hypothesis make possible the approach of essentially discursive aspects associated with the enunciatives on the application of some punctuation resources. The search for the theoretical basement that grounds these discursive properties - evident in the occurrences of the studied phenomenon -brought to the research the theoretic assumptions of Searle's pragmatic (1995) and Charaudeau's conceptions of the act of language (2014). By methodological needs and research strategies, the discursive punctuation marks studied were restrained to four types: quotation marks, parenthesis, em dashes and square brackets. The occurrence of the phenomena involving those aspects are organized in a corpus, composed by texts taken out of online portals and magazines. As a consequence of the surveys and the pre-analysis of the found occurrences, an qualitative approach of the research's proposal was enough and efficient, that deems unnecessary, according to Triviños (2019), data quantification. The adoption of this qualitative posture is based on the Grounded theory, referenced by authors like Tarozzi (2011), Willig (2013) e Paiva (2019). The methodological strategies also find grounding in the proposals of Bardin's Content Analysis (2011), to whom the consideration of the basis of messages' transmission ensures the epistemological aspects of a research qualitatively developed. The results reveal the presence of language acts encapsulated by these marks of discursive punctuation, that are, in their turn, capable of indicating the presence of discursive intentionality from the act of punctuating. In that sense, these resources present themselves as a true subsystem of orthographic code, effectively promoters of the general meaning of the enunciates they are applied to.

Key Words: Punctuation marks; Transmutation; Discursivity; Encapsulation

RESUMEN

En este trabajo, se investiga la naturaleza enunciativo-discursiva que algunos recursos de puntuación asumen en circunstancias especiales de uso. Los presupuestos asumidos y las hipótesis levantadas indican que algunas señales de puntuación se *transmutan en marcas de puntuación discursivas*, pues, dejando de ejercer cualquiera función sintáctica y/o ortográfica, pasan a señalar la presencia de *actos de lenguaje encapsulados* por el acto de puntuar. La comprensión de la naturaleza y de las funciones enunciativas de los recursos de puntuación están fundamentadas en los trabajos de Catach (1980 y 1994), Anis (1988), Junkes (2002), Dahlet (2006) y Serça (2012). De esta manera, en este trabajo, la tesis asumida y las hipótesis investigadas posibilitan el abordaje de aspectos esencialmente discursivos asociados a los enunciativos en la aplicación de algunos recursos de puntuación. La búsqueda por respaldos teóricos que fundamentasen esas propiedades discursivas — evidentes en las ocurrencias del fenómeno estudiado — ha traído para la investigación los presupuestos teóricos de la pragmática de Searle (1995) y las concepciones de acto de lenguaje de Charaudeau (2014). Por necesidades metodológicas y estrategias de investigación, se restringieron a cuatro tipos las marcas de puntuación discursivas analizadas: *comillas, paréntesis, guion y corchetes*. Las ocurrencias de los fenómenos envolviendo esos aspectos están organizadas en el *corpus* formado por textos seleccionados en portales *on line* de periódicos y revistas. Como consecuencia de los levantamientos y de las preanálisis de las ocurrencias encontradas, se fue entendido como suficiente y eficiente un *abordaje cualitativo* de la propuesta de investigación, que dispensa, según Triviños (2019), la cuantificación de los datos. La adopción de esa postura cualitativa está ancorada, por su vez, en la Teoría fundamentada en datos (*Grounded theory*), referenciada en autores como Tarozzi (2011), Willig (2013) e Paiva (2019). Las estrategias metodológicas encuentran respaldo también en las propuestas de Análisis de contenido de Bardin (2011), para quien la consideración de los soportes de transmisión del mensaje garantiza los aspectos epistemológicos de la investigación cualitativamente desarrollada. Los resultados del análisis revelan la presencia de actos de lenguaje encapsulados por esas marcas de puntuación discursivas, que son, por su turno, capaces de indicar la presencia de intencionalidad discursiva a partir del acto de puntuar. En ese sentido, esos recursos se presentan como un verdadero subsistema del código ortográfico, efectivamente, promovedores de los sentidos generales de los enunciados en que son empleados.

Palabras-clave: Marca de Puntuación; Transmutación, Discursividad; Encapsulamiento

RÉSUMÉ

Ce travail traite de la nature énonciative-discursive que certaines ressources de ponctuation assument en circonstances particulières d'utilisation. Les hypothèses et les dispositions théoriques indiquent que certains signes de ponctuation sont transmutés en marques de ponctuation discursives, car ils ne remplissent plus aucune fonction syntaxique et/ou orthographique, commençant à indiquer la présence d'actes de langage encapsulés par l'acte de ponctuation. La compréhension de la nature et des fonctions énonciatives des ressources de ponctuation est basée sur les travaux de Catach (1980 et 1994), Anis (1988), Junkes (2002), Dahlet (2006) et Serça (2012). Ainsi, dans ce travail, la thèse assumée et les hypothèses investiguées permettent d'aborder des aspects essentiellement discursifs associés aux énoncés dans l'application de certaines ressources de ponctuation. La recherche d'un support théorique pour soutenir ces propriétés discursives — qui sont évidentes dans les occurrences du phénomène étudié — a apporté à l'investigation les hypothèses théoriques de la pragmatique de Searle (1995) et les conceptions de l'acte de langage de Charaudeau (2014). Pour des raisons méthodologiques et des stratégies de recherche, le travail a limité les marques de ponctuation discursive à quatre types: guillemets, parenthèses, tirets et crochets. Les occurrences de phénomènes impliquant ces aspects sont organisées dans un *corpus* formé par les textes collectés dans les portails *onlines* des journaux et des magazines. À la suite des enquêtes et de l'analyse anticipée des occurrences trouvées, une approche qualitative de la proposition de recherche a été considérée comme suffisante et efficace; selon Triviños (2019), il n'est pas nécessaire de quantification des données. L'adoption de cette posture qualitative est fondée, à son tour, dans la *Grounded Theory*; cette posture est référencée par des auteurs: Tarozzi (2011), Willig (2013) et Paiva (2019). Les stratégies méthodologiques sont également appuyées par les propositions d'Analyse de Contenu de Bardin (2011), pour qui la prise en compte des supports de transmission du message assure les aspects épistémologiques de la recherche qualitativement développées. Les résultats de l'analyse révèlent la présence d'actes de langage encapsulés par les marques de ponctuation discursives, qui sont, à leur tour, capables d'indiquer la présence d'une intentionnalité discursive de l'acte de ponctuation.

Mots-clés: Marque de Ponctuation ; Transmutation ; Discursivité ; Encapsulation

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — A intermediação entre o ato de linguagem e a intencionalidade manifestada.....	p. 145
Figura 2 — Representação da natureza linguística da intencionalidade discursiva e de seus elementos constituintes.....	p.159
Figura 3 — Ilustração dos constituintes da natureza da <i>intencionalidade discursiva</i> numa configuração atômica.....	p. 160
Figura 4 — Espaço de formação da enunciação e de manifestação do discurso.....	p. 164
Figura 5 — Diagrama das Categorias e tipos, usos e funções distintivos dos recursos de pontuação.....	p. 191
Figura 6 — Constituição do código alfanumérico de identificação dos fragmentos selecionados.....	p. 199
Figura 7 — Imagem da medalha Fields.....	p. 228

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 —	Alfabeto fenício e seus derivados.....	p. 46
Quadro 2 —	Evolução da denominação dos pontos Catach (1994, p. 14-15).....	p. 68
Quadro 3 —	Tipos de sinais de pontuação segundo Júlio Ribeiro (1883).....	p. 83
Quadro 4 —	Tipos de sinais de pontuação segundo João Ribeiro (1923).....	p. 84
Quadro 5 —	Tipos de sinais de pontuação segundo Cunha e Cintra (2008).....	p. 86
Quadro 6 —	Tipos de sinais de pontuação segundo Rocha Lima (1992).....	p. 89
Quadro 7 —	Tipos de sinais de pontuação segundo Cegalla (2008).....	p. 93
Quadro 8 —	Sinais de pontuação segundo José C. de Azeredo (2008).....	p. 98
Quadro 9 —	Sinais de pontuação segundo Bechara (2003).....	p. 104
Quadro 10 —	Categorização dos recursos de pontuação segundo Catach (1980).....	p. 118
Quadro 11 —	Hierarquia de força dos sinais de pontuação Catach (1994).....	p.123
Quadro 12 —	Correlação conceitual estabelecida por Searle (1995).....	p. 141
Quadro 13 —	Comparação das propostas de reescritas e desencapsulamento.....	p. 156
Quadro 14 —	Portais e quantidade de textos selecionados.....	p. 195
Quadro 15 —	Tipos de sinais de pontuação e marcas de pontuação.....	p. 197
Quadro 16 —	Atos de linguagem que compõem o fragmento BBC220719-2.....	p. 216
Quadro 17 —	Indicação de uso de aspas em gramáticos contemporâneos.....	p. 219

Quadro 18 —	Compreensão da aplicação de aspas em Júlio Ribeiro (1883) e João Ribeiro (1923).....	p. 220
Quadro 19 —	Movimentos discursivos dos atos de linguagem indicados pelas aspas duplas na expressão “Já sabe”	p. 225

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	p. 12
2. UM PANORAMA HISTÓRICO DA ESCRITA NA PERSPECTIVA DE SEUS RECURSOS EXPRESSIVOS.....	p. 21
2.1. A Escrita como invenção social e evolução cognitiva do ser humano.....	p. 24
2.2. Os sistemas de escritas: evolução de etapas não sucessivas.....	p. 29
2.2.1. Formação e aprimoramento do sistema de escrita alfabética — um processo de transmutação de elementos da fala para recursos da escrita.....	p. 39
2.2.2. Do Alfa ao “Z”: a constituição do “modelo” dos alfabetos contemporâneos.	p. 46
2.3. Escrita, elocução oral e seus constituintes expressivos — a não-substancialidade do <i>continuum</i> fala e escrita.....	p. 53
2.3.1. Sinais de pontuação: uma singularidade da expressão escrita.....	p. 59
2.3.2. A constituição dos sinais de pontuação como um recurso ortográfico e orientador dos processos de leitura.....	p. 63
2.3.3. Tipificação e sistematização dos sinais de pontuação como recurso de escrita no período dos textos impressos.....	p. 71
3. A APLICAÇÃO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO NA TRADIÇÃO GRAMATICAL NORMATIVA BRASILEIRA E PARA ALÉM DELA	p. 76
3.1. As abordagens sobre os sinais de pontuação na tradição gramatical brasileira.....	p. 76
3.2. As diferentes e variadas formas de tipificação dos sinais de pontuação nos manuais gramaticais brasileiros.....	p. 79
3.2.1. Júlio Ribeiro e os sinais de pontuação como <i>aditamentos ortográficos</i>	p. 80
3.2.2. João Ribeiro e os <i>sinais de clareza de manuscrito</i> — função que ultrapassa os limites sintáticos.....	p. 83
3.2.3. Cunha e Cintra: as pausas como princípio de existência dos sinais de pontuação.....	p. 86
3.2.4. Rocha Lima e as pausas dos sinais de pontuação como reflexos da completude ou da incompletude dos segmentos frasais.....	p. 89
3.2.5. Domingos Paschoal Cegalla e a tripartição dos sinais de pontuação — distinções não especificadas.....	p. 92

3.2.6.	José Carlos de Azeredo e as <i>finalidades</i> dos sinais de pontuação.....	p. 97
3.2.7.	Evanildo Bechara e sua visão ampliada das funções dos sinais de pontuação.....	p. 101
3.3.	Sinais de pontuação como recurso de comunicabilidade — para além dos aspectos ortográficos e sintáticos da expressão escrita.....	p. 108
3.3.1.	Nina Catach e os aspectos semânticos nos usos sintáticos dos sinais de pontuação — uma função de segunda ordem.....	p. 113
3.3.2.	A natureza linguística dos sinais de pontuação — entre o sígnico e o ideográfico.....	p. 125
4.	INTENCIONALIDADE DISCURSIVA — DA COMPREENSÃO FILOSÓFICA DA LINGUAGEM À SUA MANIFESTAÇÃO POR MEIO DE RECURSOS EXPRESSIVOS DE ESCRITA.....	p. 131
4.1.	A natureza filosófica da linguagem e os fundamentos linguísticos para o estudo da intencionalidade discursiva.....	p. 132
4.1.1.	John Searle e o <i>estado Intencional</i> na expressão linguística.....	p. 137
4.2.	Intencionalidade Discursiva — entre o universalmente significativo e o circunstancialmente marcado.....	p. 144
4.2.1.	Atos de linguagem e as perspectivas teóricas para uma compreensão da Intencionalidade Discursiva sob a forma de marcas de pontuação.....	p. 146
4.2.2.	Pressupostos pragmáticos para a compreensão da Intencionalidade Discursiva assinalada por marcas de pontuação.....	p. 149
4.2.3.	Intencionalidade Discursiva revelada pelos constituintes do ato de linguagem.....	p. 158
4.3.	A transmutação dos sinais de pontuação em marcas de pontuação discursivas.....	p. 168
4.3.1.	Aspectos da abordagem pragmática na aplicação de marcas de pontuação discursiva — a manifestação do <i>signo pragmático</i>	p. 171
4.3.2.	A força comunicativa das marcas de pontuação discursivas: a implicatura e a pressuposição.....	p. 174

5. METODOLOGIA E COMPOSIÇÃO DO <i>CORPUS</i> DE PESQUISA	p. 182
5.1. Identificação do tipo de pesquisa.....	p. 183
5.2. Constituição e organização do <i>corpus</i> de pesquisa — categorias e especificações dos recursos de pontuação.....	p. 190
5.2.1. Especificidades, delimitações e restrições na seleção dos fragmentos constituidores do <i>corpus</i>	p. 196
5.2.2. Codificação do <i>corpus</i> , critérios para as análises e tipos de ocorrências	p. 199
6. A PESQUISA REALIZADA E A ANÁLISE DAS OCORRÊNCIAS	p. 202
6.1. Aspas como marcas de sobreposição de atos de linguagem	p. 204
6.1.1. Aspas e a obviedade de sua natureza discursiva.....	p. 205
6.1.1.1. A vírgula com função discursiva.....	p. 209
6.1.2. A natureza discursiva das aspas presente nas próprias <i>regras gramaticais</i> de aplicação.....	p. 213
6.1.3. Aspas duplas como marca da presença de “Discurso Direto Inverso”	p. 217
6.1.4. Aspas e o jogo da pressuposição no discurso reportado.....	p. 224
6.1.5. Aspas simples e a superposição no jogo da pressuposição.	p. 230
6.2. Parênteses como marca de pontuação discursiva — a assinalação de diferentes níveis de expressividade textual	p. 235
6.2.1. A sobreposição de atos de linguagem marcada por parênteses — uma decorrência de sua nulidade sintática.....	p. 237
6.2.1.1. A pressuposição da presença de atos de linguagem na aplicação de <i>dois-pontos</i>	p. 244
6.2.2. A pertinência sintática e ortográfica no uso de parênteses — uma função de segunda ordem.....	p. 247
6.3. Travessões como marca de pontuação discursiva — a intercalação no nível da expressividade textual.....	p. 255
6.3.1. Travessões e o encapsulamento de atos de linguagem decorrentes do desengate enunciativo e da descontinuidade sintática.....	p. 256
6.3.2. Travessões inócuos para a continuidade sintática entre o fragmento receptor e a expressão intercalada.....	p. 265

6.4. Colchetes e sua essencialidade discursiva: a assinalação de interpolações.....	p. 271
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 278
REFERÊNCIAS	p. 284
ANEXOS	p. 290

1 INTRODUÇÃO

Ao logo dos últimos vinte anos como professor de Língua Portuguesa da educação básica e, concomitantemente, dos últimos quinze trabalhando com formação de professores, despertou-me¹ o interesse — dentre muitos outros temas —, o estudo dos sinais de pontuação. De modo geral, nas muitas vezes em que senti a necessidade de abordar o assunto em sala de aula (em qualquer uma das realidades) e que recorri aos materiais didáticos, ou aos manuais gramaticais, o que encontrei como referência para algumas indicações de aplicação foram explicações que não pareciam ser suficientes nem como justificativa de sua natureza linguística nem como critério de aplicabilidade.

Em algumas indicações, a insuficiência das explicações e a imprecisão dos critérios manifestavam-se nas abstratas definições do fenômeno que diziam, por exemplo, que a *vírgula* consistia num recurso gráfico usado para marcar uma pausa curta. Outras indicações, ainda, diziam que o *ponto e vírgula* deveria ser utilizado para sinalizar uma pausa maior que a indicada pela vírgula. Explicações tão imprecisas quanto tautológicas; mas sempre buscadas como respaldo “teórico” de um conhecimento reproduzido em situações (sem saída) de sala de aula.

A minha inquietude aumentava quando, nas propostas de conceituação e na apresentação das razões de utilização dos sinais de pontuação, percebia que o “critério-cronômetro²” era colocado de lado e passava-se a tomar como referência aspectos da estrutura sintática do texto. Dessa forma, apresentava-se, de um lado, a abstrata forma de conceber sua natureza linguística e do outro, diametricamente oposto, as inflexíveis prescrições gramaticais. Quando olhava para essa aparente incongruência quanto à natureza linguística de um recurso tão indispensável para a construção dos sentidos textuais na expressão escrita, sentia o imperativo convite para tentar produzir um estudo (uma reflexão sistemática mínima) que pudesse ajudar a mim e aos que se interessassem a refletir sobre essas questões. Pensava também

¹ Nesta introdução do texto-tese, opta-se pela utilização da primeira pessoa do singular como referência pragmática e discursiva ao autor do trabalho. Essa postura textual-gramatical só está adotada nesta parte do trabalho; nos capítulos que o constituem e nas considerações finais, utiliza-se a terceira pessoa do singular como forma de referenciar a pessoa gramatical e a postura discursiva.

² Com essa expressão, faço referência à forma como alguns manuais gramaticais justificam a aplicação dos sinais de pontuação a partir da consideração do tempo de duração da pausa que esses recursos de escrita traduzem durante o processo de leitura.

num estudo que, na medida do possível, pudesse abordar os recursos de pontuação desde a gênese de seu processo formativo às suas funções mais pragmáticas e produtivas na construção dos sentidos textuais.

Todas essas inquietações, provocadas pela percepção de algumas generalizações em relação aos critérios de uso dos recursos de pontuação, conduziram-me, num primeiro estágio, à elaboração de uma proposta de estudo que culminou com um projeto de pesquisa de mestrado (Profletras/UFAL, 2013 — 2016), finalizado com a dissertação: *Estudo dos sinais de pontuação em material didático de língua portuguesa do Ensino Fundamental II: uma análise crítica*. Nesse trabalho, estudei, basicamente, as incongruências existentes entre as formas de conceituação e tipificação desses recursos presentes nos exercícios propostos pelo material didático utilizado em turmas do 6º ao 9º ano de uma escola da rede pública municipal da cidade de Maceió. Por isso, de certa forma e sob certa medida, posso dizer que o trabalho apresentado agora é uma decorrência das lacunas e inquietações que ficaram registradas na pesquisa de mestrado.

Em função dessa preocupação inicial, busco desenvolver aqui uma investigação que possa, em certa medida, tratar de alguns aspectos acerca da origem e da formação do sistema de escrita desde suas manifestações mais rudimentares aos sistemas mais elaborados e abstratamente representados. Essa preocupação inicial justifica-se por conta de alguns pressupostos adotados muito incipientemente, dentre os quais a defesa de que há recursos de pontuação que são de natureza sintática e/ou ortográfica, e outros que são essencialmente enunciativo-discursivos, para os quais, portanto, os aspectos sintáticos e/ou ortográficos são inócuos, ou produzem efeitos de segunda ordem. Desse modo, o tratamento dado aos aspectos interessados mais pela origem e formação do sistema de escrita encontram fundamento em autores como Havelock (1996), Cohen e Peignot (2008), Desbordes (2005), Martins (1996), Fischer (2006 e 2009) entre outros. Na busca por esclarecimentos, julguei necessário fazer referência — ainda que sem grandes aprofundamentos — aos diversos momentos em que o *sistema de pontuação* começou a surgir e a se desenvolver como um recurso necessário para a composição da expressão escrita, o que garantiu a sua inteligibilidade ao ser acessada por qualquer pessoa, em qualquer tempo.

Dessa muito preliminar distinção, somada às observações dos fenômenos envolvendo o problema de pesquisa, defendo que alguns sinais de pontuação

transmutam-se em marcas de pontuação discursivas, manifestando, inclusive, outras propriedades linguísticas, que não estão presentes nos sinais de pontuação de natureza essencialmente sintática e/ou ortográfica. Isso significa dizer que, em certas circunstâncias específicas de uso, enquanto *marcas de pontuação discursivas*, tais recursos deixam de exercer qualquer função sintática e/ou ortográfica, *passando a assinalar e a encapsular a presença de atos de linguagem*, que decorrem de *atos de pontuação*.

Como consequência desse processo de assinalação de encapsulamentos de atos de linguagem através de atos de pontuação, enxergo também a elipse de *conteúdos comunicativos* efetivamente possíveis de serem inferidos a partir da consideração do conteúdo comunicativo explicitado, bem como do que está implicado e pressuposto pela presença das marcas de pontuação discursivas. No entanto, durante a execução da pesquisa, notei que seria necessária uma delimitação do número e dos tipos de recursos de pontuação a serem estudados com essas características e com esse poder comunicativo. A delimitação justifica-se, inclusive, por conta da natureza metodológica adotada, isto é, como a pesquisa é de natureza qualitativa, a realidade demonstrada a partir das ocorrências selecionadas e analisadas é aplicável a casos similares. Em função disso, selecionei ocorrências com quatro marcas de pontuação discursivas específicas: *aspas*, *parênteses*, *travessões* e *colchetes*. Embora fosse possível considerar (*lato sensu*) outros recursos de pontuação e/ou de *layout* como a *barra inclinada (/)*, *negrito*, *itálico* e *sublinhado* etc. A restrição a essas quatro marcas atende à delimitação metodológica e pragmática.

Esclarecidos esses aspectos e considerando os princípios diretores dos objetivos geral e específicos, estabeleci como determinação propositiva a apresentação de algumas questões fundamentais, as quais, talvez, nem fossem todas dirimidas, mas que ajudariam — e ajudaram — no processo de investigação. Eis, pois, algumas dessas questões: Qual a natureza linguística desses recursos de escrita? A partir de que momento do processo de evolução do sistema alfabético de escrita, eles começaram a surgir? Os sinais de pontuação devem ser compreendidos como signos linguísticos? Há diferentes categorias e/ou tipos de sinais de pontuação? Suas funções são as mesmas em qualquer situação de uso? Que usos e funções podem ser distinguidos nos diferentes processos de enunciação? Pode haver sinais essencialmente discursivos? Por que a tradição gramatical nunca tratou desses

aspectos? Ou já os abordou em algum momento e, por alguma razão, eles deixaram de ser referenciados nos manuais gramaticais contemporâneos?

Quanto às respostas para essas questões, como já dito, não é possível garantir que são todas satisfatoriamente encontradas e apresentadas. Para algumas delas, no entanto, ao longo do texto, que aqui apresento, é possível formular algumas respostas; até porque as leituras e pesquisas no âmbito da *linguística textual*, *enunciativa* e *pragmática* apresentaram-me trabalhos que, em certa medida, dão conta de algumas dessas questões.

De modo particular, a pesquisa empreendida aqui perscruta as hipóteses assumidas em vista da tese a ser defendida, para a qual, como já salientado, há recursos de pontuação que são usados para marcar posturas enunciativo-discursivas, sendo os aspectos sintáticos inócuos. Nessa perspectiva, através de uma revisão teórica e de pesquisas em alguns dos principais manuais gramaticais de Língua Portuguesa brasileiros, encontrei referências diretas e indiretas à compreensão de que há, de fato, recursos de pontuação que remetem a aspectos de outra ordem que não a sintática, a ortográfica, menos ainda, a prosódica para justificar a existência de alguns recursos de pontuação. Para atender a todas essas perspectivas, aos pressupostos adotados, às hipóteses perscrutadas e à tese a ser defendida, projetei uma estrutura textual para este trabalho, que o organiza em 5 capítulos (além da Introdução e das Considerações Finais), subdivididos em tópicos e subtópicos.

O capítulo 2 (primeiro posterior à introdução) é destinado à abordagem de questões que envolvem a formação e o desenvolvimento do sistema de escrita, do qual o subsistema de pontuação é considerado parte integrante. Este é um capítulo que procura explicitar os processos pelos quais a formação dos recursos de pontuação foi antecedida. Entendo, portanto, que sem essa visão geral poderia ficar difícil a percepção do real valor comunicativo desses recursos de escrita dentro dos sistemas ortográficos que se tem hoje. Isso significa dizer que a compreensão fundamental, aqui, é a de que a *formação*, *estruturação* e *desenvolvimento* do sistema de escrita são apresentados como processos que fizeram parte da maturação e da evolução da própria cognição humana, que se identifica, inclusive, com a definição de civilização. É nesse sentido que se lê:

L'écriture fait partie si intégrante de notre civilisation qu'on craint, si on veut la définir, d'énoncer des truismes. Acceptons ce risque. L'écriture

est un procédé dont on se sert actuellement pour immobiliser, pour fixer le langage articulé, fugitif par son essence même³ (FEVRIER, 1959, p. 9)*.

Longe de concordar ou de querer defender qualquer possibilidade de superioridade da modalidade escrita em relação à oral, esse capítulo 2 tem o objetivo de demonstrar, a partir de algumas posturas teóricas encontradas em autores como Havelock (1996), Fevrier (1959), Cohen e Peignot (2005), Ong (2011) dentre outros, a importância do desenvolvimento da escrita como uma forma de desenvolvimento da própria cognição humana. Nesse ínterim, o capítulo 2 tem o objetivo de ressaltar a importância das diversas etapas do processo que conduziu a evolução do sistema de escrita, salientando e desmistificando, num tópico específico (2.2), a não-continuidade e não-simultaneidade das fases desse desenvolvimento que, de fato, complementam-se, mas não são, necessariamente, consecutivas ou contíguas. Nesse capítulo, há ainda o esforço para esclarecer questões em torno daquilo que é conhecido como um *continuum* linguístico entre fala e escrita. O capítulo é finalizado com a exposição de processos e etapas que mostram a constituição do sistema de pontuação mais ou menos como é conhecido atualmente.

O capítulo 3 está destinado a um levantamento da abordagem dos sinais de pontuação em alguns dos principais manuais gramaticais brasileiros frequentemente tomados como referência quando se trata de indicações normativas. Por limitações metodológicas, julguei adequado não estender muito o número de manuais gramaticais consultados, até porque, de modo geral e estruturalmente falando, eles fazem abordagens muito semelhantes sobre o assunto. Desse modo, dos vários manuais gramaticais encontrados e consultados, trouxe para este levantamento sete autores; cinco bastante referenciados (uns mais, outros menos), são eles: Lima (1992), Bechara (2003), Cunha e Cintra (2008), Cegalla (2008), e Azeredo (2008). Do grupo de sete manuais gramaticais, dois deles já têm algum tempo de editados e publicados; são eles: Júlio Ribeiro (1883) e João Ribeiro (1923). Esses dois manuais gramaticais, pelo tempo de publicados (e pelas muitas reformas e “atualizações”

³ Escrever é uma parte integrante de nossa civilização que tememos, se quisermos defini-la, declarar truísmos. Vamos aceitar esse risco. A escrita é um processo que utilizamos atualmente para imobilizar, fixar a linguagem articulada, volátil por sua própria essência.

*Salienta-se que todas as traduções de expressões ou citações em língua estrangeira deste trabalho devem ser compreendidas como uma **tradução livre**.

ortográficas), não se constituem como referência para consultas de aspectos normativos contemporâneos, o que acontece com os cinco supracitados.

No entanto, a importância desses dois últimos gramáticos está intimamente relacionada com os princípios linguísticos que fundamentam a tese defendida aqui. Isso se dá por conta da forma como Júlio Ribeiro (1883) e João Ribeiro (1923) categorizam e estruturam os diversos recursos de pontuação. Nesse sentido, encontrei em suas formas de abordagem certa ressonância com aquilo que tento demonstrar ao distinguir *sinais de pontuação* de *marcas de pontuação discursivas*. De modo geral, pareceu-me claro que os dois gramáticos enxergam funções particulares para alguns tipos específicos de sinais de pontuação. Essa forma *sui generis* — e não esperada para gramáticos de sua época (ao menos para mim, num primeiro momento dos levantamentos) — encontra “eco”, em alguma medida e guardados os limites epistemológicos de seus manuais gramaticais, na abordagem dada por Catach (1994) aos recursos de pontuação.

Por essa razão, julguei pertinente incluir, no capítulo 3, as formas como Catach (1994) organiza e categoriza os recursos de pontuação, distinguindo-os, claramente, do modo generalizante e indiscriminado de denominar: sinais de pontuação. O último subtópico desse capítulo (3.3.2) traz à discussão a possibilidade de se compreender os sinais de pontuação segundo uma *natureza sígnica*, compreendendo-os, assim, como uma espécie de paracódigo do sistema alfabético de escrita. Essas discussões encontram-se ancoradas no tratamento dado ao assunto por Catach (1980b e 1980c), bem como no provocante e instigante trabalho de doutorado de Amorim⁴ (2001).

No capítulo 4, encontra-se um dos maiores desafios da proposta de trabalho desta pesquisa, uma vez que, através dele, trago para a discussão — e uso como parte dos fundamentos da tese a ser defendida —, a compreensão da natureza discursiva presente nas marcas de pontuação. No entanto, ao longo das leituras e dos levantamentos teórico-bibliográficos específicos sobre o assunto, observei que, na maioria das vezes em que se tratou do valor discursivos dos recursos de linguagem (escritos ou orais), estava pressuposta a noção de intencionalidade apresentada como algo apascentado. Ao mesmo tempo, notei também que não ficava claro como essa deveria ser compreendida de forma essencial e efetiva. De modo geral, senti a

⁴ Professor Dr. Luiz Gonzaga Duarte Amorim (já falecido) foi professor do curso de Letras da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), tornou-se doutor em linguística (2001) defendendo a tese “Reflexões para uma filosofia da pontuação”.

necessidade de um tratamento dessa questão que pudesse responder a uma pergunta fundamental: o que se deve entender por intencionalidade?

Ao longo do capítulo 4, na busca por esclarecimentos, pareceu-me evidente o entendimento de que aquilo que se compreende por intencionalidade implica aspectos particulares arraigados nos recursos linguísticos capazes de revelar direcionamentos dos sentidos pretendidos pelo enunciador. No caso específico deste trabalho, tais aspectos estão arraigados nas propriedades linguísticas dos recursos de pontuação transmutados em marcas de pontuação discursivas. A busca por respaldos teóricos que pudessem sustentar essa compreensão apresentou-me aos pressupostos da teoria da *Intencionalidade* de Searle (1995). Nessa obra, o autor discute intensamente, segundo suas perspectivas linguístico-filosóficas, as propriedades de uma *Intencionalidade* filosófica (com “I” maiúsculo) em oposição a uma *intencionalidade* linguística (com-s), nos termos de sua abordagem.

Com base nesses pressupostos, pareceu-me satisfatório o *entendimento de intencionalidade como uma forma de direcionamento volitivo* (consciente ou não) dos atos de linguagem, dos quais decorrem os atos de pontuação. Isso significa dizer que a escolha desse ou daquele recurso de pontuação (sinal, ou marca) implica uma carga comunicativa decorrente daquilo que o enunciador quer manifestar — e quer que seja lido — nos sentidos do enunciado. Como decorrência dessa perspectiva, reflito também sobre a presença de aspectos pragmáticos na manifestação da força comunicativa do ato de pontuar. Assim, trouxe para este capítulo, através dos textos de Armengaud (2006) e Levinson (2007), princípios e conceitos pertencentes à abordagem pragmática que pudessem fundamentar a inferência de processos de *pressuposição* e de *implicatura* sob a forma de recursos de pontuação.

No capítulo 5, encontram-se os processos que definem a metodologia da pesquisa e que descrevem as estratégias adotadas para sua execução de todo o trabalho de investigação segundo uma abordagem qualitativa. A postura adotada está baseada, em grande parte, na *Teoria fundamentada em dados* (*Grounded theory*, em inglês), que, antes de ser um método, é compreendida como uma postura de investigação, uma vez que promove adoção de processos de análise a partir das necessidades da própria pesquisa. O acesso aos princípios e critérios adotados por essa postura metodológica está baseado em autores como Tarozzi (2011), Willig (2013) e Paiva (2019). Além da adoção dessa postura metodológica, senti a necessidade de trazer para a pesquisa os princípios e critérios da *Análise de conteúdo*

linguístico de Bardin (2011), que destaca a função heurística na *análise de conteúdos comunicativos*, a fim de se promover a “administração da prova” e “a superação da incerteza” (BARDIN, 2011).

Definidas as posturas metodológicas, o capítulo descreve as estratégias de pesquisa que ajudaram a constituir o *corpus*, esclarecendo sua organização e as formas de exploração das informações contidas nos dados coletados. Nesse sentido, como já salientado, a metodologia adotada e as estratégias aplicadas indicaram a necessidade de delimitação dos fenômenos observáveis, considerando que abordagem qualitativa e a amostragem decorrente garantiriam a legitimidade e plausibilidade das conclusões. Por essa razão, restringi a coleta de dados e a seleção das ocorrências aos casos de **aspas**, **parênteses**, **travessões** e **colchetes**.

O capítulo 6 traz a análise dos dados, muito precisamente identificados como ocorrências, uma vez que, neste caso, elas são vistas como a materialização dos pressupostos fundamentadores da tese defendida, bem como da própria metodologia adotada, que me permitiu partir da observação dos fenômenos para a construção do arcabouço teórico. É, pois, nesse capítulo, que não só abordo a manifestação de funções discursivas de recursos de pontuação, mas também procuro demonstrar a imanência do processo pelo qual os sinais de pontuação transmutam-se em legítimas marcas de pontuação discursiva. A partir das ocorrências, o trabalho de análise procura demonstrar, através de processos de reescritas e de desencapsulamento, as propriedades linguísticas das marcas de pontuação discursivas, bem como a presença de intencionalidades discursivas decorrentes do ato de pontuar. Nesse caso, a reconfiguração dos segmentos linguísticos em que tais recursos aparecem deixa evidente, por meio de processo de subtração e de substituição do recurso de pontuação no texto-fonte, as particularidades das aspas, dos parênteses, dos travessões e dos colchetes.

Para tentar garantir uma particular abordagem das propriedades de cada um desses recursos, dividi o capítulo em quatro tópicos, um para cada marca de pontuação discursiva que constitui o *corpus*. A ordem de abordagem não obedece a nenhum critério linguístico objetivo; no entanto, devo admitir que as aspas são apresentadas no primeiro tópico do capítulo (6.1) pelo caráter explícito de suas propriedades enunciativo-discursivas. Os parênteses e travessões são apresentados na sequência (tópicos 6.2 e 6.3), nessa ordem, por serem compreendidos (inclusive é a forma de abordagem de alguns manuais gramaticais) como recursos de pontuação

que se equivalem. No entanto, essa concepção é negada pela tese aqui defendida e desmitificada pelos procedimentos de análises executados ao longo do capítulo 6. Desse modo, é possível observar que tanto os parênteses quanto as travessões possuem suas especificidades linguístico-discursivas, bem com suas particularidades de aplicação. Por fim, no último tópico do capítulo (6.4), analiso as ocorrências de colchetes, compreendidos como uma forma explicitamente marcada de superposição de atos de linguagem e de posicionamentos discursivos. Isso significa dizer que é praticamente impossível deixar de ler aquilo que a simples presença dos colchetes comunica a partir do ato de pontuação.

Nas considerações finais, apresento, como resultado geral da pesquisa, a importância de se considerar as marcas de pontuação discursivas como recursos de escrita fundamentais tanto para a construção dos sentidos gerais dos enunciados como para a identificação do direcionamento dos sentidos linguísticos pretendido pelo enunciador. A importância desses aspectos revela-se indispensável tanto nos processos de escrita como nos de leitura, uma vez que escreventes e leitores submetem-se aos princípios de cooperação e compartilhamento dos mecanismos de comunicação. Ao final das análises, parece-me claro, sobretudo por conta dos procedimentos de reescrita e de reconfiguração das ocorrências analisadas, que aspas, parênteses, travessões e colchetes potencializam e otimizam a consideração de *conteúdos comunicativos* não verbalizados, mas claramente inferidos a partir da natureza enunciativo-discursiva desses recursos.

2 UM PANORAMA HISTÓRICO DA ESCRITA NA PERSPECTIVA DE SEUS RECURSOS EXPRESSIVOS

Pode parecer óbvio começar este texto dizendo que a expressão escrita de uma língua constitui-se, a princípio, a partir de processos artificiais de elaboração, isto é, parece plenamente aceitável que a escrita e seus recursos expressivos sejam percebidos como artefatos (*ars + factum*), vistos, portanto, como instrumentos de construção intelectual artificialmente elaborada para atender às necessidades de comunicação dos grupos sociais. No entanto, essa não é uma constatação tão óbvia assim; perceber a existência da expressão escrita como uma grande transformação na forma de o ser humano ver e representar o mundo exige um comportamento metacognitivo bastante significativo, sobretudo, numa época em que lidar com a expressão escrita tornou-se algo bastante corriqueiro⁵.

A manifestação da expressão escrita traduz a principal tentativa de registro objetivo das atividades humanas, quer como atos concretos, quer como manifestação de suas elaborações abstratas individuais ou sociais. Essa constatação não atribui supervalorização à modalidade escrita em relação à fala; mas reconhecer esse papel da escrita significa perceber o engenhoso processo de construção e de elaboração de registro da realidade que, através dos recursos da expressão escrita, promoveu o desenvolvimento do intelecto humano.

Contemporaneamente, no entanto, nota-se uma tensão estabelecida entre as correntes de estudos linguísticos de cultura escrita em relação às que se debruçam sobre os fenômenos de cultura oral. Isso parece ter favorecido, em diferentes momentos, a “uma oralidade resgatada e, em outras ocasiões e contrariamente, como tendência em favor de sua total substituição por uma sofisticada cultura escrita” (HAVELOCK, 1996, p. 18). Neste sentido, não se pode negar que o estudo da expressão escrita já ocupou lugar de destaque nos espaços em que a língua foi objeto de reflexão: nas escolas, nas academias e nas ciências das letras.

Isso mudou bastante nas últimas décadas, prova disso é a tendência, nos estudos linguísticos modernos, em defender a ideia de que o homem é, por definição

⁵ Apesar da factual realidade sobre a presença da expressão escrita nas relações interpessoais, não se pode deixar de considerar os alarmantes dados em torno do analfabetismo no Brasil, o que parece contradizer o aspecto, aparentemente, natural com que a escrita se faz presente na vida das pessoas, sobretudo, nos meios de comunicação social.

“um ser que fala e não um ser que escreve” (MARCUSCHI, 2001, p. 17), por conta dessa forma de perceber a relação do homem com as manifestações dessas duas modalidades da língua é que se tem legado, hora mais, hora menos, o estudo da expressão escrita a um papel secundário no cenário das comunicações sociais. Quando se pensa, no entanto, que, enquanto ser cultural e social, talvez o homem não se constituiria nem se perpetuaria sem a escrita, essa tentativa de definir a natureza da expressão escrita não se sustenta. Entende-se, portanto, que é através da escrita que o homem, como ser racional e evolutivo, registra-se e representa-se no mundo e na história, promovendo um *link*⁶ entre aquilo que foi, o que é e entre aquilo que há de vir a ser.

Está longe dos propósitos deste trabalho a defesa de uma possível superioridade da expressão escrita em relação à oralidade, até porque se acredita — e se endossa — que o homem é, por definição, “um ser que fala”. No entanto, acredita-se e defende-se também que tudo que o homem produz e manifesta, por meio de seu inventário cultural, só é possível porque ele foi capaz de desenvolver e aprimorar a expressão escrita. Uma vez que “casi no queda cultura oral o predominantemente oral en el mundo de hoy que de algún modo no tenga conciencia del vasto conjunto de poderes eternamente inaccesible sin la escritura⁷” (ONG, 2011, p. 24).

Pelo que se pretende neste trabalho, é preciso entender, portanto, que não se pode tomar a escrita alfabética e sistemática — *terminus ad quem*⁸ de todo esse processo — como uma simples prática factual, ou seja, como reflexo de percepções sensoriais que foram registradas instintiva e aleatoriamente. Trata-se, porém, de compreender a Escrita como uma atividade do intelecto⁹, que eleva o fazer humano ao nível das atividades com complexo grau de processamentos cognitivos. Nesse caso, ela é fruto de elaborações e reelaborações mentais que se refletem num sistema de comunicação que codifica e registra, em meio físico, a realidade; dando-lhe particular inteligibilidade para a qual o pragmatismo e o imediatismo da oralidade não promoveriam sua compreensão nem seu registro.

⁶ O termo *link* não equivale a elo sucessivo, conexão ou a inter-relação imediatas; o link pode indicar conexões ou elos não sucessivos ou não lineares.

⁷ Quase não resta cultura oral ou predominantemente oral no mundo de hoje que de alguma maneira não tenha consciência do vasto conjunto de poderes eternamente inacessível sem a escrita.

⁸ Expressão latina (latinismo) que aponta o fim (termo) de um processo. Comumente aparece em oposição à expressão *terminus a quo*, que indica o ponto de partida do processo.

⁹ Do latim *intellectus* (inter + lector), donde se infere uma atividade de leitura refina, elaborada, que lê perscrutando os processos mais particulares.

Isso não significa dizer que a atividade escrita (o mesmo se dirá da fala) seja vista como superior à oralidade no que tange às necessidades de comunicação social do ser humano. É preciso admitir, no entanto, que a atividade de escrita¹⁰, assim compreendida, corresponde a um sistema de comunicação codificável, descodificável, atemporal e durável capaz de promover o desenvolvimento e o aprimoramento de habilidades cognitivas específicas e especiais para as quais as atividades de oralidade têm pouco ou nenhum efeito de registro objetivo. Por isso se diz que a oralidade é efêmera, mas só o é porque guarda uma relação especial com o tempo; relação essa que a distingue essencialmente da atividade escrita. É nesse sentido que se diz:

Toda sensación tiene lugar en tiempo, pero el sonido guarda una relación especial con el tiempo, distinta de la de los demás campos que se registran en la percepción humana. El sonido sólo existe cuando abandona la existencia. No es simplemente precedero sino, en esencia, evanescente, y se le percibe de esta manera. Cuando pronuncio la palabra “permanencia”, cuando llego a “-mencia”, “perma-” ha dejado de existir y forzosamente se ha perdido¹¹ (ONG, 2011, p. 38).

É nisso que consiste e em que se manifesta a natureza linguística da expressão oral, logicamente, isso não a torna menos importante, ou menos sistemática que a expressão escrita. Tudo isso a torna *sui generis* naquilo que é e para aquilo que serve nas realizações da comunicação humana. O sistema de escrita, no entanto, manifesta suas peculiaridades desde a formulação mais primária dos seus traços e símbolos à constituição de recursos de escrita mais estruturais e mais amplos como os *recursos diacríticos* e os *sinais de pontuação*, que pertencem, essencialmente, ao sistema de escrita. Esses são recursos para os quais a existência só pode ser compreendida segundo o sistema de escrita visualmente percebido, isto é, não se falam acentos gráficos nem sinais de pontuação. Eles são recursos que se aplicam, compreendem-se e consideram-se mediante os efeitos de sentido que se busca imprimir ao processo de escrita e, por conseguinte, ao de leitura.

¹⁰ A escrita, vista como um sistema de comunicação, é compreendida como um conjunto de atividades que pressupõe a atividade-fim: a leitura.

¹¹ Toda sensação tem lugar no tempo, mas o som guarda uma relação especial com o tempo, distinta da dos demais campos que registram a percepção humana. O som somente existe quando abandona a existência. Não é simplesmente precívél, mas, em essência, evanescente, e é perceptível desta maneira. Quando pronuncio a palavra ‘permanência’, quando chego a ‘-mencia’, ‘perma’ deixou de existir e forçosamente perdeu-se.

2.1 A Escrita como invenção social e evolução cognitiva do ser humano.

A invenção da escrita, como uma construção de grupos sociais, aconteceu em diferentes momentos e em particulares circunstâncias na história da humanidade para atender às necessidades de comunicação entre indivíduos de um mesmo grupo social. Não obstante, os recursos de comunicação característicos da modalidade escrita de uma língua possibilitaram a interação entre indivíduos de diferentes grupos e, até mesmo, entre indivíduos de diferentes línguas e em diferentes épocas — não sendo essas condições necessariamente concomitantes e concorrentes.

A comunicação do pensamento humano, em geral, pode ser alcançada de inúmeras maneiras — a fala é apenas uma delas. E a escrita, entre outros usos, tem o de transmitir a fala humana¹² [...]. As raízes desse sistema se encontram na necessidade fundamental dos seres humanos de armazenar informação comunicar, a si mesmos ou a outros, distantes no tempo e no espaço (FISCHER, 2009, p. 13).

Para atingir seus objetivos, a escrita precisou dar passos evolutivos significativos, que refletiam também o desenvolvimento de técnicas e de habilidades do intelecto humano. Nesse sentido, a necessidade do registro escrito precisou garantir a durabilidade da expressão escrita, ou seja, a capacidade de tornar o registro do ato comunicativo transmissível durante um intervalo de tempo. Essa é uma característica que está naturalmente presente na concepção do texto escrito e que deve ser não só armazenável, mas também durável. Essa necessidade certamente promoveu o desenvolvimento de técnicas que levaram, por exemplo, à prática de cozer as tábuas de argila que continham os registros das atividades cotidianas das civilizações que usavam desse expediente. É o caso também de procedimentos de preparação e de conservação encontrados entre as civilizações que utilizaram o papiro como meio físico de registrar a expressão escrita. É preciso que se diga, no entanto, que os processos de desenvolvimento dos sistemas de escrita — por inclusão das técnicas que o envolviam — não acontecem de forma unívoca, linear e sistemática. As fases de desenvolvimento não são sucessivas nem mantêm relação de causalidade. É nesse sentido que se diz:

¹² Considerando que Fischer não é um especialista em estudos linguísticos, é preciso que se diga que essa não é uma afirmação aceita categoricamente neste trabalho. Mais adiante, serão abordadas algumas questões em torno dos problemas que envolvem a natureza e as funções da expressão escrita em oposição à natureza e às funções da expressão oral.

Essa evolução demonstra que a ideia da escrita não se cristalizou de um só golpe no espírito humano. Longas etapas — que não são sucessivas, nem no espaço nem no tempo — marcam, de um ponto de vista teórico, a sua evolução. Longe de confirmar a impressão de Lecoy de la Marche segundo a qual “a escrita, como todas as grandes descobertas, não foi inventada de uma vez só, mas empregou longos séculos para se produzir, se completar, se aperfeiçoar”, os fatos parecem demonstrar que cada sistema de escrita é independente dos demais e não constitui um “aperfeiçoamento” dos anteriores (MARTINS, 1996, p. 34).

Considerados dentro dos seus ciclos de desenvolvimento, os diversos sistemas de escrita devem ser percebidos como resultantes de etapas de suas próprias características de funcionalidade e de seus contextos socioculturais de usos. Assim, para se compreender os processos de desenvolvimento e de aprimoramento da escrita — segundo os ciclos de cada sistema de escrita — é preciso voltar-se para as atividades mais elementares e corriqueiras que levaram o homem ao desenvolvimento de um sistema de comunicação escrita com alto grau de aperfeiçoamento: o Sistema Alfabético de Escrita. Tudo isso parece bem sintetizado nas palavras de Anísio Teixeira quando diz (na apresentação da edição brasileira do livro *A galáxia de Gutenberg*), que “o alfabeto e a escrita nos deram a civilização, que atingiu seu apogeu intelectual na Hélade e o apogeu material no Império Romano” (MCLUHAN, 1977 p. 11).

Não é difícil imaginar que, entre tais atividades promovedoras, encontrem-se o ato de computar, o ato de numerar e de dimensionar (medir), o ato de outorgar (atribuir posse ou poderes), o ato de registrar linhagem, o ato de narrar etc. É preciso entender, no entanto, que uma incipiente atividade do registro escrito desenvolve-se, ao longo do tempo, segundo as necessidades e conforme o grau de habilidades intelectuais de cada grupo que a pode experimentar e vivenciar. Por isso é fundamental entender que a escrita atinge certo grau de aperfeiçoamento muito tempo depois dos seus primeiros e mais rudimentares registros. Nas palavras de COHEN e PEIGNOT (2005), lê-se:

Elle [l'écriture] est restée à un stade rudimentaire dans des groupes lâches (les débuts de ce stade ne peuvent être datés). Elle ne s'est réalisé pleinement que dans des sociétés concentrées, nombreuses sur un espace restreint, essentiellement au stade qui est à la fois celui des villes et des états organisés, pour les besoins de l'administration de telles sociétés; des écritures assez perfectionnées peuvent être datées grossièrement à environ six mille ans de nous. Le

perfectionnement définitif, lié à un avancement plus poussé de la civilisation sous son aspect intellectuel, s'est produit au plus tôt deux mille ans plus tard, donc au cours du second millénaire av. J.-C., de manière à donner l'écriture alphabétique dont nous nous servons encore¹³ (COHEN; PEIGNOT, 2005, p. 11).

O aperfeiçoamento possível de se verificar na evolução da expressão escrita não diz respeito a suas propriedades essenciais, que a diferenciam, por exemplo, da atividade pictográfica ou das pinturas rupestres. A atividade de escrita, ao desenvolver-se, depura elementos acidentais que poderiam tornar o processo de comunicação impregnado de elementos ambíguos, redundantes ou imprecisos. Ao mesmo tempo, ao longo do processo de desenvolvimento e aprimoramento, a escrita enriquece-se com recursos peculiares e refinados com as marcas gráficas que sinalizam aspectos prosódicos, distinções semânticas e particularidades sintáticas tais como *acentos diacríticos* e *sinais de pontuação*. De certa forma, é isso que acontece, por exemplo, em processos de transformação de escritas ideográficas em escritas alfabéticas; embora, como lembra Martins (1996) e já salientado aqui, os tipos de escrita não mantêm, necessariamente, uma relação de causalidade entre si. É importante lembrar que as propriedades linguístico-cognitivas que particularizam a atividade de escrita e distinguem-na da atividade oral são basicamente as mesmas encontradas ainda hoje em qualquer língua que manifeste tal modalidade, isto é, os princípios lógicos e ontológicos que dão à expressão escrita a particularidade e a singularidade são os mesmos encontrados em sua origem.

É preciso considerar também que o desenvolvimento da escrita ocorre ao lado do desenvolvimento de outras atividades cognitivas humanas, de modo especial, ao lado daquelas que lhe dão a capacidade de representação de suas concepções mais abstratas e simbólicas como a arte, o cálculo e a religião. Nisso fundamentam-se as teses que defendem que a força motriz para o desenvolvimento e o aprimoramento da expressão escrita foram as necessidades de registrar e transmitir aquilo que transcendia as experiências mais corriqueiras e ordinárias. De fato, a expressão escrita “se trata da sequência de símbolos padronizados (caracteres, sinais ou

¹³ Ela ficou em um estágio rudimentar nos grupos em que apareceu (o início desse estágio não pode ser datado). Ela só conseguiu realizar-se plenamente em grupos sociais concentrados em um pequeno espaço, esses estágios correspondem, por sua vez, essencialmente àqueles das vilas e cidades em que se tinha a necessidade de registros das atividades administrativas de tal grupo social. Escritas mais evoluídas podem ser datadas, grosso modo, há seis mil anos de hoje (4000 a.C.). O aperfeiçoamento definitivo, ligado mais ao avanço do aspecto intelectual da civilização, produziu-se cerca de dois mil anos antes de Cristo, o que nos deu a escrita alfabética que temos hoje.

componentes de sinais) destinados a reproduzir a fala, o pensamento humano e outras coisas em parte ou integralmente” (FISCHER, 2009, p. 14). Apesar da aparente visão reducionista, em essência, a expressão escrita, em qualquer uma de suas manifestações, caracteriza-se por essa busca do registro.

Isso que define e caracteriza a expressão escrita ajudou o ser humano a superar os limites das atividades mais pragmáticas e imediatistas, que dispensam (ou necessitam em menor grau) processos cognitivos mais elaborados. Nisso a escrita é essencialmente distinta da oralidade, pois utiliza recursos bastante peculiares e distintos daqueles que constroem os sentidos textuais na elocução oral. A construção de ideias no universo do texto escrito, por exemplo, utiliza-se de recursos de referência, reiteração, correção, coesão, coerência bastante particulares e relacionados à sua natureza epilinguística. Eis, pois, distinções que levam à compreensão do ato comunicativo dentro dos limites próprios da expressão escrita. Em contrapartida, essa mesma atividade escrita precisa de um *suporte físico* e de um *instrumental pragmático* (no sentido daquilo que se justifica pelo uso comunicacional), que, em geral, leva ao desenvolvimento de técnicas e de tecnologias que se aprimoram e se inovam à medida que atendem (ou não) às necessidades de comunicação e que tornam o processo eficiente e manipulável.

L'écrire suppose un matériel: l'instrument pour écrire, l'encre lorsqu'il ne s'agit pas de gravure, et surtout la chose sur quoi écrire. Elle se trouve ainsi liée à toutes sorte de techniques industrielles. Son développement est parallèle à celui de l'emploi d'objets fabriqués, de manière de plus en plus complexe, au lieu d'objets trouvés et plus ou moins accommodés¹⁴ (COHEN; PEIGNOT, 2005, p. 13).

É nesse sentido que a atividade escrita, em maior ou menor grau de complexidade, manifesta-se sempre como resultado de uma elaboração cognitiva, que é preenchida de *intencionalidades*, conduzida ao ser fim por procedimentos linguísticos e mediada por estratégias e técnicas de composição do texto escrito. Por consequência da existência dessas propriedades essenciais da expressão escrita, a representação intuitiva e mimética da realidade linguística não faz parte da natureza

¹⁴ Escrever supõe um material: o instrumento para escrever, a tinta [a escrita em si mesma], que não se trata de mera gravação, sendo ela mesma a coisa sobre a qual se escreve. Nesse caso, ela se encontra sujeita a todo tipo de técnicas industriais. Seu desenvolvimento acontece paralelamente ao desenvolvimento de objetos manufaturados que superam a acomodação dos estados em que aparecem.

do sistema de escrita alfabética. Portanto, a escrita, enquanto sistema de comunicação humana, é sempre (de acordo com seu estado de desenvolvimento ou modelo de expressão) o resultado de um *movimento intencional, elaborado, durável, transmissível e compreensível* por parte do intelecto humano, que é colocado em contato com ela e dela se apropria. Ainda assim, é preciso considerar que a escrita representa diferentes fenômenos nas diferentes culturas nas quais se tem registro de sua presença; em função disso, nas palavras de Fischer (2009): “é melhor evitar a ‘armadilha’ de uma definição inteiramente formal, porque a escrita tem sido, é e será inúmeras coisas distintas para inúmeros povos distintos em incontáveis épocas diferentes” (FISCHER, 2009, p. 14).

Não obstante, Fischer (2009) refere-se ainda à “escrita completa”, admitindo que essa, por sua vez, apresentaria algumas características formais, tais como a) presença de um objetivo de comunicação; b) existência de sinais gráficos artificiais registrados numa superfície durável e c) correspondência dos sinais gráficos com recursos da fala, mantendo relação de representação de sentidos. Para ele, ainda, é preciso considerar o seguinte:

[...] antes da escrita completa — isto é, antes de preencher os três requisitos — muitos processos semelhantes à escrita existiam. No entanto, chamá-los de “proto-escrita” (Cohen, 1958) seria atribuir-lhes um status e/ou um papel que não merecem e nunca cumpriram (FISCHER, 2009, p. 15).

A questão salientada por Fischer (2009) sinaliza para o fato de que essas características são importantes, sobretudo, quando se estudam os recursos gráficos de escritas pré-alfabéticas, pois, de modo geral, esses modelos/sistemas de escritas antigas manifestam, ao menos, uma dessas características, passando a serem vistas como um sistema de escrita de fato, embora incompleto. De forma mais particular e objetiva, é preciso considerar que aquilo que se deve entender como escrita *in essentia* manifesta propriedades bastante particulares em relação a toda e qualquer forma de registro escrito que não tenha tais propriedades. Considerando-se esses aspectos, julga-se pertinente, por exemplo, a consideração dos recursos de escrita que correspondem às marcas (sinais) que podem apontar sentidos específicos e particularidades naquilo que se registra. Nesse sentido, *recursos distintivos e especificadores* como sinais ou símbolos gráficos específicos manifestam-se nos mais diversos sistemas alfabéticos ao longo do desenvolvimento e evolução da expressão

escrita. São os casos, por exemplo, dos *símbolos determinativos* nos hieróglifos, *sinais massoréticos* no hebraico, os *diacríticos do árabe* — e os *acentuados diacríticos* e *sinais de pontuação* agregados (como uma espécie de paracódigo) ao alfabeto latino.

2.2 Os sistemas de escritas: uma evolução de etapas não sucessivas

Como já apontado acima, parece consenso que o surgimento da escrita não se dá de forma pontual e linear, isto é, a escrita surge e se desenvolve de diversas formas, em diversas circunstâncias, sob aspectos muito particulares e relacionados com as culturas que a manifestaram. Ao mesmo tempo, é possível observar traços comuns em determinados grupos de civilizações, permitindo deduzir a existência de técnicas e de habilidades de escrita semelhantes, sobretudo, entre aquelas que contribuíram para o desenvolvimento do sistema alfabético como é conhecido hoje. No entanto, os diversos processos, nos seus mais diferentes períodos de desenvolvimento, não são questões tão fáceis assim de se equacionar.

O que é certo é que a história da escrita é em essência uma longa tentativa para desenvolver um simbolismo independente com base na representação gráfica seguida da lenta e amargurada constatação de que a linguagem falada é de um simbolismo mais poderoso do que qualquer espécie de gráfico e que o verdadeiro progresso na arte da escrita repousa no abandono virtual do princípio de que originalmente partiu (MARTINS, 1996, p. 33).

Certamente, dentre os muitos outros modos de representação simbólica da linguagem, a escrita deve ser o sistema que melhor satisfaz e atendeu tanto às necessidades pragmáticas de comunicação como à elaboração cognitiva do próprio processo de codificação. Basta pensar, grosso modo, como deveria ser laborioso e impreciso os desenhos, a mímica ou os códigos de sinais não alfabéticos em processos de comunicação mais primitivos. Martins (1996) parece estar com a razão ao afirmar que o verdadeiro desenvolvimento da escrita começou quando ela se afastou daquela que a originou: a fala. Obviamente, não se questiona que a relação e a influência da fala na estruturação e organização da escrita devem-se, ao menos a princípio, à própria história de formação desta que ganhou existência na perspectiva de ser falada, ou seja, originariamente os textos escritos eram produzidos para serem

lidos apenas em voz alta. No entanto, como há grandes diferenças entre a riqueza simbólica da fala em relação à restrita capacidade de representá-la na escrita, verificaram-se espécies de “lacunas” durante a passagem de uma modalidade a outra no que tange às origens e aos processos de formação desta última.

Por essas razões, é que o estudo em torno das origens e do desenvolvimento da escrita é, em muitos casos, resultado de deduções lógicas e procedimentos analíticos feitos a partir de dados que não revelam uma sucessão temporal dos seus processos de formação. Nesse sentido, é preciso considerar que um modelo de expressão escrita não é a superação proposital e intencional de um modelo anterior, que tenha sido considerado, por exemplo, menos complexo. A não-contiguidade dos processos que originaram esses sistemas deve ser considerada para que se possa compreender que o *sistema de escrita alfabética* (e tudo que nele está implicado) não resultou de elaborações que pretendesse a superação de um sistema pré-alfabético. Os sistemas de escrita evoluem dentro daquilo que eles são em si mesmos; a evolução de um sistema para outro é pouco provável e, se tal dedução fosse considerada, estaria ignorando o fato de que “a ‘evolução’ da escrita é uma vista puramente teórica e lógica que se lança sobre episódios muitas vezes contemporâneos, mas desligados entre si” (MARTINS, 1996, p. 35). Martins (1996) afirma ainda:

Nada indica, com efeito, que a escrita ideográfica tenha sido inventada por homens que não mais se satisfaziam com a escrita pictográfica, e menos ainda que a escrita fonética tenha nascido de uma consciência da insuficiência dos sistemas ideográficos. Não há, entre esses sistemas, nenhuma sucessão necessária no tempo, sendo que poderíamos tender ao pensamento de que são antes razões de ordem geográfica que devem ter predominado, ao lado de outras, mais complexas, de ordem social (ibidem).

Nesse sentido, para Février (1995), resumida e genericamente, a evolução da escrita deve considerar algumas etapas essenciais. Ele apresenta quatro fases nesse processo de desenvolvimento histórico. Na primeira, o homem dispõe de múltiplos meios para se expressar, que vai da oralidade, passando pelo gestual aos entalhes em estruturas rígidas. Num segundo momento, a escrita tende a aproximar-se da língua falada; segundo ele, “un signe d’écriture ou un groupe de signes vise à suggérer

— nous ne disons pas à noter — toute une phrase¹⁵” (FÉVRIER, 1995, p. 10). Na terceira fase, o sinal gráfico afasta-se da tendência de representar a estrutura frasal e aproxima-se da representação da palavra. Na quarta etapa, a escrita passa a representar, por meio de sinais gráficos, os sons que compõem as sílabas, portanto, as palavras. Nesse caso, “l’écriture sera dite dès lors phonétique, parce qu’elle n’enregistre plus que des sons. Elle pourra être qualifiée de syllabique ou d’alphabétique, selon que le travail d’analyse qu’elle implique aura été poussé plus ou moins loin¹⁶” (idem, p. 10 – 11).

Faz sentido, portanto, a compreensão de que há uma evolução no desenvolvimento e aprimoramento das expressões escritas, porém também é razoável a ideia de que os diversos sistemas de escrita não representam uma fase subsequentemente evolutiva em relação àquelas que lhe antecederam. A compreensão de que esses sistemas não se sucederam no tempo e de que cada um representava um ciclo completo em si mesmo parece bastante razoável, indicando que são sistemas que, segundo suas características e as circunstâncias em que foram utilizados atendem a necessidades de registros do grupo social que a utilizava. Ainda assim, fica o questionamento sobre como e sob quais circunstâncias a escrita — como um “sistema completo” — surgiu. Para Fischer (2009), isso se dá da seguinte forma:

A escrita não surgiu do nada. Muitos povos preferem atribuí-la à “divina providência”. De fato, essa ficção sobreviveu na Europa até os anos 1800, e é ainda aceita por certas comunidades nos Estados Unidos e nos países islâmicos. Outros afirmam que a escrita completa — ou seja, a que preenche os três requisitos — foi “inventada” por volta da metade do quarto milênio a.C., quando os sumérios em Uruk buscaram um método melhor de lidar com contabilidade complexa. Outros ainda atribuem a escrita completa a um esforço grupal ou descoberta acidental. Existem outros para quem a escrita completa tem origens múltiplas, por várias razões. E finalmente há quem afirme que a escrita plena é produto de uma longa evolução da escrita antiga numa ampla região de comércio (FISCHER, 2009, p. 14).

Nas diversas fases de desenvolvimento de um sistema de escrita completa — nas palavras de Fischer (2009) —, verificam-se tipos de escrita que completos e autossuficientes em si mesmos antecedem a “invenção” do *sistema de escrita alfabética*. Nesse sentido, encontram-se normalmente apresentados numa ordem —

¹⁵ Um sinal escrito ou um grupo de sinais sugere — não dizemos para anotar — toda uma frase.

¹⁶ A escrita será considerada fonética, pois ela não registra nada além de sons. Ela será qualificada como silábica ou alfabética, de acordo com a extensão do trabalho de análise implicado.

não necessariamente cronológica — os seguintes tipos de escrita: a) a escrita pictográfica (e logográfica); b) os processos de escrita mnemônicos (como os quipos dos incas); c) a escrita fonética (distinta de uma escrita alfabética); d) a escrita ideográfica; e) o registro cuneiforme de escrita; f) a escrita hieroglífica; g) por fim, correspondendo ao que se convencionou chamar de escrita completa: a *escrita alfabética*.

Como não é o objetivo deste trabalho o estudo específico desses tipos de escrita nem dos processos de evolução que levaram aos seus surgimentos e desaparecimentos, será feita uma sucinta abordagem das principais características de tais sistemas, objetivando favorecer a compreensão das propriedades que, essencialmente, distinguem e especificam a escrita alfabética. Isso é importante, pois, considerando a escrita alfabética como um “sistema completo”, nela, estão presentes elementos que superam a relação pragmatista que possivelmente atendia às necessidades de representação da realidade através de um registro ilustrativo, em alguns casos como um *rébus*¹⁷.

É comum entre os pesquisadores da história da escrita a identificação da escrita pictográfica (ao lado da logografia¹⁸) como sendo a primeira fase de uma “pré-escrita”. Esse sistema de escrita consistia tão somente na representação de unidades de pensamentos, ou de ideias, ou de fatos, em forma de figuras que tentavam descrever como a realidade comunicada se lhes apresentava. Os pictogramas consistem basicamente num “desenho que representa uma mensagem sem referência a qualquer forma linguística. Cada signo representa objetos ou coisas concretas” (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 576).

Sabe-se que antes da construção de um sistema completo de escrita, a humanidade utilizou-se de processos que estavam baseados na capacidade de memorização e que se constituíam de símbolos gráficos e mnemônicos. Nessa categoria de expressão escrita, os *quipos* utilizados pelos Incas são a representação mais conhecida dessa forma de comunicação mnemônica. Esse sistema de registro (*quipos*), que se constituía de nós feitos numa corda (cordões), “era uma forma

¹⁷ “Rébus — enigma figurado que consiste em exprimir palavras ou frases por meio de figuras e sinais, cujos nomes produzem quase os mesmos sons que as palavras ou frases representam. ETIM. fr. (1512) ‘equivoco, palavra tomada em outro sentido que não o sentido natural’, do lat. Rebus, abl. pl. de *res* ‘coisa, matéria’” (HOUAISS, 2001, p. 2539).

¹⁸ Logografia — “estenografia, arte de escrever tão depressa como se fala, utilizando-se de logotipos” (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 472). Em relação ao sistema primitivo de escrita, trata-se da escrita que procurava desenhar o “significado” da palavra.

sofisticada de contabilidade: nós diferentes em várias posições representavam quantidades numéricas e os nós coloridos representavam, supõe-se, diferentes mercadorias” (FISCHER, 2009, p. 16). É preciso que se diga, no entanto, que há importantes questionamentos sobre essa “limitação” da comunicação por meio dos *quipos* e o principal argumento que coloca em xeque essa restrição está no fato de que os *quiposcamayos* (ou homens de memórias, que eram os produtores e “leitores” dos *quipos*) não foram entrevistados ou estudados durante o processo de colonização da América. Isso impossibilitou o acesso ao que de fato esse sistema de registro mnemônico representava na comunicação dessa civilização ameríndia.

Em relação a um outro tipo de escrita elencado aqui, segundo Martins (1996), a escrita fonética deve compreender duas manifestações distintas de representação gráfica na história da escrita e que são baseadas na reprodução dos sons da fala que substituíram a representação da imagem visual na expressão escrita. Nesse caso, tem-se, num primeiro momento, uma forma de *escrita silábica*, “na qual o sistema se funda em ‘grupos de sons’, representados por um sinal” (MARTINS, 1996, p. 40); e, num segundo momento e diferentemente, “a *escrita alfabética*, em que cada sinal corresponde a uma letra” (ibidem). Essas distinções e especificações são pertinentes, pois, embora sejam bastante semelhantes no que diz respeito à nomenclatura e às suas características gerais, esses tipos de escrita representam fases e circunstâncias suficientemente distintas e peculiares para a compreensão do processo de desenvolvimento e aprimoramento do sistema de escrita alfabética.

No que tange à escrita baseada num sistema ideográfico, é preciso considerar que “na escrita ideográfica ou analítica, cada sinal — figurativo ou geométrico — constitui a anotação de uma palavra (cada conceito é representado por um símbolo), como acontece ainda hoje na escrita chinesa” (SAMPAIO, 2009, p. 34). Aqui, é importante salientar o fato de a escrita chinesa fazer uso de um sistema ideográfico, mantendo-se proficiente e profícuo numa época dominada pelos sistemas alfabéticos — o que se deve, talvez, à universalização nos meios de comunicação de letras e numerais para representação dos sons da fala. Não obstante, vale a pena registrar também que o governo chinês em 1956 oficializou a adoção do *alfabeto latino* para representar sua escrita ao lado dos símbolos ideográficos. “O novo alfabeto foi conscientemente aplicado como uma experiência e não se destinava a substituir imediatamente o tradicional. Assim, foi ensinado em apenas algumas escolas, havendo, igualmente, jornais publicados nos dois caracteres” (MARTINS, 1996, p. 43).

Historicamente, dentro de um processo de evolução e de aprimoramento do sistema de escrita, a superação de um sistema ideográfico só se daria a partir do momento em que os grupos de usuários “percebessem” a insuficiência ou — mais provavelmente — a inflexão¹⁹ de um sistema de escrita que se fundava na “arte gráfica” e no acionamento de recursos mnemônicos no ato de registrar e decodificar o texto escrito. Por isso “só a necessidade social poderia produzir uma ferramenta eminente e tão completa como a escrita [alfabética]” (FISCHER, 2009, p. 23). E foi no antigo Médio Oriente que as civilizações da região conhecida como Suméria superaram os limites da escrita mnemônica, avançando para uma escrita mais representativa de valores mais abstratos e simbólicos — longe, é claro, de estabelecerem uma relação sígnica de representação da realidade, capturada a partir da oralidade, isto é, longe de ser ainda um signo²⁰. Essa superação potencializou o surgimento dos processos de formação da escrita cuneiforme propriamente dita.

Na Mesopotâmia — em aproximadamente 3000 a.C., um século após a inauguração da primeira dinastia dos sumérios da cidade de Ur, na Caldeia —, *cada sinal passou a representar apenas uma sílaba*, como aconteceu na escrita analítica, inventada pelos sumérios e depois adotada pelos acádios, assírios, medos, persas e outros povos, constituída de sinais em forma de cunhas, em geral, produzidos pela impressão, sobre tabletes de argila ainda úmidos, de ponteiro talhado em bisel [...]. A escrita cuneiforme, originalmente pictográfica, é o mais antigo sistema [de escrita] do qual se conservam gravações usadas para representar várias línguas do antigo Oriente Próximo (SAMPAIO, 2009, p. 39, — grifo nosso).

A rigor, a compreensão do que foi e do que significou o desenvolvimento da escrita cuneiforme para evolução do sistema de escrita ultrapassa, em muito, tudo que se havia pensado sobre esse sistema durante muitos anos. Num primeiro momento, deve-se considerar uma lenta periodização dos processos que levaram a expressão escrita de um *sistema picto-ideográfico* a um *sistema ideophográfico*. Isso

¹⁹ Todos os sistemas ideográficos derivam dos sistemas de escrita pictográfica, com representações estilizadas de conceitos abstratos sendo acrescentados à lista de símbolos. No entanto, o enorme número de símbolos requeridos para representar até mesmo uma seleção prática das palavras na língua exige um grande esforço de memória, ao mesmo tempo que restringe a expressão literária. E, além do mais, os sistemas ideográficos são inflexíveis e não permitem uma fácil representação de neologismos, empréstimos de outras línguas etc. (SAMPAIO, 2009, p. 34 – 35).

²⁰ “Um ‘símbolo’ é uma marca gráfica que significa outra coisa, enquanto um ‘signo’ é um componente convencional de um sistema de escrita” (FISCHER, 2009, p. 23). Apesar de Fischer (2009) não ser uma autoridade e/ou referência no tratamento linguístico dessa questão, sua posição aparece muito próxima de abordagens semióticas sobre as distinções entre as diversas espécies de signo, defendida, por exemplo, por Peice (1983, 2017).

significou, sobretudo, a passagem do modo de registrar, que ainda reproduzia imagens, para um modo que descrevia — ao menos em certos aspectos — os sons da fala; embora mantivesse, de alguma forma, traços da simbologia da imagem representada.

Au reste, dès la période pictographique, des éléments intellectuels apparaissent dans l'utilisation, notamment lorsqu'une partie était prise pour un tout (ainsi une tête d'animal pour l'animal entier). Par la suite, on voit que de nombreuses représentations ont été polysémantiques par association d'idées: ainsi le même signe figure "ciel" et "dieu", le singe de la "bouche" signifie aussi "dent", "parole", "parler", "crier"²¹ (COHEN; PEIGNOT, 2005, p. 89).

Toda essa reflexão sobre o desenvolvimento desse sistema de escrita é especialmente importante, porque através dessa perscrutação é-se capaz de revelar detalhes de um processo de *transmutação*²² de uma forma de escrita mais ilustrativa e imagética (picto-ideográfico) para uma forma essencialmente representativa e simbólica (ideográfica), incorporando valores mais abstratos que imitativos — ainda longe de ser uma forma sígnica. Esse sistema de escrita foi compartilhado por diferentes povos na região conhecida como Mesopotâmia. Nessa região, têm-se registros arqueológicos de alguns processos que apontam para essa transmutação, em que símbolos deixam de representar coisas e passam a significar ideias²³.

Segundo Fischer (2009), a "escrita completa" surge e supera as outras formas de escrita quando o homem se depara com as necessidades diárias entre elas e a obrigação de registrar aspectos do dia a dia. Ainda segundo Fischer (2009), há dados que apontam para existência de pequenos "envelopes" de argila chamados de *Bullae*, que continham informações de valores no seu interior (em forma de "fichas" feitas igualmente de argila), mas que eram selados por fora evitando a abertura sem

²¹ Com relação a isso, desde o período pictográfico, elementos racionais apareceram incorporado ao uso, especialmente quando uma parte [da representação] foi tomada pelo todo (portanto, uma cabeça de animal passa a ser o animal inteiro). Posteriormente, vê-se que muitas representações eram polissêmicas por associação de ideias que representavam: assim, o mesmo sinal tomado por "céu", é "deus", o sinal para "boca" também significa "dente", "palavra", "fala" ou "gritar".

²² A especificidade do termo é importante aqui porque aponta uma mudança a partir daquilo que é nuclear, daquilo que é essencial e substancial; enquanto o termo transformação poderia indicar uma mudança acidental e relativa.

²³ A constatação da presença de processos de transmutação da natureza da expressão escrita é muito cara para esta pesquisa, pois, defende-se que a latência deste processo culminará com o desenvolvimento de sistemas "para-alfabéticos" (paracódigo), que se exemplificam com os recursos de sinalização gráfica como *acentos diacríticos*, *sinais de pontuação* e *marcas enunciativo-discursivas*.

denunciar a violação do invólucro²⁴. Por conta disso, estabeleceu-se um processo de relação de equivalência entre os símbolos da *Bullae* e aquilo que tais “envelopes” continham. “Assim que esses símbolos secundários exteriores começaram a ser interpretados e usados como ‘sinais’ primários, nasceu a escrita completa como a conhecemos. Isso de acordo com a teoria das fichas” (FISCHER, 2009, p. 26). Ainda segundo Fischer (2009):

A proponente principal dessa teoria, a arqueóloga Denise Schmandt-Besseerat, acredita que as várias formas das fichas representam diferentes mercadorias: bens em metal, espécies de animais, tipos de tecidos etc. Compara as formas das fichas com os antigos glifos cuneiformes estilizados dos sumérios, que aparentemente não têm proveniência pictográfica, e são muito semelhantes. Decorre daí, afirma ela, a derivação dos sinais cuneiformes não-pictográficos das impressões nas *bullae* [...]. Schmandt-Besserat vê dois tipos básicos de fichas: simples, como os sinais numéricos cuneiformes posteriores, e complexas, como os sinais logográficos cuneiformes (FISCHER, 2009, p. 26).

Esse registro é importante porque decorre desse processo — ao menos em tese — a fase decisiva para o desenvolvimento de um *processo de fonetização* da escrita. Numa fase posterior (considerando os longos e descontínuos intervalos de tempo), os símbolos cuneiformes passaram dos quase 2000 pictogramas para pouco menos de 1000; depois, para cerca de 500; demonstrando a presença de um processo de convencionalismo, ou seja, os símbolos passaram a ser mais *abstratos* e *universais* do que concretos e individuais. O processo de convenção simplificou os sinais pictográficos que, muitas vezes, continham muitos traços, além da combinação de dois ou mais sinais anteriores.

O fato é que o sistema sumério de escrita — ainda que utilizando as formas cuneiformes já bastante simplificadas — mantinha uma grande quantidade de símbolos que iam da representação de ideias-palavras por meio de unidades monossilábicas às dissilábicas com a mesma função. Segundo Cohen (2005), “le système sumérien comprend environ cinq cents signes. La plupart sont des signes-mots représentant des mots en majorité monosyllabiques de forme variée, à trois, deux

²⁴ Há registros de que esse processo acontecia também com pequenos jarros, que continham (em forma de pequenas peças de argila depositadas no seu interior) registros de informações pertinentes às partes interessadas; mas tais informações já estavam sinalizadas em forma de desenhos na parte de fora do jarro. Com o tempo, o conteúdo dos jarros passou a ser redundante para fins de registro da informação, satisfazia-se com as informações sinalizadas no exterior do recipiente.

ou un seul élément²⁵, [...]” (COHEN; PEIGNOT, 2005, p. 90). Outro problema, já mencionado, que tornava o sistema sumério complexo era o fato da força polissêmica de alguns símbolos, pois, alguns símbolos podiam ter até vinte sentidos. Naturalmente que essa amplitude semântica trazia uma grande complexidade para o “desenvolvimento” de um sistema alfabético.

Quanto à escrita hieroglífica²⁶ — ἱερός (*hierós*) “sagrado” e γλύφειν (*glýphein*) “escrita” —, sabe-se que sofreu forte influência da escrita suméria, cuja presença pode ser percebida na forma da expressão escrita propriamente dita, na representação logográfica e até na fonográfica. Os hieróglifos apresentam aspectos que apontam uma evolução na arte de significar por meio da escrita, isso se manifesta numa certa “sofisticação” na combinação de elementos imagéticos e mnemônicos com elementos semasiológicos e fonográficos.

Um dos aspectos mais interessantes dos hieróglifos era o uso frequente de *sinais complementares* ou *redundâncias*. Muitos hieróglifos eram complementados por sinais de apoio que constituíam não uma classe separada de signos, mas tinham uma função diferente [...]. Nos hieróglifos egípcios, o escriba comumente repetia a consoante final do sinal principal dessa maneira com um complemento fonético. Algumas vezes ele [o escriba] o fazia duas, ou mesmo três vezes, *apenas para assegurar a compreensão do leitor* (FISCHER, 2009, p. 36 — grifo nosso).

É interessante considerar também que os hieróglifos, ainda segundo Fischer (2009), faziam uso de sinais “determinativos”²⁷, que representavam recursos gráficos identificadores de sons específicos capazes de estabelecer significativas distinções entre palavras e expressões, que compunham os sentidos gerais do enunciado. “Determinatives are not usually specific to one word, so may appear in any word to do with a god or the name of any god, while may appear in the name of any town. A word

²⁵ O sistema sumério compreende cerca de quinhentos sinais. A maior parte são sinais-palavras que representam, em grande parte, palavras monossilábicas apresentando, de forma variada, três, dois ou só elemento.

²⁶ É sabido da existência da escrita hieroglífica dos Hititas, mas a abordagem desse sistema de escrita não interessa nem pertence aos objetivos estabelecidos para esta pesquisa. A bem da verdade, leituras têm apontado para a escassez de informações e de dados sobre esse período da história da expressão escrita; bem como, sobre as circunstâncias sob as quais ela se manifestou.

²⁷ A inserção desse tipo de sinal é um indicativo — guardadas as proporções — do fenômeno linguístico que motiva a pesquisa em torno da tese que se defende aqui. A ideia de que a presença ou a ausência de um sinal ou de uma marca gráfica é capaz de transformar, mediante um processo de convenção, todo o conteúdo significativo de um símbolo pode ser aplicada a outros recursos da escrita. Nas línguas semíticas como o hebraico e o árabe, por exemplo, a presença de sinais diacríticos denuncia a presença de vogais e interferem significativamente no sentido do enunciado.

may have two or three determinatives²⁸” (MANLEY, 2012, p. 18). É bastante interessante e pertinente também, saber que os egípcios foram capazes de criar “o primeiro alfabeto do mundo, embora não incluíssem a representação gráfica para as vogais, nem seu uso colocava habitualmente esses signos consonantais separados de outros signos fonéticos dos hieróglifos egípcios” (FISCHER, 2009, p. 36).

A particular importância de tudo que se apresentou neste tópico (e se exporá nos subtópicos subsequentes) reside na constatação da criação de sinais significativos e produtivos na escrita (alfabética) hieroglífica; uma vez que a utilização desse tipo de recurso gráfico foi germinal para demonstrar a necessidade de desenvolvimento de sinais de escrita com poder de superação da representação mimética ou ilustrativa da expressão escrita. Nesse sentido, notou-se a indispensável *função abstrativa* dos sinais gráficos constituidores de um sistema de escrita que pretenda ultrapassar os limites da representação tácita da realidade que se verbaliza na fala.

Isso significa dizer que há, no sistema de escrita egípcia, *sinais gráficos* capazes de representar objetivamente as ideias mais universais possíveis, mas que é também igualmente capaz de representar a existência individual, unívoca e temporalmente limitada e materializada na expressão escrita. Essas particularidades e distinções são fundamentais para entender uma série de aspectos que estão presentes num sistema de escrita alfabética, sobretudo, aqueles que possibilitam — mediante processo de aprendizagem — a compreensão do que está registrado. Em função disso, os diversos processos que construíram os muitos tipos de expressão escrita ainda podem ser compreendidos — quando acessados — porque possuem, em menor ou maior grau, a capacidade de universalização daquilo que é comunicado, no momento em que foi usado e a qualquer momento que for acessado.

Em função disso, nada sinalizado num texto escrito — segundo um sistema de escrita —, que tenha efetivo poder de comunicação pode ser considerado casual, aleatório, fortuito ou sem sentido. É nesse sentido, portanto, que em algumas circunstâncias e para alguns estudos específicos da linguagem humana, até aquilo que pode parecer uma “subtração” no texto escrito (apagamentos, rasuras ou hesitações) revela aspectos pertinentes em relação àquilo que se quer, efetivamente,

²⁸ Os determinativos, geralmente, não são específicos para uma palavra, podendo aparecer, portanto, em qualquer palavra para dizer respeito a um deus ou ao nome de qualquer deus, também podem aparecer no nome de cidade. Uma palavra pode ter dois ou três sinais determinativos.

comunicar. No caso dos processos de evolução e de aprimoramento dos sistemas de escritas, os usos de sinais gráficos não revelam apenas a busca por recursos mais pragmáticos para a atividade de escrita; demonstram, sobretudo, a maturação do intelecto humano, que naturalmente tende ao que é mais universalmente válido e acessível, que se distancia das experiências individuais, mas sem perder a capacidade de identificá-las quando acionado e acessado.

É certamente esse o estado de desenvolvimento e de aprimoramento que alcançou o *sistema de escrita alfabético* capaz de representar, a partir de um número limitado de sinais gráficos (grafemas) e de todo recurso que lhe seja auxiliar, qualquer expressão escrita de uma língua, ou de diferentes línguas que, por ventura, façam uso do mesmo sistema de escrita. Se houver a possibilidade de existência de um sistema de escrita que possa superar a capacidade de representação universal do sistema alfabético como é conhecido hoje, certamente será algo que poderá codificar não apenas o que se é capaz de dizer, mas também aquilo que se é capaz de pensar; aquilo que se traz na memória e, até mesmo, aquilo que se pode prever — um sistema de escrita/comunicação com esse poder de transliteração parece restrito, no momento, à fantasia humana.

2.2.1 Formação e aprimoramento do *sistema de escrita alfabética* — um processo de *transmutação* de elementos da fala para recursos da escrita

Embora possam parecer essencialmente simples e óbvias para um usuário proficiente da modalidade escrita de uma língua, a existência e a funcionalidade de um sistema de escrita alfabética pressupõem engenhosos e imbricados processos de evolução da atividade cognitiva humana, sobretudo, no que se refere aos processos de construção simbólica. Um olhar acurado para a essência do que de fato significa um conjunto de sinais gráficos (no primeiro momento como as letras), que, grosso modo, estabelece relação de “igualdade representativa” com os sons da fala, leva a imaginar quão significativo e revolucionário foi o salto cognitivo que levou a essa construção. Tal empreendimento foi capaz de fazer um sistema de escrita chegar a uma estrutura de representação mais simples possível: a relação letra-som²⁹; porém,

²⁹ Note-se que é comum uma letra representar mais de um som, ou um som ser representado por mais de uma letra. A ortografia da Língua Portuguesa, por exemplo, ilustra muito bem esse fenômeno. Com apenas 26 letras, registra-se tudo que se possa expressa pela escrita.

inversamente, proporcional no que diz respeito à complexa e infinita capacidade de configurações na construção da expressão escrita. Nisso, consiste a essência do sistema de escrita alfabética, isto é, com um número mínimo de símbolos gráficos, é-se capaz de escrever (representar) tudo que pode ser dito por um falante de uma língua que utilizar tal sistema como aparato de escrita³⁰.

O salto não é quantitativo — embora se corra o risco de se pensar que o processo consiste apenas na redução do número de sinais gráficos —, pois não importa qual seja o número de letras convencionadas para representar a relação “letra-som”. Isso significa considerar que o número de letras poderia ser 26 do alfabeto latino; 24 do grego; 33 do cirílico; 22 do hebraico ou as 28 do árabe. O salto é qualitativo, pois, a “representação” da fala através do sistema de escrita alfabética ultrapassou a representação mimética, ilustrativa ou visual dos sistemas pré-alfabéticos. Nesse caso, tem-se, de fato, um processo de *transmutação* dos recursos da fala para recursos de escrita. Isso equivale dizer que as variadas formas de representar um significante (conforme o idioma), na dimensão da expressão escrita, é um processo de abstração, cuja essência consiste em relativizar o significante (a materialidade sígnica) em função dos valores/sentidos que ela comunica. A rigor, isso quer dizer que não importa se está escrito, “νερό”, “вода”, “Wasser” “water”, “eau”, “aqua” ou “água” essas formas gráficas são relativas; nisso, consiste o processo de *transliteração*, uma vez que, “ela regula o escrito, não mais sobre o sentido ou o som, mas sobre a letra” (ALLOUCH, 1995, p. 62). Portanto, a transliteração consiste na primazia da expressão escrita segundo aquilo que ela manifesta de mais imediato e preso aos aspectos textual-idiomáticos.

Endossa-se, portanto, que no processo de passagem da fala para a expressão escrita sistêmica e alfabética, o que se verifica é um processo de *transmutação* (no tópico 2.3, será retomada essa reflexão), isto é, aquilo que está na fala, ao ser escrito, passa a manifestar — enquanto código linguístico — propriedades linguísticas que não se encontram na fala. As unidades mínimas constituidoras do código oral não correspondem, *in essentia*, às unidades mínimas da expressão escrita. A percepção

³⁰ É curioso notar que essa arbitrária relação entre sistema alfabético e língua parece naturalizada entre os usuários de uma língua escrita. Em tese, uma língua poderia adotar qualquer sistema alfabético para se manifestar de forma escrita. Alguns episódios demonstram bem essa possibilidade. Em 1923, por exemplo, a língua turca deixou de ser grafada com o alfabeto árabe e passou a usar o alfabeto latino; no início do século XXI, depois da dissolução da antiga Iugoslávia, a língua servo-croata passou a ser usada na Croácia e na Sérvia, mas a primeira grafada com o alfabeto latino, e a segunda grafada com o alfabeto cirílico.

de uma equivalência entre tais unidades mínimas acontece no domínio das macroestruturas do evento comunicativo, isto é, quando as distinções essenciais entre as modalidades não são mais um problema para o usuário da língua. Quando o signo linguístico é transmutado para o sistema de escrita é necessário considerá-lo sob as notas que são próprias dessa modalidade da língua e sob as particularidades de sua força comunicativa.

Para se compreender a essencialidade desse poder comunicativo da expressão escrita, devem ser considerados também os processos sobre os quais se deu a origem e pelos quais se desenvolveu a história e o aprimoramento do *sistema de escrita alfabética*, que sintetiza o salto do mimético e/ou ilustrativo para o sistema representativo da escrita. Perscrutar os espaços de nascimento desse sistema e os caminhos que ele percorreu até chegar ao que se tem hoje, é importante para se compreender a natureza do código alfabético e tudo que nele está implicado — inclusive, os subsistemas que lhe estão integrados como uma espécie de paracódigo — como, por exemplo, os *sinais de pontuação* e os *acentos diacríticos*.

Especialistas no assunto apontam como lugar de surgimento das atividades sistemáticas de escrita as civilizações que se desenvolveram na região da antiga Mesopotâmia e do antigo Egito. Nessa grande região, três sistemas de escritas que precederam o sistema de escrita alfabética são capazes de indicar possíveis etapas do processo evolutivo que levou às bases do sistema alfabético que se tem hoje. Essas etapas são: a) a escrita cuneiforme da *Suméria*; b) a escrita hieroglífica do *Egito* e c) a escrita cuneiforme da antiga cidade de *Ugarit*.

Mesmo considerando o aspecto propedêutico dispensado a essas questões, não se pode deixar de abordar algumas contribuições específicas de cada uma dessas civilizações para o aprimoramento do sistema de escrita alfabética. Neste tópico, diferentemente do que se discutiu anteriormente, o interesse está, especificamente, nas propriedades sistêmicas que potencializaram o surgimento do sistema de escrita alfabética — nos tópicos anteriores fora a formação do próprio processo de escrita. Nos dois tratamentos, o que se quer evidenciar é a importância da *constituição do traço*, daquilo que é marcado como elemento *sui generis* da expressão escrita.

Em função desses direcionamentos, é preciso considerar os estudos que indicam que na região da Suméria, por volta de 1700 a.C., há registros de uma escrita cuneiforme que utilizava sinais caracterizados como “picto-ideográficos”. Esse sistema definia-se por uma combinação de sinais representativos de sílabas que se

associavam a sinais representativos de palavras, revelando que “l’écriture sumérienne ancienne elle-même est phonographique, dans une certaine mesure, par emplois de rébus à transfert (ainsi GI (N) “être stable” est écrit par le signe du “roseau” *gi*)³¹” (COHEN; PEIGNOT, 2005, p. 90).

No entanto, a presença de fonogramas, nessa fase da escrita sumeriana, já corresponde a um estado bastante avançado de evolução em relação àquela que se registra por volta do terceiro milênio antes de Cristo (+ ou – 3300 a.C.), na região das cidades de *Uruk* e de *Ur*. Segundo Cohen e Peignot (2005), esse sistema mais elaborado, encontrado por volta do ano 1700 a.C., conservou-se em algumas escritas até o período do Império Selêucida³² (312 – 64 a.C.). Isto significa dizer que, mesmo muitas centenas de anos depois do desaparecimento da civilização suméria, suas contribuições continuaram presentes em outras culturas que reproduziam e utilizavam suas técnicas e seus conhecimentos de escrita difundidos por todo mundo antigo.

Por sua vez, a contribuição do sistema de escrita hieroglífica (que receberá, neste tópico, um tratamento um pouco mais específico do que aquele que foi dado acima) foi particularmente importante porque, num certo período do seu desenvolvimento, esse sistema associava *ideogramas*, *fonogramas* e *símbolos determinativos* para representar, na expressão escrita, os recursos da oralidade. Sabe-se que os fonogramas eram os recursos gráficos que mais se aproximavam dos símbolos alfabéticos conhecidos hoje. Alguns desses sinais tinham valor de uma consoante; no entanto, outros tinham valor de duas consoantes seguidas e havia aqueles que manifestavam o valor de três consoantes seguidas e distintas. Essa combinação de formas e recursos revela um evoluído nível de elaboração cognitiva e representativa, embora se possa dizer também que “dès les plus anciens textes on voit que les Égyptiens avaient élaboré une expression figurée qui était certes compliquée et assez malaisée d'emploi³³” (COHEN; PEIGNOT, 2005, p. 74).

Essa dificuldade manifesta-se no fato de que os egípcios, em situações e épocas específicas, associavam os três tipos de sinais quando escreviam, de modo que era preciso ler os *sinais-palavras*, os *sinais-consoantes* e os sinais que podiam

³¹ A antiga escrita sumeriana, em si, é fonográfica, em certa medida, manifestava-se por usos de rebus (decifração) (uma coisa significando outras previamente conhecidas).

³² O Império Selêucida, corresponde ao período da dinastia helenística que predominou na Ásia de 350 a 64 a.C. Foi fundada por Seleuco (350 – 280 a.C.), general de Alexandre Magno (HOUAISS, 2001, p. 2539).

³³ Desde os textos mais antigos, vê-se que os egípcios tinham desenvolvido uma expressão figurativa que certamente era complicada e bastante difícil de se empregar.

funcionar como *símbolos determinativos*, o que indica uma múltipla indexicalização da expressão escrita. No auge de seu desenvolvimento, a escrita hieroglífica possuía cerca de 700 caracteres com, aproximadamente 66 fonogramas, sendo que 24 desses podiam representar apenas um único som por letra, revelando-se como um *sistema de escrita de base alfabética*.

Nesse sentido, é possível que as raízes do primeiro sistema alfabético tenham surgido no Egito, cuja estrutura era essencialmente consonantal no que diz respeito à relação representativa: “letra-som”, o que é bastante razoável, pois, “a língua egípcia, como a maior parte das línguas hamito-semíticas³⁴, prioriza as consoantes em sua morfologia [...]” (FISCHER, 2009, p. 77). A simplificação desse sistema de escrita egípcia deve-se, em parte, à contribuição da escrita proto-sinaítica, uma reelaboração encontrada por várias regiões da Península do Sinai. Esse sistema de escrita “apresenta pelo menos 23 sinais distintos — e quase metade deles evidentemente emprestados do egípcio” (ibidem). Essa “escrita proto-sinaítica não pode ser considerada o ‘elo-perdido’ entre escrita egípcia e o inventário consonantal semítico completo; era meramente um ramo inicial de um sistema nascente”, segundo Diringer (apud FISCHER, 2009, p. 79).

O “elo-perdido”, ao qual faz referência Fischer, é apontado como estando presente no terceiro sistema de escrita referenciado aqui. Acredita-se que tal sistema (ou a forma de organização de um sistema já existente³⁵) ajudou na compreensão do processo de desenvolvimento e de aprimoramento do sistema de escrita alfabética como é conhecido hoje. Trata-se do sistema *Ugarítico* de escrita alfabética. O alfabeto ugarítico foi encontrado registrado em tábuas de argila achadas nas ruínas da antiga cidade de *Ugarit*³⁶, que ficava localizada na costa sudoeste da atual Síria. Esses registros — bem como a história da própria cidade — são, certamente, os menos conhecidos do público em geral. O contato com os documentos encontrados nessa região trouxe, no entanto, muita luz à compreensão do possível processo que levou à

³⁴ Hamito-semíticas, equivalente à Camito-semíticas “que tem características (esp. linguísticas e/ou étnicas) camitas e semitas. Relativo à família linguística, também afro-asiática, que inclui línguas faladas em grande parte da África setentrional, no Oriente Médio, Arábia e países próximos, até as fronteiras do Irã” (HOUAISS, 2001, p. 587).

³⁵ Acredita-se que a escrita ugarítica foi uma reestruturação de um sistema de escrita já existente: a escrita cuneiforme, inclusive, com o aproveitamento de parte de seus símbolos ideográficos, que foram reduzidos a símbolos alfabéticos.

³⁶ “Ugaritic is an ancient Semitic language that was spoken in the city of Ugarit, modern Ras Shamra (“Cape Fennel”), at the northeastern corner of the Mediterranean, in present-day Syria” (HUEHNERGARD, 2014, p. 1).

formação do sistema de escrita alfabética moderno. Na forma de apresentação do alfabeto ugarítico, é possível perceber uma *ordem alfabética* dos sinais gráficos (equivalentes às letras de um sistema alfabético) até então nunca registrada pelos sistemas de escrita conhecidos e compartilhados na época (século XV a.C.).

A explicação para tal fenômeno parece estar relacionada ao fato de a cidade ter sido um importante centro comercial que registrava a presença de falantes de diferentes línguas e usuários de muitos outros sistemas de escritas. Acredita-se que esse sistema alfabético era usado para *transcrever diferentes línguas e fazer a transliteração de outras tantas formas de escritas*. Certamente, a disposição de tais símbolos numa ordem alfabética e com um número limitado possibilitou o intercâmbio entre os falantes e escreventes das diversas línguas que transitavam pela cidade de Ugarite.

A particularidade do alfabeto ugarítico está no fato de ele trazer o registro de trinta sinais gráficos cuneiformes distintos que representavam trinta sons consonantais específicos e distintivos. Tanto na disposição quanto na combinação dos sinais cuneiformes percebia-se a preocupação de que cada forma representasse apenas um único som. Certamente por isso, ele “se tornou o método preferido de escrita dos escribas. Seu inventário consonantal reproduz o alfabeto consonantal linear semita ocidental, mas inclui, surpreendentemente, três vogais³⁷ longas e curtas também” (FISCHER, 2009, p. 80).

O abecedário ou listas de alfabeto ugarita, em várias tabuletas preservadas, também segue, ainda que apenas em parte, a tradicional ordem das letras (como o alfabeto latino segue a ordem “a, b, c” etc.) do alfabeto linear semita ocidental, uma ordem evidentemente canonizada em Canaã por volta da metade do segundo milênio a.C. (Essa mesma ordem foi herdada, com as respectivas mudanças, pelo grego e o arábico) (idem, p. 80).

Segundo Cohen e Peignot (205), “le déchiffrement a été rapide parce qu'on a vite reconnu que le nombre des signes était à peu près celui de l'alphabet consonantique phénicien, et que les essais de lecture au moyen de mots cananéens

³⁷ A duração vocálica é um traço fonético-fonológico, que consiste em estabelecer distinções significativas a partir do tempo de duração de determinada vogal numa palavra. No latim clássico, essa é uma propriedade bastante importante do seu inventário fonético, isto é, as diferentes formas de realização na pronúncia de uma vogal num par de palavras podem indicar significados completamente diferentes. É assim que distinguem “*maalum*” (maçã, se a pronúncia da vogal –a for longa); “*maalum*” (mau, se a pronúncia da vogal –a for breve).

usuels ont été tout de suite fructueux³⁸ (COHEN; PEIGNOT, 2005, p. 122). É comum dizer que o lugar onde os alfabetos modernos formaram-se foi a Fenícia, mas são pouco conhecidos — ou não são muito discutidos — os percursos e as fundamentais contribuições que esses outros sistemas, rapidamente apresentados aqui, deram para a formação do, reconhecidamente famoso, alfabeto fenício.

Diante do que foi exposto até aqui, é preciso salientar que a reflexão trazida para este subtópico da pesquisa tem como objetivo mostrar que o longo processo de formação e de constituição do sistema de escrita alfabética está longe de ser apenas uma simples atribuição aleatória e fortuita de um processo evolutivo natural, ou naturalizado. O que se percebe é que seu processo de transformação e de aprimoramento foi resultado de um esforço de elaboração e reelaborações de formas e de sistemas que foram sendo percebidos como insuficientes ou incompletos para atender as necessidades de comunicação por meio da expressão escrita. Em relação à escrita suméria, hieroglífica e ugarítica, cada um desses sistemas contribuiu, ao seu modo e ao seu tempo — sem estabelecer uma necessária relação de causalidade entre eles —, para o desenvolvimento do sistema alfabético de escrita.

Como já salientado, a intenção é fazer uma rápida referência ao assunto, a fim de enfatizar a complexidade presente na formação do sistema de escrita alfabética que, como meio de comunicação, segundo Havelock (1996), foi capaz de determinar o modo como o ser humano passou a ver o mundo. Como tecnologia, esse sistema de escrita manifesta os princípios que dirigem o ato de sinalizar. No sistema de escrita alfabética, o sinal gráfico mais simplificado possível (grafema) tornou-se o mais sofisticado mecanismo de comunicação racional da humanidade, pois foi dotado de *inteligibilidade objetiva*, superando as limitações que o espaço e o tempo poderiam, imperativamente, impor aos símbolos mimético e que condenava a expressão escrita a sucumbir reclusa e desconhecida entre os grupos sociais em que surgira.

Para além dessa mais imediata, porém essencial, função dos “sinais-letras” do sistema de escrita alfabética, há muitos outros recursos que, associados a eles, são capazes de construir (ou interferir) os sentidos de um texto, de revelar aspectos enunciativos de seus interlocutores, bem como de evidenciar aspectos discursivos presentes em seus atos comunicativos. O que se quer salientar, portanto, é que sobre

³⁸ A decifração foi rápida porque rapidamente se percebeu que o número de signos era aproximadamente o do alfabeto consonante fenício, e que os testes de leitura usando as palavras cananeias tradicionais eram imediatamente compatíveis.

essa base lógico-linguística desenvolveu-se toda a capacidade humana de transpor, objetivamente, não só as expressões e sentenças da língua, mas também suas relações de sentido. Por isso, sobre esse mesmo suporte, é possível ir além daquilo que as palavras isoladas ou associadas podem comunicar. Isso significa considerar que a expressão escrita compreende, além do sistema alfabético propriamente dito, todos os recursos gráficos pertinentes a seu substrato linguístico.

2.2.2 Do Alfa ao “Z”: a constituição do “modelo” dos alfabetos contemporâneos

O “elo-perdido” que o alfabeto ugarítico representa poderia ter se perdido de novo por ocasião da queda da cidade de *Ugarit* e da superação de toda uma época conhecida pela História Universal como a Idade do Bronze. Os princípios linguísticos de funcionalidade presentes na estrutura organizacional do alfabeto ugarítico de alguma forma e por alguma razão — pelas quais este trabalho não tem interesse em se debruçar — encontram-se preservados no alfabeto ao qual se atribui a base constituidora de todos os alfabetos conhecidos atualmente: o *alfabeto fenício*. Diante dessa constatação, parece plausível afirmar que a jornada do alfabeto, que nasceu na Mesopotâmia, nutriu-se dos hieróglifos egípcios e amadureceu nas forjas que cozeram as tábuas de argila do alfabeto cuneiforme ugarítico, atingindo sua fase adulta e, praticamente, definitiva na Fenícia. É consenso entre os especialistas no assunto que essa é a fonte na qual os alfabetos modernos embasam a forma que têm hoje e que, por essa razão, cada um dos alfabetos conhecidos e utilizados no mundo atualmente refletem aspectos e princípios presentes no alfabeto fenício. O quadro abaixo ilustra essa relação presente entre os alfabetos *grego*, *latino* e *cirílico*.

Quadro 1 — Alfabeto fenício e seus derivados

FENÍCIO			Letra correspondente em		
			Grego	Latim	Cirílico
𐤀	alf	boi	Αα	Aa	Аа
𐤁	bet	casa	Ββ	Bb	Бб, Вв
𐤂	gaml	camelo	Γγ	Cc, Gg	Гг, Гг'
𐤃	delt	porta	Δδ	Dd	Дд
𐤄	he	janela	Εε	Ee	Ее, Ее, Ээ
𐤅	wau	gancho	(Ϝϝ), Υυ	Ff, Uu, Vv, Yy, Ww	(Уу), Уу, Ўў
𐤆	zai	arma	Ζζ	Zz	Жж, Зз
𐤇	het	parede	Ηη	Hh	Ии, Йй
𐤈	tet	roda	Θθ		(Өө)
𐤉	yod	mão	Ιι	Ii, Jj	Ии, Йй, Jj
𐤊	kaf	palma (da mão)	Κκ	Kk	Кк

Fonte: Palavras lidas (sites google.com)

A Fenícia deve ser reconhecida também como a civilização que conseguiu dois grandes feitos nesse processo de evolução e de aprimoramento do sistema de escrita alfabética. O primeiro foi dar às letras dos alfabetos as formas e os traços básicos que, de modo geral, ainda podem ser percebidos nos alfabetos modernos. O segundo feito diz respeito à capacidade que a Fenícia teve de difundir seu sistema de escrita por toda sua esfera de influência econômica, política e militar durante o período em que dominou o Mar Mediterrâneo.

Há registros de que o alfabeto fenício apareceu formado e estável com suas 22 letras consonantais por volta do século X a.C., os principais elementos que levam a essa conclusão são as inscrições encontradas no sarcófago do rei Ahiram, onde é possível observar a presença de sinais-letras já bastante definidos como representação gráfica de fonogramas. É desse período também as indicações que apontam que esse alfabeto foi utilizado pelos fenícios para transcrever muitas outras línguas faladas e escritas que estavam sob seus domínios.

A escrita fenícia foi a preferida, por todo o Levante³⁹, entre 1050 e 850 a.C. Durante esse período apresentou uma direção instável — da esquerda para a direita, da direita para a esquerda e mesmo mudando de direção a cada linha. Só após 800 a.C., a escrita fenícia passou a ser exclusivamente da direita para a esquerda. Continuou a ser escrita, sem indicação de vogal, até o primeiro século a.C” (FISCHER, 2009, p. 83).

Esses princípios estruturais indicados por Fischer (2009) basicamente se farão presentes em todos os alfabetos, aos quais se atribui uma origem fenícia. As contribuições das escritas hieroglífica e ugarítica — cada uma com sua parcela de contribuição — levaram ao alfabeto fenício a funcionalidade e o pragmatismo esperados num sistema que deve ser o mais universal e adaptável possível, permitindo-lhe ser utilizável por qualquer língua que o tome como sistema de representação escrita. Certamente, é pela atuação desses princípios que o alfabeto fenício está na base estrutural e funcional dos alfabetos grego e, por conseguinte, do alfabeto romano e cirílico. Estudiosos apontam que ele também é a base do *alfabeto*

³⁹ Levante — “conjunto dos países do Mediterrâneo oriental (Turquia, Síria, Egito) e Ásia Menor” (HOUAISS, 2001, p. 1749).

aramaico antigo, do qual se originaram os *alfabetos indiano, persa e hebraico*; e de todos os outros conhecidos — até do alfabeto chinês e dos que dele são derivados.

Especificamente para esta pesquisa, no entanto, interessa muito particularmente o surgimento do alfabeto grego a partir das estruturas formais do alfabeto fenício. “Todos os estudiosos concordam que os gregos receberam suas ‘letras fenícias’ diretamente dos mercadores peripatéticos de Tiro, Sidon, Biblos, Ashkelon e outros portos ricos do Levante que [...] dominaram o comércio do Mediterrâneo” (FISCHER, 2009, p. 110). Depois de se “apropriar” do alfabeto fenício, a civilização grega, durante o longo período em que dominou o Mediterrâneo, tratou de difundir o uso de sua língua e de sua escrita associadas a toda sua produção cultural.

Esse período foi fundamental para o aperfeiçoamento, a incrementação e a uniformização dos recursos gráficos associados às necessidades fonéticas da língua grega que, dependendo do período histórico e da cidade-estado, apresentava-se com algumas diferenças. Esse processo de uniformização do alfabeto grego levou-o à forma como é conhecido hoje; registros indicam que se chegou a esse padrão por volta do ano 400 a.C., na região da Jônia. De modo geral, todo esse processo permitiu ao alfabeto grego tornar-se muito mais funcional e pragmático do que todos os sistemas que o antecederam ou que foram concomitantes a ele.

Algumas particularidades tornaram o alfabeto grego específico e especial, atribuindo-lhe a configuração final de um sistema de escrita alfabética estável e universalmente inteligível⁴⁰. Certamente, porém, a particularidade que mais contribuiu para seu aperfeiçoamento e sua perpetuação como um instrumental de escrita bastante evoluído e aperfeiçoado foi a *criação dos sinais de sons vocálicos* (letras-vogais) incorporados ao sistema alfabético.

Os gregos foram os primeiros na história a representarem sistemática e consistentemente fonemas vocálicos. (Com suas *matres lectionis*⁴¹, que os escribas aramaicos alcançaram setecentos anos mais tarde, seguidos pelos hebreus com seus diacríticos vocálicos [...]). E mais, eles conferiram a cada vogal grega um sinal como se fossem consoantes, e depois escreveram esses sinais sozinhos ou

⁴⁰ Também nesse período o grego já era uma escrita que havia superada a fase conhecida como bustrofédon, que diz respeito a uma escrita que oscila na direção da direita para a esquerda e da esquerda para direita no caso desse tipo de escrita semítica; mas que em outras escritas podem variar em relação à vertical e à horizontal.

⁴¹ *Matres Lectionis* — são as consoantes do alfabeto hebraico que funcionam como vogais acrescidas de um sinal diacrítico, que auxilia na pronúncia correta da palavra.

acompanhados de uma consoante. Usando consoantes e vogais juntos dessa forma, reproduziram a fala muito mais fielmente do que qualquer sistema inventado antes ou depois. Assim, os gregos alcançaram o primeiro “mapeamento” dos sons relevantes de uma língua. E embora eles quisessem só transmitir seu dialeto particular do grego, usando a nova escrita fenícia, os escribas de Chipre apresentaram uma inovação a qual, sofrendo em geral apenas pequenas adaptações, podia transmitir qualquer língua do mundo. Dessa forma, os gregos “aperfeiçoaram” a escrita alfabética, dentro de suas limitações (FISCHER, 2009, p. 111 – 112).

O processo de constituição das representações dos sons vocálicos (letras-vogais) no alfabeto grego é *sui generis*. Prova de tal peculiaridade e engenhosa criação, é o que ocorreu — depois de sofrerem a influência da “organização lógica” do alfabeto grego — com os alfabetos semitas que passaram a usar, como expediente para representar os sons vocálicos, a indicação de *sinais diacríticos*, o que ocorreu também com os alfabetos aramaico, hebraico e árabe. É importante enfatizar esse aspecto, porque os sinais diacríticos utilizados para indicar os sons vocálicos nas consoantes hebraicas, por exemplo, não são sinais gráficos na mesma acepção daqueles que se configuram como “letras-vogais⁴²” de um sistema alfabético e que correspondem a um som da língua. Tais sinais diacríticos são, na realidade, recursos ortográficos⁴³ como são os sinais indicadores de sílabas tônicas do português — a coincidência da forma (sinal gráfico) não corresponde à natureza linguística comunicada por cada um deles em seus contextos linguísticos.

Note-se que os primeiros sons da fala a serem representados num sistema alfabético foram os sons consonantais. Quando se leva em consideração que as letras que representam um som consonantal são resultantes, em princípio, de uma representação “mimética” do objeto ou do ser que significavam, percebe-se a especialidade do processo cognitivo que culminou com a criação das “letras-vogais”, e que representam graficamente os sons vocálicos do alfabeto grego, originalmente. Em relação a esses aspectos específicos, afirma-se:

⁴² A referência à letra como sinal gráfico é no sentido da representatividade, isto é, aquilo que deixa de ser ilustrativo, que se afasta do mimético e ganha traços de representação simbólica da relação letra-som.

⁴³ Embora se acredite — e aqui se defenderá isso — que recursos ortográficos são tão importantes quanto à própria estruturação do sistema alfabético para aquilo que se quer dizer quando se escreve, não se pode achar que a indicação de sons vocálicos, por meio de sinais diacríticos, manifeste a mesma elaboração lógica que a constituição de “letras-vogais”, que são simbólicas (σύμβολον — representação significante de uma realidade abstrata).

Pour le détail de l'adaptation ancienne de l'alphabet sémitique au grec, avec ou sans intermédiaire différent, nous sommes dans le noir. Mais nous pouvons dire avec certitude que la différence entre la constitution phonétique au point de départ (sémitique cananéen) et au point d'arrivée (grec classique) a été une circonstance heureuse puisqu'elle a abouti en fin de compte au recomplètement de l'alphabet par la création de lettres-voyelles, ce qui a permis une représentation phonographique complète pour les articulations⁴⁴ (COHEN; PEINOT, 2005, p. 153).

Tudo isso permite concluir que os gregos repetiram o comportamento cognitivo e cultural de outras civilizações, pois tomaram “emprestado” um sistema de escrita anterior (neste caso o alfabeto fenício), aprimoraram-no e acrescentaram-lhe as letras-vogais. Em seguida, usaram-no como instrumental para influenciar todas as civilizações que, de alguma forma, estavam submetidas aos seus domínios político, econômico e cultural.

Processos semelhantes a esses aconteceram com os fenícios e também no sistema de escrita adotado pelos escribas da cidade de *Ugarit*, que aprimoraram a escrita cuneiforme sumeriana, acrescentando-lhe, inclusive, representações para sons vocálicos⁴⁵. Por fim, na reelaboração final do alfabeto fenício, os gregos empregaram — certamente como parte do próprio processo de aprendizagem e de universalização do sistema alfabético — o princípio acrofônico⁴⁶, o que deve ter facilitado também todo o processo de difusão dessa nova forma de organização do sistema de escrita alfabética. Nesse sentido, portanto, “o alfabeto grego, por contraste, é apresentado aqui, ao irromper no cenário da Grécia, como uma peça de tecnologia explosiva, revolucionária por seus efeitos na cultura humana, de uma maneira que nada tem de exatamente comum com qualquer outra invenção” (HAVELOCK, 1996, p. 14). Para além disso, ainda segundo Havelock (1996):

⁴⁴ Não estamos certos, sobre como se deu a adaptação detalhada do alfabeto semítico para o grego, se houve algum processo intermediário. Mas podemos dizer, com certeza, que a diferença entre a constituição fonética que se verifica no ponto de partida (semítica cananeia) e no ponto de chegada (grego clássico) teve um resultado agradável; pois, em última análise, resultou na reorganização do alfabeto a partir da criação das letras-vogais, o que permitiu uma representação fonográfica completa para representar as articulações da fala.

⁴⁵ Lembrando-se de que nesse sistema (usado cerca de cinco séculos antes desse momento da escrita grega) a estrutura de representação gráfica era a escrita cuneiforme, isto é, embora houvesse claramente um sistema de símbolos ordenados alfabeticamente, não havia os sinais-letas. Nisso consiste o grande salto cognitivo e intelectual da civilização grega no que diz respeito ao seu alfabeto, consecutivo do aprimoramento fenício.

⁴⁶ Acrofônico é relativo à acrofonia que, por sua vez diz respeito a um “sistema gráfico antigo [...] que consistia em atribuir ao desenho ou ao ideograma de um objeto o valor fonético da letra ou da sílaba inicial do nome desse objeto” (HOUAISS, 2001, p. 70).

Funda-se a alegação dessa singularidade no fato de que, tendo emergido de um processo de experimentação, o qual se desdobrou, quiçá, pelos três precedentes milênios, ele, todavia, representou o termo desse processo. Uma vez inventado, o alfabeto forneceu a resposta integral a um problema, e nunca mais houve necessidade de reinventá-lo. *As variantes romana e cirílica são apenas isso — variantes — e nada mais (ibidem — grifo nosso).*

O alfabeto fenício foi replicado, via alfabeto grego, na estruturação do alfabeto latino que se formou intermediado, num primeiro momento, pelo alfabeto etrusco. Esse povo que viveu na Península Itálica, sob a influência da cultura grega, teve sua língua transliterada logo para alfabeto grego que ao longo do tempo foi se adaptando às características fonológicas da língua que o adotou como representação gráfica. A escrita etrusca — longe de ser uma forma latina de expressão linguística — conservava características das escritas semíticas como, por exemplo, a ausência de determinados sons oclusivos e o padrão de escrita da direita para a esquerda. No entanto, sua forma particular de escrita é uma importante fonte para se entender o processo de transformação do sistema de escrita alfabética grega em latina.

Lorsque le latin a commencé à s'écrire vers le VIII siècle avant J.-C., en empruntant l'écriture soit directement au grec, avec des influences étrusque, soit à l'étrusque pourvu lui-même de l'écriture sous une forme grecque, l'alphabet a été dans l'ensemble bien adapté à la langue dans une orthographe jeune⁴⁷ (COHEN & PEINOT, 2005, p. 258).

De modo geral, o alfabeto latino conseguiu adaptar bem, para suas necessidades estruturais, as particularidades do alfabeto grego; isso foi facilitado, em certa medida, pelo menor número de letras que a estrutura alfabética latina sentiu necessidade de transliterar do grego (talvez por características da própria oralidade latina) para realizar seus próprios sons. Mesmo que de modo muito superficial, quando comparadas as duas estruturas alfabéticas atuais, é possível notar, a presença, em alguns casos, de duas vogais no alfabeto grego para uma única correspondente no alfabeto latino.

⁴⁷ Quando o latim começou a ser escrito por volta do século VIII a.C., tomando emprestada diretamente a escrita grega, ou por meio das influências da própria escrita etrusca, o alfabeto adaptou-se bem à nova escrita.

Esses são os casos de *épsilon* (ϵ) e *êta* (η), que no latim traduz-se com a vogal (e); ou das vogais *iota* (ι) e *ípsilon* (υ), que no alfabeto latino se realiza com a vogal (i); e ainda, as vogais *ômicron* (\omicron) e *ômega* (ω), que no alfabeto latino são equivalentes à vogal (o) — e até mesmo, as consoantes *theta* (θ) e *tau* (τ), que no latim equivalem ao (t). Evidentemente, que nessa superficial equiparação não se está considerando as significativas variações de timbre (fechados ou abertos), de tonicidade (tônicas ou átonas), de duração vocálica (breves e longas) nem de aspiração (o modo como algumas consoantes oclusivas realizam-se). Sabe-se, inclusive, que alguns desses aspectos fonéticos podem se constituir em traços distintivos na própria estrutura linguística do idioma, imagina-se muito mais produtivos na estrutura de duas línguas distintas.

O que interessa considerar, nesse caso, é que o alfabeto latino conseguiu ser ainda mais sintético em relação ao alfabeto grego, do que este já o fora em relação aos seus antecessores e “inspiradores”. É possível que essas características estejam relacionadas com o modo de falar⁴⁸, que se transferiu para a forma de transcrever aquilo que se ouvia. É igualmente provável que essa particularidade tanto de um alfabeto como de outro possa ter influenciado — bem como ter sofrido influência — a forma de grafar. Certamente, por essa razão também, registra-se o surgimento de tantas formas e estilos de letras e de grafias ao longo da história dos alfabetos.

No que tange à história do próprio alfabeto latino, por conseguinte, não são poucas as variações de formas, as incorporações ou eliminações de traços estilísticos, as adaptações de recursos gráficos às circunstâncias político-sociais⁴⁹, bem como, as referências a aspectos culturais relativos aos lugares ou épocas em que fora utilizado como sistema de escrita — como a inclusão ou exclusão de letras. A história dessa formação e dos processos de constituição desse alfabeto interessa particularmente a esta pesquisa, uma vez que, no interior desse processo de transformação, de adaptações e de aprimoramentos é que se encontra o seu objeto de reflexão: os sinais de pontuação; sendo estes tomados como recursos expressivos e incorporados ao sistema de escrita alfabética.

⁴⁸ O latim é reconhecidamente uma língua de estrutura e aspectos morfossintáticos bastante sintética, isto é, a estrutura de casos e a forma reduzida de certos arranjos sintáticos dão ao latim uma estrutura muito mais “enxuta” e compactada do que “sua musa inspiradora”, o grego; bem como, do que suas “filhas” emancipadas, as línguas românicas.

⁴⁹ Neste aspecto, por exemplo, é o que acontece em reformas e acordos ortográficos, cujas propostas de alteração da ortografia nem sempre estão embasadas em aspectos linguísticos.

Tudo isso serviu, portanto, para chegar a este ponto: a representação gráfica do alfabeto latino. Acredita-se também que tudo que nele está implicado, como princípio linguístico de formação ortográfica, é resultado de um imbricado processo de formação da expressão escrita. Por essa razão, entende-se que recursos gráficos, como os sinais de pontuação, são uma espécie de código linguístico; nas palavras de Catach (1980b), um “paracódigo” do sistema alfabético de escrita. De fato, é preciso admitir que tais recursos não se constituem como grafemas; mas, ao mesmo tempo, é possível admitir também que eles são capazes de, associados ao sistema alfabético, serem produtivos na construção dos sentidos dos enunciados e dos direcionamentos pretendidos pelo enunciador.

2.3 Escrita, elocução oral e seus constituintes expressivos — a não-substancialidade do *continuum* fala e escrita

Tudo que foi visto até aqui sobre a origem, a formação, a evolução e o aprimoramento do sistema de escrita alfabética deve servir para provocar uma reflexão sobre a real possibilidade que um sistema de escrita tem (ou não) de reproduzir, num meio físico, tudo aquilo que se é capaz de comunicar quando, ao invés da fala, usa-se a expressão escrita. Nesse sentido, duas perguntas podem ajudar a refletir sobre o assunto: a) seria o sistema de escrita alfabética capaz de traduzir todo o poder comunicativo da elocução oral? b) seria esse sistema de escritas suficientes para reproduzir *ipsis scriptis*⁵⁰ o que se diz quando se fala?

De alguma forma, as questões em torno dessa temática — não necessariamente resumidas pelas duas perguntas acima — são, há algum tempo, já discutidas e têm sido tema de controversos e disputados debates que, em geral, versam sobre a primazia e a espontaneidade do caráter da fala em oposição ao caráter artificial, arbitrário e representativo da expressão escrita. Sectarismos e radicais posicionamentos teóricos à parte, é importante apontar que as dualidades de concepções e suas interações conflitantes já se manifestam no próprio surgimento

⁵⁰ As expressões *ipsis rebus* e *ipsis scriptis* não configuram entre as expressões latinas usadas em referências acadêmicas como àquelas que lhes são inspiradoras: *ipsis litteris* ou *ipsis verbis* (que geralmente traduzem-se “pela mesma palavra”, “literalmente”, “ao pé-da-letra”). Sentiu-se, no entanto, a necessidade desse “arranjo latino” para especificar, com a mesma intensidade e precisão dessas expressões já conhecidas, a ideia de um sistema de escrita baseado na representação da realidade mesma (*ipsis rebus*), e outro baseado na própria palavra escrita (*ipsis scriptis*).

dos estudos linguísticos. No *Curso de Linguística Geral*, Saussure (2012) aponta para essas distinções e chama atenção para o estabelecimento de “prioridades” dos estudos linguísticos em relação à escrita. Em suas palavras:

Língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro; o objeto linguístico não se define pela combinação da palavra escrita e da palavra falada; esta última, por si só, constitui tal objeto. Mas a palavra escrita se mistura tão intimamente com a palavra falada, da qual é a imagem, que acaba por usurpar-lhe o papel principal; terminamos por dar maior importância à representação do signo vocal do que ao próprio signo. É como se acreditássemos que, para conhecer uma pessoa, melhor fosse contemplar-lhe a fotografia do que o rosto (SAUSSURE, 2012, p. 58).

Neste tópico do trabalho, interessará, no entanto, refletir sobre que aspectos e sob que condições a expressão escrita representa a oralidade; ou ainda, diametralmente oposta, sob que perspectivas é possível considerar a expressão escrita como uma instância, ou uma modalidade da língua independente e autônoma em relação à fala. Para esta segunda possibilidade, interessará apontar que, apesar da íntima relação entre tais formas de manifestação de uma língua, a *expressão escrita* apresenta propriedades⁵¹ *essenciais* e características circunstanciais que particularizam sua natureza linguística e que são especificadoras de suas *funções comunicativas*. Isso não quer dizer que a expressão escrita, enquanto ato comunicativo, esteja desvinculada daquilo que a oralidade registra, uma vez que, como diz Ong (2011), quando se estar diante do texto escrito, estar-se diante de algo que foi oralizado de alguma forma. Ainda nesse sentido, ele afirma:

“Leer” un texto quiere decir convertirlo en sonidos, en voz alta o en la imaginación, sílaba por sílaba en la lectura lenta o a grandes rasgos en la rápida, acostumbrada en las culturas altamente tecnológicas. La escritura nunca puede prescindir de la oralidad. Adaptando un término empleado con propósitos un poco diferente [...], podemos

⁵¹ A distinção entre **propriedade** e **característica** faz-se necessária, pois se acredita que escrita e fala (oralidade) são distintas naquilo que lhes é essencial, isto é, a distinção entre essas modalidades da língua não são acidentais ou compreendidas apenas a partir das suas circunstâncias de uso. Longe de ser um preciosismo conceitual, aceita-se a definição de que “propriedade em sentido restrito (*proprium*) são as determinações que convêm necessariamente a um sujeito” (BUGGER, 1987, p. 335). Nesse sentido, parece inadequado pensar que a escrita — ainda que tenha surgido como uma tentativa de reprodução da fala — compartilhe, de alguma forma, a mesma natureza (tenha as mesmas propriedades) que aquela que a motiva. As distinções compreendidas a partir das diferenças essenciais podem ser percebidas também a partir de características particulares de cada modalidade, por exemplo, os processos de aquisição da escrita e as formas como se aprende a falar.

llamar a la escritura un “sistema secundário de modelado”, que depende de un sistema primario anterior: la lengua hablada. La expresión oral es capaz de existir, y casi siempre ha existido, sin ninguna escritura en absoluto; empero, nunca ha habido escritura sin oralidade⁵² (ONG, 2011, p. 17 – 18).

Com base nos princípios que dão identidade aos processos de comunicação por meio da expressão escrita — e que se defende aqui —, pode-se afirmar que a escrita, ainda que represente um grande salto de evolução cultural e intelectual do ser humano, não tem por finalidade traduzir toda riqueza e todo poder de comunicação da elocução oral. Isso só seria possível se existisse um sistema de escrita (pictográfico, ideográfico, alfabético ou “meta-alfabética⁵³”) que fosse capaz de transferir para o meio físico armazenador toda força comunicativa da elocução oral.

Ora, a expressão escrita de uma língua tem por finalidade comunicar um conteúdo linguístico com a mesma representatividade e autenticidade da oralidade — mas segundo suas características e sua natureza comunicativa. Nesse sentido, a escrita atua de acordo com suas propriedades essenciais na comunicação da realidade linguística; portanto, a expressão escrita não pretende ser, nem deve assim ser compreendida, como uma tradução da elocução oral. Um ato de linguagem oral, quando transformado num ato de linguagem escrito, na realidade, é *transubstancializado*⁵⁴, isto é, transforma-se substancialmente, manifestando outras propriedades que não estavam — nem poderiam estar presentes —, quando do evento oral, porque são próprias da expressão escrita. Isso não implica uma mudança do conteúdo enunciado, mas uma mudança substancial do código utilizado para comunicar o mesmo conteúdo.

No que diz respeito à natureza e às especificidades da elocução oral, a força comunicativa manifesta-se no ato enunciativo oral *per se*, no qual estão implicados

⁵² Ler um texto quer dizer convertê-lo em sons, em voz alta ou na imaginação, sílaba por sílaba na leitura silenciosa ou rápida e em voz alta, comum nas culturas altamente tecnológicas. A escrita nunca pode prescindir da oralidade. Adaptando um termo empregado com um propósito um pouco diferente, podemos chamar a escrita de um “sistema secundário”, que depende de um sistema primário anterior: a língua falada. A expressão oral é capaz de existir, e quase sempre existiu, sem a escrita. No entanto, nunca existiu escrita sem oralidade.

⁵³ Pede-se licença aqui para, através de um neologismo, fazer referência à possibilidade de criação, desenvolvimento ou descoberta de um sistema de representação de escrita que tenha a possibilidade de ir para além daquilo que se é capaz de realizar com o sistema de escrita alfabética atual.

⁵⁴ Transubstancialidade é o conceito que indica a possibilidade de um ser (uma substância) poder transformar-se em outro, numa outra substância; adquirindo outras características essenciais (notas). Esses são conceitos originariamente da ontologia, mas que são bastante presentes, por exemplo, nos estudos da química, quando trata de mudanças (mais que alteração) de substâncias.

outros recursos e elementos significativos que a expressão escrita não é capaz de representar enquanto recurso gráfico na relação letra-som. Por esses limites, defende-se que a expressão escrita (sistema alfabético, convenções e padrões ortográficos etc.), para ser compreendida como meio de representação ou de reprodução da elocução oral, só poderia ser assim considerada se associada a outros recursos expressivos da escrita capazes de formar um *complexo discursivo* satisfatoriamente próximo das funções comunicativas da oralidade; mas ainda assim, funcionando mediante a atuação dos princípios de representação da expressão escrita. Nesse sentido, pode-se dizer que até o texto escrito — ao ser lido em voz alta — incorpora e manifesta propriedades comunicativas que a palavra escrita não é capaz de manifestar, se não for por meio de seus recursos gráficos e de suas propriedades essenciais de expressão escrita, dentre as quais: os recursos de pontuação com suas diversas categorias e tipos.

Nesse mesmo sentido, acredita-se também que a expressão escrita, submetida a processos de elaboração discursiva, é capaz de promover, pela sua própria natureza linguística, um “aprimoramento” das capacidades cognitivas humanas, levando o intelecto a níveis que a oralidade não poderia alcançar. Nessa perspectiva, Ong (2011) afirma que “no obstante, sin la escritura la consciencia humana no puede alcanzar su potencial más pleno, no puede producir otras creaciones intensas y hermosas. En este sentido, la oralidade debe y está destinada a producir la escritura⁵⁵” (ONG, 2011, p. 23 – 24). Essa é uma realidade verificada entre as civilizações que manifestaram a presença de uma expressão escrita sistematicamente desenvolvida.

Longe de qualquer posição sectária em relação a essas posturas linguísticas; nesta pesquisa, como já apontado acima, defende-se que a expressão escrita possui e manifesta identidade própria. Por isso, aqui, ela será tratada como artifício ou artefato (*ars + officium*, ou *ars + factum*), que “imita” a elocução oral e que é resultante de uma elaboração humana motivada por necessidades sociais; mas que, ao mesmo tempo, tem sua própria identidade e essencialidade, que a distinguem substancialmente daquela que é “imitada”. Está claro, no entanto, a anterioridade da

⁵⁵ Não obstante, sem a escrita a consciência humana não pode alcançar seu mais alto grau, não pode produzir outras criações intensas e grandiosas. Neste sentido, a oralidade deve e está a produzir a escritura.

modalidade oral, “o código gráfico é uma criação em segundo nível [...]” (MARTIN, 2006, p. 53). Isso significa aceitar o seguinte:

O código gráfico é também um artefato pelo uso que dele se faz. Onde o oral flui de maneira natural (com maior ou menor falta de habilidade [...]), o escrito solicita constantemente a função epilinguística. No momento em que é produzido, o sinal gráfico é logo percebido como um sinal, como um espaço de correções [...] (idem, p. 54).

Nisso, consiste a identidade da expressão escrita, que é estar intimamente ligada aos fatos da elocução oral, mas sem deixar de ser, estrutural e substancialmente, de outra natureza. Nesse sentido, a escrita aproxima-se da fala como uma modalidade de língua com identidade própria, submetendo-se aos mais diversos processos de estruturação, transformação e normatização que lhe são próprios. A aproximação entre a oralidade e a escrita não se dá enquanto esta é desdobramento daquela; as propriedades distintivas entre fala e escrita permitem dizer que a expressão escrita (sistema alfabético, convenções e padrões ortográficos etc.) não é uma transcrição do oral⁵⁶. As distinções entre elas são tão verdadeiras e diversas que se faz necessário “encarar a possibilidade de tornar autônomos os dois usos, como duas línguas diferentes que partilham o mesmo nome [...]. Uma tal posição tem a vantagem de romper com a ingenuidade da ideia, de pura transcrição” (ACHARD, 2006, p. 65).

É nesse sentido que para Ong (numa discussão sobre as tensões entre literatura oral versus literatura escrita) a leitura e a compreensão de um texto escrito são tão dependentes da forma e da estrutura da expressão escrita que, fora deste ambiente de comunicação, seria preciso um esforço especial para dar àquilo que será oralizado os sentidos que tem quando escrito. Nesse sentido, o autor afirma:

Para la mayoría de los que pueden leer, la consideración de las palabras como separadas de manera íntegra de la escritura sencillamente representa una tarea demasiado ardua para emprenderla, aunque lo requiera el trabajo lingüístico o antropológico especializado. Las palabras siguen llegándole a uno por escrito, sin importar lo que se haga. Por otra parte, la separación de las palabras de la escritura resulta psicológicamente peligrosa, pues el sentido de

⁵⁶ Isso parece bastante evidente, sobretudo, quando se verifica que pesquisas que trabalham, por exemplo, com Análises da conversação, ou Fonética precisam lançar mão de uma série de recursos e estratégias de transcrição para tentar aproximar ao máximo o que se registra por escrito daquilo que se captura no momento da elocução oral.

domínio sobre la lengua que tienen los que leen está estrechamente vinculado con las transformaciones visuales de la misma: sin los diccionarios, las reglas gramaticales escritas, la puntuación y todo el resto del mecanismo que convierte las palabras en algo cuyo significado puede averiguarse⁵⁷ (ONG, 2011, p. 23).

São essas notas essenciais que distinguem e acomodam cada uma dessas modalidades da língua em suas órbitas de atuação e que mantêm equilibrados os limites entre cada uma dessas esferas da comunicação social. A expressão escrita, por exemplo, mais normatizada e menos flexível às formas variantes, tende a uniformizar a língua; a oralidade, mais flexível e menos normatizada, tende à incorporação de formas variantes. Todos os recursos que compõem a expressão escrita estão vinculados a ela intrinsecamente. Embora possam encontrar, na elocução oral, elementos que lhes equivalham, estes não representam uma simples transposição entre as modalidades. Considerando-se estes aspectos, pode-se dizer, com certa segurança, que os sinais de pontuação não são, necessariamente, equivalentes ao ritmo e/ou às pausas presentes na fala.

Por essas razões, falar de normatização, ao tratar de oralidade, é combater em batalhas vencidas, uma vez que é consenso que a fala, segundo sua natureza linguística, não se presta a normatizações — não nos mesmos moldes das que normatizam a escrita. No entanto, a perspectiva é entendê-las como princípios linguísticos que *mantêm, conservam e identificam* a natureza ôntica/ontológica da língua enquanto manifestação do idioma. Nesse sentido, “é, assim, lícito reportá-los [domínios oral e escrito] a uma mesma norma abstrata, isto é, considerá-los como dois subdomínios de uma mesma língua” (ACHARD, 2006, p. 65).

A postura teórica acima pode despertar questionamentos, sobretudo para aqueles que entendem as modalidades fala e escrita como constituidoras de um *continuum*⁵⁸: duas partes de um mesmo ser. Faz-se necessário, pois, um esclarecimento sobre que espécie de *continuum* formam a fala e a escrita como manifestação da língua. Segundo Biber (apud FÁVERO, 1999, p. 75), as distinções

⁵⁷ Para a maioria dos que podem ler, a consideração das palavras como separadas de maneira íntegra da escrita simplesmente representa uma tarefa muito árdua para ser empreendida, o que requer um trabalho linguístico e antropológico especializado. As palavras seguem chegando-lhes por escrito sem importar o que se faça. Por outro lado, a separação das palavras da escrita é psicologicamente perigosa, pois o sentido de domínio sobre a linguagem dos que leem está intimamente ligado às transformações visuais da escrita: sem os dicionários, as regras gramaticais escritas, a pontuação e todo o resto do mecanismo que transforma palavras em algo cujo significado pode ser descoberto.

⁵⁸ *Continus*, a, um — adj. Lat.: Contínuo, ininterrupto, inseparável.

que se verificam entre essas modalidades manifestam-se dentro de um *continuum tipológico*, isto é, as diferenças apontam para o compartilhamento dos modos/tipos de produção dos gêneros textuais que se encontram tanto na modalidade escrita quanto na oral, aproximando ou afastando-se conforme o grau de formalidade ou informalidade do evento comunicativo. É exatamente a partir dessa perspectiva que Marcuschi (2001), principal referência para a defesa desses aspectos na relação fala/escrita, posiciona-se, quando diz:

A hipótese que defendemos supõe que: *as diferenças entre fala e escrita se dão dentro de um continuum tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois polos opostos*. Em consequência, temos a ver com correlações em vários planos, surgindo daí um conjunto de variações e não uma simples variação linear (MARCUSCHI, 2001, p. 37 — grifo nosso).

Como se vê, no que se refere à natureza da escrita e da fala, o *continuum* dá-se dentro de manifestações específicas nos usos dessas modalidades nas práticas sociais de comunicação. Na mesma medida, isso revela que fala e escrita fazem parte do mesmo sistema linguístico, compartilham uma mesma gramática e “são, portanto, realizações de uma gramática única, mas *do ponto de vista semiológico podem ter peculiaridades com diferenças acentuadas, de tal modo que a escrita não representa a fala*” (MARCUSCHI, 2001, p. 38 — grifo nosso). A ênfase dada a essa distinção justifica-se pelo fato de se defender, neste trabalho, que os recursos de pontuação não representam uma transposição de recursos da fala para a escrita; pelo contrário, compreende-se que tais recursos correspondem a aspectos da própria escrita. Para além dessa constatação, identificam-se os recursos de pontuação como parte do conjunto de mecanismos capazes de particularizar e distinguir a natureza linguística da escrita em relação às propriedades constituidoras da fala.

2.3.1 Sinais de pontuação: uma singularidade da expressão escrita

Aquilo que se anuncia logo no título deste subtópico baseia-se na ideia de que o estudo dos recursos de pontuação deve considerar seus *princípios de aplicação e sua natureza linguística*, enquanto recursos essenciais da expressão escrita. No entanto, tal consideração correrá o risco de ser imprecisa ou até mesmo inadequada, se se tomar como referência apenas aquilo que está tratado nas abordagens

disponíveis nos manuais gramaticais normativos⁵⁹; uma vez que, de modo geral, estes só dão conta do aspecto sintático-estrutural nos usos desses recursos de escrita — e ainda com algumas variações e imprecisões conceituais verificadas entre os diferentes autores. Em função disso, as formas e as peculiaridades de tratamento dado pelos manuais gramaticais de Língua Portuguesa a esses recursos serão objeto de abordagem específica no capítulo 3 deste trabalho. Neste tópico, serão abordados *os aspectos que estão relacionados à constituição e à formação tipológica dos sinais de pontuação* como um recurso organizador da expressão escrita e, por conseguinte, orientador das atividades de leitura; o que implica uma abordagem de suas funções relacionadas com aspectos morfossintáticos das estruturas textuais.

Tomando-se esses aspectos como ponto de partida, ainda se registra, de modo geral, uma visão bastante incipiente da compreensão do que vem a ser e de como se constituem a natureza e os princípios de funcionamento dos sinais de pontuação. Por algumas razões que, inclusive, já foram discutidas aqui, historicamente, sempre se estabeleceu uma correspondência direta entre os fenômenos da fala e suas representações gráficas na escrita.

Uma percepção mais imediatista dessa relação levou a se estabelecer uma relação de equivalência entre fala e escrita, ao ponto de um dos fundadores dos estudos de Gramática Geral, Grimarest, defender que a pontuação oferece “*des trois connaissances dont (le lecteur) a indispensablement besoin pour réciter, déclamer et chanter [...] Elle règle les silences nécessaires pour détacher les expressions qui forment le discours; (donne) le temps de reprendre haleine...*”⁶⁰ (GRIMAREST apud CATACH, 1994, p. 35 — grifo da autora). Entende-se, no entanto, que esses aspectos assinalados por ele (pausas, ritmo, respiração etc.) são consequências naturais no processo de leitura; embora, grosso modo, quase sempre são apresentados como critério de aplicação dos sinais de pontuação.

Como se viu no início deste capítulo, desde a constituição dos sistemas de escrita, especialmente do sistema alfabético, há a tendência de se tentar transpor os recursos significativos da fala para a expressão escrita. Isso é recorrente ao longo de

⁵⁹ Nos casos em que o “manual” gramatical apresenta-se dentro de uma perspectiva teórica mais funcionalista de compreensão dos fenômenos da linguagem, é possível observar que não se encontra entre seus tópicos o tema “sinais de pontuação”.

⁶⁰ Os três conhecimentos indispensáveis (ao leitor) para recitar, declamar e cantar. Ela (a pontuação) regula o silêncio necessário para destacar as expressões que formam o discurso; (dando) o tempo de que se precisa para respirar.

toda a história do processo de formação da escrita — e não foi diferente quando do surgimento dos sinais de pontuação. Neste último caso, essa relação foi ainda mais imperativa, pois se entendeu que “conexo com o problema ortográfico é o da pontuação” (HOUAISS, 1983, p. 90). Essa é uma constatação absolutamente coerente e pertinente, pois o uso dos sinais de pontuação pode implicar, necessariamente, questões ortográficas.

Nesse sentido, em algumas circunstâncias, da aplicação desses recursos de escrita, pode-se inferir ou apontar significados específicos de estruturas morfológicas. Um exemplo disso é o que ocorre nos processos de composição de palavras com hífen⁶¹ (-), que, ao ser usado para unir duas ou mais unidades morfológicas (vocábulos), sinaliza um *processo de mudança de significado*, uma vez que a referência semântica muda. Como exemplo desse processo, pode-se citar o que ocorre na seguinte composição: “beijo” (significado 1) + “flor” (significado 2) transmutam-se em “beija-flor” (significado 3). Esse é um exemplo do uso de sinais de pontuação como recurso ortográfico com implicações semasiológicas, em que as relações de significados/sentidos estão profundamente imbricadas com a “manipulação” da estrutura ortográfica básica da unidade morfológica.

Muito aquém desse tipo de ocorrência, os sinais de pontuação têm implicações bem mais elementares na ortografia de um texto; basta lembrar os casos em que o simples deslocamento de uma vírgula pode comprometer todo o sentido de um enunciado. No entanto, a consideração da aplicação dos sinais de pontuação para além dos aspectos sintático-estruturais do texto levanta questões delicadas sobre sua natureza e funções enunciativo-discursivas. Por essa razão, o tratamento desses aspectos linguísticos será abordado mais adiante, em tópicos específicos constituidores dos capítulos 3 e 4 deste trabalho.

Em relação à perspectiva de abordagens mais ortográficas dos recursos de pontuação, compreende-se como plausível, uma vez que esses aspectos são mais perceptíveis tanto na organização das estruturas textuais como nos processos de leitura da expressão escrita, sobretudo, para as leituras em voz alta. Além disso, esses aspectos apresentam-se imediatamente na superfície do texto, de forma mais evidente e impositiva em relação aos sentidos textuais, destacando sua anterioridade

⁶¹ Nessa pesquisa, o “hífen” é compreendido (ele e outros da mesma categoria) como um sinal de pontuação de palavra. Essa é uma categorização aceita pelas perspectivas teóricas seguidas nesse trabalho e que se encontra, por exemplo, em Catach (1994), Junks (2002) e Dahlet (2006).

em relação a quaisquer outras funções que possam ser atribuídas ou inferidas de um recurso de pontuação. Nesse sentido, Houaiss (1983), afirma, ainda, que ele corresponde a uma terceira fase (a fase mais moderna) de desenvolvimento e estruturação dos sinais de pontuação. Em suas palavras, lê-se:

A história da pontuação revela, no mundo ocidental, uma lenta conquista [...]. Terceiro estágio é o dos gramáticos, filólogos, glosadores alexandrinos, que principiaram a intercalar signos de pausa respiratória, numa aproximação do débito declamatório do texto, se lido — época a partir da qual, aliás, a pontuação moderna em esboço se fez acompanhar, nos manuscritos, de símbolos de atenção, de matéria importante, de matéria secundária, de matéria que poderia (e até mesmo, em certos casos, “deveria”) deixar de ser lida, de matéria que não deveria originalmente pertencer ao texto (possível ou seguramente uma glosa), de matéria que por sua eventual dificuldade e importância devia ser lida e relida (HOUAISS, 1983, p. 90).

Certamente que essas funções representam os aspectos mais elementares dos usos e dos sentidos que esses recursos fornecem tanto para a confecção do texto por parte de quem o escreve, como por parte de quem o acessa através da leitura. É nesse sentido que Chacon (1998) salienta ser preciso considerar o estudo dos sinais de pontuação, como aquilo que há, na expressão escrita, de mais essencialmente gráfico, isto é, não há como pensar em pontuação, se não for dentro de um contexto de língua escrita.

A pontuação, diz Perrot (1990, p. 67), pertence “ao escrito e não ao oral”, um sinal de pontuação “não se pronuncia”. Os sinais de pontuação são, pois, marcas específicas da escrita e não apenas porque sua matéria é unicamente gráfica-visual; também (e em decorrência de sua composição material) porque, dentre as múltiplas práticas da linguagem, somente naquelas que contam com a participação da escrita é que essas marcas vão figurar (CHACON, 1998, p. 88).

Nisso, consiste a singularidade dos sinais de pontuação como *recurso de expressão escrita* distinto de seus usos como *recurso de expressividade enunciativo-discursiva*. No entanto, muito mais modernamente, percebe-se a existência de funções resultantes de interações comunicativas, que ultrapassam os aspectos mais prosódicos, rítmicos, melódicos e até mesmo os sintáticos. Essas funções mais enunciativo-discursivas e pragmáticas, embora se justaponham e se imbriquem nas funções sintático-estruturais e prosódicas são essenciais para a compreensão dos

sentidos mais específicos, que são, por sua vez, inferidos dos aspectos mais interpretativos e inerentes ao uso dos sinais de pontuação como marcas de pontuação enunciativo-discursiva. Tais funções, por conseguinte, “solicitam”, em igual proporção, as mesmas posturas epilinguísticas de quem lê o texto; leituras concomitantes do texto e da forma como ele está assinalado por marcas⁶² de pontuação — quase uma leitura do próprio ato de pontuar o texto.

2.3.2 A constituição dos sinais de pontuação como um recurso ortográfico e orientador dos processos de leitura

Mais uma vez, é preciso deixar claro que se entende como perfeitamente natural que a relação e a influência da fala na estruturação e organização da escrita devem-se, ao menos a princípio, à própria história de formação desta que ganhou existência na perspectiva de ser oralizada, ou seja, originariamente os textos escritos eram produzidos para serem lidos em voz alta. Vale a pena insistir no fato de que os gregos, considerados os sistematizadores da escrita moderna, não conheciam a leitura silenciosa, até porque as funções para as quais um texto era escrito não previam essa situação — a expressão escrita era uma manifestação social pensada para ser oralizada.

Registros antigos e pesquisas em torno da história da escrita e da leitura revelam que “os primeiros sistemas de escrita não usavam a pontuação e, muitas vezes, nem sequer separavam as palavras [...]” (TRASK, 2008, p. 232). Ainda segundo Trask (2008) a compreensão da transposição de aspectos da fala para a escrita era tão imperativa que “naquele tempo, a leitura silenciosa era desconhecida, e o leitor de um texto falava as palavras em voz alta, mesmo quando estava lendo sozinho” (ibidem). A ausência de marcas⁶³ de pontuação de qualquer ordem implicava, por conseguinte, em dificuldades para a leitura, para a compreensão e para a reprodução dos textos, que poderiam correr o risco de sofrer interferência em seus

⁶² A denominação de marca de pontuação (em oposição ao sinal de pontuação) é bastante cara para a perspectiva teórica assumida por este trabalho. No entanto, essa especificação será abordada nos capítulos 3 e 4.

⁶³ Aqui, o termo “marcas”, ao invés de “sinais”, é usado para fazer referência não só aos sinais gráficos de pontuação, mas também a qualquer recurso que pudesse servir como orientador da leitura e auxiliasse na compreensão e interpretação do texto.

sentidos originais por parte de quem os manuseava e/ou os copiava⁶⁴. Sabe-se, inclusive, que tal dificuldade foi assinalada por Aristóteles no século IV a.C. (em textos em grego) e por São Jerônimo no século V d.C. (na sua versão da Bíblia em latim: “Vulgata”). Em relação a isso, Junkes (2002) assinala:

Nos tempos antigos, diz Carneiro Ribeiro (1956), não havia a menor preocupação com a “arte” de pontuar, sendo ela inteiramente desconhecida. Traduzindo a Bíblia para o latim, na passagem do século IV para o V d.C., São Jerônimo afirma não haver encontrado, no original hebreu, sinal algum de distinção, tornando-se necessário, para mais fácil entendimento do texto, recorrer ao emprego de notações distintas que separassem os membros da frase e os versos. Já Aristóteles, no quarto século antes de Cristo, ao comentar os escritos de Heráclito de Éfeso [...] salientava — de acordo com Ribeiro (1956, p. 706) — *que havia notado a dificuldade de os pontuar sem exprimir pensamentos diversos dos que tinha em mente o autor, visto que no original não se lhe oferecia notação alguma distintiva para lhe elucidar o sentido e lhe segurar a interpretação* (sic) (JUNKES, 2002, p. 41– 42 — grifo da autora).

Evidentemente, que os obstáculos impostos por essa ausência seriam paulatinamente suplantados, uma vez que a finalidade do texto escrito sofrera mudanças; mas a superação dessa fase não aconteceria, necessariamente, por uma construção imediata, sistemática e universalmente válida. O que ocorreu muito naturalmente foi que, mediante as necessidades de organização textual, foram criando-se e inserindo-se marcas gráficas que orientavam não apenas a leitura, mas também procuravam “controlar” os sentidos pretendidos pelos autores dos textos quando estes fossem lidos.

O processo responsável pela inserção de sinais de pontuação na escrita é complexo e longo; no entanto, o mais importante é que ele aponta para uma transformação na forma de enxergar a finalidade do texto escrito. Essa atividade fim direcionava-se para a leitura, a divulgação e a compreensão do texto escrito, “garantindo” os sentidos propostos pelo seu autor. Isso é particularmente importante, inclusive, verifica-se, segundo Fischer (2006), uma peculiaridade para a palavra equivalente à ideia de “leitura” em grego clássico; segundo ele, o étimo grego aponta

⁶⁴ No período Romano, a divulgação de um texto (livro) era submetida a um processo de “publicação” que consistia em permitir que o texto passasse ao círculo público. “A difusão pode, inicialmente, se fazer pela leitura oral, executada notadamente pelo autor ou pelo depositário” (BARBIER, 2008, p. 37). Além desse processo, é conhecida a forma como os livros tinham suas cópias reproduzidas; de modo geral, a reprodução era feita à mão pela conhecida figura do copista.

para o conceito equivalente a reconhecimento (ou a reconhecer, em ortografia grega: *αναγνωρίσει*). Nesse sentido, o étimo indica — analogicamente falando, é claro — uma ação (leitura) que provoca uma reação de assentimento (ou não) e de divulgação do que se podia ler. Em suas palavras:

Por conseguinte, a própria definição de leitura em grego denotava, nesse período, a comunicação falada, a oratória e a retórica persuasiva. No século VII a. C., a escrita no Ocidente tomou um rumo decisivo quando a legislação grega começou a surgir em inscrições em momentos, dotando a escrita de um novo status social. Sobrepondo-se à leitura, *as leis escritas tornaram-se visíveis na arquitetura pública para que todos os letrados lessem em voz alta e compartilhassem o que liam com outras pessoas*. Contudo, assim como nos monumentos com inscrição da Mesopotâmia e do Egito, a principal finalidade da inscrição pública era tornar-se visível, não necessariamente ser lida (FISCHER, 2006, p. 46 — grifo nosso).

Segundo essas informações, há um indicativo de que a presença da expressão escrita implicava e refletia autoridade, manifestando algo que a sociedade deveria reconhecer e compartilhar. Nesse sentido, não era apenas um veículo de divulgação ou “comunicação social”, era um legitimador dos valores e do poder que nela estavam imbricados por força daquilo que transcrevia. A reprodução oral do que se encontrava escrito deveria ser feita, portanto, de modo que traduzisse todas as características da elocução oral. Isso reforçava a ideia de a escrita ser uma reprodução da oralidade, tal concepção interferia, igualmente, na forma como a constituição e a estruturação dos sinais de pontuação caracterizam-se nesse período, isto é, como parte da tentativa de representação de aspectos da fala na escrita. Talvez por isso, tais recursos foram associados e passaram a ser vistos mais enfaticamente como sinalizadores de pausas, ritmos e entonação. Ao longo do processo de formação e estabelecimento da escrita, essa predisposição tornou-se a compreensão comum do que viria a ser a natureza do texto escrito e de seus recursos expressivos: uma tentativa de reprodução da elocução oral.

Modernamente, começaram-se a entender tais recursos de outras formas e sob outras perspectivas. A ideia da escrita como reprodutora da fala perde força, uma vez que “esse pressuposto teórico, além de bastante questionável, corre o risco de enganar, pois deixa acreditar que o escrito compartilha parâmetros similares com o oral, quando não parâmetros do próprio oral” (DAHLET, 2006, p. 24). A partir dessa observação, é preciso que se retome a premissa motivadora deste trabalho, que

considera que o uso de sinais de pontuação tem motivações próprias e fundamentos fincados na estruturação de aspectos textuais e/ou enunciativo-discursivos da própria escrita com implicações nos aspectos prosódicos (entonação, ritmo, melodia) nos processos de leitura.

Retomando as reflexões em torno da gênese dos sinais de pontuação, seu processo de formação deve considerar as contribuições da civilização helênica, sobretudo, a partir do momento no qual passou a se registrar a inserção, nos processos de escrita, de dois elementos importantes para tudo que se seguiu depois. Trata-se da inserção de um espaço entre as palavras que compunham a sentença e da direção da linha escrita. Isso porque em suas origens devem ser considerados os seguintes aspectos:

Greek alphabetic writing began as a string of letters, without spaces and without punctuation. The first line usually from left to right; when the writer reached the end of the line, he went down about the height of one letter went back along the line from right to left; then left to right again, and so on with alternate lines⁶⁵ (HALLIDAY, 1989, p. 32).

Note-se que escrever uma frase por linha, seguindo a mesma direção: da esquerda para direita (ou da direita para a esquerda), deve ser considerado um significativo avanço para a organização estrutural da expressão escrita. Para além desse avanço — e mais significativo ainda —, foi a inserção do espaço entre as palavras de uma sentença, o que representou uma evolução, sobretudo, para os processos de leitura, pois trouxe muito mais inteligibilidade à expressão escrita.

A história da pontuação revela [...], no mundo ocidental [...], uma lenta conquista. Num primeiro estágio [...], separam-se por um ponto, colocado na linha de base, em meio ou em cima da altura das letras, sistematicamente, os vocábulos [...], até que, em lugar do ponto em apreço, apareça pura e simplesmente uma grande conquista — o *espaço branco funcional* (HOUISS, 1983, p. 90 – grifo nosso).

Como se vê, o processo que resultou numa sistematização mais pragmática e funcional dos sinais de pontuação — quer por razões mais prosódicas, quer por razões mais sintáticas —, afastando-os do papel de meros representantes de

⁶⁵ A escrita alfabética grega começou como uma sequência de letras, sem espaços e sem pontuação. A primeira linha era da esquerda para a direita; quando o escritor chegava no final da linha, ele descia, mais ou menos, a altura de uma letra e voltava da direita para a esquerda, depois da esquerda para direita novamente, e assim por diante em linhas alternativas.

aspectos da fala, principiou-se com a utilização de um ponto variável chamado *ponto de altura* e fortaleceu-se com a inserção do *espaço branco funcional*.

O “ponto de altura”, usado entre as palavras de uma sentença (a depender da posição: na base da palavra, no meio ou acima dela), indicaria o tipo de pausa (breve, média ou longa, respectivamente) que o leitor de um texto deveria fazer diante de tal sinal. No caso de ser colocado no alto da palavra, por exemplo, corresponderia ao fim do período (pausa longa). Há registros da utilização dos “espaços brancos funcionais” e dos “pontos de altura” ainda em textos latinos do século IV d.C.: “A Rome, certains manuscrits latins connaissent des espaces ou des points (*apices*) entre les mots, et même des marques de ponctuation⁶⁶” (CATACH, 1994, p. 12). Note-se que são fenômenos da escrita grega que perpassaram pela escrita latina deixando suas marcas.

Essa marcação básica e bastante elementar evoluiu para distinções mais específicas tanto quanto ao uso como em relação à forma dos sinais utilizados. Segundo Passos (apud VILELA, 1995), o surgimento de outros sinais de pontuação está relacionado também ao sistema de escrita “criado” por Aristófanes de Bizâncio (século II a.C.), mas bastante difundido pelos copistas do século IX d.C., que utilizaram amplamente esse sistema e correspondia ao dos pontos colocados na última palavra de uma sentença (“ponto de altura”). A bem da verdade, no entanto, diz-se que tal sistema já estava presente na tradição clássica grega, por isso “loin d’avoir ‘inventé’ la ponctuation, ajoute Pfeifer à propos d’Aristophane de Bysance, il continuait une longue tradition⁶⁷” (CATACH, 1994, p. 12).

As imprecisões em torno desse tipo de informação são comuns e já esperadas, até porque tal processo não foi nenhum pouco uniforme e contínuo. No entanto, o simples registro da existência desses “pontos de altura” revela um aspecto particular desse sistema, isto é, ele passou a sinalizar — em função da posição do ponto — a interferência de aspectos “lógico-gramaticais” na organização das sentenças. Essa afirmação baseia-se no fato de que o ponto, colocado na base da última palavra da sentença, significava que ela era incompleta (o que equivaleria, por exemplo, ao uso da vírgula atualmente). Se o ponto fosse posto à altura média da palavra, significava

⁶⁶ Em Roma, alguns manuscritos latinos apresentavam espaços ou pontos (ápices) entre palavras e até mesmo sinais de pontuação.

⁶⁷ Longe de ter “inventado” a pontuação, acrescenta Pfeifer a respeito de Aristófanes de Bizâncio, ele apenas continuou uma longa tradição.

uma relação de continuidade, ou de equivalência sintático-discursiva entre as sentenças de uma mesma unidade textual (o que corresponderia aos dois-pontos). Quando colocado no alto da palavra, indicava o fim da sentença (correspondendo ao ponto de encerramento do período).

Diante de todas as possibilidades de composição do sistema de pontuação ao longo do seu processo de formação, Catach (1994) apresenta um quadro-resumo de algumas dessas formas de sinais de pontuação dentro de períodos específicos ao longo da história de desenvolvimento de todo o sistema:

Quadro 2 — Evolução da denominação dos pontos Catach (1994, p. 14-15)

Valor	Grego e Latino			Séculos IX — XII		Século XVI	Lefrève d'Étaples		Dolet		Uso atual	
Forte	alto	Distinctio	[]	Periodus*	[:']	Periodus	Periodus	[:]	Colon	[:]	Ponto	[:]
Médio	meio	Distinctio	[]	Colon	[]	Colum	Colum	[:]	Comma	[:]	p-vírg.	[:]
Baixo	baixo	subdist.	[]	Comma	[!²]	Comma	Comma	[:]	Vírgula	[:]	vírgula	[:]

¹Um ponto no alto, para garantir a visibilidade, com uma “vírgula” abaixo.

²A exclamação corresponde à representação de uma combinação de vírgula e de ponto (≠ ponto e vírgula).

Manifestando já certa estabilidade como recurso de organização textual, há um certo consenso em relação à aplicação e aos critérios de uso dos sinais de pontuação que passaram a apresentar aspectos mais lógico-gramaticais do que rítmico-prosódicos no período da Idade Média, mais especificamente entre os séculos V e XV. Sabe-se que, mais precisamente entre os séculos XI e XII, registra-se uma sistematização dos usos desses recursos que revelam certos desdobramentos que ajudaram a tipificar os sinais de pontuação de acordo com suas funções específicas na estruturação de um texto. É nesse período que há também a estabilização da posição do “ponto de altura” que, no início de sua utilização, tinha posições variáveis no final das palavras de um segmento do enunciado. Nesse período também, para sinalizar outras funções — inclusive, as que estavam relacionadas com essa variação de altura do ponto no fim do segmento —, começaram a surgir outros tipos de sinais de pontuação.

O esforço de clarificação se estende à própria organização do texto. No século XI e, sobretudo, no século XII, o sistema de pontuação tende a se desenvolver e a se generalizar, com o ponto (que marca a escansão principal), o ponto e vírgula e o ponto sobreposto de um acento circunflexo (para as escansões secundárias), assim como o hífen (para os cortes de palavras em fim de linha). A pontuação fraca está indicada por um traço oblíquo muito estreito (/), que chegará à vírgula. A inicial sublinhada em cor marca o início da frase, a utilização do pé de mosca (¶) se substitui pela inclusão de parágrafos [...]. *A inovação principal nascerá em seguida nos meios humanistas*

italianos, onde são progressivamente utilizados o ponto de exclamação e o parêntese (início do século XV) (BABIÉ, 2008, p. 87 — grifo nosso).

De modo geral, em relação às contribuições da civilização romana (monarquia, república e império) para a formação de uma sistematização dos sinais de pontuação durante seu domínio político e cultural na Idade Média, é preciso fazer algumas considerações. Como já apontado, o latim clássico não apresentava (a exemplo da escrita grega) quase nenhuma marca de pontuação “les mots ne sont même pas séparés lês un des autres⁶⁸” (PROU apud MACHADO FILHO, 2004, p. 45). Por sua vez, a escrita romana usava também o ponto (.) para indicar, além do fim da sentença, a abreviação de palavras — aliás, esse recurso é bastante frequente na escrita latina clássica. Nesse sentido, vale ressaltar que o latim escrito formalmente era apenas o latim clássico (*sermo litterarius* ou *sermo classicus*), no qual só se usavam as *letras versais* (maiúsculas) para a escrita de texto que deveriam ser públicos. A escrita cursiva estava restrita a outras práticas mais informais de comunicação.

A pontuação utilizada no período clássico do latim parece ser resultado de uma evolução do sistema de pontuação conhecido como *distinctiones*, que se subdivide em *distinctio et subdistinctio*. A importância desse sistema relaciona-se com a organização sintática latina, que *não se representa pela estrutura SVC* (sujeito, verbo e complementos). Esse sistema caracteriza-se por apresentar dois tipos de marcação da leitura: o primeiro sinalizava uma *descontinuidade completa* (sentenças de sentido completo); e o segundo marcava uma *descontinuidade incompleta* (separava duas partes de sentenças incompletas⁶⁹). Sem essas marcas “o leitor correria o risco de embrenhar-se numa pista falsa (e de enganar-se na entonação) caso não encontrasse um sinal de parada” (DESBORDES, 1995, p. 211). Ainda, segundo Desbordes (2011):

De fato, o sistema de três pontos se apresentara como um progresso em relação ao sistema simples *distinctio/subdistinctio*. Uma vez que se desejava notar regularmente as disjunções, sem se ater aos casos de ambiguidades, podia-se desejar fazer aparecerem duas funções da disjunção; duplicar ou explicitar a sintaxe e permitir a respiração (idem, p. 212 — grifo da autora).

⁶⁸ As palavras sequer eram separadas umas das outras.

⁶⁹ Corresponderia, guardadas as proporções, ao que se entende hoje por períodos simples e compostos com a presença de frases/orações correlacionadas ou dependentes; no entanto, em latim essa relação é um pouco mais complexa pela maneira como os sintagmas se relacionam.

Estabeleceu-se, ainda no período posterior ao clássico, a presença de outro sistema de pontuação que fazia uso do *colum* e da *comma* — sistema conhecido como *per cola et commata* (plural latino). A presença dessas marcas sinalizava a preocupação com aspectos estruturais do texto (havia uma preocupação com o número de palavras que formavam a sentença⁷⁰). Nesse período, essas formas de sinais incidiam sobre o texto para organizar a estrutura do enunciado em função de seus sentidos globais.

Ao final dessa fase de sistematização dos sinais de pontuação, segundo algumas pesquisas feitas a partir da análise de textos latinos desse período, há indicativos de certa tendência à utilização de critérios mais “gramaticais” do que prosódicos nos usos dos sinais de pontuação. Segundo Machado Filho (2004), isso confirma a aplicação de aspectos “lógico-gramaticais” nos textos desse período. No entanto, como parte da dificuldade inerente a esse tipo de investigação (análise da pontuação em documentos antigos submetidos a “regras” de escrita pouco conhecidas, ou bastante subjetivas), é preciso considerar dados que são particularmente importantes para este trabalho. Em função disso, o que mais interessa é considerar o seguinte:

Com alguma cautela se poderia dizer que pareciam existir balizas norteadoras, em que, nos mais diversos graus, se apoiavam os “profissionais da escrita” da época, no ato de pontuar, mas não só. O próprio escriba, com sua história particular de vida, poderia, de certa forma, interferir no processo da escritura, nomeadamente no da pontuação. Demais, se por outro lado, a pontuação não parecia denotar uma relação direta e exclusiva com a língua falada — já que as considerações dos estudiosos citados apontam também para alguma tendência de fundamento gramatical, por outro, não se pode distanciá-la completamente desta (MACHADO FILHO, 2004, p. 61).

Desta forma, vê-se que as adaptações e os aperfeiçoamentos produzidos durante a Idade Média, não promoveram a existência de um sistema de pontuação estável nem uniforme. Embora se afirme que as muitas e variadas (às vezes, subjetivas) formas de pontuação de um texto na escrita latina começaram a reduzir-se com a Escrita Carolíngia, que representou uma revolução na organização da escrita com a introdução, por exemplo, da minúscula carolíngia que se apresentava

⁷⁰“Qualquer referência a tipos de marcos gráficos que sinalizavam o texto (...) *período*, *colon*, e *comma* viriam a emprestar sua denominação para sinais que, a princípio, indicavam esses componentes na construção do enunciado” (ROSA apud MACHADO FILHO, 2004, p. 47).

mais **redonda** (ou arredondada), **regular** (evitava a subjetividade do traço do escriba/copista) e bem **separada**, o que garantia maior inteligibilidade do escrito. Em relação ao uso de sinais de pontuação, a Escrita Carolíngia trouxe a regularização das marcas como uma tentativa de uniformização dos usos. Sabe-se que “com o advento da Escrita Carolina o uso de sinais de pontuação restringiu-se, quase sempre, ao ponto” (ACIOLI apud MACHADO FILHO, 2004, p. 51). A escrita Carolíngia fez parte do projeto de domínio político do rei franco Carlos Magno, que queria uma língua unificada e, para isso, tentou promover uma homogeneização e normatização da escrita que posteriormente passou a ser utilizada em todo império franco-romano.

Objetivamente considerado, o período de aprimoramento da escrita latina compreendido na Idade Média, sobretudo no que diz respeito ao sistema de sinais de pontuação, apresentava muitas variações e oscilações, pois ainda estava preso a determinadas tradições de escrita. Essas características são esperadas uma vez que todo o processo de produção e reprodução de material escrito — sobretudo os livros (*volumem*) da época — dependia de atividades artesanais. Cada cópia (exemplar) de uma obra ou de um documento era, na realidade, uma peça única e profundamente influenciada pelas características de trabalho do seu confeccionador e da tradição que este seguia.

2.3.3 Tipificação e sistematização dos sinais de pontuação como recurso de escrita no período dos textos impressos

O processo de aprimoramento dos sistemas de escrita e de organização dos tipos e das funções dos sinais de pontuação teve seu ápice com a invenção e o desenvolvimento da Imprensa. O fato mais importante foi que os textos impressos deram certa homogeneidade ao sistema de pontuação. Por outro lado, porém, passou a ser também um problema, pois começou a interferir na garantia da autenticidade dos textos. Isso acontecia porque, em geral, os revisores intervinham na pontuação original, muitas vezes, para adaptar os manuscritos aos padrões tipográficos, por conseguinte, essas intervenções podiam gerar problemas de interpretação. Em função da possibilidade de comprometimento do conteúdo, havia a orientação para que se fizesse o menor uso possível de sinais de pontuação, a fim de evitar problemas de interpretação e descaracterização do sentido original. Ademais, foi a partir da

invenção da imprensa que se sentiu a necessidade de um sistema de pontuação estável com pouca variação de uso e que se caracterizasse como algo pertencente à escrita, desassociando seu uso de aspectos prosódicos e/ou melódicos.

A passagem do manuscrito para a imprensa constituiu uma revolução tecnológica sem precedentes na história da humanidade. A descoberta da composição e da impressão com caracteres móveis provocou a standardização do texto escrito e a massificação da leitura visual. *E com elas veio a imposição do uso de signos de pontuação de domínio público.* O advento da imprensa trouxe consigo caracteres e marcas inequívocas da pontuação, fazendo aparecer, de forma explícita, uma série de funções até então ao arbítrio dos escribas e pedagogos. *Agora não era mais possível ignorar a pontuação, pois que havia uma marca de espaço programada no aparato para imprimir o texto* (ROCHA apud VILELA, 1995, p. 186 — grifo nosso).

A escrita, até a invenção da imprensa, possuía vários modelos para sinalizar a pontuação de um texto, seus usos eram determinados conforme a circunstância ou a “tradição” seguida. Mas em qualquer variedade adotada era possível perceber que havia uma sistematização, isto é, a aplicação de sinais de pontuação — ligadas ou não a aspectos prosódicos — estava atrelada a critérios e apresentava-se dentro de certas categorias distintivas que organizavam o texto e/ou a fala (nos casos em que os textos eram escritos para serem falados).

Em 1540, Dolet (apud GRUAZ, 1980, p. 10) explica o emprego de três sinais de base: cólon [.] — para a pontuação forte, coma [:] — para a pontuação média e vírgula [,] — para a pontuação fraca, aos quais se juntam três figuras de pontos: [;], [!], [()]. Nessa época, nenhuma menção é feita ao travessão, aos pontos de suspensão, às aspas ou aos sinais chamados extrapontuais, como asterisco, chaves (accolades), etc... Segundo Dolet, a forma e o valor de cada um se fixam e as variedades individuais desaparecem (JUNKES, 2002, p. 36).

O fato é que mesmo com o desenvolvimento das técnicas de impressão e a evolução da escrita como forma autônoma e dissociada da leitura em voz alta, o sistema de pontuação continuou flutuante e com certo grau de imprecisão, além de se manifestar preso a critérios subjetivos. Isso fez com que os problemas de pontuação se apresentassem (dentro da dinâmica do texto impresso) como questões de sintaxe e de construção de sentido. A partir dessa constatação, a pesquisa para se reconhecer o papel da pontuação na organização textual tornou-se também uma

investigação sobre a estruturação da língua escrita. Nesse sentido, passou-se a verificar que “l’ancienne ponctuation a pour unité syntaxique non la phrase telle que nous la comprenons, mais la période ou unité de pensée totale⁷¹” (GRUAZ apud MACHADO FILHO, 2005, p. 57). Essa constatação é importante porque atesta aquilo que já se apresentou aqui, ou seja, o sistema de pontuação em sua gênese considerava a unidade sintática do texto, isto é, o texto era pontuado, marcado ou dividido conforme compunha uma unidade comunicativa completa ou incompleta.

Como consequência da imprecisão e da oscilação do sistema de pontuação — trazidas, agora, pela estabilização e massificação do texto impresso — registraram-se, entre os séculos XVI e XVIII, discussões que procuravam esclarecer se a pontuação utilizada teria, a princípio, um caráter sintático de fato, ou se isso seria apenas uma preocupação surgida por conta de limitações interpretativas ao se tentar representar aspectos prosódicos e melódicos em textos escritos. Para Beauzée (apud CATACH, 1994, p. 37), a pontuação, como sistema universal de organização e estruturação da escrita, deveria levar em consideração três aspectos inerentes ao texto escrito: a) a necessidade de respirar; b) a distribuição dos significados incompletos ou parciais do discurso e c) as diferenças entre as partes do discurso que se subordinam para formar um todo⁷². Vê-se que, mesmo reconhecendo a função de estruturação atribuída aos sinais de pontuação, não se deixa de relacionar sua aplicação a necessidades fisiológicas, que refletem, por sua vez, a preocupação com a reprodução de aspectos rítmicos, melódicos e prosódicos da fala.

No entanto, a utilização dos sinais de pontuação começa, ainda nesse período, a ser orientada para uma aplicação independente da fala, desligamento que não teve forças para se manifestar mesmo com a invenção e popularização do texto impresso. Em tese, esse afastamento contribuiria para a formação de um princípio organizacional do sistema de pontuação, que o tornaria universalmente aplicável a qualquer língua. Entretanto, Beauzée deixa claro que a necessidade de respirar é uma característica diacrônica porque faz referência ao processo que formou a escrita a partir da reprodução da fala. Por conta disso, salienta que “la pause est donc, dans

⁷¹ A antiga pontuação tinha por unidade sintática não a frase tal como nós a compreendemos, mas o período ou a unidade de pensamento total.

⁷² Le choix des ponctuations dépende de la proportion qu’il convient d’établir dans les pause; et cette proportion dépend de la combinaison de trois principes fondamentaux : 1^o Le besoin de respirer ; 2^o La distribution des sens partiels qui constituent le discours ; 3^o La différence de degrés de subordination qui conviennent à chacun de ces sens partiels dans l’ensemble du discours” Beauzée (apud CATACH, 1994, p. 37).

cette optique, une nécessité première⁷³ (CATACH, 1994, p. 37), não representando, portanto, uma necessidade lógico-gramatical. Apesar de ter sido proposto dois séculos antes de Saussure, não se pode deixar de perceber — na organização do sistema de pontuação proposto por Beauzée — a adoção de critérios que se aproximam de fundamentos de linguística textual modernos, baseados nas relações de significado das partes de um texto com o seu todo; apontando, inclusive, para relações coesivas, discursivas e/ou enunciativas.

Segundo Catach (1994), essas relações ficam evidentes, sobretudo, quando Beauzée propõe uma categorização dos sinais de pontuação que os agrupa e os ordena (baseado na divisão de um enunciado em “árvores” ou em “subconjuntos”) de acordo com o grau de importância lógico-gramatical. Dentro dessa organização, Beauzée chama de sinais de primeira ordem os que dividem um enunciado em duas partes principais (dois-pontos); sinais de segunda ordem, aqueles que, no interior das partes principais, separam as partes integrantes (ponto e vírgula); de terceira ordem, aqueles que separam as partes subalternas (vírgulas). Em função disso, Catach (1994) esclarece:

En lisant Beauzée, on ne peut s'empêcher d'évoquer les méthodes modernes de la linguistique, que découpent les phases en “arbres” ou en sous-ensembles par le procédé du “parenthésage”. Il distingue ainsi, en bon logicien, les signes de premier, de second et de troisième ordre, subdivisions que nous avons reprises en les adaptant aux nécessités de la ponctuation moderne (c'est ce qu'il appelle la “difference des degrés de subordination⁷⁴”) (CATACH, 1994, 38).

Mesmos constatando-se todos esses registros e tentativas de sistematização dos usos e dos critérios de aplicação dos sinais de pontuação, as oscilações dos tipos e, sobretudo, das funções que alguns sinais poderiam exercer na organização textual são muitas, mesmo depois da maturidade do texto impresso. Isso não surpreende as perspectivas e prognósticos desta pesquisa, pois, curiosamente, ainda se registra essa instabilidade com relação à aplicação de alguns sinais de pontuação entre os usuários que se submetem a processos de escrita. Em algumas situações, em que se

⁷³ A pausa é, pois, em certo sentido, uma necessidade primária.

⁷⁴ Lendo Beauzée, não se pode evitar o reconhecimento de métodos da linguística moderna, que decompõem as frases em árvores ou em subconjuntos por procedimentos que usam parênteses. Ele distingue assim, como um lógico que é, os sinais de primeira, de segunda e de terceira ordem, subdivisão que adotamos e as adaptamos às necessidades da pontuação moderna (isso ele chama de diferença de graus de subordinação).

poderia imaginar, inclusive, que tais oscilação, imprecisão, insegurança ou subjetividade não seriam mais registradas — como, por exemplo, na escrita de um texto acadêmico sobre o uso dos sinais de pontuação —, depara-se com inúmeras situações de correção, de substituição e de reescrita em relação à aplicação dos sinais de pontuação e dos efeitos de sentido decorrentes dos seus usos.

Isso sintetiza o problema e as hipóteses perscrutadas por esta pesquisa, que compreende que alguns sinais de pontuação, em circunstâncias específicas de uso, podem manifestar funções que ultrapassam os aspectos meramente sintático-estruturais do texto escrito. Neste caso, transmutados em marcas enunciativo-discursivas, tais recursos são percebidos como responsáveis pela construção dos sentidos gerais do enunciado, bem como pela capacidade que têm de revelar posturas e comportamentos discursivos especialmente significativos para o modo como se quer enunciar quando se pontua. Não obstante, acredita-se que o estudo dessa matéria será sempre tema de discussões e interpretações, uma vez que, como recurso com grande poder de manifestação de subjetividades e intencionalidades, está sempre sujeito a usos particulares capazes de revelar muito mais do que aquilo que aparece na superfície da expressão verbal registrada no texto escrito.

3 INDICAÇÃO DE APLICAÇÃO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO NA TRADIÇÃO GRAMATICAL NORMATIVA BRASILEIRA E PARA ALÉM DELA

É preciso começar esse capítulo dizendo que o assunto em que se insere o tema deste trabalho: os usos dos sinais de pontuação, não é inusitado ou estranho a usuários de Língua Portuguesa. Sabe-se, por exemplo, que ele se apresenta como tema de aula em muitos momentos da vida escolar dos estudantes em todos os níveis de escolaridade. Sabe-se também que, com alguma frequência e de forma imperativa, o problema, em torno dos usos dos sinais de pontuação, surge nas práticas sociais de escrita que circundam as atividades cotidianas de qualquer usuário da modalidade escrita da língua. Para além desses aspectos mais formais, é muito fácil reconhecer que as dificuldades de domínio na utilização desse recurso de escrita podem comprometer os sentidos de um enunciado e alterar os efeitos comunicativos de uma mensagem; nisso, admite-se, sobretudo, que os sinais de pontuação são um importantíssimo recurso de coesão textual.

Faz-se necessário reconhecer também que o estudo dos sinais de pontuação é um dos mais difíceis de aprendizagem e um dos mais enfadonhos de aplicabilidade por parte daqueles que se lançam na atividade de escrita em todos os níveis de formação escolar, ou de atividade profissional. Esse entrevero faz com que o uso dos sinais de pontuação passe, nas experiências de escrita dos usuários, como algo pouco conhecido, ou pior, como algo que se aprende e se corrige única e eficientemente pela experiência de escrita e de leitura; como se seus usos fossem assimilados por imitação, sem a compreensão de suas relações sintáticas, lógicas e, muito menos, enunciativo-discursivas.

3.1 As abordagens sobre os sinais de pontuação na tradição gramatical brasileira

Sem muito esforço, é possível observar que, em qualquer nível de abordagem sobre o assunto (das séries iniciais do ensino básico aos cursos superiores), a imprecisão e a superficialidade em relação aos critérios de aplicabilidade de alguns dos sinais de pontuação são inaceitáveis, sobretudo, quando se reconhece a essencialidade desses recursos na composição dos sentidos de um enunciado. Esse tipo de tratamento é bastante inadequado, especialmente quando se tenta estabelecer relações de uso de base puramente em aspectos prosódicos, rítmicos ou melódicos,

inferidos, muitas vezes, a partir do ato de leitura, o que agrava ainda mais a equivocidade da compreensão; pois o ato de leitura materializa os efeitos impressos pelos sinais de pontuação durante o processo de leitura.

As dificuldades e o parco conhecimento desses critérios de aplicabilidade tornam-se ainda mais graves, se se considerar que alguns tipos de sinais de pontuação têm seus usos e suas aplicabilidades justificados e orientados por aspectos que estão para além das relações sintáticas — e muito mais ainda — das prosódicas e das melódicas. Esta é uma constatação claramente observada no uso de sinais, cujas funções são essencialmente de natureza **não-sintática, não-prosódica e não-melódica** como, por exemplo, o uso de travessões /— —/, de parênteses /()/, de aspas /“ ”/ e de colchetes /[]/ que possuem funções exclusivamente enunciativo-discursivas, elevando tais sinais à categoria de marcas de pontuação enunciativo-discursivas.

No que diz respeito à potencialidade desses recursos de escrita de serem marcas enunciativo-discursivas, curiosamente, encontram-se, registradas na tradição gramatical brasileira, algumas referências indiretas a esse tipo de uso e de aplicabilidade. Veem-se tais referências, de modo especial, em autores como Julio Ribeiro (*1845 — †1890) e João Ribeiro (*1860 — †1934). Essas observações podem ser confirmadas nas obras: *Grammatica Portugueza* de Julio Ribeiro (1883) e a *Grammatica Portuguaza – Curso Superior* de João Ribeiro (1923), que sinalizam para a existência de sinais de “sentido” e de “interpretação”, isto é, sinais de natureza e de aplicabilidade não-sintáticas, não-prosódicas e não-melódicas. Ainda mais curioso, é notar que tais aspectos são completamente ignorados em manuais gramaticais posteriores a essas duas obras e até nos manuais contemporâneos — o que parece indicar um certo desconhecimento dessas referências e de suas abordagens específicas.

Entende-se que isso parece estar relacionado ao fato de que, quando se trata do estudo dos sinais de pontuação como recurso gráfico, a normatividade gramatical quase sempre apresenta seus usos numa correspondência direta entre fala e escrita, numa relação “grafo-fonêmica”. De modo geral, isso é requerido porque se condicionou o uso dos sinais de pontuação à necessidade de reprodução de recursos rítmicos e/ou melódicos da fala na escrita. Por isso é que se lê que “a língua escrita não dispõe dos inumeráveis recursos rítmicos e melódicos da língua falada [...], para suprir a carência, ou melhor, para reconstituir aproximadamente o movimento vivo da

elocução oral, serve-se da PONTUAÇÃO” (CUNHA; CINTRA 2008, p. 657 — grifo do autor).

Para Júlio Ribeiro (1883), no entanto, “pontuação é a ‘a arte de dividir, por meio de sinais gráficos, as partes do discurso⁷⁵ que *não têm entre si ligação íntima*, e de mostrar do modo mais claro as relações que existem entre essas partes” (RIBEIRO, 1883, p. 316 — grifo nosso). De forma objetiva, considerando essa delimitação de Júlio Ribeiro (1883), pode-se dizer que o uso de sinais de pontuação é sempre necessário quando os mecanismos de articulação sintática, como a concordância ou a regência, não são suficientes ou não dão conta das necessidades de articulação entre as partes do segmento textual. É curioso notar que este aspecto pontuado por Júlio Ribeiro⁷⁶ (1883) reflete concepções encontradas em estudos linguísticos modernos como os de Catach (1994), Junkes (2002), Dahlet (2006) e Serça (2012) sobre as funções dos sinais de pontuação na elaboração textual. Destaque-se que, no século XIX, ele já indicava que esses recursos (“notações sintáticas”, em suas palavras) servem para revelar sentidos nem sempre muito claros na expressão verbal ao longo de um texto.

Na mesma perspectiva de Júlio Ribeiro (1883) — até para demonstrar que sua percepção não foi uma reflexão fortuita —, João Ribeiro (1923) propõe uma classificação dos sinais de pontuação em função de aspectos relacionados à organização textual e ao seu papel na formação dos sentidos do texto (discurso). Se se trazer tal perspectiva para uma abordagem contemporânea e se se fizerem as “equalizações” com princípios e fundamentos da Linguística Textual e/ou Enunciativa, pode-se dizer que João Ribeiro (1923) (guardadas as proporções) apontou para o papel dos sinais de pontuação em processos de coesão mediante relações enunciativo-enunciativas de um texto. Segundo suas próprias palavras:

Entre as notações syntacticas convém distinguir três classes: uma constituída pelos signaes próprios da pontuação, e que determinam as divisões da parte do discurso: a vírgula, o ponto e vírgula, os dous pontos, o ponto e a alinea. A segunda classe abrange os signaes que exprimem commoção, ou um movimento d’alma, e são os pontos de

⁷⁵ Discurso, para Júlio Ribeiro, indica simplesmente aquilo que se expressa; sua referência de discurso está longe de ser uma acepção ligada à intencionalidade ou aos sentidos de um enunciado. Por isso ele afirma: “Pontuação: notações sintáticas são os sinais ou símbolos que auxiliam a compreensão do discurso escrito” (RIBEIRO, 1923, p. 345).

⁷⁶ É importante ressaltar que aqui se faz uma interpretação daquilo que Júlio Ribeiro chamou de “ligação íntima”, à qual se atribui a compreensão dos mecanismos sintáticos de articulação: concordância e regência (e coordenação por meio de conjunção).

reticencia, o ponto interrogativo e o exclamativo. A terceira classe é constituído por signaes destinados á clareza dos manuscritos; taes são o hyphen, as aspas, os parentheses, etc. (sic) (RIBEIRO, 1923, p. 344).

Com essa classificação, João Ribeiro (1923) apresenta uma visão dos sinais de pontuação bem mais abrangente e, linguisticamente falando, bem mais significativa do que aquelas que são apresentadas pelos gramáticos que lhe “sucederam” nessa função desafiadora de descrever aspectos formais da modalidade escrita da língua, na perspectiva de uma abordagem normativa. A pertinência do tratamento dado por João Ribeiro (1923) a esses recursos da escrita justifica-se, pois, ele desvincula a razão dos usos dos sinais de pontuação de noções meramente prosódicas, fincando a compreensão de seus usos em aspectos sintáticos e “enunciativo-discursivos” — obviamente, sem o domínio das particularidades axiológicas e epistemológicas de uma perspectiva linguística geral ou textual.

No entanto, é interessante notar que, de algum modo e por alguma razão, essa percepção dos valores e das funções enunciativo-discursivas dos sinais de pontuação, como recursos de organização textual e elaboração discursiva, perdeu-se ao longo do tempo e das propostas de abordagem nos manuais gramaticais de Língua Portuguesa. A sensação que se tem, quando se pesquisa esse tópico em manuais gramaticais contemporâneos, é de que, na ânsia de enquadrar as muitas possibilidades de expressão em um sistema fechado, alguns manuais deixam de lado boa parte das realizações enunciativo-discursivas que os sinais de pontuação podem trazer ao texto escrito.

3.2 As diferentes e variadas formas de tipificação dos sinais de pontuação nos manuais gramaticais brasileiros

As leituras e os levantamentos feitos sobre a forma como os sinais de pontuação são abordados nos manuais gramaticais brasileiros selecionados para esta etapa da pesquisa mostraram formas de tratamento bastante comuns em relação aos usos e aos critérios de aplicabilidade desses recursos de escrita. Notou-se que, em geral, reproduzem-se conceitos, tipificações e concepções, aparentemente, já existentes e compartilhadas numa espécie de “tradição gramatical”. No entanto, é preciso fazer ressalvas a pequenos acréscimos encontrados em Bechara (2003),

Azeredo (2008) e Cegalla (2008) que manifestam alguns entendimentos particulares ao abordarem os usos, ou ao promoverem a tipificação de determinados recursos de pontuação.

Em função das estratégias de abordagem adotadas neste trabalho e das decorrências do levantamento feito em todo o material pesquisado, os tratamentos dados aos sinais de pontuação pelos gramáticos consultados serão apresentados em forma de *quadros sinóticos*. A escolha dessa forma de apresentação, julga-se importante; pois, ao mesmo tempo em que se descreve o modo como cada gramático apresenta esses recursos, tem-se a possibilidade de comparação entre aquilo que lhes é semelhante e o que lhes é bastante diferente. Essa estratégia de apresentação ajudará, inclusive, a perceber o distanciamento entre as formas de tratamento abordadas por Júlio Ribeiro (1983) e João Ribeiro (1923), e as presentes em manuais gramaticais contemporâneos.

3.2.1 Júlio Ribeiro e os sinais de pontuação como aditamentos ortográficos

Para começar — considerando uma ordem cronológica das duas primeiras obras analisadas⁷⁷ — serão apresentados quadros-resumos dos tipos de sinais elencados por Júlio Ribeiro (1883) em sua *Grammatica Portugueza*, e por João Ribeiro (1923) na *Grammatica Portugueza – Curso Superior*. No primeiro caso, é importante notar que, apesar de não propor uma tipificação direta, Júlio Ribeiro (1883) apresenta os sinais de pontuação dentro do grupo de marcas denominadas por ele de “aditamentos”. Com base nisso, ele divide os sinais de pontuação em dois conjuntos; no primeiro grupo de 12 sinais, estão aqueles que são de uso sintático e organizacional de um texto, inclusive, o “parágrafo”, cuja indentação (espaço em branco) é apresentada como um recurso de pontuação, que serve para distinguir diferentes ideias.

Num segundo grupo dos recursos chamados de “aditamentos”, de forma bastante generalizante, ele afirma que dentro dos processos de composição tipográfica “ha notações peculiares, taes como o *asterisco* (*), o *obelisco* ou *adaga*

⁷⁷ A sequência de manuais gramaticais analisados não segue, necessariamente, uma ordem cronológica de publicação ou de edição, mas, no caso dos dois primeiros, Júlio Ribeiro (1983) e João Ribeiro (1923) respeita-se a cronologia das obras.

(†), a *dupla adaga* (††), a *secção* (§⁷⁸), as *paralelas* (||), o *párrafo* (|||), os *colchetes* ([]), a *chave* ({}), o *carete* (√⁷⁹), a *mãozinha* (⁸⁰) etc.” (RIBEIRO, 1883, p. 322 — grifo do autor). Essa peculiar tipificação de Júlio Ribeiro (1883) é importante, porque revela a presença de um olhar específico para sinais com funções igualmente específicas — considere-se como intensificador dessa importância a época em que o texto foi escrito. Sua visão geral do sistema de pontuação está apresentada na forma como ele mesmo define e categoriza tais recursos de escrita:

A pontuação é para a syntaxe o que a accentuação é para a lexeologia: a accentuação faz distinguir a significação das palavras isoladas; a pontuação discrimina o sentido dos membros, clausulas e sentenças do discurso. *Os accentos são, pois, sinaes lexeológicas; as notações de pontuação, sinaes syntácticos* (sic) (RIBEIRO, 1883, p. 316 — grifo do autor).

Como se pode observar, embora Júlio Ribeiro (1883) explicita a compreensão dos sinais de pontuação como um recurso sintático, ele aponta características bastante particulares no uso de alguns desses sinais. Nesse sentido, ele ultrapassa a percepção dos sinais de pontuação com meros recursos sintáticos. Essa sua compreensão fica clara tanto na apresentação da *indentação do parágrafo* como um recurso de pontuação propriamente dito, assinalando a mudança de ideia durante o discurso (ou postura discursiva), como na apresentação de tantos outros *sinais-símbolos* (quase como aparecem na abordagem semiológica de Peirce (1983)) que para muitos, curiosamente, poderiam ter surgido na era digital.

Para o autor, os *sinais de pontuação são doze e mais os recursos que auxiliam na tipografia textual*; no entanto, ao final dessa categorização⁸¹, ele acrescenta a compreensão de que a *letra maiúscula* é também uma forma de recursos gráfico de escrita, isto é, um “aditamento”. Parece razoável notar que Júlio Ribeiro (1883) percebe os usos específicos desses recursos, que, embora sejam marcas gráficas e materializem-se na dinâmica dos textos (e de suas relações sintáticas), parecem não

⁷⁸ Uma curiosidade sobre a formação deste símbolo está no fato de ele ser resultado da sobreposição das letras “S” iniciais da expressão latina *Signum Sectionis* (sinal de divisão).

⁷⁹ No texto de Ribeiro (1883), este sinal está numa posição invertida (de ponta-cabeça). Aqui, por restrições de configuração do editor de texto, ele está apresentado como símbolo de raiz quadrada.

⁸⁰ A mesma forma que aparece no uso do cursor do computador, quando se navega na internet.

⁸¹ Embora os gramáticos não tratem segundo esses termos a classificação dos sinais de pontuação que apresentam; ao longo deste trabalho, no entanto, a compreensão de “categorização” em oposição à “tipificação” será muito importante para estabelecer uma distinção de valores e usos entre diferentes grupos em que cada sinal pode ser enquadrado.

ter as mesmas funções e/ou “motivações” diante de comportamentos linguísticos específicos — ou seja, estão para além do que está explicitado nos aspectos sintáticos.

A partir de suas conceituações e distinções, é possível organizar o grupo de sinais de pontuação em três categorias, sendo as duas primeiras as seguintes: *notações gráficas de pontuação* e *notações peculiares*; estas últimas, indicando que as relações de sentido do segmento sinalizado estão para além das relações sintáticas do período. Por fim, *recursos de sinalização ortográfica*, considerados, por ele, como marcas de aditamento capazes de indicar comportamentos comunicativos específicos dentro dos sentidos globais do texto. Tais recursos materializam-se em forma de *letras maiúsculas* (quadro 3).

Em relação a essa última forma de sinalização na escrita (letra maiúscula), Júlio Ribeiro (1883) não explicita seu valor de sinal ortográfico de pontuação, nem mesmo se poderia ser considerado apenas como um sinal de orientação da leitura. A ausência de detalhamento dessas distinções e categorização é bastante compreensível, uma vez que sua abordagem caracteriza-se por se debruçar sobre os aspectos sintáticos da estrutura textual. Isso significa dizer que, apesar de enxergar certas especificidades no uso de alguns sinais — ainda que decorrente do que se pode perceber a partir da leitura da expressão escrita —, o tratamento dispensado pelo gramático à descrição destes recursos recai sobre seus aspectos mais sintático-textuais. Essa é uma perspectiva perfeitamente compreensível pelas circunstâncias temporais em que se encontra sua gramática, bem como pelas limitações epistemológicas de sua abordagem.

A título de ilustração — e para satisfazer as estratégias de descrição das abordagens tratadas nesta pesquisa —, essa compreensão das diferentes formas de “Aditamento” de um texto está representada no quadro sinótico abaixo (quadro 3), organizado para possibilitar uma melhor visualização daquilo que propõe Júlio Ribeiro (1883) no que diz respeito ao funcionamento de tais recursos de pontuação do texto escrito.

Quadro 3 — Tipos de sinais de pontuação segundo Júlio Ribeiro (1883)

ADITAMENTOS		
Notações Gráficas	Notações Peculiares	“Sinalização” ⁸²
Vírgula Ponto e vírgula Dois-pontos Ponto final Ponto de interrogação Ponto de Admiração Pontos de reticência Parênteses Aspas Hífen Travessão Parágrafo	Asteriscos (*) Obelisco (†) Paralelas Colchetes [] Chave { } Mãozinha ()	Maiúscula

Fonte: autoria

A importância da categorização apresentada por Júlio Ribeiro (1883) está mais relacionada à época em que ele a propõe do que nas tipificações em si mesmo, uma vez que parece claro que tais recursos exercem e apresentam critérios de aplicabilidade distintos e específicos. Considerando ainda a época em que a obra foi publicada, chama atenção também a ausência de abordagens sobre esses aspectos em gramáticos de período subsequentes — e entre os mais contemporâneos. Como já dito neste mesmo capítulo, tem-se a impressão que essas particularidades deixaram de ser consideradas para o favorecimento ou a priorização de aspectos mais sintático-estruturais. Uma retomada do que está contido em Júlio Ribeiro (1883), sobre os sinais de pontuação, traria algumas possibilidades de esclarecimento para as colocações imprecisas e subjetivas encontradas em alguns manuais gramaticais ou em livros didáticos utilizados em aulas de Língua Portuguesa.

3.2.2 João Ribeiro e os *sinais de clareza do manuscrito*: função que ultrapassa os limites sintáticos

A exemplo do que se vê na gramática de Júlio Ribeiro (1883), percebe-se, no manual gramatical de João Ribeiro (1923), a consideração de razões não-prosódicas, não-rítmicas e não-sintáticas para o uso e aplicação de certos sinais de pontuação. Essa tese ganha força a partir da análise da forma de classificação bastante particular

⁸² Júlio Ribeiro não identifica, nem caracteriza, nem distingue claramente a que tipo de recurso de escrita pertencem o uso de letras maiúsculas. Aqui, será lhe atribuído a noção de marca de comportamento comunicativo.

apresentada na *Grammatica Portuguesa – Curso Superior* (1923). Nessa obra, nota-se uma tipificação dos sinais de pontuação que os organiza em três classes com a indicação das funções específicas de cada grupo. De acordo com essa proposta de categorização, tais classes refletem (no uso) funções muito particulares, que se fundamentam na percepção de que os diferentes tipos de sinais estão relacionados a funções comunicativas específicas. Isso representa um distanciamento daquilo que é lugar comum nas discussões sobre os usos desses recursos de escrita, sobretudo, mais uma vez, considerando-se o período de publicação da gramática.

No quadro abaixo, concebido a partir daquilo que se lê em João Ribeiro (1923), é possível perceber que a categorização reflete a compreensão da existência de propriedades comunicativas constituidoras dos sinais de pontuação bastante distintas e específicas, o que possibilita o agrupamento dos sinais de pontuação segundo as noções de *classe*, *função* e *tipo*. Essa forma de concepção do que de fato vem a ser os sinais de pontuação deveria merecer tratamento igualmente específico, ou seja, o esperado seria que, ao descrever os usos e as aplicabilidades desses recursos, João Ribeiro (1923) justificasse o porquê de cada classe e de cada função, bem como a razão das distinções. No entanto, não é isso que se verifica ao longo do capítulo, no qual ele lista os critérios de uso dos sinais de pontuação, sobretudo para aqueles sinais que ele mesmo indicou como sendo sinais cuja função é a “clareza do manuscrito”. Para que se possa visualizar todo esse arranjo de agrupamentos e de distinções, observe-se o quadro representativo abaixo.

Quadro 4 — Tipos de sinais de pontuação segundo João Ribeiro (1923)

Classes	Funções	Tipos
Primeira	Sinais próprio usados para a divisão do discurso	Vírgula Ponto e vírgula Dois-pontos Ponto Alínea
Segunda	Sinais de comoção ou de movimento d'alma	Reticências Interrogação Exclamação
Terceira	Sinais de clareza do manuscrito	Hífen / Travessão ⁸³ Aspas Parênteses

⁸³ O travessão, nessa organização, está posto paralelamente ao hífen, porque originalmente João Ribeiro (1923) não faz diferenciação entre hífen e travessão.

Fonte: autoria

Nessa forma de organização dos sinais de pontuação, a classe que interessa para este trabalho é a terceira, uma vez que as funções indicadas por ela parecem apontar para algo que se “desprende” dos aspectos sintáticos, indicando a presença de algo que poderia ser considerado como efeitos pragmáticos e funções enunciativo-discursivas. Diz-se isso porque, ao denominar de “Sinais de clareza”, João Ribeiro (1923) sinaliza para a compreensão desses recursos de pontuação como algo que está para além de suas funções sintáticas, prosódicas, rítmicas ou melódicas. Isso potencializa a inferência de inerentes relações semântico-discursivas que se ligam, de algum modo, aos sentidos globais do enunciado. Nesse caso, parece claro que o uso desse tipo de sinal de pontuação diz respeito àquilo que se pretende estabelecer — enquanto ato comunicativo — entre quem escreve e quem lê. Portanto, a compreensão do papel dessa classe de sinais de pontuação evidencia mais *o domínio de uma competência comunicativa* do que o reconhecimento de um sistema gramatical-normativo.

Porém, quando se trata de apontar os critérios para o uso desses *sinais de clareza do manuscrito*, João Ribeiro (1923), a exemplo do que ocorre na gramática Júlio Ribeiro (1883), faz indicações de aplicabilidades meramente sintáticas, ou seja, ele não esclarece nem justifica a distinção de função que enxerga para propor tal categorização. Grosso modo, João Ribeiro (1923) parece perceber funções específicas e distintivas para cada uma das categorias propostas, mas no momento de indicar os critérios de uso ou de distinção a partir dessas funções específicas, ele acaba por apontar aspectos sintáticos.

Isso acontece, por exemplo, quando ele diz que os parênteses “têm por fim separar uma proposição intercalada que não mantêm relações sintáticas com a frase” (RIBEIRO, 1923, p. 347). Desse ponto de vista, não há, nessa indicação de uso, nada além daquilo que já é comumente encontrado nos manuais gramaticais: tratamento sintático. Em função desse retorno aos aspectos sintáticos, percebe-se um certo distanciamento entre aquilo que é apontado como função dos sinais contidos nessa terceira classe e o que de fato é tomado como critério de aplicabilidade dos tipos de sinais que nela estão contidos.

É preciso deixar claro que, embora de maneira incipiente, a forma como esses dois gramáticos concebem e tipificam linguisticamente os sinais de pontuação é bastante singular para sua época. Eles são “sensíveis” — cada um a sua maneira —

à existência de diferentes tipos de sinais a partir de suas funções, dos seus efeitos de sentido e das características “discursivas” que são capazes de indicar. Nos gramáticos contemporâneos, de modo geral, a sensibilidade para esses aspectos não se manifesta — como se não fossem sequer percebidos. Na maioria dos manuais gramaticais produzidos atualmente, como se verá a seguir, nota-se que eles passam a estabelecer relações puramente prosódicas (ritmo-melódicas) ou sintáticas para o uso dos sinais de pontuação.

3.2.3 Cunha e Cintra: as pausas como princípio de existência dos sinais de pontuação

É nessa perspectiva que Cunha e Cintra (2008), em sua *Gramática da Língua Portuguesa*, restringem sua abordagem sobre os usos e as aplicações dos sinais de pontuação a uma visão meramente prosódica (quadro 5). Por essa forma de conceber os tipos e as funções dos sinais de pontuação, Cunha e Cintra (2008) trazem, na maneira como apresentam esses recursos de escrita, uma perda significativa da compreensão da natureza linguística dos sinais de pontuação — deslocando o olhar das causas para os efeitos prosódicos e rítmico-melódicos que tais recursos podem introduzir na expressão escrita.

A abordagem proposta por eles provoca um estreitamento da compreensão e da funcionalidade dos sinais de pontuação, uma vez que os categorizam em dois grupos, nos quais “o primeiro grupo compreende os sinais que, fundamentalmente, destinam-se a marcar as PAUSAS [...]. O segundo grupo abarca os sinais cuja função é marcar a MELODIA” (CUNHA; CINTRA 2008, p. 657 — grifo do autor). O quadro sinótico proposto abaixo (quadro 5) resume os sinais de pausa e os de melodia segundo a classificação encontrada no manual gramatical em questão.

Quadro 5 — Tipos de sinais de pontuação segundo Cunha e Cintra (2008)

Marca de PAUSA	Marca de MELODIA
a) Vírgula (,)	a) Dois-Pontos (:)
b) Ponto (.)	b) Ponto de Interrogação (?)
c) Ponto e vírgula (;)	c) Ponto de Exclamação (!)
	d) Reticências (...)
	e) Aspas (“ ”)
	f) Parênteses ()
	g) Colchetes []
	h) Travessão (—)

Fonte: autoria

Os autores fazem uma ressalva, lembrando que a tipificação é “[...] didaticamente cômoda, não é, porém, rigorosa. Em geral, os sinais de pontuação indicam, ao mesmo tempo, a pausa e a melodia” (idem, p. 657). A observação de Cunha e Cintra (2008) feita à definição e à tipologia elaborada por eles mesmos só reforça a percepção equivocada da natureza linguística dos sinais de pontuação, vista como uma mera transposição de fenômenos prosódicos para a escrita. Aliás, a insuficiência da distinção é logo reconhecida como limitada e inócua, pois, na realidade, não é capaz de apontar as diferenças específicas que seriam capazes de distinguir os usos e de justificar a coexistência dos diferentes tipos de sinais.

Curiosamente, no entanto, ao tratar dos critérios de uso — aquilo que efetivamente orienta a aplicação —, os gramáticos apontam para aspectos de natureza morfossintática. Isso é o que se verifica, por exemplo, quando dizem que “a VÍRGULA marca uma pausa de pequena duração. Emprega-se não só para separar elementos de uma oração, mas também orações de um só período” (CUNHA; CINTRA 2008, p. 658 — grifo do autor). Isso significa dizer que os aspectos prosódicos e melódicos usados para identificar e estabelecer uma relação de igualdade entre vírgula e pausa não são usados para orientar sua aplicabilidade. Nesse caso, há um distanciamento e uma incongruência entre a forma de categorizar os sinais de pontuação e a compreensão dos seus usos. Essa ambivalência, por conseguinte, enfraquece a percepção dos valores comunicativos dos sinais de pontuação, restringindo-os apenas a recursos de reprodução de fenômenos da elocução oral, ou de estruturação sintática.

Se se considerar a importância desses aspectos em situações de ensino-aprendizagem de escrita, sentir-se-á a necessidade de se considerar abordagens mais funcionais, significativas e produtivas desses recursos nos processos de ensino e de aprendizagem da leitura e da escrita. Note-se que, se as orientações apresentadas pelos gramáticos em questão forem seguidas, os usuários de língua escrita serão privados da compreensão das razões sintagmáticas, discursivas e/ou enunciativas que potencializam a presença, ou a ausência de tais recursos na organização do texto e na elaboração de seus sentidos — isso porque a maneira de apresentação restringe a percepção da natureza linguística dos critérios de utilização.

Esse é um equívoco flagrante, por exemplo, quando diz que “o PONTO assinala a pausa máxima da voz depois de um grupo fônico de final descendente⁸⁴” (CUNHA; CINTRA 2008, p. 658 — grifo do autor), continuando diz que o ponto e vírgula “[...] serve de intermediário entre o PONTO e a VÍRGULA, podendo aproximar-se ora mais daquele, ora mais desta, segundo os valores pausais e melódicos que representam no texto” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 664 — grifo do autor). Não se leva em consideração o fato de que a ideia de pausa não é unívoca, por isso, segundo Mattoso Câmara (1986), há vários tipos de pausas num texto quando lido em voz alta, de acordo com suas funções rítmicas; a pontuação é apenas uma forma de sinalizar um tipo de pausa, que é o efeito do sinal de pontuação — não sua causa.

Às vezes, entretanto, muitas conjunções e certas preposições átonas adquirem uma força de articulação esporádica, pela exigência do próprio texto, e estabelece-se uma ligeira interrupção da voz depois delas. É o que se verifica, em ocorrências limitadas, com a preposição *para* (quando se quer frisar com vigor a ideia de um movimento de direção), com a partícula *que*, com as conjunções *e*, *mas* (CÂMARA JÚNIOR, 1986, p. 41).

Assim, pode-se dizer que a pontuação, como muitos outros recursos, pode indicar pausas nos processos de elocução, mas isso não quer dizer que esses efeitos sejam as causas do seu uso; da mesma forma que não são as pausas a causa do uso de preposição, conjunção, advérbio etc., que eventualmente podem traduzir alguma pausa no processo de leitura. As decorrências dessa percepção equivocada são, inevitavelmente, a disseminação de uma visão incongruente dos critérios de utilização dos sinais de pontuação a partir dos seus efeitos. É agravante também o fato de essas indicações equivocadas — pela confusão na compreensão do princípio de causa-e-efeito — estarem presentes em uma obra de referência que, conseqüente e muito naturalmente, serve de subsídio a professores, estudantes e elaboradores de materiais didáticos, que dão suporte ao ensino de Língua Portuguesa em todos os níveis de formação escolar.

⁸⁴ Essa é uma definição bastante compatível com a de Manuel Said Ali, edição de 1965, na qual ele diz que a “pontuação é o emprego de certos sinais gráficos que se colocam entre orações e partes de oração para indicar pausas de diversas espécies, ou para denotar mudança de tonalidade, ou simplesmente para chamar a atenção” (ALI, 1965, p. 228).

3.2.4 Rocha Lima e as pausas dos sinais de pontuação como reflexos da completude ou da incompletude dos segmentos frasais

Um outro manual gramatical que merece ser considerado a partir da forma como aborda os tipos, os usos e as funções dos sinais de pontuação é a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* de Carlos Henrique da Rocha Lima (1992). Com uma postura aparentemente semelhante à adotada por Cunha e Cintra (2008) em relação à natureza linguística dos sinais de pontuação, Lima (1992) apresenta como princípio de existência desses recursos a necessidade de representação das pausas durante o processo de leitura. Segundo o gramático, “as pausas rítmicas, — assinaladas na pronúncia por entoações características e na escrita por sinais especiais —, são de três espécies” (LIMA, 1992, p. 458). Cada espécie apresentando diferentes tipos, de acordo com usos específicos. Essa sua proposta de categorização dos sinais de pontuação está ilustrada no quadro abaixo.

Quadro 6 — Tipos de sinais de pontuação segundo Rocha Lima (1992)

Razão	Tipo de Marca
1. Pausa que não quebra a continuidade do discurso, indicativa de que a frase ainda não foi concluída.	a) Vírgula b) Travessão c) Parênteses d) Ponto e Vírgula e) Dois-pontos
2. Pausa que indica o término do discurso ou parte dele.	a) Ponto simples b) Ponto parágrafo c) Ponto final
3. Pausa que serve para frisar uma intenção ou estado emotivo.	a) Ponto de interrogação b) Ponto de exclamação c) Reticências

Fonte: autoria

Como é possível observar no quadro sinótico proposto aqui, a “razão” de existência dos sinais de pontuação são as pausas. No entanto, é preciso considerar que, para Lima (1992), essas pausas são essencialmente uma interrupção do processo de leitura, *porque refletem uma ruptura na estrutura sintática*; longe de corresponder, portanto, a uma simples necessidade de respiração. Tais pausas, vistas como consequência de aspectos sintáticos, traduzem a descontinuidade do discurso, isto é, elas revelam (nas palavras do gramático) a **completude**, ou a **incompletude**

do ato de linguagem⁸⁵. Essa forma de conceber a natureza e a funcionalidade dos sinais de pontuação distancia o tratamento dado por Lima (1992) do apresentado por Cunha e Cintra (2008). Nesse sentido, apesar de fazer referência aos aspectos rítmico-melódicos como sendo justificadores da existência das pausas e, por conseguinte, dos sinais de pontuação, Lima (1992) fundamenta seus usos no papel que desempenham na organização das estruturas textuais, enquanto unidades de sentido. A título de exemplificação do que seriam esses aspectos prosódicos ou rítmico-melódicos, propõe-se a observação do uso de **vírgula** e do **ponto e vírgula** no fragmento abaixo:

- i. “Prisão de Batisti teve tiros para o alto e correria, dizem testemunhas; assista”. (Folha de S.Paulo online, 2019)

Inicialmente, nota-se que ambos os sinais pertencem ao primeiro grupo da proposta de categorização de Lima (1992). De acordo com sua categorização, têm-se no fragmento em questão, sinais que indicam pausas breves, que, portanto, apontam a incompletude do segmento linguístico ou do ato comunicativo. Se for considerada apenas essa primeira distinção, não haverá como especificar os usos de qualquer um desses sinais. Para além disso, mesmo que se admita uma distinção baseada na duração das pausas, não haverá como estabelecer especificamente, por exemplo, qual a duração distintiva entre o *ponto e vírgula* e o *travessão*, ou ainda, entre o *ponto e vírgula* e os *dois-pontos*, todos pertencentes ao primeiro grupo (razão 1). Essa generalizada classificação leva a crer que tais distinções, sobretudo num processo de leitura em voz alta, devem ser manifestadas a partir de uma combinação de pausa mais a entonação, mais o ritmo-melódico; do contrário os leitores de um texto não teriam outra forma de manifestar o tipo de pausa, por conseguinte, o sinal de pontuação específico, senão tendo que verbalizar tais recursos. Esclareça-se, no entanto, que tais “critérios” não serviriam para orientar a aplicação dos sinais de pontuação, mas tão somente para “interpretá-los” durante um processo de leitura.

Constata-se que todos os sinais pertencentes ao primeiro grupo (razão 1) representam pequenas pausas porque, pela própria constituição do segmento frasal, deixam evidente a necessidade de finalização do enunciado (incompletude). Dessa forma, a pausa que esses sinais representam é uma decorrência linguística esperada

⁸⁵ A compreensão desse conceito está nos fundamentos da tese defendida aqui. É preciso deixar claro também que tal conceito está vinculado aos pressupostos da abordagem linguística de Charaudeau (2014 e 2016), e que as especificidades desse recorte serão abordadas no capítulo 4 deste trabalho.

em função das características sintáticas que o próprio segmento manifesta enquanto ato comunicativo. Assim, parece fazer sentido dizer que, ao observar uma vírgula, por exemplo, o leitor faz uma pausa por conta de uma certa exigência das relações sintáticas e/ou enunciativo-discursivas que o segmento “impõe” ao processo de leitura enquanto ato comunicativo significativo. Quando se considerar o que Lima (1992) diz sobre a representatividade prosódica dos sinais de pontuação do segundo grupo (*ponto simples, ponto parágrafo e ponto final*), nota-se que, na posição sintática em que eles ocorrem no segmento textual, a estrutura sintática deve ser percebida como completa e preenchida de sentido enquanto ato de linguagem. Isso permite compreender que a assinalação de tais pausas será mais duradora em função das próprias características do enunciado.

Quanto ao terceiro grupo de sinais, que compreende a *interrogação, exclamação e reticências* (razão 3), as pausas que eles representam não revelam a natureza discursiva do ato comunicativo — essa seria uma função da postura entoacional assinalada no momento da leitura. Assim, enquanto é possível estabelecer entre o primeiro e o segundo grupo de sinais uma distinção temporalmente mensurável dos tipos de pausa (pausas breves = incompletude do ato comunicativo; ou pausas mais longas = completude do ato comunicativo); no caso das pausas que “servem para frisar uma intenção ou um estado emotivo” (LIMA, 1992, p. 459), essa mensurabilidade não será possível e suas características distintivas restringem-se aos aspectos entoativos.

Observando o quadro sinótico construído a partir das caracterizações propostas por Lima (1992), nota-se que a relação do tipo de sinal com o tipo de pausa remete a uma compreensão desses sinais como um recurso expressivo, que reflete, simultaneamente, aspectos da estrutura sintagmática dos segmentos linguísticos, em que eles aparecem. De um ponto de vista mais pragmático, ao falar em sinais de pontuação como um sinal de pausa ou de melodia, Lima (1992) não os desassocia das noções de recurso sintático; pelo contrário, ele entende que é disso que eles são reflexos. No entanto, se se pensar do ponto de vista de um usuário de língua escrita que busca orientações para “aprender” como usar os sinais de pontuação nesse manual gramatical, tem-se a impressão de que não há relação de sentido entre a forma inicial de categorização e as orientações de aplicação, uma vez que o gramático, quando indica a maneira de aplicabilidade dos sinais de pontuação, faz

referência a aspectos essencialmente sintáticos. Em suas palavras, o gramático orienta a aplicação dos sinais de pontuação da seguinte forma:

Usa-se a vírgula: 1) para separar os termos da mesma função, assindéticos [...]; 2) para isolar o vocativo [...]; 3) para isolar o aposto [...]; 4) para assinalar a inversão dos adjuntos adverbiais [...]; 5) para marcar a supressão do verbo [...]; 6) nas datas; 7) Nas construções em que o complemento do verbo, por vir anteposto a este, é repetido depois dele por um pronome enfático; 8) Para isolar certas palavras e expressões explicativas, corretivas, continuativas e conclusivas [...]; 9) Para isolar orações ou termos intercalados [...] (LIMA 1992, p. 459 – 460).

Essa forma de indicação de uso dos sinais de pontuação não deixa evidente — e até parece contradizer — a natureza sintática dos tipos de sinais indicados no quadro 6. É preciso compreender, no entanto, que, para Lima (1992), as pausas sinalizadas pelos sinais de pontuação, durante um processo de leitura (seja em voz alta, seja silenciosa), é uma projeção de características específicas das relações sintáticas de um segmento linguístico (completude, ou incompletude). Ao tipificá-las em três modos de pausas (razões), na realidade, ele está apontando os seus valores prosódicos, que trazem embutidos seus valores sintáticos, que são, nesse caso, as razões de seus usos.

3.2.5 Domingos Paschoal Cegalla e a tripartição dos sinais de pontuação — distinções não especificadas

Em sua *Novíssima gramática da língua portuguesa* (48ª edição), Domingos Paschoal Cegalla (2008) apresenta os sinais de pontuação segundo suas finalidades (funções). Para ele, os diversos tipos de sinais de pontuação devem ser compreendidos considerando-se suas finalidades, isto é, como recursos com propriedades que servem essencialmente às atividades de escrita e de leitura e que ajudam a construir os sentidos textuais. A partir dessa forma de concepção, ele agrupa os diversos sinais de pontuação em três categorias compostas por diferentes tipos de sinais (quadro 7). No entanto, o gramático faz uma observação acerca da falta de “conformidade entre os escritores quanto ao emprego dos sinais de pontuação” (CEGALLA, 2008, p. 428). Para ele, essa falta de conformidade torna impossível a apresentação de normas rigorosas sobre o assunto, ao que se propõe fazer uma

exposição de normas que, segundo ele, fixaram-se a partir dos usos. Abaixo, tem-se, a exemplo das abordagens anteriores, um quadro sinótico que representa a forma como Cegalla (2008) organiza as diferentes categorias e tipos de recursos de pontuação.

Quadro 7 — Tipos de sinais de pontuação segundo Cegalla (2008)

Recurso	Finalidade	Tipo de Sinal
Prosódico	“Assinalar as pausas e inflexões ⁸⁶ ”.	Vírgula, ponto e vírgula, travessões e parênteses (por equivalência)
Sintático	“Separar as palavras e expressões”.	Vírgula, ponto e vírgula, travessões e parênteses (por equivalência), parágrafo (§).
Semântico	“Esclarecer o sentido da frase, afastando ambiguidades”.	Dois-pontos, interrogação, exclamação, reticências, parênteses ⁸⁷ , travessões, aspas, colchetes, asterisco.

Fonte: autoria

Ao se fundamentar nas finalidades dos recursos de pontuação para promover uma categorização dos diferentes tipos de sinais, Cegalla (2008) manifesta a compreensão da existência de três categorias de sinais, quais sejam: a *prosódica*, a *sintática* e a *semântica*. Os recursos de pontuação que compõem cada uma dessas categorias são identificados segundo os seguintes aspectos: a) aqueles que representam efeitos prosódicos (marcadores de pausa); b) aqueles cuja utilização justifica-se por serem mecanismos de articulação sintática (separadores de expressão); c) aqueles que aparecem como sinais de estabilização dos sentidos de um enunciado (esclarecedores de sentido), que servem para evitar “ambiguidades” ou mal-entendidos. Atente-se para o fato de que alguns sinais aparecem em mais de uma categoria, ou seja, pode ter mais de uma finalidade ou função.

No entanto, a leitura dos critérios de aplicação dos sinais de pontuação não faz referência aos aspectos que deveriam justificar a divisão em três categorias. Isso significa dizer que o gramático não descreve seus usos específicos, muito menos os

⁸⁶ (CEGALLA, 2008, p. 428)

⁸⁷ Os parênteses “às vezes substituem a vírgula ou o travessão” (CEGALLA, 2008, p. 433). Essa é uma consideração importante para este trabalho, pois confirma a tendência de estabelecer uma relação de equivalência entre os usos de parênteses ou travessões com os da vírgula.

discrimina de modo *conceitual*, *analítico* ou *distintivo* de acordo com as categorias a que pertencem e, segundo as quais, foram apresentadas tais distinções. Como consequência dessas ausências, ao apresentar os critérios de aplicação dos sinais de pontuação, ele acaba apontando a própria finalidade/função como justificativa, que é, por si só, o princípio de distinção categórica. Isso revela a presença de um raciocínio tautológico, pois tenta explicar os usos com aquilo que já é esperado do próprio sinal por pertencer àquele grupo específico. Assim, ele afirma:

O ponto e vírgula denota uma pausa mais sensível que a vírgula e emprega-se principalmente: — para separar orações coordenadas de certa extensão [...] — em enumerações [...] — para separar os considerados de um decreto, de uma sentença, de uma petição, etc. [...] — para separar os itens de um artigo de lei, de um regulamento (CEGALLA, 2008, p. 430).

Ora, se o ponto e vírgula já é, em si mesmo, um sinal indicativo de pausa e separador de palavras e expressões (note-se esse sinal encontra-se nos dois primeiros grupos do quadro 7), dizer isso não aponta traços distintivos, isto é, não justifica porque tal recurso pertence a estas e não a outras categorias. Além disso, não serve como critério de aplicação, uma vez que outros sinais, que estão dentro desse mesmo grupo, compartilham essas mesmas características. Essa tendência redundante de indicações dos usos repete-se ao longo de todo o capítulo sobre pontuação, de modo que, ao apontar os usos específicos dos sinais, na realidade, o autor acaba por reproduzir aquilo que também é dito de outros sinais e que caracteriza o subgrupo.

Nota-se ainda que, na maioria das indicações, as finalidades para as quais ele aponta como formas justificadoras dos usos correspondem aos efeitos rítmico-melódicos que os sinais imprimem ao texto. Para além disso, de acordo com a forma como apresenta os usos dos recursos de pontuação, ele pressupõe a existência de um potencial “leitor ideal”, em “condições igualmente ideais” para executar uma “leitura ideal”. Uma das principais implicações de suas considerações reside no fato de que, talvez, esses efeitos não representem sequer as razões sintáticas pelas quais certos sinais são empregados, muito menos suas finalidades essenciais, no caso daqueles que manifestam usos enunciativo-discursivos.

Um indicativo disso ocorre quando ele afirma que a vírgula é usada “para separar orações intercaladas e outras de caráter explicativo” (CEGALLA, 2008, p.

429). Nesse caso, ele deixa de considerar que as intercalações podem, inclusive, dispensar o uso de pontuação. É exatamente isso que ocorre com as orações adjetivas restritivas que não podem ser escritas entre vírgulas, pois, nisto consiste sua distinção discursiva em relação às adjetivas explicativas. De modo geral, os aspectos descritos por Cegalla (2008) caracterizam-se por descreverem “preceitos gramaticais” que encontram fim em si mesmo, revelando que ele faz indicações de usos com pouca relação de causalidade linguística⁸⁸. Isso significa dizer, por exemplo, que a **pausa**, a **separação** e o **esclarecimento** não podem ser a finalidade (a causa) que distingue os grupos de sinal e, ao mesmo tempo, serem o que especifica cada tipo de sinal.

Além desse distanciamento do que de fato seriam as finalidades para o emprego dos sinais de pontuação, Cegalla (2008) não distingue características nem grupos de sinais específicos, o que acaba levando a pressupor que um mesmo sinal possui mais de uma finalidade. Nesse sentido, o mesmo sinal aparece como separador de palavras ou de expressões; como marcador de pausa; ou como esclarecedor de sentido. Isso significa dizer, por exemplo, que a vírgula é — ao mesmo tempo e nas mesmas circunstâncias — um sinal de pausa e um sinal de separação de palavras ou de expressões; e os travessões ou os parênteses são sinais de pausa, sinais de separação e sinais de sentido, pois aparecem nos três grupos (categorias); logo, não se encontram neles distinções específicas.

De todo modo, acumular mais de uma finalidade/função (sobrepostas, ou não) não seria o problema dessa forma de conceber a natureza, os critérios de usos ou a dinâmica das funções dos recursos de pontuação. O entrave é que tais finalidades/funções não representam nem revelam as propriedades específicas de cada sinal — o que contraria a premissa colocada no início da tipificação apresentada por Cegalla (2008). Logo, uma decorrência desse tratamento é a relativização das especificidades de cada grupo de sinal. No entanto, se se considerar que tais finalidades/funções são vistas como se manifestando concomitantemente no uso de cada um dos sinais — e parece ser isso o que ele quer dizer quando afirma: “tríplice

⁸⁸ Causalidade — “esse termo significa o influxo da causa sobre seu efeito e a relação fundada em dito influxo” (BRUGGER, 1987, p. 79). No caso em questão, as classificações, as discriminações e as conceituações apresentadas por Cegalla (2008) ferem o princípio da causalidade que valida tudo que se apresenta como, minimamente, razoável, uma vez que não pode a causa ser também efeito. Segundo esse princípio “a relação causa-consequência pode existir com identidade efetiva e, portanto, sem dependência ontológica real, ao passo que causa e causado nunca são plenamente idênticos, precisamente por existir entre eles uma relação real de dependência. Pela influência real sobre o causado, a causa distingue-se também da condição necessária, indispensável para a produção de um ente [...], mas não exerce qualquer influxo sobre o causado” (BRUGGER, 1987, p. 77)

é a finalidade dos sinais de pontuação” (idem, p. 428) —, a possibilidade de usos específicos será inútil; pois, isso estabeleceria relações de equivalência entre os diversos tipos de sinais de pontuação, tornando sem sentido toda diversidade de tipos e de funções atribuída a tais recursos de escrita.

Considerando esse raciocínio, se a *vírgula*, o *ponto e vírgula* ou os *travessões* servem para separar palavras ou expressões, ao mesmo tempo que funcionam como sinais distintivos de sentido e marcadores de pausa e ritmo, em que se distinguem em seus usos específicos? Desse modo, seria indiferente usar um ou outro sinal. E ainda, por que a existência de diferentes categorias? Por diferentes razões em relação aos gramáticos anteriores, na abordagem de Cegalla (2008), sobressaem-se as imprecisões e generalizações para as quais a necessidade de quem busca uma orientação de uso para tais recursos não é atendida.

No tocante aos critérios de uso de cada um dos sinais de pontuação, a imprecisão e a superficialidade das indicações não só são flagrantes como também desorientadoras. É isso que se percebe quando se lê que “o ponto e vírgula denota uma *pausa mais sensível* que a vírgula e emprega-se principalmente: para separar orações coordenadas de *certa extensão*” (CEGALLA, 2008, p. 430 — grifo nosso). Não se espera de um texto que servirá como referência para quem deseja usar, adequadamente, recursos de escrita tão importantes como os sinais de pontuação esse tipo de “orientação”. Como se espera que alguém possa mensurar “pausa mais sensível”, ou ainda, “certa extensão”? O mais grave é imaginar como alguém poderia transformar esse tipo de indicação numa orientação de uso eficaz, que lhe garantisse a inteligibilidade do escrito e dos sentidos pretendidos.

Numa consideração específica em relação aos usos de travessões e de parênteses — dois dos tipos de sinais de pontuação que interessam particularmente a este trabalho —, registram-se as seguintes orientações de usos: a) “usam-se [parênteses] para isolar palavras, locuções ou frases intercaladas no período, com caráter explicativo, as quais são *proferidas em tons baixos*” (CEGALLA, 2008, p. 433 — grifo nosso); e b) “o travessão (—) é um traço maior que o hífen e usa-se [...] para isolar palavras ou orações que se quer realçar ou enfatizar” (ibidem). Nessas indicações de uso, não se nota nada que possa garantir a um usuário da modalidade escrita uma aplicação com o mínimo de segurança de qualquer um desses sinais.

Ainda que se possa argumentar que esse tipo de manual está preso a objetivos muito específicos no tocante à apresentação de normas de uso, esse tipo de

orientação sequer garantiria uma adequada interpretação desses sinais quanto à leitura de um texto, muito menos no que diz respeito a sua aplicação na estruturação da expressão escrita. Para além disso, a principal dificuldade manifesta-se, pois, quando se verifica a homogeneização de aspectos rítmico-melódicos e entoacionais (efeitos dos sinais e da dinâmica de leitura que só pode ser mensurada quando realizada de fato) com critérios sintáticos. Na organização de suas indicações de usos, Cegalla (2008) não foi capaz de equacionar aspectos sintáticos e prosódicos presentes na razão pela qual se usa um recurso de pontuação, ou manifestadas nos efeitos entoacionais que se aplicam no ato da leitura, quer seja numa leitura vozeada, quer seja numa leitura silenciosa.

3.2.6 José Carlos de Azeredo e as *finalidades* dos sinais de pontuação

Vale a pena considerar também, sobretudo pelos objetivos estabelecidos para esta pesquisa, a abordagem aplicada aos sinais de pontuação pela *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* de José Carlos de Azeredo (2008). Um primeiro aspecto que se deve levar em conta é sua visão alargada em relação à natureza dos recursos de pontuação, razão pela qual ele compreende, como sinal de pontuação, recursos como o negrito e o itálico. Um outro aspecto particular de sua abordagem é o fato de ele apontar a existência de diferentes papéis textuais, que justificam os diversos tipos de sinais. Segundo ele, é preciso compreender o seguinte aspecto:

Estes sinais têm *papéis variados*, seja para *fins propriamente estéticos* – como os espaços e o modelo de letra –, seja para a indicação de pausas – como a vírgula, o ponto e as reticências –, seja para sinalizar a entoação da frase – como os pontos de interrogação e de exclamação – ou ainda para individualizar algum segmento – como as aspas, o negrito e o itálico (AZEREDO, 2008, p. 519 — grifo nosso).

A exemplo do que aconteceu com todos os outros gramáticos referenciados até aqui, as formas de apresentação e as tipificações adotadas por Azeredo (2008) serão demonstradas num quadro sinótico (quadro 8) que evidenciará as particularidades de sua forma de sistematizar os usos e as aplicabilidades dos sinais de pontuação. Nesse caso, o gramático destaca quatro papéis ou finalidades (“fins”) para as quais os diversos tipos de sinais são utilizados. Este quadro sinótico traz, diferentemente dos anteriores, uma coluna reservada à justificativa, porque se percebeu que o autor

explica aquilo que compreende como *pausa* e como *entoação*, embora não faça nenhuma referência ao que deve ser entendido por *papéis estéticos* e de *individualização*.

Quadro 8 — Sinais de pontuação segundo José C. de Azeredo (2008)

Papéis	Tipos	Justificativas
Estético	Espaços, modelo de letra	?
Pausa	Vírgula, ponto, reticências	“as pausas [...] são de dois tipos: as que marcam fronteiras sintáticas [...] e as que indicam atos diversos de hesitação ou procedimentos intencionais de retardamento do fluxo da informação, geralmente assinalados por reticências” (ibidem).
Entoação	Interrogação, exclamação	“é um recurso da fala que serve para exprimir [...] a diferença entre uma declaração, uma pergunta, uma ordem, uma exclamação” (ibidem).
Individualização	Aspas, negrito e itálico	?

Fonte: autoria

O quadro acima evidencia, resumidamente, a maneira como Azeredo (2008) compreende a natureza e os tipos de sinais de pontuação. Vale ressaltar que em relação aos gramáticos vistos até aqui, a novidade nessa forma de apresentação fica por conta daquilo que ele denomina e caracteriza como tendo um “fim estético”, e outro manifestando um “fim para a individualização de algum segmento”. Apesar dessa indicação específica, Azeredo (2008) não esclarece do que se constituem ou como se caracterizam esses “fins estéticos” e “fins individualizantes” de alguns tipos de sinais de pontuação.

Antes de tratar dos critérios de usos específicos dos sinais de pontuação, o gramático chama atenção para o fato de adotar uma metodologia que, segundo ele, é diferenciada em relação àquilo que, convencionalmente, é visto nos materiais didáticos sobre o assunto. Nesse sentido, “expõem-se alguns contextos típicos de uso dos sinais de pontuação e, em seguida, apresentam-se fragmentos variados acompanhados de comentários sobre as soluções dadas pelos respectivos autores”

(AZEREDO, 2008, p. 520). A ênfase dada pelo autor à “metodologia adotada” está no fato de que, para cada orientação de uso, ele apresenta alguns fragmentos de textos que servem de exemplificação para a prescrição indicada. Sua postura metodológica específica — segundo suas próprias palavras — pode ser vista no seguinte trecho:

A vírgula é tipicamente empregada nos casos de: a) *separação de orações ou termos coordenados sem a utilização de conectivo* (coordenação assindética): “Na Índia, há milhões de sujeitos que nunca moraram. Jamais tiveram um teto, uma sala, um quarto, uma cama, uma mesa, uma cadeira” [RODRIGUES, 1996: 75]; “De repente um traço ligeiro rasgara o céu para os lados da cabeceira do rio, outros surgiram mais claros, o trovão roncara perto, na escuridão da meia noite rolaram nuvens cor de sangue” [RAMOS, 1981a: 65] [...]; b) *aposição explicativa ou circunstancial em geral* [...]; c) *separação de vocativo* [...] (AZEREDO, 2008, p. 520 — grifo nosso).

É possível notar, a partir daquilo que o autor faz ao indicar o uso de vírgula — e que se repete praticamente em todas as outras indicações de usos dos sinais de pontuação —, uma priorização da descrição do preceito gramatical, seguido da apresentação de uma ocorrência que exemplifica o que está prescrito. Decorre daí, que os princípios de funcionamento e de aplicabilidade dos sinais de pontuação não são extraídos dos seus usos textuais. O que se vê, na realidade, é que primeiro se toma uma *regra* ou uma *norma* de uso, depois se encontra uma ocorrência que corresponda ao que está indicado na regra.

Para além dessa estratégia de abordagem, nota-se que, ao longo do capítulo sobre pontuação, Azeredo (2008) faz uma exposição das razões de uso dos sinais de pontuação baseada, de modo geral, em aspectos essencialmente sintáticos. Por essa razão, é comum que suas orientações de aplicação dos sinais de pontuação se iniciem com verbos como “separar”, “assinalar”, “indicar”, “delimitar” etc. Quando aborda o uso de sinais como “travessões”, “parênteses” e “aspas” — sinais cujas funções sobrepõem-se aos aspectos sintáticos —, o autor sinaliza para a percepção de valores que não se prendem aos aspectos estruturais. Nesse sentido, ele afirma:

O travessão tem três empregos básicos: a) *indica a fala do personagem em discurso direto* [...]; b) *indica o ato de fala do narrador* (neste caso, também é comum o uso de vírgula): “— posso saber o que houve? — indagou a mulher” [RUBIÃO, 1998: 209]; c) *serve para delimitar um adendo, um comentário, uma ponderação que se intercala no discurso* (função opcionalmente expressa com uso dos parêntese): [...], “Os casamentos e uniões dentro das mesmas etnias

— vale lembrar que a consciência étnica era forte — acotovelam-se com os que reuniam africanos de origem diferentes” [DEL PRIORI, 2005: 61] (AZEREDO, 2008, p. 525 — *grifo nosso*).

As duas primeiras indicações de aplicação (letras “a” e “b”) são bastante comuns e correspondem a um tipo de uso que diz mais respeito a aspectos estruturantes (no caso, uma marca dos gêneros narrativos) do que a recursos sintáticos, ou de sentido. Já a indicação de uso presente na letra “c”, a função linguístico-textual dos travessões, de intercalar atos comunicativos específicos diferentes daqueles a que eles se referem, é percebida e descrita conforme suas funções enunciativo-discursivas, mas sofre uma simplificação na explicitação de tais funções. Nesse terceiro tipo de uso, os travessões intercalam adendos, comentários e/ou ponderações, mas não são simples delimitações sintáticas ou estruturais. A opção pelo uso de travessões deve traduzir o próprio comportamento comunicativo inerente a esse tipo de sinal — que, nesse caso, ganha *status* de *marca de pontuação enunciativo-discursiva*. Como já referenciado, as razões pelas quais se defende a elevação desse tipo de sinal de pontuação a essa particular condição linguística (transmutação de sinal à marca de pontuação) serão tratadas logo adiante, no próximo tópico deste mesmo capítulo.

A exemplo do que ocorre com a descrição dos usos de travessão, Azeredo (2008) aponta três tipos de aplicação para os parênteses, reconhecendo seu uso nas seguintes situações: “a) na indicação de uma fonte bibliográfica; b) nas indicações cênicas (das peças de teatro, por exemplo)” (ibidem). Na terceira indicação (letra c), o gramático aponta, como justificativa para o uso dos parênteses, a função de “esclarecer algo ou para informar o significado de alguma palavra ou expressão” (AZEREDO, 2008, p. 526). Esse uso é observado na seguinte situação: “A obsessão pela ideia de modernização produziu duas palavras essenciais no vocabulário da segunda metade do século XX: *perestroika* (algo como reconstrução ou reestruturação) e *glasnost* (transparência)” (ibidem). Obviamente à parte, essa é uma forma de aplicação também muito comum aos travessões, inclusive, salientada pelo próprio gramático (em forma de observação, no tópico sobre os travessões). Em suas palavras, ele afirma:

É comum o emprego do travessão antes do aposto enumerativo, como opção aos dois-pontos: “Não pertence aos limites deste estudo a análise da etapa anterior das três correntes humanas que vão

concorrer na tarefa da chamada ‘colonização’ — o índio, o negro, o português” [SONDRÉ, 1978:5] (AZEREDO, 2008, p. 525).

A obviedade referida manifesta-se no fato de a indicação não explicitar nada além do que a própria circunstância de uso já revela. Ao dizer que os parênteses têm a função de esclarecer algo, apenas descreve aquilo que é perceptível pela própria relação de equivalência (apositiva, hiperonímica ou explicativa) que se estabelece entre a expressão que antecede esses recursos e aquela que está intercalada por eles (a mesma relação lógica ocorre nos usos de travessões).

De modo geral, a abordagem de Azeredo (2008) sobre os usos e aplicabilidades dos sinais de pontuação reproduz aquilo que a tradição gramatical normativa já o faz. Nesse sentido, aquilo que ele apresenta, no início do capítulo como sendo um diferencial metodológico, constitui-se, na realidade, num esforço de encontrar ocorrências que exemplifiquem as indicações de uso adotadas por ele. Quanto aos sinais de usos específicos, como os travessões e os parênteses, ele limita-se a descrever aspectos naturalmente presentes na organização estrutural do segmento linguístico, isto é, ele explicita aquilo que a simples leitura já o revelaria.

Faltou, portanto, uma abordagem lógico-linguística que apontasse as especificidades dos usos e que garantisse a distinção entre os tipos de sinais de pontuação, restringindo a possibilidade da simples comutatividade⁸⁹ em situações específicas de uso. Assim, da forma como estão postas as indicações — talvez descrições de uso para ser mais exato —, corre-se o risco de se pensar que a trocar de um sinal por outro não traga implicações de sentido ou de conteúdo, ou dos efeitos dos atos de linguagem.

3.2.7 Evanildo Bechara e sua visão ampliada das funções dos sinais de pontuação

O último gramático, tomado como referência para este trabalho, é Evanildo Bechara (2003) com sua *Moderna Gramática Portuguesa*. Analisando a maneira como Evanildo Bechara trata a questão em seu manual gramatical, nota-se que ele

⁸⁹ A comutatividade entre diferentes sinais é possível — sobretudo, se pertencerem a um mesmo grupo ou categoria —, mas é preciso fazer as adequações ao comutá-los; do contrário, não fará sentido a coexistência de sinais de mesma natureza e que exerçam, exatamente, as mesmas funções sintáticas, ou enunciativo-discursivas.

fundamenta sua abordagem nos estudos de Catach (1994) principalmente nos que se encontram no livro *La Ponctuation*. No início do capítulo sobre pontuação, ele faz referência à natureza linguística dos sinais de pontuação, citando Catach (1994), para quem os recursos de pontuação pertencem ao sistema de escrita, sendo compreendido como uma forma de complementação do sistema alfabético — para além disso, a própria Catach (1980a) denomina tais recursos de “paracódigo”. Nesse sentido, Bechara (2003) afirma:

Sistema de reforço da escrita, constituído de sinais sintáticos, destinados a organizar as relações e a proporção das partes do discurso e das pausas orais e escritas. Estes sinais também participam de todas as funções da sintaxe, gramaticais, entoacionais e semânticas (CATACH apud BECHARA, 2003, p. 604).

A compreensão geral é de que os sinais de pontuação “constituem hoje peça fundamental da comunicação e se impõem como objeto de estudo e aprendizado” (BECHARA, 2003, p. 604). Evidencia-se, nesse caso, a necessidade de aplicação de processos de ensino-aprendizagem mais específicos e aprimorados desses recursos, que não encontram outro modo de existir senão na expressão escrita. Segundo suas particularidades linguísticas, esses recursos devem ser considerados “sinais extra-alfabéticos”; essa denominação, Bechara (2003) atribui a Catach (1994). Em relação à importância dos estudos sobre os sinais de pontuação como recursos de comunicação e sentido textual, o gramático expõe o seguinte:

Ao lado dos grafemas que “vestem” os fonemas, os morfemas e as unidades superiores, esses sinais extra-alfabéticos, como assinala Catach, são essencialmente unidades sintáticas, “sinais de orações” e “sinais de palavras”, podendo comutar como tais unidades alfabéticas, substituí-las e tomar de empréstimo seu valor. Assim um apóstrofo indica a supressão de um grafema, uma vírgula uma unidade de coordenação ou de subordinação. Na essência, os sinais de pontuação constituem um tipo especial de grafema (BECHARA, 2003, p. 604).

Está evidente que para Bechara (2003) — no fluxo daquilo que defende Catach (1994) — os sinais de pontuação são *recursos linguísticos* capazes de efetivar valores significativos, específicos e distintivos no interior dos enunciados e na composição dos atos comunicativos, inclusive, com possibilidade de estabelecer uma relação de equivalência com elementos sígnicos de nível fonêmico, substituindo, por exemplo,

uma vogal num processo de supressão fonética (elisão). Para além disso, Bechara deixa crer que tais recursos podem substituir, eficientemente, unidades mórficas ou sintáticas, ocupando, por exemplo, o lugar de uma conjunção como recurso morfossintático e de coesão textual. Em função disso, os sinais de pontuação “são essencialmente unidades sintáticas” (ibidem), quer como “sinais de oração”, quer como “sinais de palavras”. Na realidade, o posicionamento de Bechara (2003) está intimamente alinhado com o que se vê nos pressupostos de Catach (1994, 1980a); especificamente em Catach (1980a), no qual a autora afirma:

Définition de la ponctuation : Ensemble des signes visuels d'organisation et de présentation accompagnant le texte écrit, intérieurs au texte et communs au manuscrit et à l'imprimé; la ponctuation comprend plusieurs classes de signes graphiques discrets et formant système, complétant ou suppléant l'information alphabétique⁹⁰ (CATACH, 1980a, p. 21).

Por assim compreender a função — e a natureza linguística — desses recursos de escrita, Bechara (2003), reportando-se a Catach (1994 e 1980a) concebe os sinais de pontuação segundo duas acepções (quadro 9). Numa acepção mais ampla, considera como sinal de pontuação todo recurso utilizado para inserir orientações que não são, necessariamente, grafemas e que servem para indicar “realce e valorização do texto”, como rubricas, itálico etc. Numa acepção mais específica, ele restringe os sinais de pontuação a dois grupos, quais sejam: sinais separadores e sinais de comunicação (ou de mensagem); adicionando ainda uma subdivisão, na qual os sinais são identificados a partir do tipo de pausa que imprimem ao processo de leitura (sinais de pausa *conclusa* e pausa *inconclusa*). É nesse sentido que esclarece o seguinte:

Segundo a concepção restrita, a pontuação é constituída por uns tantos sinais gráficos assim distribuídos: os essencialmente separadores (vírgulas[,], ponto e vírgula [;], ponto final [.] , ponto de exclamação [!], reticências [...]), e os *sinais de comunicação ou “mensagem”* (dois-pontos [:], aspas simples [' '], aspas duplas [“ ”], o travessão simples [—], o travessão duplo [— —], os parênteses [()], os colchetes [[]], a chave aberta [{ {], a chave fechada [}]) (BECHARA, 2003, p. 604 – 605 — grifo nosso).

⁹⁰Definição de pontuação: Conjunto de sinais visuais de organização e de apresentação que acompanham [compõem] o texto escrito, interiores ao texto e comuns ao manuscrito e ao impresso; a pontuação compreende várias classes de sinais gráficos discretos que formam um sistema, complementando ou substituindo informações alfabéticas.

Embora proponha essa distintiva tipificação dos sinais de pontuação a partir de suas funções na organização da estrutura textual, ele não esclarece o que vem a ser, especificamente, tais “sinais de comunicação” ou de “mensagem”, uma vez que parecem ter funções bastante distintas dos chamados, por ele mesmo, de “sinais separadores”. Em sua proposta de organização dos sinais de pontuação, Bechara (2003) encontra lugar ainda para aquilo que chama de *sinais de palavras*, (outra referência direta aos estudos de Catach), indicando que eles podem aparecer organizando as estruturas morfológicas. Neste caso, são sinais de palavra: o *hífen*, o *apóstrofo*, a *maiúscula inicial* e a *maiúscula contínua*.

Com base nessas distinções e especificações, Bechara (2003) delimita e justifica os tipos de sinais que devem ser estudados em sua abordagem gramatical. Desse modo, para ele, são marcas essencialmente linguísticas e categorizáveis aquelas que estão circunscritas ao texto e que, de alguma forma, podem refletir decisões e direcionamentos pretendidos por quem escreve, interferindo, inclusive, nos aspectos melódicos, rítmico e entoacional da potencial leitura. Para Bechara (2003), o uso destes sinais revela não só o que quem escreve quis dizer, bem como a maneira como gostaria que fosse reproduzido, ao ser lido, aquilo que foi escrito.

Diferentemente dos últimos gramáticos, Bechara (2003) consegue dar à sua categorização uma justificativa mais funcional do que prescritiva. Nesse sentido, chega a saltar para uma compreensão, linguisticamente falando, mais qualificada para a aplicabilidade de critérios e identificação de usos — seja na organização da estrutura textual, seja na elaboração de estratégias enunciativo-discursivas. Essas potencialidades linguísticas são observáveis no quadro sinótico abaixo.

Quadro 9 — Sinais de pontuação segundo Bechara (2003)

ACEPÇÕES		
LARGA	RESTRITA	
Realce e Valorização (Marcas) ⁹¹	Separadores (Sinais)	Comunicativos (Sinais)

⁹¹ Embora não seja um termo encontrado na abordagem de Evanildo Bechara, insere-se, aqui, o conceito de **marca de pontuação** para designar e distinguir o uso de recursos gráficos que não necessariamente sinais de pontuação, mas que desempenham funções equivalentes na organização textual, ou na elaboração discursiva do texto escrito.

<ul style="list-style-type: none"> — Títulos — Rubricas — Margens — Caracteres 	<ul style="list-style-type: none"> — Vírgula [,] — Ponto e vírgula [;] — Ponto final [.] — Ponto de exclamação [!] — Ponto de interrogação [?] — Reticências [...] <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center; margin: 10px auto; width: 80%;"> <p>Pausa conclusa ou inconclusa</p> </div>	<ul style="list-style-type: none"> — Dois-pontos [:] — Aspas Simples [“ ”] — Aspas duplas [“ ”] — Travessão [— —] — Parênteses [()] — Colchetes []] — Chaves [{ }] <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center; margin: 10px auto; width: 80%;"> <p>Pausa inconclusa</p> </div>
--	--	---

Fonte: autoria

A *organização*, *categorização* e *classificação* dos sinais de pontuação apresentadas no quadro acima explicitam as definições — e as distinções — presentes nas categorias adotadas por Bechara (2003) que procura, em sua proposta de sistematização, ajustar os papéis de cada tipo de sinal à função que desempenham e aos efeitos de sentido que produzem nos enunciados. Depois de apontar para aspectos estruturais e funcionais próprios dos sinais de pontuação, Bechara (2003) salienta que não tratará dos sinais de pontuação compreendidos dentro de categorias mais amplas (recursos relacionados ao *layout* do texto). De fato, sua abordagem orienta-se para aplicação dos sinais de pontuação a partir daquilo que ele chama de **sinais sintáticos** e **sinais comunicativos** — guiando-se por critérios morfossintáticos.

De modo bastante particular, Bechara (2003) compreende que a aplicação de sinais de pontuação ultrapassa os limites do escrito. Para ele, o uso de sinais de pontuação e a potencialidade de sua “leitura”, deve considerar que “é bem provável que pertençam à iniciativa e à decisão do autor no seu desejo de levar ao texto algo mais de expressividade” (BECHARA, 2003, p. 605). No entanto, ele não leva em consideração essa possibilidade ao orientar a aplicação de tais normas. Nesse sentido, ele deixa claro que aquilo que interessa ao estudo dos sinais de pontuação, numa perspectiva normativa, é a forma e a intervenção de tais recursos na organização das estruturas textuais.

O tratamento dado por Bechara, ao abordar a natureza e os critérios de uso dos sinais de pontuação, diferencia-se dos demais gramáticos, pois ele deixa evidente que os aspectos prosódicos e melódicos são consequência do processo de leitura. As *pausas conclusas* ou *pausas inconclusas* são indicativas da presença de

determinados tipos de sinais de pontuação e de seus valores como separadores das estruturas textuais; deixando claro que elas não são as razões pelas quais tais sinais são usados. Esse é o traço significativo da abordagem proposta na *Moderna Gramática do Português* de Bechara (2003), que segue com a exposição dos diversos tipos de sinais de pontuação, justificando seus usos a partir de critérios morfossintáticos. Nesse sentido, posiciona-se da seguinte forma:

O ponto simples final, que é dos sinais o que denota maior pausa, serve para encerrar períodos que terminem por qualquer tipo de oração que não seja a interrogativa direta, a exclamativa e as reticências. É empregado ainda, sem ter relação com a pausa oracional, para acompanhar muitas palavras abreviadas [...]. Ponto parágrafo – um grupo de períodos cujas orações se prendem pelo mesmo centro de interesse é separado por ponto [...]. Emprega-se a vírgula: a) para separar termos coordenados, ainda quando ligado por conjunção (no caso de haver pausa) [...]; b) para separar orações coordenadas aditivas ainda que sejam iniciadas pela conjunção e, proferidas com pausa [...] (BECHARA 2003, p. 606 - 609).

Nessa proposta de tratamento dos sinais de pontuação, segundo aspectos mais sintáticos do que textual-discursivo, Bechara (2003) não avança sobre o que esclarece Catach (1994) em relação a outras funções e aspectos desses recursos de escrita. Assim, ele acaba dando o mesmo tratamento morfossintático àquilo que Catach (1994) chama, muito apropriadamente, de **marcas de pontuação** que são, linguisticamente falando, de outra natureza e que revelam outras condições ao assinalar os atos comunicativos. A esse estado, pertencem, por exemplo, os usos de *travessões*, *parênteses* e *colchetes*, cujas aplicações, em algumas situações de uso, apontam para aspectos que estão para além da estrutura sintática. O próprio Bechara (2003) trata de registrar a necessidade de um outro nível de compreensão para esse tipo de “sinais-marcas”. Nesse sentido, o que ele escreve sobre o uso de parênteses e colchetes ilustra bem a necessidade de uma abordagem tanto mais ampla quanto mais precisa.

Acerca dos parênteses, além do que disse o Formulário Ortográfico, vale lembrar, como fez Catach, que assinalam um *isolamento sintático* e *semântico* mais completo dentro do enunciado, além de estabelecer maior intimidade entre o autor e o seu leitor. Em geral, a inserção dos parênteses é assinalada por uma entonação especial. *Intimamente ligados aos parênteses pela sua função discursiva*, os colchetes são utilizados quando já se acham empregados os parênteses, para

introduzirem uma nova inserção (BECHARA, 2003, p. 612 — grifo nosso).

A necessidade de enquadrar o uso desse tipo de “sinal-marca” em critérios sintáticos leva o autor a apresentar justificativas essencialmente sintáticas para recursos que estão para além da simples estruturação textual. Ao afirmar, por exemplo, que os parênteses estabelecem “maior intimidade entre autor e o seu leitor” (ibidem), fica evidente a função não-sintática desses sinais, que viabiliza comportamentos interpretativos por parte do leitor. A mesma postura de compreensão, estritamente sintática, manifesta-se quando trata das funções e dos usos dos travessões que, segundo ele, “pode substituir vírgulas, parênteses, colchetes, para assinalar uma expressão intercalada” (ibidem). Na realidade, são recursos expressivos cujas funções comunicativas ultrapassam os limites da simples estruturação sintática. Dizer que os travessões podem marcar uma intercalação, ou denotar uma pausa mais forte, ou ainda, que podem indicar uma mudança de interlocutor; nada disso revela suas funções enunciativo-discursivo dentro do enunciado.

Considerando os objetivos e as circunstâncias de uma abordagem normativa, as justificativas de Bechara (2003) para os usos e as aplicabilidades dos travessões não são equivocadas, ilegítimas ou ilógicas; alcançam os objetivos pretendidos para o gênero. Se se levar em consideração, no entanto, que sua *Moderna Gramática Portuguesa* é uma das principais obras de referência para estudantes e professores de Língua Portuguesa de todos os níveis de escolaridade, lamenta-se que, na exploração dos usos enunciativo-discursivos dos recursos de pontuação, ele não tenha dado saltos tanto mais altos quanto precisos no sentido de proporcionar uma adequada compreensão dos usos e das funções desses sinais específicos. Essa “lamentação” é mais significativa no caso dele, pois, sua abordagem vislumbra — quase prever — os usos desses sinais de pontuação como *marcas de pontuação enunciativo-discursivas*.

De um modo geral, no entanto, as abordagens encontradas nos manuais gramaticais analisados aqui tratam os sinais de pontuação dentro das mesmas perspectivas. Isso significa dizer que eles ou veem tais recursos como sendo representativos de aspectos rítmicos e melódicos da fala que se materializam na escrita, ou apontam, como principal razão de uso, a função de organização das

estruturas sintáticas de um texto. Dessa forma, acabam não distinguindo os aspectos que são causa dos que são efeitos do uso desses recursos na organização textual e na elaboração discursiva da expressão escrita.

A partir dos levantamentos e revisões bibliográficas dos manuais gramaticais apresentados aqui, é possível inferir alguns aspectos importantes das particulares formas de abordagem sobre os usos e critérios de aplicação dos sinais de pontuação. A primeira inferência diz respeito ao fato de que, ao se falar em sinais de pontuação como representação de pausas, está pressuposto que os manuais gramaticais nem sempre indicam que tais pausas são provocadas pela necessidade de respiração, mas tão somente pela ruptura de segmentos sintáticos que sofrem descontinuidade no ato comunicativo.

Nesse sentido, ao se falar em pausa como representativa de certos sinais de pontuações, enxerga-se nelas uma decorrência de aspectos sintáticos. Isso revela, por sua vez, uma relação metonímica da pausa em relação ao fenômeno que de fato justifica o uso de tais recursos. Uma segunda dedução diz respeito à não percepção das funções não-sintáticas, não-prosódicas e não-melódicas de alguns sinais de pontuação, pois, tais funções escapam do domínio da expressão escrita em si mesma. Nesse caso, deixam-se de considerar os aspectos relacionados aos atos comunicativos, que se pretendem mais aos aspectos enunciativo-discursivos, que são reveladores de direcionamentos intencionais dos atos comunicativos.

No entanto, é bastante razoável que não se possa encontrar nos manuais gramaticais — por delimitação metodológica e/ou por limitação de sua natureza epistemológica — uma abordagem exaustiva e precisa sobre todos os aspectos pertinentes aos usos e aplicações dos recursos de pontuação. É lamentável também que, de alguma forma e por alguma razão, os valores comunicativos dos recursos de pontuação não sejam, de algum modo, referenciados nos manuais contemporâneos. Essa ausência acaba por refletir na forma como usuários da modalidade escrita compreendem as funções, os usos e os critérios de aplicabilidade de tais recursos; como decorrência, não conseguem empregar adequadamente tais recurso seja na organização dos aspectos sintáticos, seja na elaboração das posturas enunciativo-discursivas.

3.3 Sinais de pontuação como recurso de comunicabilidade — para além dos aspectos ortográficos e sintáticos da expressão escrita

De modo geral, inclusive já bastante enfatizado neste trabalho, entende-se que os usos e as aplicações de recursos de pontuação presentes num texto escrito estão ali ou para organizar as estruturas morfossintáticas da expressão escrita ou para sinalizar a observação de aspectos prosódicos durante um processo de leitura — ainda que esta função seja vista como uma decorrência da primeira. Por conseguinte, de forma generalizante, tais recursos são vistos como indispensáveis para que a expressão escrita possa “traduzir” tudo aquilo que o escrevente pretende transmitir caso pudesse verbalizar o que se dispõe a escrever. No entanto, insiste-se na tese de que isso não significa dizer que tais recursos consistam numa tentativa de *transposição* de aspectos da elocução oral para a expressão escrita. Para além dessa equivocada compreensão da natureza linguística dos recursos de pontuação, defende-se que o registro de aspectos expressivos (alfabéticos e para-alfabéticos) no processo comunicativo escrito manifesta-se segundo as propriedades essenciais desta modalidade da língua; por essa razão, não se tem uma simples transposição de aspectos, mas sim uma *transmutação* do código oral para o código escrito⁹², processo no qual se preserva as propriedades de cada sistema de comunicação.

Partindo da consideração desse princípio, as pesquisas e análises desenvolvidas neste trabalho apontaram a existência de funções específicas dos recursos de pontuação indispensáveis para a compreensão dos sentidos de um enunciado. Os estudos revelaram que, em certos casos, a presença de determinados recursos de pontuação, em circunstâncias específicas de uso, é indicativa de comportamentos linguísticos tão precisos e significativos que seria necessária a leitura da expressão verbal concomitantemente à “leitura” do próprio recurso de pontuação usado na organização textual e na elaboração enunciativo-discursiva do fragmento escrito.

A partir dessa constatação, admite-se, inclusive, que a utilização de determinado recurso de pontuação — ao invés de outro que lhe pareça equivalente — traz relações de sentido tão precisas quanto distintivas para aquilo que se quer comunicar. Essa consideração é importante, pois a não percepção de tais propriedades específicas desses recursos de escrita poderá implicar, conseqüentemente, a não compreensão dos sentidos específicos do enunciado e dos

⁹² Esse processo ultrapassa a simples representação alfabética da relação letra/som.

comportamentos linguísticos particulares que esses usos imprimem ao texto escrito. É importante salientar, no entanto, que essas funções que extrapolam a compreensão daquilo que se convencionou chamar de sinais de pontuação são, em geral, negligenciadas nas abordagens de ensino sobre o assunto, o que acaba trazendo grande prejuízo aos processos de compreensão textual ao logo da vida escolar de estudantes da modalidade escrita da língua. É nesse sentido que se afirma:

Os elementos e as funções da pontuação nem sempre estão claros para os usuários da língua: *as dificuldades em relação ao seu emprego resultam também de fatores externos à estrutura da língua*, que nem sempre a gramática tradicional considera (JUNKES, 2002, p. 60 — grifo nosso).

A citação acima desperta a curiosidade para se saber que tipo de fatores externos poderiam influenciar a pontuação de um texto a ponto de lhe trazer alguma dificuldade de aplicação e de compreensão dos sentidos gerais do enunciado. Ora, sabe-se que alguns recursos de pontuação são utilizados para indicar comportamentos linguísticos específicos, assinalando processos comunicativos que devem ser levados em consideração no momento da leitura, pois, sua adequada interpretação conduz à compreensão de todo o *ato de linguagem: enunciado, enunciação e intencionalidade*. Por essa razão, defende-se que é preciso ler o texto e o comportamento linguístico, isto é, o *ato de linguagem*⁹³ que pode estar implícito na expressão escrita, porém assinalado por esses recursos de escrita. Neste caso, é preciso fazer referência às definições de Charaudeau (2014), pelas quais ele compreende o *ato de linguagem* como um evento de interpretação do enunciado, mas que “depende dos saberes supostos que circulam entre os protagonistas da linguagem” (CHARAUDEAU, 2014, p. 44). A consideração de que alguns tipos de recurso de pontuação — e suas funções implicadas — formam um amalgamado comunicativo com o enunciado e a enunciação é indispensável para se compreender os efeitos de sentido dos quais tais recursos são parte constituidora.

Esse será um aspecto bastante explorado durante as análises do *corpus* constituidor desta pesquisa. No entanto, desde já, para promover uma compreensão do que se afirma acima, será apresentada, logo abaixo, uma situação de comunicação

⁹³ Esta é uma noção bastante cara a este trabalho, pois, sobre a compreensão de *ato de linguagem* constroem-se as principais definições, distinções, categorizações e caracterizações desta pesquisa.

em que se exploram esses aspectos específicos e distintivos de aplicação de um “sinal-marca” de pontuação, nas palavras de Bechara (2003). Curiosamente, a situação de comunicação, que será utilizada como exemplo, apareceu em forma de questão na prova de língua portuguesa do *Instituto Tecnológico de Aeronáutica* (ITA) aplicada no vestibular da instituição em 2009. A compreensão e a solução da questão, que explora o uso da vírgula como um “sinal-marca” de sentidos específicos e distintivos do enunciado, ultrapassam as restrições de entendimento de tal sinal de pontuação como um recurso ortográfico, ou sintático, ou, muito menos, rítmico-melódico. Na questão, lê-se a seguinte situação:

Questão 33. Considere o trecho abaixo:

“Após a passagem do fogo, as folhas e gemas (aglomerados de células **que dão origem a novos galhos**) sofrem necrose e morrem. As gemas **que ficam nas extremidades dos galhos são substituídas** por gemas internas, **que nascem em outros locais**, quebrando a linearidade do crescimento”.

Nesse trecho, as orações adjetivas permitem afirmar que...

- I. Nem todas as células produzem novos galhos.
- II. Algumas gemas se localizam nas extremidades dos galhos.
- III. Todas as gemas internas nascem em outros pontos do galho.

Está(ão) correta(s)

A. () apenas a I. **B.** () apenas I e II. **C.** () apenas a II. **D.** () apenas a III. **E.** () todas.

Fonte: ITA on line

A resposta esperada para o problema (quase um silogismo) corresponde à alternativa “E”, que considera que todas as proposições são verdadeiras. O aspecto linguístico que possibilita a compreensão de todo o problema e que leva à dedução da resposta adequada está fundamentado na percepção de que a ausência de vírgulas entre as *orações adjetivas restritivas* (as duas primeiras ocorrências destacadas em negrito, vale ressaltar que no texto da prova tais orações não aparecem destacadas) indica uma especificidade, o que corresponderia à verbalização de expressões do tipo: “nem todas”, “apenas algumas”, “com exceção”. Nisso consiste a essência das restrições, ou seja, explicitam algo que não pertence ou não se espera encontrar na natureza dos substantivos especificados.

Na terceira ocorrência de oração adjetiva, neste caso, explicativa (intercalada por vírgulas em relação ao termo que ela determina), a própria presença das vírgulas denuncia um valor semântico de caráter redundante ou generalizante do conteúdo proposicional, o que corresponderia à verbalização de algo do tipo: “todas”, “sem

exceção” etc. Nesse sentido, esperava-se que os candidatos do certame, como leitores proficientes, pudessem inferir tais condições enunciativo-discursivas, a partir da intercalação, por vírgulas, das orações adjetivas. Nesse sentido, o conteúdo, o sentido e a intencionalidade da *oração adjetiva explicativa* já estão previstos no próprio termo que ela determina. Considerando o que está posto na questão da prova do ITA (2009), a compreensão do conteúdo proposicional e das relações de sentidos da *oração adjetiva explicativa* dispensa conhecimentos de botânica para saber que “todas as gemas internas nascem em outros locais”, pois, a intercalação por vírgula deixa isso evidente ao *assinalar*⁹⁴ uma generalização — a inferência, nesse caso, manifesta-se nos aspectos de escrita, não no conteúdo.

Todas essas implicações decorrem da “leitura” dos sentidos que a presença ou a ausência de vírgulas imprimem ao enunciado, ou seja, decorrem da “leitura da vírgula”. A ocorrência tomada como exemplo traz à tona a importância de se reconhecer as funções linguísticas: sintáticas, semânticas e enunciativo-discursivas dos recursos de pontuação. Note-se que, embora seja bastante comum a abordagem dos dois tipos de orações adjetivas em aulas de língua portuguesa, na maioria absoluta das vezes, esses aspectos enunciativo-discursivos não são assinalados no ensino dessas ocorrências. Isso ficou muito claro durante o levantamento feito no tratamento dado pelos manuais gramaticais referenciados aqui. Por essa razão, reforça-se que a questão tomada como exemplo é particularmente importante, pois sua resolução está fundamentada na compreensão daquilo que de fato constitui a distinção entre os dois tipos de orações adjetivas, cuja presença ou ausência de vírgulas materializam — mais do que sinaliza — os sentidos e as especificidades de cada comportamento comunicativo discursivamente pretendido.

Por isso que o estudo dos sinais de pontuação, sobretudo na fase escolar, deve abordar as razões mais amplas e mais específicas de seus usos e de seus critérios de aplicação; do contrário, corre-se o risco de se ter uma compreensão de seus efeitos bastante limitada. Isso pode comprometer o desenvolvimento adequado e eficiente das potencialidades dos atos de escrita e de leitura de seus usuários. É neste sentido que Junkes (2002) afirma que “os elementos e as funções da pontuação nem sempre

⁹⁴ Entende-se que *assinalar* é próprio das “marcas de pontuação”, pois, sua natureza linguística inclina-se à indicação de aspectos muitos mais comunicativos que estruturais do texto; enquanto *sinalizar* é próprio dos sinais de pontuação, os quais se restringem à organização sintática ou aos aspectos ortográficos da estrutura textual.

estão claros para os usuários da língua” (ibidem), pois, não raramente, seus usos extrapolam os limites do ortográfico e do sintático. Assim como estes, aqueles devem ser igualmente explorados em aulas e em materiais didáticos de Língua Portuguesa.

3.3.1 Nina Catach e os aspectos semânticos dos sinais de pontuação — uma função de segunda ordem

Como é possível observar nos tópicos iniciais deste capítulo, Júlio Ribeiro (1883) e João Ribeiro (1923), ao seu modo e segundo sua época, foram capazes de identificar “aspectos linguísticos” (para além dos puramente gramaticais), que, por alguma razão, não são considerados nas definições, categorizações e tipificações dos manuais gramaticais contemporâneos. Ao mesmo tempo, no entanto, é possível constatar que esses gramáticos não foram capazes de descrever os usos e aplicações dos recursos de pontuação com base nesses “aspectos linguísticos”. De modo geral, eles acabaram restringido seus usos e aplicabilidades aos aspectos sintáticos, ortográficos ou prosódicos.

Inquietante é saber que usuários da modalidade escrita da língua de todo e qualquer nível de escolaridade e/ou de proficiência leitora⁹⁵ são constantemente colocados diante de funções dos sinais de pontuação, que estão ligadas a esses aspectos linguísticos específicos. Para além disso, mais grave é saber também que leitores e escreventes não contam, na maioria das vezes, com orientações de aplicação e de compreensão dos sentidos da pontuação do texto que deem conta dessas funções. Esse desconhecimento é tão grave que, quando se necessita acessar qualquer orientação que esclareça aspectos mais interpretativos ligados à aplicação desses recursos, o que se encontra, geralmente, em manuais gramaticais e/ou em livros didáticos está relacionado ao que é meramente sintático, ortográfico ou prosódico (entoacional e rítmico-melódico).

Contemporaneamente, no entanto, estudos como os de Catach (1980, 1994), Junkes (2002), Dahlet (2006), Serça (2012), dentre outros, trouxeram olhares específicos sobre as questões que envolvem as diversas funções dos recursos de

⁹⁵ “Graças aos avanços de pesquisadores nas áreas da psicolinguística e da cognição, o conceito de leitura é apresentado hoje como *uma atividade essencialmente processual que possibilita o desenvolvimento de estratégias cognitivas e metacognitivas de leitura, a fim de formar leitores proficientes*” (SILVEIRA; OLIVEIRA, 2015, p. 56 — grifo nosso).

pontuação, abordando com muito mais propriedade os muitos papéis que esses recursos de escrita desempenham na construção dos sentidos de um texto e na especificação dos enunciados. Reconhecidamente, os estudos de Catach (1980, 1994) recebem maior destaque tanto por serem mais assertivos em relação a esses muitos outros aspectos do sistema de pontuação, bem como pelo seu pioneirismo sobre tal abordagem. É neste sentido que, segundo Serça (2012), “naguère en effet, la ponctuation était encore cette terra incognita qu'évoque la linguiste Nina Catach, dont les travaux fondateur sur l'écrit [...] ont renouvelé en profondeur les perspectives théoriques dans le domaine⁹⁶” (SERÇA, 2012, p. 57). Uma particularidade comum a todos esses estudos é que eles proporcionaram, segundo suas perspectivas teóricas e seus recortes metodológicos, uma compreensão das funções dos recursos de pontuação que superaram restrições e/ou limitações que estavam presas aos aspectos sintáticos, ortográficos ou prosódicos. Nesta perspectiva, as funções dos recursos de pontuação, sobretudo as semânticas, são tipificadas de diferentes formas, muitas vezes, vistas sob a possibilidade de serem, inclusive, comutáveis ou sobrepostas, isto é, diferentes recursos de pontuação podem ser usados para assinalar as mesmas funções linguísticas, produzindo, inclusive, os mesmos efeitos de sentido.

No entanto, segundo os pressupostos e hipóteses perscrutados por esta pesquisa, isso não significa dizer que a comutatividade entre os recursos de pontuação não traga implicações para os sentidos dos enunciados ou para a compreensão dos atos de linguagem em que estes estão implicados. Dito de forma objetiva, alguns desses estudos como os de Catach (1980 e 1994), Junk (2002) e Dahlet (2006) consideram o entendimento de que diferentes recursos de pontuação equivalem-se na organização estrutural e nas funções linguísticas de um segmento textual. Nesse sentido, por exemplo, seria possível a aplicação de vírgulas ou travessões (segundo o princípio da comutatividade) numa mesma situação textual; assim, o uso de qualquer um desses recursos dependeria da escolha subjetiva do escrevente. Para além dessa simples comutatividade, no entanto, defende-se que a possibilidade de tal comutação implica interferências ou nos efeitos de sentido do enunciado, ou na caracterização dos atos de linguagem que lhes estão implicados.

⁹⁶ Não faz muito tempo, a pontuação ainda era terra desconhecida, chamada assim por Nina Catach, cujo trabalho fundador sobre a escrita renovou, profundamente, as perspectivas sobre o campo de estudo.

Como forma de ilustração de tais peculiaridades, propõe-se uma rápida análise da possibilidade de comutatividade entre *travessões* e *vírgulas* no fragmento de texto abaixo (i):

- i. “A edição em português da Wikipedia — enciclopédia virtual colaborativa — tem mais de 670 mil artigos publicados. Entre os milhares de colaboradores voluntários da enciclopédia, uma brasileira, em específico, se destaca por ter editado sozinha 223.935 registros entre alterações e criações de itens”. (UOL on line, 2011)

De acordo com o princípio da comutatividade, os travessões aplicados no fragmento poderiam ser substituídos por vírgulas sem prejuízos para compreensão do que está posto no fragmento. Nesse caso, o uso dos travessões ou de vírgulas estariam sinalizando a presença de um “aposto explicativo” (aquele que indica a presença de equivalência semântica entre as expressões). Curiosamente, intercalar com vírgulas é a forma mais frequente de se marcar uma relação de equivalência entre duas expressões de um segmento frasal. Entende-se, no entanto, que o autor do texto optou por usar travessões, assinalando outro nível de expressividade, que marca a presença de atos de linguagem sobreposto no enunciado, isto é, esse procedimento linguístico ao tempo que promove um “desengate enunciativo”, nas palavras de Dahlet (2006), também salienta a presença de atos de linguagem específicos e distintivos quando se considera o que está intercalado pelos travessões e o que está posto fora deles.

Defende-se, portanto, que a possibilidade de comutação não implica uma essencial igualdade entre os recursos; do contrário, um dos sinais deixaria de ser necessário para o sistema de pontuação, pois, a coexistência de elementos essencialmente idênticos e de idêntica função levaria ao desuso e ao desaparecimento de um deles. Assim, em relação ao fragmento tomado como exemplo, compreende-se que essa possibilidade de substituição deverá implicar funções específicas ou no nível da enunciação, como aponta Dahlet (2006) ao fazer referência a processos de “desengates enunciativos”; ou no nível da expressividade discursiva, segmentando o enunciado em atos de linguagem específicos separados pelos travessões — aliás, nisso se encontra os fundamentos da tese defendida aqui.

Resta saber o que significaria ou o que indicaria, no exemplo analisado, a nível de expressividade discursiva, a intercalação por travessões? Quando se observa e se analisa a expressão intercalada por travessões, percebe-se que, na realidade, ela

“traduz” o significado da palavra “wikipedia”, isto é, a equivalência, neste caso, não é uma simples relação de sinonímia ou de hiperonímia (processos típicos de funções apositivas, em que um conceito está contido ou pressuposto em outro), cuja relação de equivalência é semanticamente esperada. A construção com travessões, neste caso, aponta para a presença implícita de um processo cognitivo bastante específico, qual seja: a tradução; portanto, um ato de linguagem singular e distinto da aposição.

Nesse sentido, entende-se que a aplicação dos travessões desengata enunciativamente os dois termos, mas os mantêm conectados semanticamente, ou seja, o autor mantém a relação de equivalência comum às expressões apositivas, mas não a “constrói” sintaticamente; ao tempo que assinala uma intencionalidade de comunicação específica. Considerando, portanto, a pertinência dessas observações, se se quisessem substituir os travessões por vírgulas, o ideal seria *explicitar* o comportamento comunicativo implícito, cuja presença dos travessões suprimiu. Esse tipo de ocorrência é denominado, nesta tese, de *encapsulamento do ato de linguagem* (este processo será refletido com propriedade no capítulo 4 deste trabalho). Isso significa dizer que a substituição dos travessões por vírgulas exigiria um desdobramento linguístico (por meio de expressões verbais), que explicitasse o ato de linguagem encapsulado pelos travessões. Essa possibilidade de reconfiguração do enunciado pode ser exemplificada no desdobramento abaixo (ii):

- ii. “A edição em português da Wikipedia, **que significa** enciclopédia virtual colaborativa, tem mais de 670 mil artigos publicados [...]”.

Nessa reconfiguração (ii), explicitam-se o ato de linguagem e o desengate enunciativo que foram mútua e simultaneamente assinalados pelos travessões, mas que, com a aplicação de vírgulas, precisaram ser evidenciados (verbalizados); do contrário, estaria pressuposta a simples equivalência entre os termos como a esperada numa relação *apositiva*, ou *hiperonímica*. Outras ocorrências em que se evidenciam estes fenômenos, bem como outras possibilidades de aplicabilidade dos recursos de pontuação serão abordadas no capítulo destinado à análise do *corpus*. Por hora, julga-se suficiente o exemplo acima para ilustrar o que se quer dizer quando se considera que os recursos de pontuação podem ser comutativos do ponto de vista de suas funções textuais (sintáticas, ortográficas e, até mesmo prosódicas), mas não em relação aos aspectos enunciativo-discursivos.

É preciso enfatizar que questões específicas envolvendo os valores e as funções linguísticas dos sinais de pontuação não são novidades. Catach (1980b),

considerada uma das mais importantes pesquisadoras sobre a história e o processo de formação da ortografia da língua francesa, é referência no estudo dos sinais de pontuação. Segundo ela, são três as funções específicas dos sinais de pontuação: a) função que serve para a “organização sintática”; b) função que corresponde a aspectos da oralidade; c) função cuja finalidade é servir de “suplemento semântico”.

Em suas palavras:

On leur reconnaît em général trois types de fonctions:

- *organisation syntaxique*: union et séparation des parties du discours, à tous les niveaux [...];
- *correspondance avec l'oral*: indication des pauses, du rythme, de la ligne mélodique, de l'intonation, de ce que l'on appelle en bref le “supra-segmental” [...];
- *supplément sémantique*: ce supplément peut être redondant ou non par rapport à l'information alphabétique, compléter ou suppléer les unités [...] ⁹⁷ (CATACH, 1980b, p. 17).

Essa categorização apresentada por Catach (1980b) é particularmente importante, pois influenciou e impulsionou uma nova forma de se perceber os papéis dos recursos de pontuação, promovendo pesquisas sobre os usos e os critérios de aplicação desses recursos, que, a partir de seus estudos, dilataram-se para além de suas funções sintáticas, ortográficas e prosódicas. Nesse sentido, merece destaque a forma como ela enxerga a função semântica, limitando-a (ou condicionando-a) às duas funções anteriores. Mesmo assim, deve ser reconhecida a essencialidade dessa sua segmentação que contém, de forma embrionária, quase tudo que se tem dito modernamente sobre as **funções**, os **usos** e os **critérios de aplicação** dos sinais de pontuação como recursos de escrita que ultrapassam os limites dos aspectos sintáticos e prosódicos. Para uma melhor visualização e comparação dos traços particulares presentes em cada uma dessas funções, segundo a proposta inicial de Catach (1980b), apresentam-se abaixo as categorias em que os diversos recursos de pontuação se enquadrariam, de acordo com as justificativas de uso apresentada por ela:

⁹⁷ Geralmente, reconhece-se três tipos de funções: — Organização sintática: união e separação das partes do discurso, em todos os níveis; — Correspondência com o oral: indicação de pausas, ritmo, linha melódica, entonação, o que é chamado em suma de “supra-segmental”; — suplemento semântico: este suplemento pode ser redundante ou não em relação à informação alfabética, suplementando ou complementando as unidades.

Quadro 10 — Categorização dos recursos de pontuação segundo Catach (1980)

Sinais Sintáticos	Sinais Entoacionais	Sinais Semânticos
— Usados para separar as partes do texto, nos níveis sintáticos ou morfológicos	— Usados para indicar pausas, ritmo e melodia nos processos de leitura.	— Usados para explicitar os sentidos que já são percebidos, por isso, de certa forma, têm usos redundantes.

Fonte: autoria

A terceira categoria de sinais apresentada por Catach (1980b) é particularmente interessante, pois aponta para aspectos inócuos no uso semântico dos sinais de pontuação, dando a entender, inclusive, que esses aspectos são decorrências das funções sintáticas de tais recursos, como se fosse uma *função de segunda ordem*. Além de salientar que as funções atreladas a esses aspectos não estariam codificadas, isto é, não seriam possíveis uma descrição e/ou uma especificação sistemática dos tipos e das funções dos sinais que se enquadrariam nessa categoria. Nas palavras da autora, lê-se:

Ajoutons, malgré ce que nous disions tout à l'heure, que la ponctuation, du fait de son fréquent caractère de redondance, se prête particulièrement bien aux effets littéraires, à la liberté stylistique, du moins en France où elle n'est pas totalement codifiée⁹⁸ (ibidem).

Desta forma, para a autora, a função semântica dos sinais de pontuação não é compreendida como uma propriedade de determinado tipo de recurso em situação específica de uso. Na realidade, pelo que se pode notar, para Catach (1980b), a percepção de *aspectos semânticos nos usos dos sinais de pontuação são decorrências de efeitos de sentidos dos próprios usos sintáticos dos sinais*, ou seja, como se fossem, de fato, “funções secundárias” que determinados sinais exercem. Embora Catach (1980b) chame a atenção para a força comunicativa dos sinais de pontuação mesmo em época de absoluto domínio dos textos impressos, ela salienta seus aspectos semânticos como se fossem um instrumental das funções sintáticas.

La richesse et la variété idéovisuelles de la ponctuation actuelle n'ont cessé de grandir avec le développement et la standardisation des imprimés. Symboles d'éléments non répétés, substitués de

⁹⁸ Adicionamos, apesar do que dissemos antes, essa pontuação, devido ao seu caráter frequentemente redundante, presta-se particularmente aos efeitos literários, aos usos de estilos, ao menos na França, ela não é completamente codificada.

morphèmes, “translatifs de position”, marquant par ex. les relatives non determinatives⁹⁹ (CATACH, 1980b, p. 24).

Nesse mesmo sentido, ela afirma que há usos de pontuação que servem para indicar a substituição de palavras; há outros que são utilizados para indicar relações de oposição semântica; ou ainda, para indicar a inversão de elementos estruturais da estrutura frástica. De modo geral, para Catach (1980b), os efeitos de sentidos produzidos a partir da aplicação de sinais de pontuação são desdobramentos de aspectos sintáticos dos usos desses recursos. Fica claro que, por ter essa percepção, os exemplos apresentados por ela demonstram que determinados sinais podem funcionar para evitar a repetição de palavras ou expressões. Neste caso, a função semântica é percebida, por exemplo, pela supressão da expressão (a elipse); ou pela supressão do fonema (elisão) . Assim, ela esclarece:

[...] on commence seulement à explorer comme ils le méritent ces nouveaux élus de la communication, ex.:

- *élément non répété*: moi j'ai ceci, et lui, cela [= il a]
- *substitut de morphème*: “elle me trompait, je l'ai assassinée”. (A. Dumas) [c'est pour ça]
- *translatif de position*: “Les voyageurs, qui avaient faim, demandèrent à manger” (Le Bidois) [s'oppose à: les voyageurs qui avaient faim]...
- *struturation des plans du discours*: je ne peux que rappeler brièvement ici l'aspect “pluridimensionnel” de signes comme la virgule double, les parenthèses, les signes d'énonciation¹⁰⁰ (idem, p. 24).

Considerando a forma como os aspectos semânticos dos sinais de pontuação são definidos em Catach (1980b) e fazendo uma análise dos exemplos apresentados e analisados acima, percebe-se que as *funções semânticas* dos sinais de pontuação são vistas por ela como “dobras” (como um objeto que se oculta numa dobra de lençol, mas cuja forma e a presença são facilmente percebidas no relevo do tecido) da estrutura sintática que não se expressam no segmento linguístico. Embora implícitas,

⁹⁹ A riqueza e a variedade idiossincrática da pontuação atual não pararam de crescer com o desenvolvimento e a padronização da impressão. Símbolos de elementos não repetidos, substitutos do morfema, “tradutores posicionais”, marcando, por exemplo, parentes não determinativos.

¹⁰⁰ Estamos apenas começando a explorar como eles [sinais] merecem ser esses novos representantes eleitos da comunicação, ex.: — *elemento não repetido*: eu tenho isso, e ele, que [= ele]; — *substituto do morfema*: “ela me enganou, eu a matei” (A. Dumas); — *tradução da posição*: os viajantes, que estavam com fome, pediram para comer [em oposição a: viajantes que estavam com fome]; — *estruturação dos planos do discurso*: eu só posso recordar aqui brevemente o aspecto “multidimensional” de sinais como aspas, parênteses, sinais de enunciação.

as estruturas que se ocultam nas “dobras sintáticas” são distintamente perceptíveis a partir da estrutura do segmento textual que lhes revela a *presença*, a *função* e os *sentidos* por meio do *princípio da necessidade semântica*, isto é, da necessidade de considerar o todo para compreender os sentidos particulares.

Diante do exposto, essa interpretação é possível, pois quando se diz: “eu tenho isso, e ele, aquilo”; o uso da vírgula não manifesta, ou não materializa, uma função semântica do sinal de pontuação. Na realidade, o que se tem é o sinal exercendo a função sintática de elipsar a forma verbal, ou seja, ocultar o termo no plano da expressão escrita. Ora, pelo fato de a forma verbal (“tenho”) não estar escrita, não quer dizer que ela não esteja sendo considerada (“sendo lida”) como parte constituidora dos sentidos do enunciado. Isso é, inclusive, o que a vírgula sinaliza, ou seja, a ausência da forma lexical; ao mesmo tempo em que registra a presença da forma vocabular¹⁰¹ na estrutura discursiva do enunciado. Embora bastante discutida e, por vezes, controversa, a distinção requerida entre vocábulo e léxico faz-se necessária para se entender que o apagamento (em certa medida, esse fenômeno coincide com os processos de *encapsulamento* refletido no capítulo 4) acontece no plano do sistema da língua; mas não no plano da expressividade discursiva. No caso em questão, os sentidos ficam preservados e seguem o fluxo dos *atos de linguagem*. É exatamente por isso que, mesmo a palavra não sendo escrita, os leitores sabem do que se trata, uma vez que as referências textual-discursivas são mantidas.

O problema dessa definição e delimitação sobre as *funções semânticas* dos sinais de pontuação está no fato de que, dessa forma e segundo essas condições, eles não exercem sua força de ato comunicativo desconectado e distinto dos aspectos sintáticos. Isso se deve ao fato de que o constructo teórico elaborado por Catach (1980b) reduz a potencialidade semântica e/ou discursiva dos sinais de pontuação à capacidade apenas de “ocultar” (tornar implícito) a expressão escrita. Talvez por essa razão, a autora atribua ao uso de tais recursos de pontuação uma função de complementariedade semântica. Isso pode ser deduzido de todos os outros exemplos e de todos os outros casos apresentados por Catach (1980b), tanto nos reproduzidos

¹⁰¹ “A estatística léxica opõe *léxico* e *vocabulário*; o termo *léxico* é, então, reservado à língua, o termo *vocabulário* ao discurso. As unidades do léxico são os lexemas, enquanto as unidades do discurso são os vocábulos e as palavras (a palavra que designa toda ocorrência de um vocábulo qualquer)” (DEBOIS, 1997, p. 364).

na citação acima como naqueles que não foram trazidos para este trabalho, mas que podem ser consultados na obra supracitada.

É fulcral para as hipóteses perscrutadas e para a tese defendida neste trabalho *a compreensão e demonstração da existência de funções semânticas, enunciativas e discursivas desconectadas e independentes dos aspectos e funções sintáticas dos recursos de pontuação*. Tal posicionamento justifica-se — e isso é o que as análises do *corpus* procurarão demonstrar — pela possibilidade de se usar recursos de pontuação específicos para manifestar atos de linguagem igualmente específicos e distintivos sem qualquer vínculo com os aspectos sintáticos da estrutura frástica¹⁰². Em Catach (1994), a autora apresenta um aprofundado e rebuscado estudo sobre os sinais de pontuação. Nesta obra, ao propor uma classificação daquilo que ela chamou de *La Ponctuation Moderne*, Catach (1994) divide os sinais de pontuação em três “ordens”. Quais sejam:

Les trois ordres de signes. — Nous distinguons pour la partie constructive, la ponctuation *supérieure* à la phrase, simple ou complexe (ponctuation du texte, dite de premier ordre), la ponctuation de la *phrase* (dite de second ordre), la ponctuation *inférieure* à la phrase (parties du discours et mots, dite de troisième ordre)¹⁰³ (CATACH, 1994, p. 50).

Como já salientado nesse mesmo tópico, os fundamentos que justificam essa forma de compreensão dos tipos e das funções dos sinais de pontuação por parte da autora estão ligados ao entendimento de que eles são, num primeiro momento, recursos da ordem do sintático. “La ponctuation étant essentiellement d’ordre syntaxique, il nous sera nécessaire d’en ramener chaque fonction à telle ou telle partie de la syntaxe, et par conséquent d’éclairer la terminologie que nous allons utiliser¹⁰⁴” (CATACH, 1994, p. 48). Dessa forma, os sinais de pontuação prendem-se às formas de organização textual, que deve ser compreendida como aquilo que está presente

¹⁰² É importante lembrar que não se defende com isso que os recursos de pontuação componham um sistema de escrita ou um código de escrita independente do sistema de escrita alfabético; afinal, tais recursos, sem os constituintes verbais, não dizem nada, são destituídos de qualquer valor significativo.

¹⁰³ As três ordens de sinais: Nós vamos distinguir, como parte constitutiva, a pontuação superior que diz respeito à frase simples ou complexa (pontuação do texto); a pontuação da frase (que se diz de segunda ordem), a pontuação inferior em relação à frase (partes do discurso e das palavras, chamada de terceira ordem).

¹⁰⁴ A pontuação é essencialmente de ordem sintática, esse esclarecimento nos é necessário para retomarmos cada uma de suas funções dessa ou daquela parte da sintaxe e, por conseguinte, serve para esclarecermos também a terminologia que vamos utilizar.

desde a estrutura morfológica à articulação de períodos complexos, manifestando-se em forma de *pontuação de palavra*, *pontuação de frase* ou *pontuação de texto*.

Catach (1994) apresenta essas distinções categóricas dos recursos de pontuação com base na compreensão de que eles são de duas naturezas textuais: I) Sinais Gerais e II) Sinais Sequenciais. No caso dos *Sinais Gerais*, esses distinguem-se pelos aspectos mais primários, fundados, por exemplo, nos princípios da elocução oral que pode manifestar traços distintivos de palavra, de morfema, de proposição, de sentença simples ou complexa. Pelo que se entende, para Catach (1994), os sinais gerais representam, na expressão escrita, aspectos da própria oralidade. Tudo concebido a partir dos aspectos constitutivos da linguagem como ato comunicativo, que está alicerçado na estrutura dos sons (*vox*), das palavras (*dictio*) ou das proposições ou frases complexas (*sententia*).

Os *Sinais Sequenciais* correspondem aos sinais de pontuação, cuja presença torna-se necessária por conta de aspectos da própria estrutura frasal e dela são dependentes. Portanto, “ces séquences incluses dans la chaîne initiale sont de deux ordres: *intégrées* (plus ou moins indispensables au sens) ou *non intégrées* (c’est ce que nous appelleron le *second régime*¹⁰⁵ [...])” (CATACH, 1994, p. 50 — grifo da autora). A necessidade de sinais de pontuação do tipo *integrados* manifesta-se pelos aspectos entoativos na fala do próprio locutor, são sinais que, na escrita, apresentam-se sob a forma de vírgulas duplas, de parênteses, ou de travessões. Enquanto os *não integrados* dependem de uma intervenção de quem escreve e seus usos não se justificariam pela estrutura intrínseca do texto. Em síntese, os sinais *integrados* representam uma correspondência direta e necessária entre aspectos da oralidade e a forma de expressão escrita; os *não integrados* são acomodações que a expressão escrita precisa fazer para adequar certas características da elocução oral à forma escrita da língua.

Essa divisão dos sinais de pontuação em duas categorias aplicáveis a níveis específicos dos segmentos linguísticos, leva à classificação dos sinais segundo sua “força” de segmentação das partes significativas de um texto. “Força” esta, que se manifesta desde a estrutura da palavra à organização do parágrafo. Essas diversas forças e seus respectivos tipos de sinais podem ser vistos no quadro sinótico abaixo:

¹⁰⁵ Estas sequências incluídas numa cadeia inicial são de duas ordens: integradas (mais ou menos indispensáveis para o sentido) ou não integradas (a isso chamaremos de segundo regime).

Quadro 11 — Hierarquia de força dos sinais de pontuação Catach (1994)

Hierarquia / Força	Segmentos de Base	Composição do Segmento	Exemplos de Sinais
	Livro	Vários Capítulos	Espaço, Caracteres
I.	7	Discurso, período	Várias partes principais Grandes Separações
	6	Parágrafo	Uma ou várias frases Maiúsculas e ponto
II.	5	Frase complexa	Várias proposições Maiúscula, pontos, Dois-pontos, ponto e vírgula
	4	Proposições	Várias partes Várias partes do discurso
III.	3	Partes do discurso	Discurso direto, diálogos, enumerações... Sinais duplos
		Uma ou várias palavras	Vírgula
	2	Palavra	Maiúscula de palavra, Ponto de Abreviação
	1	Partes de palavra, Sílabas	Traço de divisão

Fonte: Catach (1994, p. 52)

Nessa proposta, Catach (1994) evidencia o papel que determinados tipos de sinais têm na estruturação dos segmentos linguísticos, da palavra ao parágrafo. Ela divide os sinais em três grupos distribuídos em ordens e segundo os graus de importância deles na estruturação de um texto. Esse quadro mostra que há sinais de maior força ou de nível hierarquicamente mais alto, que correspondem, por sua vez, àquela “*ponctuation supérieure à la phrase, simple ou complexe (ponctuation du texte, dite de premier ordre¹⁰⁶)*” (CATACH, 1994, p. 50).

No quadro, estão colocados em primeiro lugar (no início do quadro) os sinais com maior grau de importância (força hierárquica). Tem-se assim: I. Os sinais de primeira ordem (forças 6 e 7); II. Os sinais de segunda ordem (forças 4 e 5); III. Os sinais de terceira ordem (forças de 1 a 3). Nesse caso, os sinais de primeira ordem são aqueles utilizados para delimitar a estrutura textual de maior amplitude: parágrafo e período, usando-se para isso a maiúscula e ponto parágrafo. Os de segunda ordem aparecem na estruturação das frases complexas e se aplicam para esse fim as

¹⁰⁶ Pontuação superior à frase, simples ou complexa (pontuação do texto, que se diz de primeira ordem).

maiúsculas, o ponto, os dois-pontos ou o ponto e vírgula. Os de terceira ordem manifestam-se como subpartes dos períodos, indicando discurso direto, enumerações ou diálogos; portanto, os sinais segmentadores dessas estruturas são: a maiúscula de palavra, ponto de abreviação, o traço de união e de divisão. De modo geral, as abordagens de Catach (1980, 1994) revelam a primazia e a imperatividade que ela atribui às funções sintáticas nos usos dos sinais de pontuação. Isso porque, para ela, é preciso considerar, sobretudo, o seguinte aspecto:

Une unité syntaxique doit être comprise comme associant à la fois une *suite de mots* (aspect constructif), un *message* (aspect actuel), une *substance* et une *forme* intonatives (mélodie expressive et aspect intonatif) et un *sens* (contenu du message, résultant de l'ensemble des données précédentes)¹⁰⁷ (ibidem — grifo da autora).

Fica claro, então, que a percepção de funções linguísticas que extrapolem os usos sintáticos dos sinais de pontuação, só são compreendidas mediante as acomodações de funções sintáticas, que esses recursos exercem no texto. No entanto, essa constatação parece ir de encontro à maneira muito particular com que Catach (1980, 1994) enxerga o papel dos sinais de pontuação na construção da expressividade da língua escrita. Segundo ela, esse é um recurso tão importante que se pode lhe atribuir a capacidade de promover uma extrapolação dos limites da linguagem articulada. Nas palavras dela:

La ponctuation est le lieu privilégié d'une réflexion sur l'aliénation du langage (elle nous appartient autant qu'aux gens de pratique), sur l'aspect conceptuel (et pas seulement sonore) de la langue sur le caractère idéographique de toute écriture (et de notre orthographe)¹⁰⁸ (CATACH, 1980b, p. 25).

Nesse sentido, os recursos do sistema de pontuação são indispensáveis para o que se quer dizer, sobretudo, para o modo como se quer dizer algo. Apesar da necessidade que se tem de vinculação dos sinais de pontuação aos aspectos sintáticos — até porque parece ser essa sua função mais elementar —, é preciso

¹⁰⁷ Uma unidade sintática deve ser compreendida, por sua vez, associada a uma sequência de palavras (aspecto construtivo), a uma mensagem (aspecto atual), a uma substância e a uma forma entoativa (expressividade melódica e aspecto entoativo) e a um sentido/significado (conteúdo da mensagem, resultante de todos os dados precedentes).

¹⁰⁸ A pontuação é o lugar privilegiado de uma reflexão sobre a alienação da linguagem (ela nos pertence tanto quanto as pessoas da prática), no aspecto conceitual (e não apenas no som) da linguagem sobre o caráter ideográfico de qualquer escrita (e de nossa ortografia).

considerar a potencialidade comunicativa que esses recursos de escrita têm para favorecer não só a leitura da expressão verbal, bem como de tudo aquilo que pode estar presente no ato de dizer, ou seja, como um recurso de leitura da expressão escrita e do comportamento enunciativo-discursivo em atos de linguagem concretos. De certa forma e em certa medida, nesses recursos de escrita, é possível encontrar marcas que traduzam aquilo que as palavras não podem codificar.

3.3.2 A natureza linguística dos sinais de pontuação — entre o sígnico e o ideográfico

Numa perspectiva de abordagem teórica mais ampla possível, pode-se dizer que a expressividade requerida no uso de recursos de pontuação repousa, basicamente, sobre sua capacidade de indicar os sentidos de uma sentença, ou de evitar equivocidades na compreensão do conteúdo de uma mensagem — muito embora a tese defendida neste trabalho aponte para aspectos que vão além dessas funções expressivas mais imediatas. Nesse sentido, os sinais de pontuação, ainda que vistos como constituintes fundamentais para a elaboração sintática, são recursos expressivos, indispensáveis para garantir a compreensão daquilo que se quer comunicar. Parece consenso, no entanto, que, como recurso de escrita, os sinais de pontuação não fazem parte do sistema alfabético, o que leva à defesa de uma natureza quase ideográfica para certos recursos de pontuação em funções especiais, isto é, eles são vistos como recursos sem base alfabética, mas com grande poder de comunicabilidade na expressão escrita. Na realidade, essa é uma delimitação formulada por Catach (1980b) e que está fundamentada na ausência de uma *natureza sígnica* dos sinais de pontuação, mas que considera a presença de seu valor comunicativo e interpretativo na expressão escrita.

Isso significa dizer que — ao contrário das palavras (unidades lexicais) e, até mesmo, dos grafemas, que representam entidades fonéticas —, os sinais de pontuação parecem não comportar a definição de *signo linguístico*, pois lhes faltam, a rigor, um dos constituintes essenciais: um *significado*; ainda que, por si só, possam dar conta daquilo que se compreende por *significante*. De outro modo, parece pertinente algumas considerações sobre as características linguísticas dos sinais de

pontuação que revelariam seu valor sígnico¹⁰⁹. Se assim forem considerados, será admitido uma equivalência entre os sinais de pontuação e as palavras que os verbalizam. Nesse sentido, há quem defenda a tese de que os sinais de pontuação manifestam propriedades típicas do signo linguístico, pois não se perde “de vista a simultaneidade do funcionamento dos ‘sinais de pontuação’ e das palavras na instauração da significação” (AMORIM, 2001, p. 15).

Para Amorim (2001), isso se daria porque, como signos linguísticos, os sinais de pontuação satisfariam duas condições: a primeira, de serem naturalmente reconhecidos como índice; a segunda, de terem seus sentidos (significados) socialmente compartilhados e reconhecidos pelos interlocutores do evento comunicativo. Assim, para ele, “combinados com outras entidades linguísticas que reputamos da mesma natureza — *grosso modo*, as palavras — os ‘sinais de pontuação’ fazem parte de um *sistema de sistemas de signos*, o que chamamos de código ou língua” (AMORIM, 2001, p. 15 — grifo do autor).

Embora instigante, é um posicionamento bastante questionável do ponto de vista linguístico, uma vez que a forma sonora (identificada como pausa e entoação) parece não manifestar o princípio de identidade, que um signo linguístico, necessariamente, manifesta quando é compreendido como tal. Desta forma, como aquilo que se entende por *pausa* ou *entoação* manifestam-se sob diversas representações gráficas, elas não podem ser vistas como um signo; pois, não detêm o princípio de identidade. É possível que algum sinal possua essas propriedades que identificam o signo linguístico, isto é, é possível que algum sinal manifeste, de forma inequívoca, um significado e um significante numa relação unívoca. Considerando esses aspectos, não parece exagerado dizer, no entanto, que essa é uma discussão que ultrapassa os limites da reflexão linguística, podendo-se afirmar que chega a tangenciar aspectos de elucubrações filosóficas sobre a matéria em questão.

Interessa para este trabalho, portanto, tomar como aceitável e satisfatório o fato de que os sinais de pontuação, como recursos de escrita, correspondem a “un système de signes non alphabétiques, plus ou moins ‘idéographiques’, ce qui ne correspond pas à la conception habituelle de nos types d'écriture, en principe calqués

¹⁰⁹ Conceber os sinais de pontuação como *signo linguístico* é uma postura discutível e inquietante, pois seria necessário admitir que em tais SINAIS há propriedades idênticas às que se encontram nas palavras que os verbalizam, isto é: (:) = dois-pontos; (.) = ponto.

sur les unités sonores¹¹⁰” (CATACH, 1980b, p. 16). Aparentemente, essa era a compreensão compartilhada pelo grupo de pesquisa “Histoire et la structure de l'orthographe (HESO)”, grupo criado e liderado por Nina Catach († 1997) e ligado ao CNRS (Centre national de la recherche scientifique¹¹¹). Para além disso, Catach (1980c) deixa claro que os sinais de pontuação precisam ser encarados, sobretudo, pelos linguistas, como um recurso de escrita capaz de comporta-se (ou substituir) como um recurso verbal. Em suas palavras, explicita:

S'intéresser aux signes dans un but stylistique, editorial ou sociologique n'est pas encore assez: ils valent la peine que les linguistes s'y arrêtent. Ce qui les intéresse surtout, de prime abord, c'est qu'un signe de ponctuation puisse se comporter dans la phrase comme un véritable morphème, avec lequel il peut à tout instant commuter: conjonction, mot, syntagme [...] ¹¹² (CATACH, 1980c, p. 4).

Linguisticamente falando, essa discussão está presa (ou pelo menos atravessa) ao modo como se compreende a ideia de signo — vale a pena ressaltar que em francês os termos “sinal” e “signo” (como em outras línguas) correspondem a uma mesma palavra: “signe”. Esse é um conceito que aponta para dois modos essencialmente distintos de representação da realidade linguística: sinal, que, como índice, sempre se manifesta sensivelmente perceptível; e signo, que, como entidade ontológica, é sempre um amalgamado de referências perceptíveis somado a uma grande carga de processos de abstração. Desta forma, o signo saussuriano, visto como uma composição substancial de significado e significante, trata-se de uma entidade, necessariamente, de natureza não material, que para ser apreendido precisa ser destituída de qualquer forma de materialidade e de individuação. Isso remete a duas posturas importantes, quais sejam:

¹¹⁰ É um sistema de signos não-alfabéticos, mais ou menos “ideográficos”, o qual não corresponde à concepção usual de nossos tipos de escrita, em princípio modelados nas unidades sonoras.

¹¹¹ Le Centre national de la recherche scientifique est une institution de recherche parmi les plus importantes au monde. Pour relever les grands défis présents et à venir, ses scientifiques explorent le vivant, la matière, l'Univers et le fonctionnement des sociétés humaines. Internationalement reconnu pour l'excellence de ses travaux scientifiques, le CNRS est une référence aussi bien dans l'univers de la recherche et développement que pour le grand public. (<http://www.cnrs.fr/fr/le-cnrs> <acessado em 18 de abril de 2019>).

¹¹² Interessar-se por signos para fins estilísticos, editoriais ou sociológicos não é suficiente: eles merecem a atenção dos linguistas. O que lhes deve interessar acima de tudo, à primeira vista, é que um sinal de pontuação pode se comportar na frase como um morfema real, com o qual pode alternar a qualquer momento: conjunção, palavra, sintagma, frase inteira [...].

Deux grandes conceptions du signe coexistent dans notre culture linguistique. Elles ne sont pas nécessairement incompatibles et ne s'excluent pas de l'autre. L'une met l'accent sur la construction interne du signe, l'autre sur la relation qui unit un signe à ce pour quoi il vaut ou à ce qu'il réfère. La première est la conception saussurienne, la seconde, celle que nous avons héritée, semble-t-il, des Stoiciens (...). La deuxième conception est plus ancienne que celle de Saussure. C'est "aliquid stat pro aliquo" ou un signe est quelque chose qui tient lieu d'autre chose. C'est un substitut. Ce qui définit le signe, ce n'est pas sa construction interne, c'est qu'il tient lieu d'autre chose que lui-même, à quoi il se substitut. Quand nous lisons, nous ne regardons pas les signes de ponctuation, nous ne les considérons pas en eux-mêmes, comme de beaux objets ou de belles choses, étant à eux-mêmes leur propre fin¹¹³ (LAPACHERIE, 2002, p. 14 - 15).

A compreensão da natureza dos sinais de pontuação como um sistema de código "ideográfico" parece satisfazer a delimitação conceitual que permite uma inflexão na direção daquilo que Amorim (2001) chamou de "um sistema de sistemas de *signos*". Concebidos assim, tais recursos de escrita podem ser vistos com certa flexibilidade no que diz respeito a suas funções textuais, inclusive, como elementos indispensáveis para marcar as especificidades de atos comunicativos; transmutando-se, portanto, em recursos de outra ordem: marcas enunciativo-discursivas de pontuação. Neste sentido, defende-se que os sinais de pontuação, transmutados em marcas enunciativo-discursivas de pontuação, podem ser também categorizados de acordo com as funções expressivas, que eles exercem e que extrapolam suas funções sintáticas. Desta forma, além das funções sintáticas, é possível falar em funções semânticas, funções enunciativas e/ou discursivas. Naturalmente, essas são categorizações que se manifestam ou se aplicam mediante posturas e perspectivas linguísticas igualmente específicas.

Certamente, é nesse sentido — ou a partir dele — que Junkes (2002) enxerga os sinais de pontuação como mecanismos lógicos de clareza do texto, refutando qualquer uso estrito ou largamente ligado à aplicação desses recursos como uma tentativa de reprodução de aspectos da elocução oral; sobretudo, depois da

¹¹³ Duas grandes concepções do signo coexistem em nossa cultura linguística. Elas não são necessariamente incompatíveis e não se excluem mutuamente. Uma foca na construção interna do signo, a outra na relação entre um signo e o seu valor ou a que se refere. A primeira é a concepção saussuriana, a segunda, é aquela que nós herdamos, aparentemente, dos Estoicos [...]. A segunda concepção é mais antiga que esta de Saussure. É a "aliquid stat pro aliquo" ou um signo [sinal] é qualquer coisa que está no lugar de outra coisa. É um substituto. Isso que define o signo, isso não é a sua constituição interna, isso que ele está no lugar de outra coisa que é ele mesmo, ao qual ele se substitui. Quando nós lemos, nós não vemos os signos de pontuação, nós nem os consideramos em si mesmos, como bons objetos ou coisas belas, eles estão em si mesmo para seu próprio fim.

consolidação da leitura visual. Essa superação conceitual é fundamental para entender que esses recursos, no interior do texto, manifestam razões próprias de existência e que estão atreladas às suas funções de comunicabilidade. É neste sentido que a autora afirma:

Estudiosos do discurso, hoje, veem a pontuação em uma perspectiva mais ampla que a da unidade frasal, tal como compreendida pela gramática normativa. Passa-se a encarar a pontuação no interior do parágrafo, como uma unidade no corpo do texto. Mesmo sendo a normalização de uso consequência da institucionalização da escola, que estabelece a unidade nacional, ela deve exercer um papel atualizador, isto é, ocupar a função que corresponde à sua melhor carga comunicativa (JUNKES, 2002, p. 60).

De modo geral, parece clara a necessidade de se desatrelar os usos e as funções dos sinais de pontuação de concepções que os ligam ao entendimento de que eles são recursos de reprodução de aspectos da elocução oral. A possibilidade de compreendê-los como um sistema contíguo e concomitante ao sistema alfabético de escrita parece igualmente fundamental para esclarecer que eles têm razões de uso bastante particulares, que revelam princípios de funcionalidade só percebidos e bem aplicados quando vistos independentemente das realizações da elocução oral.

Considerando tudo que se viu neste capítulo, pode-se dizer que, há pelo menos três décadas, tenta-se superar a concepção de que os sinais de pontuação são “tradutores” da elocução oral. No entanto, frequente e insistentemente encontram-se definições e caracterizações desses recursos como se assim o fossem; na maioria das vezes, esse tipo de equívoco está presente em manuais gramaticais e “materiais didáticos”. Essa forma linguisticamente limitada de conceber os usos e funções dos recursos de pontuação traz grandes dificuldades aos processos de aprendizagem, sobretudo, para estudantes da modalidade escrita da língua em qualquer fase de aprendizagem e/ou de seu aprimoramento. Para além dessa postura reducionista, é interesse deste trabalho, ao defender a tese de que *sinais específicos de pontuação transmutam-se em marcas discursivas*, demonstrar também o quanto se perde em termos de eficiência linguística quando se limita a compreensão dos usos e das funções dos recursos de pontuação aos aspectos sintáticos do texto.

Nesse sentido, não basta superar a visão reducionista que limita os usos dos sinais de pontuação aos processos de transposição dos recursos da fala para a escrita, é fundamental compreender que alguns desses recursos, em circunstâncias

especiais de uso, não se justificam nem mesmo a partir de aspectos ou parâmetros sintáticos. Essa compreensão conduz grande parte das investigações desenvolvidas neste trabalho, pois se defende que tais recursos podem ser usados para indicar a presença de atos de linguagem encapsulados (elipsados) em função de os interlocutores serem capazes de ler aquilo que está intencionalmente marcado por recursos de pontuação no jogo dos explícitos e implícitos. Neste caso, os recursos de pontuação materializam a presença de uma intencionalidade pretendida a partir da possibilidade de escolha entre aquilo que é sintático e aquilo para o qual o sintático é sem efeito.

4 INTENCIONALIDADE DISCURSIVA — DA COMPREENSÃO FILOSÓFICA DA LINGUAGEM À SUA MANIFESTAÇÃO POR MEIO DE RECURSOS EXPRESSIVOS DE ESCRITA

As hipóteses de investigação assumidas e perscrutadas por esta pesquisa indicam que alguns sinais de pontuação, em situações específicas de uso, *transmutam-se em marcas de pontuação discursivas*, revelando-se *distintivas* e *produtivas* quanto aos sentidos do enunciado; mas sem efeitos em relação aos aspectos sintático-estruturais do segmento textual em que aparecem. Nesses casos, defende-se que esses recursos de escrita passam a marcar a presença de uma intencionalidade discursiva e a encapsular *atos de linguagem* (CHARAUDEAU, 2014) específicos e autônomos em relação ao que o próprio segmento verbalizado registra, o que acaba por evidenciar uma espécie de *paracódigo* (CATACH, 1980b) sob a forma dos recursos de pontuação. Isso implica considerar, portanto, a possibilidade de ser lido o próprio ato de pontuar, quer como *marca enunciativa* (DAHLET, 2006), quer como *marca de pontuação discursiva*. Neste último caso, como um recurso que assinala a presença de certa diretividade do ato de linguagem, isto é, um *estado Intencional* (SEARLE, 1995).

Por essa razão, faz-se necessária, inicialmente, uma abordagem em que se esclareça e se referencie a compreensão de intencionalidade assumida por este trabalho. Em função dessa necessidade, ao longo deste capítulo, procura-se esclarecer a compreensão de intencionalidade que delimita a abordagem desta pesquisa, partindo dos seus sentidos mais amplos e gerais aos mais específicos e pertinentes em relação aos propósitos pretendidos aqui. No primeiro caso, será considerada, ainda que com brevidade, a compreensão de intencionalidade como anterior ao próprio ato de comunicação, isto é, como algo imanente aos processos mentais (*verbum mentis*), portanto, a partir de perspectivas de uma *filosofia da mente*¹¹⁴.

Em relação aos aspectos mais específicos e pertinentes aos interesses desta pesquisa, a Intencionalidade Discursiva será abordada como um fenômeno linguístico-discursivo que se apresenta como uma espécie de “estado Intencional” (SEARLE, 1995, p. 12), assinalado nos enunciados por meio de recursos linguísticos,

¹¹⁴ Abordagem filosófica que se debruça sobre o problema mente-cérebro é discutida, em geral, por duas perspectivas teóricas: dualismos e materialismo (ou fisicalismo).

que, no caso desta pesquisa, apresentam-se sob a forma de *marcas de pontuação discursivas*, que se identificam sob a forma de alguns recursos de pontuação com características específicas. Essas marcas, por sua vez, são compreendidas, a partir do recorte teórico-epistemológico estabelecido aqui. Como decorrência disso, entende-se que os sinais de pontuação, *transmutados em marcas discursivas*, passam a constituir as condições particulares de enunciação da expressão escrita. Isso significa dizer que a escolha de determinado recurso de pontuação revela a presença de um jogo entre o explícito e o implícito nos *atos de linguagem*. Em linhas gerais, este é o percurso que se pretende seguir ao logo deste capítulo para que se possa oferecer uma delimitação clara, fundamentada e objetiva do que se entende por *intencionalidade discursiva* e de como serão tratados e referenciados os aspectos que a implicam durante as análises das ocorrências que compõem o *corpus* desta pesquisa.

4.1 A natureza filosófica da linguagem e os fundamentos linguísticos para o estudo da Intencionalidade Discursiva

Os estudos e reflexões sobre os fenômenos que caracterizam e identificam a linguagem perpassam toda a história da civilização e ajudam a compreender a essencialidade da própria capacidade de comunicação humana. É nesse sentido que se diz: “a linguagem pertence à vizinhança mais próxima do humano” (HEIDEGGER, 2015a, p. 7). Nessa proximidade, à medida que ela identifica e especifica a natureza humana, distingue-a do que não é humano. Certamente por essa razão, “falharam todas as observações sérias praticadas sobre as comunidades animais, todas as tentativas [...] para provocar ou controlar uma forma qualquer de linguagem que se assemelhasse à dos homens” (BENVENISTE, 2005, p. 60). Isso, porém, não significa deixar de reconhecer a existência de uma “linguagem animal”, isto é, uma forma de linguagem que se prende às percepções dos sentidos e é instintiva. Nas palavras de Heidegger (2015b), tal distinção manifesta-se no seguinte raciocínio: “*linguagem: fazer-se perceber, percep-tível*. Linguagem mecânica: gritos e sons que irrompem por si mesmo” (HEIDEGGER, 2015b, p. 8).

No entanto, a construção dessa compreensão sobre a natureza da linguagem humana, simbólica e representativa, traduz um grande empreendimento da reflexão filosófica que atravessa toda história do pensamento ocidental. Nesse sentido, há

registros de reflexões sobre os problemas em torno da origem e da natureza da linguagem desde os filósofos pré-socráticos aos sistemas filosóficos contemporâneos¹¹⁵. Essa presença constante das questões em torno da linguagem nos sistemas filosóficos traduz também o entendimento de que “a questão filosófica da origem da linguagem e de sua natureza é, no fundo, tão antiga quanto a questão da natureza do ser” (CASSIRER, 2001, p. 79). Contemporaneamente, os sistemas filosóficos capazes de refletir sobre a real natureza da linguagem humana estendem-se e inserem-se nas mais diversas áreas de conhecimento — além da própria Filosofia da Linguagem, é claro. Desta forma, tais questões compõem e diluem-se nos objetos formais de ciências como a Linguística, a Literatura, a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia, a Pedagogia, a Neurociência etc.

Está claro, no entanto, que a linguagem, vista a partir das manifestações humanas, é de outra ordem, de uma órbita superior à das simples percepções instintivas. Ela pertence à órbita do cognitivo, pois, manifesta *escolhas* e *direcionamentos*, o que denuncia a presença de *intenções nos atos comunicativos*. Isso não nega a existência da linguagem mais primária, primitiva e instintiva, ou seja, não é por ser capaz de escolher, que o ser humano perde a capacidade de ter alguma de suas manifestações comunicativas conduzidas e/ou influenciadas pelos instintos. Por essa razão, um grito de dor, por exemplo, não poderia estar submetido à vontade; nessa situação, compreende-se que a “comunicabilidade” presente nesta manifestação pertence à órbita do instintivo — e é universalmente válida e inteligível.

Nisso se fundamenta a existência de uma ruptura entre o que é racionalmente humano e aquilo que é instintivamente animal. O processo evolutivo do que é essencialmente humano leva a uma *descontinuidade categórica* entre essas duas naturezas: racional e irracional. “Tal descontinuidade interviria igualmente em outros campos que são manifestamente ligados à posse da linguagem: a *comunicação*, a *vida social*, a *técnica* e a *cultura*” (AUROUX, 2009, p 18 — grifo nosso). Quando se enxerga qualquer comportamento semelhante ao humano entre os animais, por princípio, tal comportamento restringe-se a um processo de assimilação instintiva como, por exemplo, o adestramento ou a domesticação. Eis, pois, exemplos de manifestação de *descontinuidade categórica*: aprendizagem e compreensão versos

¹¹⁵ As questões filosóficas em torno da linguagem nem sempre aparecem, objetivamente, como um problema de língua(gem). Com frequência, nas reflexões filosóficas, os aspectos de linguagem manifestam-se sob a forma de problemas de lógica, de retórica, de metafísica, de hermenêutica etc.

adestramento e domesticação. Esses são dois pares de processos que distinguem, categoricamente, o que é *racionalmente humano* do que é *instintivamente animal*.

Para além de qualquer questionamento sobre a natureza da linguagem, é preciso entender que, como elemento de cultura, ela “é a linha que separa os homens dos outros animais” (EVERETT, 2019, p. 13). Por isso “há um imenso e profundo abismo linguístico entre os humanos e todas as outras espécies” (idem, p. 23). A linguagem racional, articulada e *intencional* manifesta-se com propósitos de comunicação objetiva e específica, apresentando-se como fundamento de muitas outras atividades identificadoras da natureza humana. Nesse caso, “em primeiro lugar, serve ela, por assim dizer, de suporte ao pensamento, e tanto que podemos até perguntar se mereceria propriamente o nome de pensamento uma atividade mental que se não exercesse no âmbito duma língua” (MARTINET, 2014, p. 34).

Nessa perspectiva, a linguagem é parte integralmente constituidora da natureza humana — não é só um reflexo dela. Por essa razão, ao processo de evolução humana, que tem como termo o *homo sapiens*, incorporaram-se desenvolvimentos psíquicos e culturais manifestados nos próprios processos de construção simbólica que, aliás, sintetizam as imanentes forças constituidoras da linguagem humana. É, pois, sobre o princípio da construção simbólica, que se encontra também a compreensão de questões sobre a origem da linguagem que, por sua vez, “inaugura uma grande revolução filosófica, que vai separar a *natureza*, domínio da lei física e determinista, da *cultura*, domínio do direito, da história e da liberdade humana” (AUROUX, 2009, p. 28 — grifo do autor). Essa simples distinção traz à tona importantes aspectos sobre a função da linguagem na construção do edifício cultural de uma civilização. Um desses aspectos diz respeito ao papel que a força (e motivação) interativa produz no desenvolvimento das faculdades comunicativas. Nesse sentido, é que se pode dizer:

A linguagem não começou integralmente quando o primeiro hominídeo proferiu a primeira palavra ou sentença. Ela só começou de verdade com a primeira conversa, que é tanto fonte quanto a meta da linguagem. Na verdade, a linguagem muda as vidas. Ela cria a sociedade, expressa nossas maiores aspirações, nossos pensamentos mais básicos, emoções ou filosofia de vida (EVERETT, 2019, p. 20).

Certamente, é nos *processos de interação* que se manifesta, justifica-se e se compreende a natureza simbólica da linguagem, pois, sobre eles, surgem as relações de sentido, que proporcionam toda a dinâmica e validade da comunicação humana. Nesse sentido, os estudos sobre a origem e a natureza da linguagem mostram que sua capacidade de representação do real não constitui um fim em si mesmo. Além disso, tudo é mediado pela cultura e materializado nas relações comunicativas que serve para expressar o que se pretende comunicar. “Nessa medida, a tese da *intencionalidade é a tese de que a consciência está na origem de toda fundação do sentido*. Husserl é explícito quanto a isso” (AUROUX, 2009, p. 65 — grifo nosso). Portanto, segundo Husserl (2015), é preciso entender o seguinte:

A representação perceptiva realiza-se pelo fato de que o complexo de sensação vivido é animado por um certo *caráter de ato*, por um certo compreender, visar; e, enquanto o é, aparece o objeto percebido, *enquanto o próprio complexo de sensação não aparece quase nada* como o ato em que o objeto percebido se constitui enquanto tal (HUSSERL, 2015, p. 62 — grifo nosso).

Assim, a compreensão é resultante da própria ação de perceber e das inclinações (intencionalidades) que direcionam os sentidos (percepção) para as significações. Isso possibilita dizer que o processo de representação — mediado pela percepção — não tem um fim em si mesmo, isto é, a compreensão de um fenômeno ou ser (dado, objeto, propriedade etc.) inclina-se para o objeto representado enquanto um ser de razão. Isso porque o processo de compreensão não é tomado como referência e sua efetivação não consiste em ser consciente. Nisso se fundamenta a compreensão do processo de significação para Husserl. Em sua perspectiva, a linguagem começa e se constitui efetivamente quando passa a manifestar intencionalidade, isto é, a construir simbolicamente, mediante um arcabouço culturalmente fundante, representações da realidade física ou psíquica que revelam encaminhamentos entre interlocutores, manifestando uma *teleologia do dizer*. Dessa forma, os sentidos estão para além dos acidentes da realidade; assim, toda a construção simbólica, identificadora da natureza da linguagem humana, materializa-se nas manifestações de comunicação que denotam a presença de escolhas e/ou de direcionamentos; portanto, é a isto que se deve chamar *intencionalidade discursiva*.

Disso decorre que o processo de comunicação, movido por construções simbólicas, pressupõe a presença de assertividade do ato comunicativo, isto é, a

necessidade de identificação de conformidade (ou não) entre aquilo que se representa e sua representação percebida. Do contrário, a compreensão — efeito último do que se pretende alcançar por meio da linguagem — não se efetuará, uma vez que, “toda coisa só tem sentido no interior daquilo que tem sentido” (AUROUX, 2009, p. 28). Isso se dá porque, para uma filosofia da linguagem fundamentada nos pressupostos da lógica formal e da ontologia, “só existe linguagem se houver *logos*, em outros termos, frase ou proposição: uma lista de signos não é linguagem” (AUROUX, 2009, p. 12 — grifo do autor).

Presas aos ditames da lógica e da metafísica aristotélica, para os quais a natureza e a função da linguagem é comunicar a essência do ser, tal concepção manifesta a marcação de um posicionamento sentencial que é, por sua vez, identificador da própria natureza racional humana. De um modo geral, as teorias e os sistemas filosóficos que assim se caracterizam “consideram a linguagem essencialmente pelo seu conteúdo *teórico*, ou seja, de acordo com o lugar que ela ocupa dentro da totalidade do conhecimento, e em função da sua contribuição para a ampliação deste conhecimento” (CASSIRER, 2001, p. 79 — grifo do autor).

Na realidade, essa concepção tem seus limites estabelecidos pelo entendimento de que “só existe linguagem ali onde há proposição e assertividade, possibilidade do verdadeira e do falso” (AUROUX, 2009, p. 15); evidentemente, mediada pelo contexto de comunicação. Nesse sentido, a natureza da linguagem manifesta-se não apenas no que se diz (conteúdo comunicado), mas também na intencionalidade (diretividade). Esse posicionamento categórico, no entanto, não encontra respaldo nas concepções sobre a natureza da linguagem para as quais a arbitrariedade do signo linguístico e/ou os sentidos do enunciado estão presentes também nos processos de significação. De acordo com tais perspectivas, restringir a compreensão da linguagem às categorias da lógica formal vai de encontro às teses para as quais as representações sígnicas são “construídas” em função de muitas outras referências como, por exemplo, as históricas, as sociais, as antropológicas, as políticas e as filosóficas (ou ideológicas).

Diante dessas perspectivas, pode-se dizer que as reflexões filosóficas sobre a natureza da linguagem contribuem para a compreensão do seu papel na constituição da natureza humana. A investigação linguística perscruta, por sua vez, os fenômenos concretos e os processos constituidores da linguagem *per se*. Nesse sentido é que se diz que “o linguista descobre universais da linguagem ao fim de uma análise formal e

de uma descrição; o filósofo propõe universais formais” (NEF, 1995, p. 8). Essa compreensão dos direcionamentos e a identificação das particularidades teórico-epistemológicas de cada área de conhecimento parecem equacionar e pacificar os pontos de tensão entre as abordagens filosófica e linguística no que diz respeito à natureza dos fenômenos da linguagem. Restará saber o quanto de *filosofia da linguagem* um linguista precisaria saber (se é que precisaria) para descobrir os universais dos fenômenos que investiga; ou o quanto de *linguística*, um filósofo deveria conhecer (se é que deveria) para se posicionar em relação aos fatos concretos da língua.

Tudo que foi exposto até aqui representa, basicamente, aspectos referentes a concepções filosóficas acerca da natureza e dos processos de significação caracterizadores da linguagem humana. Certamente, são posições que, do ponto de vista de abordagens linguísticas, podem provocar algumas inquietações e estabelecer tensões; no entanto, a importância do que se expôs, justifica-se pela presença de fundamentos dos quais decorrem implicações para a compreensão do que se entende por *linguagem*, *intencionalidade* e *discursividade*. Assim, sobre esse lastro de conceitos e de referenciais surgem as teorias sobre a significação em abordagens como as da linguística enunciativa, semântica, pragmática, análise do discurso dentre outras para as quais os fenômenos de linguagem constituem-se como manifestação de processos comunicativos, que estabelecem relação de sentido entre interlocutores.

4.1.1 John Searle e o estado *Intencional* na expressão linguística

Para além de todo tratamento dado ao problema da intencionalidade por sistemas de pensamento das mais diversas perspectivas filosóficas, interessa para esta pesquisa a abordagem linguístico-filosófica em torno da natureza e das propriedades daquilo que se entende por *intencionalidade discursiva* identificável em atos de linguagem especificamente marcados por recursos de pontuação. Para atender àquilo que pretende tal abordagem, julgam-se pertinentes e esclarecedoras as reflexões promovidas por Searle (1995) em torno do que se deve compreender por *intencionalidade* como comportamento linguístico em oposição àquilo que se manifesta como *estado Intencional*. É neste sentido que, em sua obra intitulada *Intencionalidade*, Searle (1995) apresenta uma série de definições, distinções e

caracterizações em torno do que se deve compreender por “intencionalidade-com-c” e “intencionalidade-com-s”.

Para Searle (1995), “a intencionalidade-com-s é uma propriedade de certa classe de sentenças, enunciados e outras entidades linguísticas” (SEARLE, 1995, p. 31). Além disso, ele defende “que uma sentença é intencional-com-s quando deixa de satisfazer certos testes de extensibilidade¹¹⁶, tais como a substituíbilidade de idênticos e a generalização existencial” (ibidem), isto é, quando os sentidos do ato comunicativo estão limitados às condições de comunicação em que a sentença se apresenta. Para ele, essa particularização é pertinente, porque, quando esse tipo de sentença ocorre, seus sentidos dependem de uma referência igualmente linguística (“condição de satisfação”); nesse caso, a verdade da sentença está condicionada a algo que faz parte dos sentidos da frase. Nas palavras do autor:

Costuma-se dizer que uma sentença como “John acredita que o rei Artur matou *sir* Lancelot” é intencional-com-s por admitir ao menos uma interpretação em que pode ser usada para se fazer um enunciado que não permite uma generalização existencial a partir das expressões de referência que se seguem a “acredita”, além de não permitir a substituíbilidade de expressões com a mesma referência, *salva veritate*¹¹⁷ (SEARLE, 1995, p. 31 — grifo do autor).

Como se vê, a “intencionalidade-com-s” revela que as condições de satisfação do conteúdo enunciado estão limitadas às referências circunstanciais dos termos que as compõem. Essas características não permitem a universalização do que se diz, pois, a substituição da primeira parte da sentença “John acredita” (no caso do exemplo apresentado) por outra expressão, com as mesmas características morfossintáticas, invalidaria todo o enunciado. Por essa razão, segundo as perspectivas de Searle (1995), a “intencionalidade-com-s” (tratada pela filosofia da linguagem) está presa e limitada aos seus aspectos constituintes enquanto sentença; logo, às propriedades linguísticas. Por sua vez, “intencionalidade-com-c” (tratada pela filosofia da mente) diz respeito a estados da própria mente, pois, segundo Searle (1995), “a crença de John é extensional, embora o meu enunciado sobre ela [a crença] seja intencional”

¹¹⁶ Extensão é a amplitude de um conceito (ideias ou ser de razão) em relação aos seres a que se aplica ou que consegue agrupar em sua compreensão. Por essa razão, a extensão “se mede de acordo com o conjunto dos objetos aos quais convém” (MARITAIN, 1989, p. 46).

¹¹⁷ Condição lógica sob a qual duas expressões podem ser comutáveis sem prejuízos aos sentidos da sentença.

(SEARLE, 1995, p. 31). A distinção que se estabelece entre as duas possibilidades de “intenc/sionalidades” fica esclarecida na seguinte citação:

A crença de que há algo inerentemente intencional-com-s na intencionalidade-com-c deriva de um erro que parece ser endêmico nos métodos da filosofia linguística — a confusão das características do relato com as características da coisa relatada. Os relatos de estados Intencionais-com-c são caracteristicamente intencionais-com-s. Mas não decorre disso, nem é em geral o caso, que os próprios estados Intencionais-com-c sejam intencionais-com-s (SEARLE, 1995, p. 33).

Para Searle (1995), portanto, “a Intencionalidade é aquela propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual estes são dirigidos para, ou acerca de, objetos e estados de coisas no mundo” (SEARLE, 1995, p. 1). No entanto, nem todos os estados Intencionais caracterizam-se por apresentar diretividade, alguns estados não são “intencionais”. Por isso, “embora a Intencionalidade seja uma característica tanto dos atos de fala como dos estados mentais e a intencionalidade seja uma característica de alguns estados mentais e de alguns atos de fala, há uma clara distinção entre ambas” (idem, p. 251). Assim, são *Intencionais* (com “i” maiúsculo) aquilo que é generalizante e que se prende a um processamento mental; mas isso não implica necessariamente atos conscientes e volitivos.

Salienta-se, segundo essa distinção, uma particularidade do posicionamento de Searle (1995): sua refutação de que os comportamentos que denotam *Intencionalidade* possam ser necessariamente fundamentados na consciência¹¹⁸. Para ele, “Intencionalidade não é a mesma coisa que consciência” (SEARLE, 1995, p. 2); pois como se pode atestar, “as crenças e os desejos são estados Intencionais, mas não têm a intenção de coisa alguma” (ibidem). Entretanto, ele reconhece que as questões envolvendo essa temática não são simples nem apaziguadas; uma vez que elas estão implicadas na clássica discussão sobre a natureza, as distinções e os limites entre mente e cérebro. Neste sentido, ele mesmo reconhece que “a separação é filosoficamente confusa e, até o século XX, tinha-se tornado um poderoso obstáculo para uma compreensão científica do lugar da consciência dentro do mundo físico”

¹¹⁸ Para a Searle, a forma como a consciência manifesta-se está intimamente ligada ao modo como ele enxerga a relação mente-cérebro. “A consciência, em resumo, é uma característica biológica de cérebros de seres humanos e determinados animais. É causada por processos neurobiológicos, e é tanto uma parte da ordem biológica natural quanto quaisquer outras características biológicas como a fotossíntese, a digestão ou a mitose” (SEARLE, 2006, p. 133 — grifo do autor).

(SEARLE, 2006, p. 127).

Por essa razão e por não constituir os fundamentos desta pesquisa, as questões em torno do problema *mente e cérebro* não serão abordados. Assim, em função dos objetivos desta pesquisa, assume-se os postulados de Searle (1995) para quem a *intencionalidade* (com “i” minúsculo), presente nos conteúdos linguísticos, está relacionada às *condições de satisfação* (aos contextos). Portanto, “desde esse ponto de vista, tudo quanto pode constituir a satisfação de uma intenção pode ser uma ação intencional” (SEARLE, 1995, p. 13), isto é, desde que haja razoabilidade entre os conteúdos linguísticos e seus contextos de comunicação, haverá “intencionalidade linguística”.

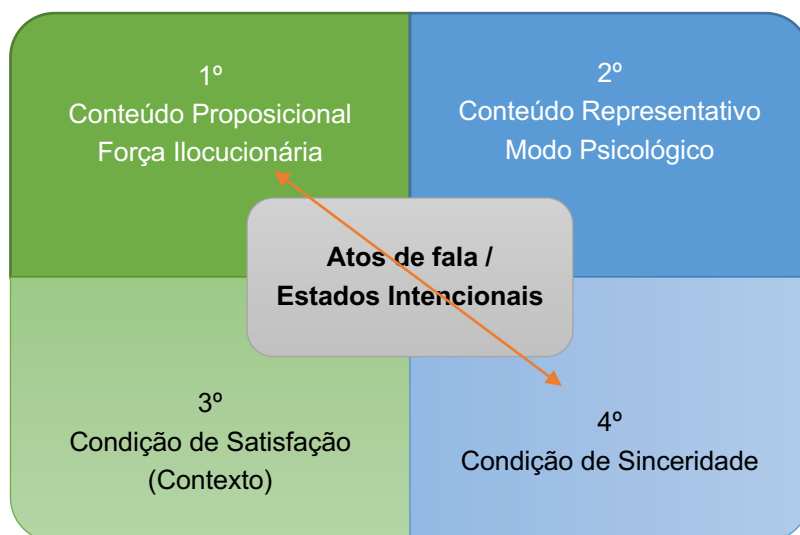
Em síntese, para Searle (1995), a *intencionalidade-com-s* é apenas uma das muitas formas de *intencionalidade-com-c*, pois a compreensão de “intensão” (com-s) diz respeito aos estudos da filosofia da linguagem; para as abordagens de uma filosofia da mente interessa, no entanto, a forma universalizante de “intenção” (com-c). Ora, nesta pesquisa, não se pretende tomar como referência nem a abordagem da *filosofia da linguagem*, nem tão pouco a da *filosofia da mente*. Satisfaz-se com a compreensão de que a intencionalidade¹¹⁹ manifesta-se quando, diante da possibilidade de uso de diferentes recursos linguísticos, opta-se por um e não por outro. Para isso é preciso considerar que haja “as condições de satisfação”, em que se evidenciam os efeitos de sentido capazes de serem percebidos (lido mesmo) por aqueles que acessam o texto. Portanto, considerando os objetivos, os pressupostos e as hipóteses desta pesquisa, será compreendida como uma manifestação de *intencionalidade discursiva* o uso de recursos de pontuação que denotar uma escolha, especialmente quando em detrimento de outros recursos de pontuação igualmente possíveis — inclusive, que se sobreponham às formas de aplicação mais comum e mais recomendáveis pelos manuais gramaticais.

Todos esses conceitos e distinções fazem parte da forma de abordagem de Searle (1995) que vincula (ao mesmo tempo que distingue) os *atos de fala* (comportamentos linguísticos) e as *circunstâncias linguísticas* de comunicação (condições de satisfação) aos *estados mentais*. Para Searle (1995), portanto, é pertinente — e eficiente — restringir o *conteúdo proposicional* e a *força ilocucionária* dos atos ilocucionários aos estados linguisticamente realizados. Quanto aos

¹¹⁹ A intencionalidade que interessa a este trabalho é a linguisticamente manifestada, adota-se, porém, a ortografia “com-c”, uma vez que esta é a forma reconhecida e ortograficamente aceita.

“conteúdos representativos” (ou conteúdo Intencional) e os modos psicológicos, ele os associa às expressões mais gerais e universalizantes (estados Intencionais). No quadro abaixo, sugere-se, de forma esquemática, uma apresentação dessas categorias pertencentes ao universo do mentalmente concebido e do linguisticamente representado de acordo com o que expõe Searle (1995).

Quadro 12 — Correlação conceitual estabelecida por Searle (1995)



Fonte: autoria

O quadro representa uma proposta de organização dos elementos que constituem o sistema de representação dos conteúdos proposicionais (linguísticos) e dos conteúdos representativos (estados Intencionais) de atos de fala ilocucionários, segundo Searle (1995). Assim, no primeiro quadrante, têm-se os dois elementos essenciais que caracterizam um ato de fala: conteúdo proposicional (o que se diz) e a força ilocucionária (o que se faz quando se diz algo) do ato ilocucionário. No segundo quadrante, estão os elementos que caracterizam os estados Intencionais, quais sejam: o *conteúdo representativo* (a natureza daquilo que se materializa linguisticamente) e o seu *modo psicológico*, isto é, como se posiciona na relação com o outro aquele que se propõe a dizer.

O ato de fala e a força ilocucionária submetem-se às condições de satisfação (3º quadrante), isto é, para que sejam plausíveis precisam estar inseridos em contextos de comunicação compatíveis em relação ao que se diz. Já a *condição de sinceridade* (4º quadrante) é o condicionante mental que não permite que haja contradição entre o conteúdo representativo e seu modo psicológico condicionante, os quais antecedem as manifestações linguísticas do ato de fala ilocucionário. Assim, observando-se a relação entre o 1º e o 4º quadrantes (seta na diagonal), compreende-

se que as “ligações entre os atos ilocucionários e as condições de sinceridade Intencionais expressas dos atos de fala são internas, isto é, o estado Intencional expresso não é um mero coadjuvante da realização do ato de fala” (SEARLE, 1995, p. 12). Isso significa dizer que quando alguém comunica algo como, por exemplo, que está chovendo, tal declaração revela o estado Intencional que a antecede.

Diante de tudo que se apresentou até este ponto, é preciso considerar que quando se toma como tema de reflexão linguística ou filosófica a possibilidade de verificação da intencionalidade contida em atos de linguagem, surgem muitas questões, tanto em torno daquilo que caracteriza a relação conteúdo-forma do que se diz, como em relação ao que, de fato, se faz ao se realizar o ato de linguagem. Até aqui, foram apresentadas o que se pode chamar de inquietude filosófica e de relativização linguística (segundo a perspectiva da filosofia da linguagem de Searle) na busca por uma compreensão do que de fato se verifica quando se tenta segmentar o conteúdo de uma expressão em seus manifestados sentidos e na possível *Intencionalidade* latente e motivadora do ato de linguagem.

Compreender a intencionalidade como um fenômeno distintivo e anterior ao conteúdo de uma expressão linguística, é lhe atribuir a capacidade de revelar a natureza intrínseca da relação existente entre pensamento e linguagem. Faz-se necessário salientar que esta é uma problemática caracterizadora da própria lógica linguística, fundadora de uma sistemática gramatical — ainda que incipiente e embrionária na antiguidade clássica. É nesse sentido que “em *O sofista*, Platão vê na linguagem o ‘diálogo que a alma mantém consigo mesma’: pensamento e linguagem são uma só e mesma coisa” (AUROUX, 2009, p. 91). Essa *união hipostática*¹²⁰ entre pensamento e linguagem, que é evidenciada pela presença de uma intencionalidade manifestada em conteúdos linguísticos, pode ser ilustrada em casos concretos em que tal presença é marcada por meio de recursos linguísticos. Para que se possa entender o que se acaba de afirmar, seria uma demonstração pertinente deste fenômeno as distinções entre *orações adjetivas restritivas* e *orações adjetivas explicativas*, para as quais, a intercalação por vírgula (no caso das explicativas),

¹²⁰ União hipostática diz respeito à hipóstase: “para os pensadores da Antiguidade, realidade permanente, concreta e fundamental; substância” (HOUAISS, 2001, p. 1540). Aqui, refere-se a união de duas substâncias: aquilo que é próprio do pensamento e o que é próprio da linguagem em uma única manifestação: a Intencionalidade.

implicaria na consideração de uma intencionalidade especificadora do ato de linguagem. É nesse sentido que se diz:

A lógica de Port-Royal já registrava que a expressão em si mesma é insuficiente para distinguir entre relativa explicativa e relativa determinativa e “que quase sempre é *preciso ter mais consideração com o sentido e a intenção* daquele que fala do que exclusivamente com a expressão” (AUROUX, 2009, 67 — grifo nosso).

A diferença que se verifica entre esses dois tipos de sentenças funda-se nas distinções de intencionalidade (“intencionalidade-com-c”) presentes nos conteúdos das sentenças antes mesmo da concretização do ato de linguagem. A partir do exposto, defende-se que as especificidades da intencionalidade manifestadora do *princípio de causação*, que estabelece as relações de sentido entre as partes que compõe uma sentença complexa, manifestam-se também, em circunstâncias específicas de uso (“condições de satisfação), sob a forma de recursos de pontuação. Isso significa dizer, concretamente, que as vírgulas, que intercalam a oração adjetiva explicativa, marcam, na realidade, a presença e a atuação de fenômenos significativos de intencionalidade que são anteriores à execução da expressão escrita os quais se espera que os leitores sejam capazes de percebê-los.

Em síntese, para Searle (1995), os atos de fala carregam em si mesmos a presença do “estado Intencional” que linguística e circunstancialmente está contido neles; pois, “a realização de um ato de fala é *eo ipso*¹²¹ uma expressão do estado Intencional correspondente” (SEARLE, 1995, p. 13 — grifo do autor). Isso se dá porque, para ele, seria estranho e incongruente admitir que determinado enunciado ou ato de linguagem significaria algo (por exemplo, a aceitação ou a recusa), se esse “algo” não correspondesse a uma intenção psico(lógica) anterior à realização do próprio ato de linguagem de fato. É nesse sentido que ele afirma: “é logicamente estranho, embora não autocontraditório, realizar o ato de fala e negar a presença do estado Intencional correspondente” (SEARLE, 1995, p. 13). Portanto, aceita-se que, mesmo não se considerando uma correspondência unívoca e integral, é perfeitamente possível falar de *estado Intencional* psico(lógico) na manifestação de comportamentos linguísticos concretos.

¹²¹ Na citação utilizada, a expressão latina *eo ipso* equivale, em português, à locução adverbial *nele mesmo*.

4.2 Intencionalidade Discursiva — entre o universalmente significativo e o circunstancialmente marcado

A expressão base que intitula este tópico implica um grande desafio à investigação proposta por este trabalho, uma vez que por si só e separadamente os termos *Intencionalidade* e *Discursividade* já demandariam grande esforço para o esclarecimento e alinhamento teóricos com a tese defendida aqui. Os desafios estabelecem-se a partir dos conteúdos implicados em suas definições em contextos de análise linguística, pois, a compreensão de tais termos perpassam diversas perspectivas teóricas que precisam ser objetivamente definidas e delimitadas antes de serem tomadas como referência para qualquer tipo de análise linguística. No entanto, julga-se absolutamente necessária — ainda que metodologicamente dispendiosa e teoricamente arriscada — a abordagem conjugada desses dois conceitos, pois se acredita que eles podem garantir uma compreensão linguística minimamente segura e objetiva dos fenômenos que se pretendem discutir e analisar neste trabalho.

Ao mesmo tempo, é preciso dizer que o esforço demandado para a exploração dos conceitos de *Intencionalidade* e *Discursividade* justifica-se pelo fato de serem fenômenos bastante *complexos, plásticos e voláteis*, pois, sua compreensão — e posterior aplicação como referência de análise linguística — depende do arcabouço teórico a que se ligam e sobre os quais se fundamenta qualquer análise linguística pretendida. De qualquer forma, acredita-se que o resultado do composto (intencionalidade discursiva) proporcionará mais precisão às ideias que se pretende discutir e, como unidade conceitual, poderá garantir maior eficiência na elucidação das questões que envolvem a análise do *corpus*.

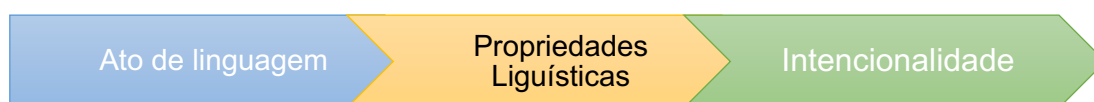
Em relação ao que defende Searle (1995), a consideração de que aquilo que se compreende como intencionalidade é um fenômeno que, de algum modo, está presente na mente, não é um tema pacificado entre filósofos e linguistas, nem mesmos entre os próprios linguistas que se filiam a diferentes correntes teóricas. As antinômicas abordagens sobre a relação mente e linguagem, por exemplo, provocam inquietudes e suscitam diferentes argumentos tanto do ponto de vista linguístico como do ponto de vista filosófico. Entre as muitas questões em torno da relação língua e mente, Benveniste (2005) questiona-a da seguinte forma: “mesmo admitindo que o

pensamento não pode ser captado a não ser formado e atualizado na língua, teremos o meio de reconhecer no pensamento caracteres que lhes sejam próprios e que não devam nada à expressão linguística?” (BENVENISTE, 2005, p. 70).

De modo geral, não são poucos os problemas suscitados quando se tenta compreender e distinguir os limites e a natureza do que é propriamente linguístico daquilo que pertencem essencialmente à mente. No entanto, para Benveniste (2005), a tentativa de identificar e categorizar a natureza do pensamento como algo distinto e independente da língua é, na verdade, um subterfúgio que procura explicar aquilo que é próprio da língua como se estivesse ligado às faculdades mentais. Nesse sentido, segundo ele, “é o que se pode dizer que delimita e organiza o que se pode pensar” (BENVENISTE, 2005, p. 70).

O interesse deste trabalho por essas questões reside no fato de elas evidenciarem que a compreensão da intencionalidade (primeiro termo do complexo conceitual que orienta este tópico) é problemática quando se quer perscrutar a relação entre um *ato de linguagem concreto* e sua *intencionalidade linguística*. A dificuldade se dá porque a demonstração da relação entre pensamento/mente e *atos intencionais* — com elos causais — depende de apreciações e deduções de faculdades cognitivas que, em si mesmas, já são resultantes de processos de abstração. A figura abaixo ilustra o distanciamento que há entre a concretude de um ato de linguagem e a intencionalidade que lhe é inferida; porém intermediada por todos os processos e propriedades linguísticas que caracterizam um ato de linguagem.

Figura 1 — A intermediação entre o ato de linguagem e a intencionalidade manifestada



Fonte: autoria

Da concretude do ato de linguagem à abstrata percepção da intencionalidade contida nele, devem ser reconhecidas e categorizadas as propriedades linguísticas reveladoras dos sentidos do enunciado e da ação comunicativa em si. Talvez, por essa razão, a aceitação da atuação de uma *intencionalidade* sobre os sentidos do enunciado seja motivo de questionamentos e recusa por parte de algumas correntes teóricas dos estudos linguísticos. De qualquer forma, parece claro que não é linguisticamente possível falar de intencionalidade, se não for como fenômeno

inserido na análise de atos de linguagem concretos e intermediados por todos os elementos necessários e legitimadores de uma efetiva situação de comunicação.

4.2.1 Atos de linguagem e as perspectivas teóricas para uma compreensão da Intencionalidade Discursiva sob a forma de marcas de pontuação

Voltando às antinomias, entende-se que as diversas correntes teóricas que podem ajudar nesta reflexão assemelham-se ou distinguem-se a partir de suas concepções fundamentais em relação à natureza da linguagem e sobre as quais, conseqüentemente, atrela-se a compreensão de uma *Intencionalidade Discursiva*. De modo geral, sabe-se também que as principais perspectivas teóricas que se antagonizam sobre a natureza da linguagem concebem-na ou como um fenômeno fundamentalmente mental, que existe em si mesmo e, como tal, serve para descrever o mundo; ou como um fenômeno cuja existência só tem sentido quando se consideram as circunstâncias particulares em que os eventos comunicativos se manifestam e se concretizam.

Segundo os posicionamentos teóricos que se inserem nessa segunda perspectiva, a faculdade da linguagem só pode ser acessada a partir daquilo que os eventos comunicativos são capazes de externar. Isso significa dizer que a linguagem manifesta-se como um *fenômeno não transparente*, ou seja, para que ela seja apreendida integralmente é preciso considerar a existência de um conjunto de dados e circunstâncias (sociais, históricas, culturais e idiossincráticas) que esclareçam os sentidos dos atos de linguagem. Nessa perspectiva afirma-se:

[...] o processo de comunicação não é o resultado de uma única intencionalidade, já que é preciso levar em consideração não somente o que poderiam ser as intenções declaradas do emissor, mas também o que diz o ato de linguagem a respeito da relação particular que une emissor ao receptor” (CHARAUDEAU, 2014, p. 17 — grifo nosso).

Essa postura opõe-se às perspectivas teóricas para as quais o ato de linguagem constitui-se numa relação emissor-receptor ideal que, em circunstância neutra de comunicação, produzem-se *atos de linguagem transparentes*. Nesse caso, restaria saber se o significado de um ato de linguagem restringe-se, única e exclusivamente, ao conteúdo verbalizado. Ao se defender essa postura, corre-se o

risco também de se achar que os elementos verbais esgotariam a significação do ato de linguagem. Parece claro que a compreensão de um enunciado não pode prescindir, por exemplo, de seu contexto de comunicação. Nesse sentido, Searle (2002) é categórico quando afirma:

Defenderei a ideia de que, no caso de várias espécies de sentença, não há contexto zero ou nulo de sua interpretação, e, no que concerne a nossa competência semântica, só entendemos o significado dessas sentenças sob o pano de fundo de um conjunto de suposições de base acerca dos contextos em que elas poderiam ser apropriadamente emitidas (SEARLE, 2002, p. 184).

Assim, entende-se que “não se pode determinar de forma apriorística o *paradigma de um signo*, já que é o *ato de linguagem*, em sua *totalidade discursiva*, que o constitui a cada momento de forma específica” (CHARAUDEAU, 2014, p. 26 — grifo nosso). Restringir os significados do ato de linguagem ao verbalmente expresso pressuporia ter que desconsiderar as muitas outras possibilidades linguísticas e contextuais presentes e atuantes no evento de comunicação, inclusive, executáveis pelos interlocutores durante as interações. Tais possibilidades podem se manifestar, por exemplo, nas variações entoacionais e ritmo-melódicas (no caso da elocução oral) na execução de um enunciado; ou nas diferentes formas de pontuação do segmento textual e de seleção lexical (no caso da expressão escrita).

Para além desses aspectos, a compreensão de um contexto de valores fixo, em que os enunciados acomodam-se, é algo questionável, uma vez que os interlocutores contribuem, ao seu modo e segundo seu conhecimento de mundo, com os sentidos do enunciado. Nesse sentido, aquele que interpreta um enunciado qualquer o enxerga para além daquela circunstância específica em que ele aparece; há, portanto, um universo de valores e de informações pressupostas ao enunciado em si. Assim, é preciso considerar o seguinte:

Com efeito, todo ato de enunciação é fundamentalmente **assimétrico**: a pessoa que interpreta o enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes no enunciado produzido, mas nada garante que o que ela reconstrói coincide com as representações do enunciador (MAINGUENEAU, 2008, p. 20 — grifo do autor).

Isso porque a compreensão de um enunciado pressupõe um conjunto de conhecimentos que ultrapassa o domínio do sistema linguístico, isto é, a interpretação

não está limitada ao (re)conhecimento do léxico nem mesmo do sistema linguístico. Os sentidos de um enunciado estão condicionados aos contextos em que eles se apresentam; segundo Maingueneau (2008) não há razão para se pensar que um enunciado possa ter um sentido fixo, que dispense os contextos de comunicação sobre os quais aparece. “Certamente isso não quer dizer que as unidades lexicais de uma sequência verbal não signifiquem nada, nem que suas relações deixem de orientar de maneira decisiva a interpretação” (MAINGUENEAU, 2008, p. 20). Para além da importância do contexto, Maingueneau (2008) defende que os enunciados possuem um *valor pragmático*, isto é, potencializam a realização de atos (comportamentos não só linguísticos) por intermédio da enunciação manifestada nos atos de linguagem. Isso significa dizer que os conteúdos linguísticos (textos e contextos) promovem um comportamento-resposta que traduz o processo de compreensão dos atos de linguagem.

Aplicando-se essas concepções ao objeto de estudo desta pesquisa, pode-se dizer que os recursos de pontuação materializam as particularidades daquilo que se quer manifestar em determinados enunciados. “Neste caso, também, as condições materiais de apresentação intervêm de maneira decisiva” (MAINGUENEAU, 2008, p. 21); no caso dos recursos de pontuação, sua presença intervém para a execução da função pragmática do enunciado. Considerando os fenômenos investigados neste trabalho, a escolha de determinado recurso de pontuação — visto como uma condição material do enunciado —, em oposição a outros recursos mais sintáticos e mais comumente aplicáveis, pressupõe a presença de direcionamentos linguísticos que devem ser levados em conta pelos leitores dos textos por eles marcados.

As relações de sentido, promovidas a partir da compreensão e interpretação do enunciado, devem ser consequência da apreensão das intenções pretendidas pelo ato comunicativo. “Para isso, é necessário que o enunciado *mostre*, de uma maneira ou de outra, esse valor pragmático, o ato que pretende realizar por intermédio de sua enunciação” (ibidem). Isso parece claro, uma vez que “o discurso é uma forma de ação” (idem, p. 53). Portanto, na expressão escrita, os recursos de pontuação devem *mostrar*, aspectos específicos sobre o modo como se diz algo, isto é, os sinais de pontuação, *transmutados em marcas de pontuação*, revelam os aspectos pragmáticos do enunciado, que, quando lidos, devem ser representados por recursos da elocução oral.

4.2.2 Pressupostos pragmáticos para a compreensão da Intencionalidade Discursiva assinalada por marcas de pontuação

A exploração de possibilidades teóricas que justificasse a existência de uma Intencionalidade Discursiva arraigada na estrutura dos enunciados teve como propósito evidenciar a razoabilidade e a pertinência do principal objetivo desta investigação, que é o estudo de recursos de pontuação específicos, que assinalam o *encapsulamento de atos de linguagem capazes de revelar intencionalidades não verbalizadas no enunciado*. Para atender a esse propósito de investigação, enxerga-se, nos pressupostos *teóricos da abordagem pragmática*, a presença de princípios linguísticos que podem ajudar a compreender os fenômenos tomados como objeto de análise, bem como ajudar a elucidar os problemas neles implicados.

Por essa razão, os pressupostos pragmáticos sobre atos de fala são colocados como um dos fundamentos teóricos que viabilizam as análises linguísticas pretendidas nesta pesquisa. Os aspectos da abordagem pragmática contribuem, sobretudo, com suas bases teórico-epistemológicas, a partir das quais se reflete sobre as relações que se estabelecem entre os *sentidos dos enunciados* e os *comportamentos linguísticos* dos interlocutores envolvidos nos *atos de linguagem*, que se manifestam por meio da forma como os enunciados são assinalados com recursos de pontuação — especialmente com aqueles que indicam a presença de atos de linguagem encapsulados por tais recursos.

Nesse arranjo teórico-epistemológico, insere-se, primeiramente, a compreensão da presença de uma *intencionalidade discursiva*, que passa a ser vista, objetivamente, como direcionamento de comportamentos linguísticos indicados nos atos de linguagem (conteúdo proposicional)¹²², que constituem os enunciados. Portanto, está implicado nessa pesquisa a análise da ação e/ou do comportamento linguístico constituidores do enunciado que inter-relaciona os interlocutores do evento comunicativo, a partir do que está dito; mas também do que está assinalado por outros elementos constituidores do evento comunicativo. Segundo Searle (1995), há “uma íntima ligação entre as ações intencionais e aquilo que se pode determinar que as pessoas façam” (SEARLE, 1995, p. 114). Por extensão, compreende-se que a

¹²² Aqui, estabelece-se uma relativa equivalência entre as noções de *ato de linguagem* de Charaudeau (2104) e de *conteúdo proposicional* de Searle (1995), compreendendo-se que os sentidos do enunciado dependem da totalidade do que se diz em cada momento/movimento de enunciação.

Intencionalidade discursiva manifesta-se como parte integrante desse processo de inform(a)ção, que, ao tempo que comunica, também apresenta-se como ato de linguagem.

Como tem sido sinalizado desde o início deste capítulo, as questões em torno de uma intencionalidade são abordadas e refletidas desde suas possibilidades filosóficas às especificamente linguísticas, que se consolidam numa *relação necessária entre intencionalidade e ação que se manifestam em atos de linguagem*. Por essa razão, ainda segundo Searle (1995):

Até aqui temo-nos movimentado com relativa facilidade em nossos esforços para *incorporar a ação e a intenção a uma teoria da Intencionalidade*. Neste ponto, contudo, têm início nossas dificuldades. Há diversas assimetrias entre, por um lado, a relação da intenção com a ação e, por outro, a relação entre os demais estados Intencionais e suas condições de satisfação, assimetrias essas que *uma teoria da ação e da intenção deve ter meios de explicar* (SEARLE, 1995, p. 115 — grifo nosso).

Pelo que se lê, parece possível equacionar o problema da ação e da intencionalidade numa *Teoria da Intencionalidade*, uma vez que esta é deduzível da própria manifestação das ações. O desafio ao qual Searle (1995) faz referência apresenta-se no movimento oposto, ou seja, na necessidade de demonstrar as relações de sentidos e de pertinência que se estabelecem entre o *estado Intencional* e suas condições de verdade e que considerem também a ação manifestadamente presente nos atos de linguagem, isto é, da intenção para a ação elipsada.

A assimetria estabelece-se na constatação de que há *estados Intencionais* que não refletem ações; mas, ao contrário, toda ação pressupõe um *estado Intencional*, ou seja, um movimento diretivo, que, na consideração dos atos comunicativos, culmina com um *comportamento linguístico explícito, ou implícito* percebido na constituição dos sentidos textuais gerais. Assim, um enunciado é capaz de deixar evidente o aspecto pragmático que realiza por meio da enunciação. Deste ponto, extraísse a segunda compreensão de intencionalidade linguístico-discursiva, ou simplesmente: *Intencionalidade Discursiva*. Esta, por sua vez, traduz a diretividade do ato de linguagem destinado a produzir um efeito de sentido pretendido e inteligível dentro do contexto de comunicação. A partir dessa delimitação e especificação da compreensão de Intencionalidade Discursiva reconhece-se a presença de ações volitivas, por exemplo, na seleção lexical, na escolha estrutural da sentença, bem

como de todo e qualquer recurso que componha um enunciado.

Essa delimitação conceitual é particularmente importante para aquilo que se pretende desenvolver neste trabalho, pois assinala a compreensão de que há atos de linguagem especificamente marcados por recursos linguísticos. Por conseguinte, aplicando esse pressuposto à modalidade escrita da língua, isso significa considerar a possibilidade de uma intencionalidade ser marcada e direcionada linguisticamente por meio de certos recursos de escrita, que se revelam específicos e produtivos pela impossibilidade de comutação (sem perda de aspectos significativos) com outros recursos de mesma natureza linguística, mas com outras possibilidades discursivas.

É, pois, sobre essa delimitação linguística que se entende as funções distintivas de certos recursos de pontuação que, afastando-se de qualquer função sintática, ortográfica, prosódica ou estrutural do texto, revelam-se como verdadeiros indicadores da presença de uma *Intencionalidade Discursiva* não verbalizada, mas marcadamente presente sob a forma de recurso de pontuação. Para efeito de exemplificação dos fenômenos que serão tomados para análise e defesa deste posicionamento, observe-se as ocorrências de pontuação no fragmento de texto coletado do jornal *Folha de S.Paulo*, o qual também faz parte do *corpus* desta pesquisa:

- i. “A descrição microscópica (isto é, quântica) da gravitação —denominada gravitação quântica — é um campo de investigação com diversas questões em aberto. Há vários candidatos para se chegar a essa abordagem”. (Folha de S.Paulo, 16/02/2019)

Os fenômenos que interessam a esta pesquisa e que ilustram os pressupostos desta tese manifestam-se no fragmento sob a forma de *parênteses* e de *travessões duplos*. De início, poder-se-ia pensar que, do ponto de vista da *organização textual* e da *estruturação sintática*, esses recursos de pontuação poderiam, por exemplo, ser simplesmente substituídos por vírgulas, e elas exerceriam o papel sintático-organizacional do texto. Nesse caso, ao intercalarem as expressões, as vírgulas indicariam a segmentação da estrutura textual, contribuindo com a identificação dos seus valores sintáticos na sentença. Considerando tais possibilidades de escrita, algumas perguntas parecem inevitáveis: Por que não foram usadas as vírgulas no lugar dos parêntese e travessões? Esses recursos de pontuação e as vírgulas são permutáveis e equivalentes? Se não são permutáveis, o que esses recursos

acrescentam ao fragmento que as vírgulas não o fariam? A utilização desses recursos, ou a opção pelo uso das vírgulas é uma escolha sem motivação linguística? E uma última questão, talvez um pouco mais distante dos objetivos desta pesquisa, mas pertinente em função dos espaços textual-discursivos de onde os fragmentos de textos serão retirados para as análises: Como os jornalistas e/ou revisores são orientados a usarem parênteses ou travessões?

Para trazer alguma luz às perguntas acima e, conseqüentemente, ajudar a entender o que realmente a presença dos parênteses e dos travessões insere no fragmento, expõe-se, logo abaixo, a maneira como o *Manual da redação Folha de S.Paulo* (2018) orienta o uso desses recursos de pontuação¹²³:

Parênteses e travessões são recursos usados para fazer observação à margem do objeto principal do texto. Ambos devem ser empregados com parcimônia, pois deixam o texto congestionado. Os parênteses passam a impressão de conter algo a mais, uma nota paralela ou fortuita que pode até ser ignorada. Para saber se o uso está correto, leia o texto omitindo o trecho que está entre parênteses. Se ele fizer sentido, o emprego dos parênteses foi adequado. Os travessões dão mais relevo àquilo que delimitam, em geral uma explicação ou detalhe da informação apresentada imediatamente antes (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 147 – 148 — grifo nosso).

Em relação à forma como o *Manual da Redação Folha de S.Paulo* (2018) apresenta as razões de uso desses recursos, constata-se que ele se limita a descrever possíveis “efeitos de sentido” frasais de percepção *subjetiva, imprecisa e superficial*, muito semelhantemente ao que se encontra na maioria dos manuais gramaticais — inclusive, como o que se encontra em alguns estudados no capítulo 3 desta pesquisa. Essas limitações agravam-se porque elas estão explicitadas na própria descrição de uso do recurso, sobretudo, quando diz que “os parênteses *passam a impressão de conter algo mais*” (ibidem). No caso dos travessões, nota-se a mesma postura de superficialidade, subjetividade e imprecisão sob a afirmação de que tais recursos de pontuação “dão mais relevo àquilo que delimitam” (ibidem).

Em relação ao uso de parênteses e travessões presentes no fragmento tomado como exemplo, reconhecem-se ocorrências fenomênicas para as quais o trabalho

¹²³ Esclarece-se que serão feitas, no capítulo 6 desta tese, análises de fenômenos como os que aparecem no fragmento tomado como exemplo. Neste momento, portanto, serão feitas algumas observações, a fim de esclarecer a relação de uso dos recursos de pontuação em questão, associando-os a funções específicas, que marcam a presença de atos de linguagens (ações e/ou comportamentos linguísticos) justificáveis pela identificação da presença de um *estado Intencional*.

desenvolvido nesta pesquisa tem um especial interesse. Nesses casos, defende-se que os *parênteses* e os *travessões* marcam — mais do que sinalizam sintática e ortograficamente — o encapsulamento de comportamentos linguísticos, que precisam ser “traduzidos” concomitantemente à medida que é feita a leitura do texto explicitamente verbalizado. Considera-se, portanto, que, se não fosse pela presença desses recursos (ou se fossem usadas, por exemplo, as vírgulas em seu lugar), a *assinalação de uma Intencionalidade Discursiva* promovida por esses recursos não poderia ser percebida. Com efeito, o uso desses recursos de pontuação, nessas circunstâncias, pode ajudar a resolver a dificuldade apontada por Searle (1995), quando faz referência à tentativa de conjugação da “ação” e da “intenção” numa relação com os outros *estados Intencionais* presente em atos de fala. A compreensão dessa conjugação pode se dar a partir da consideração de uma totalidade discursiva que se manifesta a cada momento dos diversos atos de linguagem sob os mais diferentes recursos de expressividade que compõem o evento comunicativo.

Tomando esse pressuposto como premissa, ao longo das análises que serão feitas no capítulo 6, procurar-se-á demonstrar que o uso desse tipo de recurso de pontuação, em certas circunstâncias — ao contrário das vírgulas —, assinala a presença de um *conteúdo linguístico* (ato de linguagem) não verbalizado, cuja presença está explicitamente marcada por recursos de pontuação. A presença de tal *conteúdo linguístico* elipsado é inferida a partir da indicação da existência de um *estado Intencional* que é, por sua vez, assinalado pela presença dos parênteses e travessões, para os quais os aspectos sintáticos são sem efeito. Esses recursos de pontuação, nessas condições de uso, tornam presentes e inteligíveis os atos de linguagem que foram encapsulados e de seus conteúdos comunicativos elipsados.

Deste modo e por conta dessas relações, defende-se que os parênteses e travessões utilizados no fragmento acima (i) explicitam a existência de um *estado Intencional*, que, por sua vez, indica a presença de um *ato de linguagem* encapsulado (com seus conteúdos comunicativos elipsados) nas formas de parênteses e travessões. Nesse tipo de fenômeno, ao contrário do que aponta Searle (1995), não são os conteúdos proposicionais nem a força ilocucionária que revelam a presença do *estado Intencional*, é este que pode, por meio de um *conteúdo representativo* — nesse caso, os recursos de pontuação —, e de um *modo psicológico* de perceber (dedução lógica ou inferência linguística), revelar os atos de linguagem encapsulados pelos recursos de pontuação. Isso se caracteriza como um movimento inverso àquele

que descreve Searle (1995), pois, revela a presença de conteúdos proposicionais por meio de estados Intencionais assinalados discursivamente, mas não verbalizados.

Como decorrência dessa condição linguística, é possível demonstrar a presença de conteúdos proposicionais e de força ilocucionária elipsados e encapsulados sob a forma de parênteses e travessões, para isso é preciso descompactar os conteúdos linguísticos que foram encapsulados. Note-se que isso significa dizer que, ao promover a substituição dos parênteses e travessões por sinais essencialmente sintáticos como as vírgulas, por exemplo, será necessário explicitar o *conteúdo proposicional* e, por conseguinte, a *força ilocucionária* que foram encapsulados, mas assinalados no texto pelos parênteses e pelos travessões. Nesse caso, a força ilocucionária poderá manifestar-se em diversas formas de conteúdos proposicionais coerentes com os sentidos gerais do enunciado, o que significa respeitar as condições de verdade e/ou de sinceridade do ato de linguagem. Para o fragmento (i) tomado como exemplo, propõem-se as seguintes possibilidades de reescrita:

- A. “A descrição microscópica, isto é, quântica, da gravitação, denominada gravitação quântica, é um campo de investigação com diversas questões em aberto. Há vários candidatos para se chegar a essa abordagem”.

Na primeira sugestão de reescrita, propõe-se a simples substituição dos parênteses e travessões por vírgulas — o que não chega a promover um desencapsulamento dos atos de linguagem elipsados. Neste caso, nota-se que as vírgulas intercalam a expressão explicativa “isto é” (indicativa de uma relação de equivalência), que, por sua vez, explicitam a relação de igualdade entre os sentidos de “descrição microscópica” e “[descrição] quântica”. A equivalência estabelecida de forma direta, sem a intermediação de comportamentos específicos do enunciador, que, no texto original, tem sua presença indicada por meio dos recursos expressivos de pontuação (parênteses e travessões), restringe-se a uma simples relação sinonímica entre as duas expressões, que, no contexto se equivalem. Assim, no texto-fonte, o uso dos parênteses e dos travessões evidencia a presença de comportamentos linguísticos específicos não verbalizados, salientando a intersecção entre o que está explicitamente dito e aquilo que está intencionalmente marcado pela pontuação específica. Portanto, nessa proposta de reescrita, a elaboração discursiva, que assinala a presença de atos de linguagem não verbalizados, não poderá ser

percebida (lida, ou traduzida) como *estado* ou *evento* Intencional que é — e que, de fato, faz-se presente no texto-fonte.

Na segunda sugestão de reescrita, propõe-se, concomitantemente, um desencapsulamento dos atos de linguagem, uma vez que, ao suprimir os parênteses e travessões, faz-se o acréscimo de possíveis *conteúdos linguísticos* que traduzem e explicitam aquilo que foi elipsado por tais recursos de pontuação.

B. “A descrição microscópica, isto é, *a descrição da estrutura* quântica da gravitação, *que é também* denominada de gravitação quântica, é um campo de investigação com diversas questões em aberto. Há vários candidatos para se chegar a essa abordagem”.

Observa-se, nessa proposta de reescrita — e de desencapsulamento —, a presença de expressões que explicitam os conteúdos linguísticos elipsados pelos parênteses e pelos travessões. Ao ser promovida essa descompactação de possíveis *atos de linguagem*, revelam-se também os possíveis *conteúdos linguísticos* e, por conseguinte, os *estados Intencionais* do enunciador ao usar tais recursos de pontuação no processo de encapsulamento; observando-se, logicamente, os sentidos gerais do enunciado, ou seja, suas *condições de verdade* (Searle) e a *totalidade discursiva* (Charaudeau). Assim, percebe-se que os parênteses do texto-fonte, além de intercalar a expressão que, em si mesmo (*eo ipso*, nas palavras de Searle), é um conteúdo linguístico, explicitam um *estado Intencional*. O conteúdo linguístico, ao ser desencapsulado, revela o *ato de linguagem* específico — compreendido e defendido, neste trabalho, como a forma amalgamada do *conteúdo proposicional* mais a *força ilocucionária*. É possível, inclusive, presumir uma potencial pergunta do leitor como forma de explicitação das relações de sentido do ato de linguagem desencapsulado. Assim, imagina-se que, sobre a expressão que antecede os parênteses, o leitor poderia (durante sua leitura) perguntar-se: *o que significa uma descrição microscópica?* Obtendo como resposta o *conteúdo proposicional* que aparece entre parênteses.

Por sua vez, entre travessões, o enunciador encapsulou uma redundância generalizante — em forma de expressão explicativa —, indicando que aquilo que se diz do termo especificado (gravitação) já lhe pertence ou é esperado que seja conhecida. Nessa situação de uso, os travessões, à medida que intercalam o ato de linguagem (*eo ipso*), assinalam a presença de um *estado Intencional* que indica a

ação (comportamento linguístico) de definição. Ao desencapsular o ato de linguagem, a utilização da expressão que permite a substituição dos travessões por vírgula explicita a intenção de estabelecer uma relação de equivalência entre o conteúdo proposicional anterior aos travessões duplos com o conteúdo que eles intercalam.

Na terceira proposta de reescrita — e segundo desencapsulamento —, verifica-se um desdobramento não só daquilo que estava elipsado pelos recursos de pontuação, mas também dos termos tomados como referência para os comportamentos linguísticos que foram encapsulados. Observe-se a reescrita abaixo:

C. “A descrição microscópica, isto é, *a visualização da realidade quântica da gravitação, que é definida simplesmente* como gravitação quântica, é um campo de investigação com diversas questões em aberto. Há vários candidatos para se chegar a essa abordagem”.

Nessa proposta, ao se eliminarem os parênteses e os travessões, proporciona-se o desencapsulamento dos atos de linguagem e, em seguida, expõem-se os comportamentos discursivos (estados Intencionais) em forma de *conteúdo proposicional* — e que foram elipsados pelos recursos de pontuação. Nessa proposta, porém, além desse procedimento, a reescrita e o desencapsulamento exploram e expõem os sentidos e significados das expressões que são objeto das especificações e para as quais apontam os atos de linguagem encapsulados; neste caso, as palavras: “descrição” e “gravitação”. A reescrita, ao promover o desencapsulamento dos atos de linguagem, explicita como devem ser compreendidos os sentidos das palavras “descrição” e “gravitação” em tal contexto de comunicação. Diferentemente das outras duas propostas, nesta proposta (C), os comportamentos linguísticos, que revelam os *estados Intencionais*, dilatam-se na direção das expressões que antecedem os parênteses e os travessões respectivamente. Como forma de melhor visualizar todos esses reescritas e desdobramento, apresenta-se, abaixo, um quadro (13) no qual é possível observar, paralelamente, o resultado de cada proposta de reescrita e/ou de desencapsulamento:

Quadro 13 — Comparação das propostas de reescritas e desencapsulamento

Texto-fonte	Texto desdobrado	Propostas
	“A descrição microscópica, isto é, quântica, da gravitação, denominada gravitação quântica, é um campo de investigação com	A

<p>“A descrição microscópica (isto é, quântica) da gravitação — denominada gravitação quântica — é um campo de investigação com diversas questões em aberto. Há vários candidatos para se chegar a essa abordagem”</p>	<p>diversas questões em aberto. Há vários candidatos para se chegar a essa abordagem”.</p>	
	<p>“A descrição microscópica, isto é, <u>a descrição da estrutura</u> quântica da gravitação, <u>que é também</u> denominada de gravitação quântica, é um campo de investigação com diversas questões em aberto. Há vários candidatos para se chegar a essa abordagem”.</p>	B
	<p>“A descrição microscópica, isto é, <u>a visualização da realidade quântica</u> da gravitação, <u>que é definida simplesmente de</u> gravitação quântica, é um campo de investigação com diversas questões em aberto. Há vários candidatos para se chegar a essa abordagem”</p>	C

Fonte: autoria

As situações descritas e analisadas aqui serviram para demonstrar os fundamentos dos pressupostos teóricos da abordagem de Searle (1995) aplicados aos fenômenos constituidores e motivadores deste estudo. É necessário salientar que cada uma dessas três propostas de reescritas e/ou de desencapsulamento representam apenas possibilidades do que pode ser dito a partir da leitura do texto e dos recursos e pontuação específicos, que intercalam as estruturas sintáticas e assinalam aspectos discursivos pertinentes às expressões referenciadas. Isso significa dizer que um outro enunciador, ao manipular essas sentenças, poderia oferecer outras possibilidades concretas e igualmente pertinentes de tradução do texto-fonte.

Interessa apresentar, com essas demonstrações, a imanência dos *estados Intencionais*, constituindo, no jogo dinâmico da comunicação, a elaboração discursiva em associação com os conteúdos linguísticos expressos no texto por meio de atos de linguagem concretos e inteligíveis. Ademais, quanto aos usos desses recursos de pontuação, quando bem compreendidas sua natureza e suas funções linguísticas, eles são capazes de possibilitar a inferência de conteúdos linguísticos não verbalizados, mas discursivamente presentes e inteligíveis durante o processo de leitura do texto.

4.2.3 Intencionalidade Discursiva revelada pelos constituintes do ato de linguagem

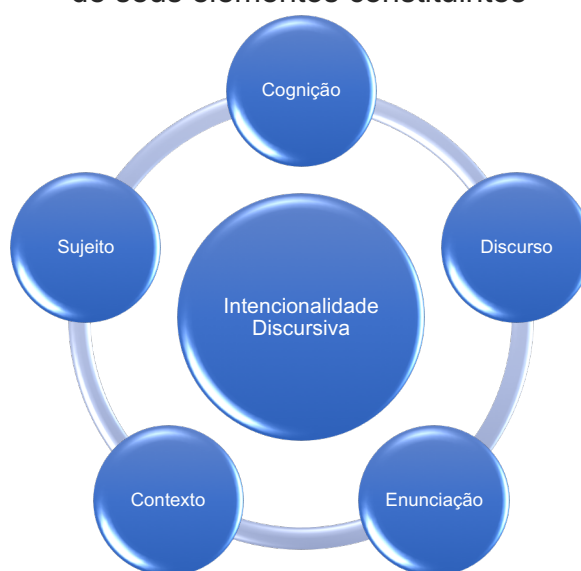
Muito preliminarmente, entende-se que a compreensão e a análise de fenômenos de linguagem que impliquem a manifestação de *intencionalidade discursiva* dependem de uma delimitação mínima dos principais conceitos que possam ser considerados como constituidores de sua natureza linguística e observáveis nos fenômenos de comunicação estudados neste trabalho. Por conta de sua natureza abstrativa, entende-se que comportamentos linguísticos em que se possa identificar a presença de intencionalidade discursiva podem ser melhor compreendidos através da observação dos elementos da comunicação que a orbitam. Nesse sentido, entende-se como procedimento fundamental para promover tal compreensão e estabelecer as delimitações linguísticas de uma intencionalidade discursiva, o esclarecimento daquilo que se compreende por *discurso*, *enunciação*, *sujeito*, *contexto* e *cognição*. Acredita-se que esse procedimento trará respaldos às análises que serão feitas, ao tempo que dará alguma consistência às conclusões que delas decorrerão.

A importância atribuída à compreensão desses conceitos está no fato de eles serem considerados propriedades (características essenciais) da natureza linguística daquilo que se entende por *Intencionalidade Discursiva*. Esta, por sua vez, apresenta-se como uma manifestação da comunicação humana que não pode ser acessada diretamente — a não ser por meio daquilo que suas propriedades são capazes de revelar a respeito de sua natureza linguístico-comunicativa. Assim, como fenômeno de comunicação inferido de manifestações linguísticas concretas, a *intencionalidade discursiva* será sempre um fenômeno de linguagem acessado por processos de inferência linguística ou de dedução lógica; revelando-se como parte essencial do núcleo significativo do ato de linguagem.

Portanto, a compreensão da natureza linguística da intencionalidade discursiva só se manifesta a partir da consideração dos elementos que a orbitam e que formam o seu *complexo conceitual*. Tais elementos constituidores da sua natureza linguística manifestam-se a partir das relações de sentido que se estabelecem entre os interlocutores do evento comunicativo em circunstâncias de uso concreto da linguagem. De modo geral, entende-se que a manifestação da presença de uma intencionalidade discursiva pode ser inferida da análise de fenômenos de

comunicação sob um recorte pragmático pelo fato de ser possível, através deste, estabelecer relação entre o sentido do enunciado e os comportamentos linguísticos dos *sujeitos* interactantes; para tanto, é preciso considerar aspectos particulares da interação *cognitiva*. Como decorrência dessa compreensão, apresenta-se, logo abaixo, uma ilustração dos elementos e da forma como eles se inter-relacionam, orbitam e constituem a compreensão daquilo que se entende por Intencionalidade Discursiva:

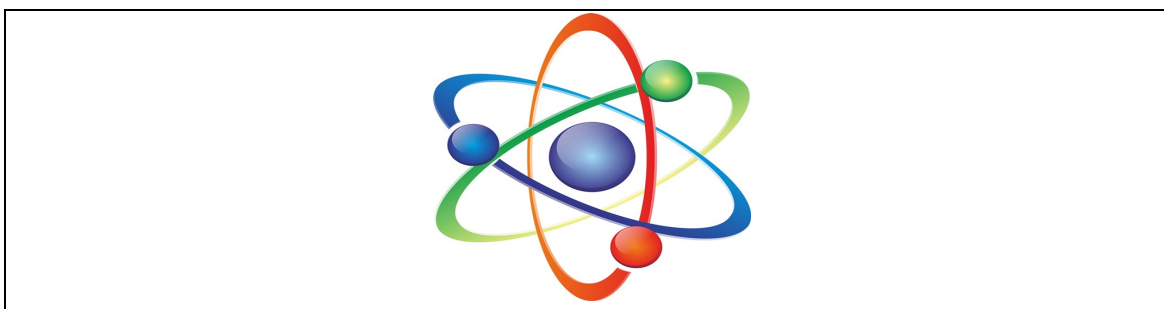
Figura 2 — Representação da natureza linguística da intencionalidade discursiva e de seus elementos constituintes



Fonte: autoria

Vale salientar que a projeção real que se faz dessas relações, infelizmente, não pode ser bem representada na ilustração acima por conta das limitações naturais de uma imagem 2D. Para se ter a real compreensão do que se quer demonstrar com esses conceitos, nessa configuração, é preciso imaginar que eles não estão necessariamente interligados bilateralmente, nem se apresentam de forma estanque (como aparece na imagem), nem obedecem a uma ordem (ou sequência) de apresentação. Na realidade, cada um desses conceitos (noções) orbita a *Intencionalidade Discursiva* (núcleo) como o fazem os elétrons de um átomo, de modo que cada um — em sua órbita —, somando-se aos outros conceitos, contribuem para a compreensão da natureza do fenômeno de linguagem que está no núcleo. O que se quer demonstrar é algo como aparece na ilustração da figura abaixo:

Figura 3 — ilustração dos constituintes da natureza da *Intencionalidade Discursiva* numa configuração atômica



Fonte: Google imagens

Das propriedades que constituem a intencionalidade discursiva, o *Discurso* é o primeiro desses conceitos que merece reflexões e algum esclarecimento sobre a maneira (ou maneiras) como é compreendido e como é tratado por algumas perspectivas teóricas. A primazia de sua abordagem justifica-se, primeiramente, por ele estar contido naquilo que se entende por ser o centro da *Intencionalidade Discursiva*. Nesse sentido, portanto, ele é a “partícula” que mergulha na direção do núcleo. Além disso, suas possibilidades de significação e de compreensão têm sido objeto de interesse — e uma *condicionante* — de muitas teorias linguísticas nas mais diversas vertentes desse campo de estudo. Para se ter uma ideia das suas muitas possibilidades de delimitação conceitual, basta consultar um dicionário específico de linguística para se constatar as muitas particularidades do termo.

No *Dicionário de linguística* de Jean Dubois et alii (1997), por exemplo, lê-se que “discurso é a linguagem em ação, a língua assumida pelo falante” (DUBOIS *et alii*, 1997, p. 192). Nesse caso, discurso coincide com a concretização das potencialidades comunicativas da linguagem manifestadas em atos comunicativos concretos e inteligíveis. Por essa razão, ainda no mesmo verbete, afirma-se, categoricamente, que “o discurso é uma unidade igual ou superior à frase; é constituído por uma sequência que forma uma mensagem com um começo, um meio e um fim” (ibidem). No entanto, ressalta-se também que, segundo concepções linguísticas modernas, a compreensão do termo discurso ultrapassa as estruturas e as relações frasais constituidoras do enunciado; dessa forma, discurso implicaria, necessariamente, outros elementos constituidores dos atos comunicativos inseridos nas dinâmicas de comunicação. Em outras palavras:

O conceito de discurso modificou radicalmente as perspectivas da linguística contemporânea: a análise do discurso renova a

problemática da lexicologia; concebendo a frase como uma unidade, reintroduzindo o sujeito da enunciação e as formações ideológicas em face do falante-ouvinte idealizado por N. Chomsky, ela leva à constatação de um estudo renovado das relações entre língua e sociedade (DUBOIS, 1997, p. 194).

Como se vê, o dicionário assinala para a compreensão de discurso segundo a abordagem da própria *Análise do Discurso*, salientando, a partir das noções de sujeito, enunciado e ideologia, o tratamento que esta aplica ao termo. Nesse sentido, reconhecem-se as reflexões sobre os aspectos multifacetados do discurso em função dos sujeitos que o assumem e das condições concretas em que se materializa. Tudo isso pode ser tomado como referência oposta às posturas que concebem o discurso como um fenômeno rígido e hermeticamente fechado e dependente das estruturas da frase e/ou do texto.

Por sua vez, Charaudeau e Maingueneau (2008), em seu *Dicionário de análise do discurso*, apresenta a noção de discurso a partir de algumas oposições. A primeira a ser explorada é a oposição entre discurso e língua. Enquanto esta é compreendida como “[...] um sistema de valores virtuais” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 168); o discurso é concebido como a língua em uso, concretamente acessada e referenciada em valores e contextos particulares. Essa é uma delimitação conceitual que está bastante associada e ancorada nas concepções de que “[...] uma linguística da língua, não seria suficiente; só uma teoria do discurso, concebido como o lugar teórico para o qual convergem componentes linguísticos e socioideológicos, poderia acolher esse projeto” (MUSSALIM, 2004, p. 105). Desse modo, a compreensão de discurso não se presta a uma apreensão direta ou indutiva, é sempre resultado de uma elaboração teórica, de um complexo conceitual, que o apresentará como resultante da composição daquilo que é linguístico com o que é — para modelos teóricos específicos — social e ideologicamente marcado.

De modo geral, nota-se que os embates teóricos, para acomodar os limites significativos do que se deve compreender por discurso, partem do que se entende por língua na direção das formas como ela se torna perceptível nos atos de linguagem. Isso leva a outra oposição: discurso e enunciado. “[...], essa distinção permite opor dois modos de apreensão das unidades transfrásticas: como unidade linguística (‘enunciado’) e como traço de um ato de comunicação sócio-historicamente determinado” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 169). Essa oposição discurso versus enunciado faz com que a compreensão e a delimitação conceitual em

torno do que venha a ser *discurso* apareçam — e precisem ser consideradas — nos sistemas de pensamento de três importantes teóricos da linguagem: Ducrot, Bakhtin/Volochinov e Benveniste.

Para viabilizar o acesso mais objetivo às principais definições sobre discurso atribuídas a eles, serão utilizadas as entradas do *Dicionário de linguística da enunciação* de Flores (2009)¹²⁴. Para Ducrot, discurso deve ser entendido como um “encadeamento argumentativo, constituído por dois segmentos relacionados por um conector” (FLORES, 2009, p. 83). Isso implica dizer que discurso está para os sentidos do que está contido nos enunciados, que, por sua vez, dependem das relações semânticas estabelecidas nos limites estruturais do próprio enunciado. Nesse sentido, para Ducrot, os problemas em torno da compreensão do que venha a ser discurso resolvem-se no âmbito da estrutura frástica.

Apesar das críticas do círculo bakhtiniano à abordagem sistêmica e/ou estruturalista, sobretudo, no que diz respeito aos estudos das manifestações escritas da língua, reconhece-se — e vale a pena acessar — as contribuições do tratamento dado pelo círculo às questões sobre a natureza da linguagem e ao efetivo uso da língua; em especial, às referenciadas a partir da obra *Marxismo e filosofia da linguagem*. Dito isso, ressalta-se que a Bakhtin/Volochinov (2004), atribui-se a definição de discurso como “a língua em sua integridade concreta e viva” (FLORES, 2009, p. 84). Segundo essa perspectiva, é impossível compreender os sentidos de um ato de linguagem, senão a partir da manifestação dos fenômenos sociais concretos que o revelam. Isso significa dizer que aquilo que determinado ato de linguagem significa depende, necessariamente, das muitas possibilidades de sentidos referenciados nos fenômenos sociais. O terceiro teórico trazido para esta comparação, Benveniste, ainda segundo Flores (2009), entende discurso como a “atualização da língua cada vez que alguém assume o lugar de eu” (FLORES, 2009, p. 84); nesse sentido, os interlocutores, quando assumem os conteúdos linguísticos, proporcionam a manifestação e a intelecção dos sentidos; portanto, do discurso, que passa a estar referenciado em quem enuncia.

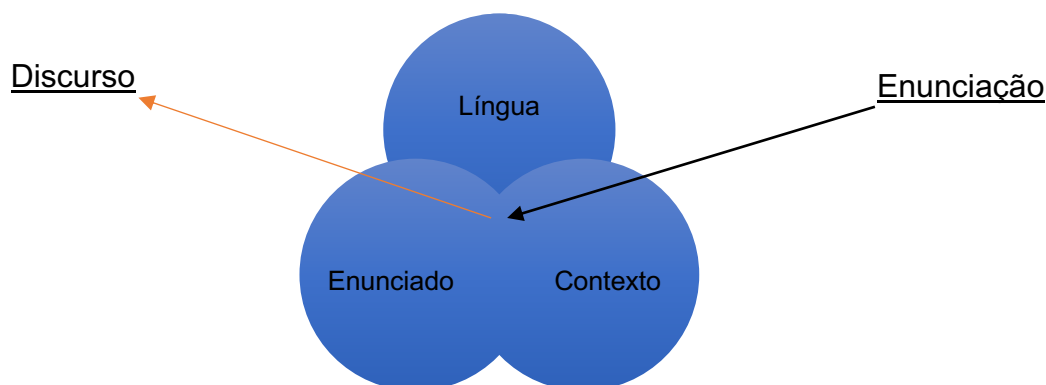
Dois outros conceitos que compõem a substancialidade daquilo que se deve

¹²⁴ É preciso esclarecer que a ordem de apresentação das perspectivas teóricas não corresponde a uma sequência cronológica de seu aparecimento, muito menos a um possível grau de importância de seus sistemas de pensamento para este trabalho, segue-se tão somente a ordem dos verbetes no dicionário citado

compreender como Intencionalidade Discursiva são os de *enunciação* e de *sujeito*. A exemplo do que ocorre com a delimitação conceitual em torno de discurso, a compreensão de enunciação é transversal a muitos sistemas e pressupostos teóricos dos estudos da linguagem. No entanto, a perspectiva da abordagem pragmática apresenta-se particularmente pertinente no que concerne à delimitação conceitual e à extensão da compreensão do termo. Assim, inserida numa prática comunicativa, a compreensão de enunciação (con)funde-se com a própria compreensão da natureza do fenômeno da linguagem vivenciada e ativada entre os interlocutores de um evento comunicativo. Nesse sentido, é pertinente e produtiva a compreensão de que “enunciação é colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82).

A enunciação constitui-se, portanto, como comportamento linguístico que permite ao discurso sair do espaço virtual para uma manifestação concreta, isto é, “é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado” (BENVENISTE, 2006, p. 82). Num evento de comunicação, *a enunciação, como atividade de uso da língua, surge na zona de intersecção formada pela própria língua, pelo enunciado e pelo contexto* — e de tudo que lhes implica (figura 4). Uma vez manifestada, a enunciação possibilita o acesso aos elementos linguísticos capazes de revelar o discurso e toda sua carga semiológica, preenchida pelos mais diversos valores sociais, culturais e ideológicos — consciente e/ou inconscientemente presentes; portanto, “o termo discurso é particularmente polissêmico” (FLORES, 2009, p. 85). É a enunciação, por conseguinte, que possibilita a passagem do discurso do virtualmente compreendido ao concretamente realizado e referenciado. A figura abaixo ilustra como se compreende as relações e o espaço de surgimento do processo enunciativo: na zona de intersecção entre **língua**, **enunciado** e **contexto**.

Figura 4 — Espaço de formação da enunciação e de manifestação do discurso



Fonte: autoria

Reconhece-se, porém, que a compreensão do que vem a ser e de como se manifestam os *processos enunciativos* em contextos de comunicação não são tão categoricamente definitivos assim. Na realidade, as possibilidades de compreensão desse processo linguístico dependem e ligam-se a vários matizes teóricos, dependendo do recorte e dos objetivos estabelecido pela abordagem que se assume no tratamento linguístico. Para Flores (2011), “tais mecanismos são de diferentes naturezas e adquirem relevância no escopo da teoria em que foram concebidos” (FLORES, 2011, p. 35). Para além das muitas e distintas formas de delimitar enunciação, satisfaz aos propósitos desta pesquisa as definições apresentadas por Benveniste (2006), para ele, a enunciação manifesta-se em atos individuais de fala; mas que estão além da simples fala. Em suas palavras, lê-se:

Antes de enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno” (BENVENISTE, 2006, p. 84).

Nesse sentido, a enunciação, em contextos concretos de comunicação, funde, de forma amalgamada, os interlocutores e a língua pelo uso. Assim, “enunciar é, nesta concepção, transformar individualmente a língua — mera virtualidade — em discurso” (FLORES, 2011, p. 37); promovendo a união substancial entre língua e discurso. Nesse arranjo, surge a necessidade de compreensão do que vem a ser o *sujeito*, segundo uma teoria da enunciação. Para Benveniste (2005), “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (BENVENISTE, 2005, p. 286). Através dos atos de linguagem, os locutores revelam-se como sujeitos

promotores de sentidos identificados em seus comportamentos linguísticos. Evidentemente, que para outras perspectivas linguísticas, sobretudo, as de orientação sociointeracionista, deve-se considerar como parte desse sistema de compreensão do sujeito da linguagem os aspectos histórico-sociais em que tal noção está inserida. É nesse sentido que se evoca Bakhtin/Volochínov (2004) para lembrar os seguintes aspectos:

Com efeito, é indispensável que o locutor e o ouvinte pertençam à mesma comunidade linguística, a uma sociedade claramente organizada. E mais, é indispensável que estes dois indivíduos estejam integrados na unicidade da situação social imediata, quer dizer, que tenham uma relação de pessoa para pessoa sobre um terreno bem definido. É apenas sobre este terreno preciso que a troca linguística se torna possível (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2004, p. 70).

A atenção para esses aspectos é importante, pois eles fundamentam a necessidade de se considerar o *contexto* (outro conceito do “modelo atômico” tomado como representativo das ideias defendidas aqui) sobre o qual atos de linguagem se manifestam e sobre o qual a subjetividade dos interlocutores estabelece-se. Essa subjetividade consiste na capacidade de os interlocutores constituírem-se como sujeitos ativos e determinativos dos processos enunciativos. É segundo essa dinâmica que o *contexto* ajuda a promover a compreensão do que se entende por *Intencionalidade Discursiva*. Nesse sentido, parece bastante satisfatória a compreensão de *contexto* como o *conjunto de circunstâncias* sobre as quais as relações de sentido, produzidas por atos de linguagem, justificam-se e, a partir das quais, podem ser interpretadas. Assim, “o contexto extralinguístico seria, então, constituído pelo ambiente material pertinente para a codificação ou a decodificação da mensagem” (CHARAUDEAU, 2014, p. 32).

Apesar do assertivo posicionamento assumido por Charaudeau (2014), sabe-se que as concepções de contexto não são tão objetivas e estáveis como parecem. A exemplo da referência feita aos conceitos de discurso, enunciação e sujeito, as definições de contexto também são várias e caracterizam-se conforme a perspectiva teórica de compreensão de língua, do papel da sociedade e da cultura nos processos de cognição. Koch (2003) afirma que “o contexto é um *frame* (Golfman, 1974) que envolve o evento sob exame e fornece recursos para sua interpretação adequada” (KOCH, 2003, p. 22). Ainda segundo a autora, nesse quadro (*frame*), em que se

encerra o contexto, justapõem-se “um evento focal e um campo de ação dentro do qual o evento se encontra inserido” (ibidem). Assumindo-se, de forma generalizante, a compreensão de *contexto* como as circunstâncias sob as quais os atos de linguagem manifestam-se, parece adequado imaginá-lo como o elemento que — no complexo conceitual — esclarece (ilumina) os sentidos e as funções de todos os outros elementos que orbitam e compõem a compreensão de uma *Intencionalidade Discursiva*. Nesse sentido, sob o contexto, encontram-se o discurso, a enunciação, os sujeitos e o processo de cognição. É nesse sentido que se diz:

Há um consenso relativo sobre o fato de que, sob a noção de contexto, se oculta a hipótese de que nenhuma análise linguística, de qualquer ordem que seja, pode ser feita sem levar em conta ou fazer intervir, em algum momento, elementos exteriores aos dados ou fatos linguísticos analisados (KOCH, 2003, p. 25).

Vê-se, por conseguinte, que o *contexto* é determinante não só para a compreensão da intencionalidade discursiva inferida do ato de linguagem, mas também para os sentidos e funções de cada um dos elementos que compõem seu complexo conceitual. Isso significa dizer que é a partir do contexto que se pode refletir sobre os sujeitos, o discurso, a enunciação e sobre o próprio processo de compreensão do ato de linguagem.

Disso surge a necessidade de refletir sobre um outro elemento do complexo conceitual constituidor da natureza linguística daquilo que se entende por intencionalidade discursiva: a *Cognição*. Longe de ser um tema pacificado entre os linguistas das mais diversas correntes teóricas, os processos de cognição tem sido objeto de formulação de muitas teorias que tentam explicar, de forma sistemática, aspectos estruturais do conhecimento humano a partir das manifestações comunicativas. Diante do que foi explorado no início deste capítulo (tópico 4.1), entende-se que a mente (compreendida, muitas vezes, a partir da fisiologia das funções cerebrais) é, de fato, o *locus efficiens* de processamento das informações cognitivas; no entanto, a constituição de sua natureza e a maneira como ela atua nos processos de cognição ainda manifestam algumas incógnitas nos estudos da linguagem.

Van Dijk (2004), a partir de pressupostos apresentados por ele mesmo a respeito dos processos de compreensão, defende que o ato de compreender implica não só processamentos exteriores como a captação das informações (dados) sociais,

“mas também a ativação e uso de informações internas e cognitivas” (VAN DIJK, 2004, p. 15). No que concerne ao objetivo desta pesquisa, em particular deste capítulo, é preciso considerar, no interior desses processos, a compreensão de fenômenos de linguagem indicativos da presença de uma *intencionalidade discursiva*, isto é, o direcionamento de sentidos linguísticos¹²⁵ pretendidos em função de uma finalidade comunicativa.

Defende-se, pois, que a presença desses elementos possibilita a *inferência do direcionamento dos sentidos de atos de linguagem concretos*. Isso significa dizer que a compreensão do evento textual deve considerar a multifacetada interação dos elementos constituidores da intencionalidade discursiva (representada no “modelo atômico” adotado, aqui, como forma ilustrativa dessa dinâmica de compreensão). Esse complexo conceitual, que identifica a diretividade do ato de linguagem, deve ser capaz de revelar, por sua vez, as situações específicas em que o evento se manifesta — e suas possíveis interpretações. Para isso, o contexto sociocultural, em que se insere o discurso, deve ser o mais amplo possível.

Assim, o processamento de discurso não se constitui em mero evento cognitivo [...]. Entretanto, partiremos primeiro do pressuposto de que, aqui, as dimensões sociais do discurso interagem com as dimensões cognitivas. Em outras palavras, o modelo cognitivo deverá dar conta do fato de que o discurso, e conseqüentemente o processo de compreensão do discurso, são processos funcionais dentro do contexto social. Chamaremos a isso de *pressuposto da funcionalidade (social)*. A primeira implicação cognitiva deste pressuposto é que os *usuários da língua* constroem uma representação não só do texto, mas também do contexto social, e que ambas representações interagem (VAN DIJK, 2004, p. 17 — grifo do autor).

Esse enquadramento do discurso e do contexto no plano da realidade social, isto é, do conhecimento partilhado pelos sujeitos interactantes, corrobora bastante com o que foi postulado no início deste tópico sobre a natureza linguística dos estados Intencionais presentes em atos de linguagem. A associação de *discurso* e *contexto* num processo de *cognição* (sob a forma de um “pressuposto da funcionalidade”) potencializa, na *enunciação*, a identificação e explicitação de uma *Intencionalidade Discursiva* que se estabelece entre os *sujeitos* envolvidos nos atos de linguagem em *contextos* de comunicação.

¹²⁵ Dizem-se sentidos linguísticos para enfatizar a consideração dos elementos constitutivos da intencionalidade discursiva: contexto, sujeitos, enunciação, discurso e cognição.

4.3A transmutação dos sinais de pontuação em marcas de pontuação discursivas

É ponto fundamental desta pesquisa demonstrar a *mudança substancial* dos sinais de pontuação em *marcas de pontuação discursivas* como sendo uma realidade linguística eficiente e produtiva. Como essa mudança acontece na própria natureza linguística do recurso, ela é denominada, aqui, de *transmutação*. Embora seja esse um termo já esclarecido (capítulo 2), é pertinente lembrar que o processo de transmutação refere-se à consideração de uma transformação substancial e nuclear, que altera a natureza do ser. Neste caso, o conceito de sinal é afetado e, por conseguinte, as propriedades que a ele se atribuem. Isso significa considerar que os sinais de pontuação, quando transmutados em marcas de pontuação discursivas, deixam de exercer funções sintáticas e/ou ortográficas no primeiro plano da expressividade textual, passando tais aspectos (sintáticos e/ou ortográficos) a ter uma função de segunda ordem. Desse modo, a aplicação da marca de pontuação discursiva passa a justificar-se primeira e prioritariamente como recurso indicativo da presença de direcionamento dos sentidos do enunciado, baseados em atos de linguagem não verbalizados e encapsulados sob a força comunicativa de tais recursos — ainda que essas marcas não percam seus acidentes (“aparências”) de sinais ortográficos de pontuação.

Entende-se que essa transmutação do recurso de pontuação não é uma simples e casual atribuição, ou substituição de suas funções sintáticas e/ou ortográficas. A observação de ocorrências em que certos recursos de pontuação passam a manifestar, no primeiro plano da expressividade, uma outra natureza linguística revela que a marcação dos segmentos textuais por tais recursos interfere nas formas de enunciação e nos efeitos discursivos que se aplicam aos sentidos gerais do enunciado. Nesse sentido, a presença de recursos de pontuação com essas propriedades linguísticas revela muito mais sobre a maneira como o escrevente intenciona dizer — e que o leitor “precisa” perceber no ato da leitura — do que sobre aspectos sintáticos e/ou ortográficos do texto; embora estes últimos aspectos não possam deixar de ser percebidos por conta dos acidentes que permanecem sob a forma gráfica de tais recursos.

Se se considerar que a expressão escrita forma um *continuum* com as modalidades, situações e comportamentos de comunicação oral, tais recursos de pontuação — numa correspondência direta com fenômenos da elocução oral — assinalam as correspondências e distinções entre aquilo que se denomina de força ilocucionária e conteúdo proposicional nos atos de fala. Isso significa dizer que uma marca de pontuação enunciativo-discursiva, que não exerce funções sintáticas e/ou ortográfica, pode assinalar uma correspondência com os atos perlocucionários da comunicação oral; tendo em vista que estes são “os efeitos produzidos por nossas sentenças em nossos alocutários” (ARMENGAUD, 2006, p. 100). Nesse caso, entende-se que esses recursos de escrita ajustam o *conteúdo proposicional* (o que se diz) à sua forma (ao como se diz), ao tempo que revelam um *estado Intencional* (o que se pretende significar); assinalando, portanto, distinções quanto à finalidade do ato de fala (aquilo que deve ser a resposta comportamental do locutor) para conteúdos proposicionais idênticos. A título de ilustração seria como dizer (ou escrever) a frase “sai da sala” com diferentes marcações enunciativas a fim de produzir uma reação específica no interlocutor (ou leitor). De modo que, dependendo da situação de comunicação, pode-se ter:

- A. “Sai da sala.”
- B. “Sai da sala!”
- C. “Sai da sala?”

Considerando-se as situações acima, para esse conteúdo proposicional, há diferentes marcações de atos perlocutórios; bem como diferentes posturas enunciativas. Neste último caso, os estudos de Dahlet (2006) parecem suficientes e precisos ao categorizar os diversos tipos de sinais segundo suas funções enunciativas em contexto monologal, ou dialogal. Com base nesses aspectos, ela afirma que “a presença do marcado remete a uma postura do escriptor quer este introduza o discurso de outrem em seu discurso quer se manifeste mediante uma *intervenção intencional* no processo de referenciação” (DAHLET, 2006, p. 165 — grifo nosso). É, pois, dessa assinalação que decorrem os fenômenos que são analisados neste trabalho: a implicação e a pressuposição de *atos de linguagem* não verbalizados, mas discursivamente assinalados por recursos de pontuação.

A abordagem trazida aqui destaca os efeitos discursivos, ou os desdobramentos provocados pela *força ilocucionária* e pelo *conteúdo proposicional* que se manifestam na aplicação assertiva e diretiva destes recursos de pontuação,

denominados de *marcas de pontuação discursivas*. Em certa medida, esse uso reflete aquilo que Dahlet (2006) aponta como uma “intervenção intencional” (ibidem). Inicialmente, a percepção desse jogo enunciativo-discursivo manifesta-se no fato de que a simples subtração ou substituição de certos recursos de pontuação, em circunstâncias específicas de uso, não interfeririam nos aspectos sintáticos e/ou ortográficos do fragmento textual. No entanto, se observará que tais recursos (subtraídos ou substituídos) serão indispensáveis para a consideração de posturas específicas de um leitor-interpretante em relação aos sentidos gerais do enunciado e aos efeitos discursivos produzidos. Portanto, com a assinalação de certos segmentos textuais por meio de marcas de pontuação discursiva, deve-se esperar um comportamento de leitura-interpretação que equivalha, em alguma medida, à intenção da marcação aplicada pelo escrevente.

Numa perspectiva pragmática, isto é, a partir da exploração dos usos e dos efeitos de sentidos que tais recursos de pontuação imprimem ao enunciado e a partir da identificação da postura discursiva do enunciador; entende-se que, ao sofrerem essa transmutação, os recursos de pontuação passam a funcionar como índices indexicais discursivos. Isso significa dizer que elas passam a assinalar (marcar) a presença triádica de uma *ocorrência*, de um *contexto* e de um *modo* (de dizer) do próprio *conteúdo proposicional*. Entende-se, portanto, que isso é bastante pertinente não apenas para a compreensão dos sentidos do enunciado, bem como para a leitura dos *estados Intencionais* do escrevente. Nesse caso, tais recursos não correspondem simplesmente a aspectos textuais; mas, sim, a aspectos da postura enunciativo-discursiva do enunciador. Quanto à natureza linguística de tais recursos e às suas funções enunciativo-discursivas, é preciso considerar a evolução de uma *dêixis discursiva* para uma “*dêixis pragmática*”¹²⁶. O uso de marcas de pontuação discursiva traduz, portanto, um processo de indexicalização do que se diz (e se faz) na dimensão daquilo que é enunciativo-discursivo, e não na dimensão do que é puramente textual.

¹²⁶ Analogamente, infere-se e recorre-se à necessidade de uma “*dêixis pragmática*” a partir dos processos de *dêixis de pessoa, de tempo, de lugar e de discurso*. Como todas essas formas de indexicalização estão presas ao texto ou ao enunciado, sente-se a necessidade de fazer referência a uma *dêixis dos atos de linguagem*. Ora, se “a *dêixis de discurso, ou de texto, diz respeito a uso de expressões num enunciado para fazer referência a alguma parte do discurso que contém esse enunciado (ou ao próprio enunciado)*” (LEVINSON, 2007, p. 105); parece plausível e aceitável uma “*dêixis pragmática*”, isto é, o uso de recursos linguísticos que faça referência ao modo como algo deve ser enunciado, que identifique, portanto, a postura enunciativo-discursiva daquele que escreve; bem como, a postura que deve ser assumida aquele que lê.

Desta forma, entende-se que, como processadores de uma indexicalização enunciativo-discursiva, essas marcas constituem-se como recursos linguísticos, que, de forma complexa e implícita, indicam como o enunciado, que as contêm, sobrepõe-se a outros atos de linguagem e processos enunciativos, encapsulando-os e codificando-os sob a forma de marcas de pontuação. Como saber, então, quando o recurso de pontuação é uma indexicalização discursivo-pragmática e não um recurso sintático ou ortográfico? Ora, quando este for sem efeito para o sistema da língua, isto é, quando não for produtivo para os aspectos sintáticos, ortográficos (morfológicos) ou estruturais do texto; mas for, flagrantemente, significativo para a interpretação dos atos de linguagem (comportamentos linguísticos) que compuserem os sentidos gerais do enunciado, revelando os direcionamentos pretendido pelo enunciador.

4.3.1 Aspectos da abordagem pragmática na aplicação de marcas de pontuação discursivas — a manifestação do *signo pragmático*

Parece bastante evidente que, como *marcas de pontuação discursiva*, esses recursos de escrita sejam portadores de uma função comunicativa muito mais produtiva do que as pressupostas funções sintáticas ou prosódicas. É neste sentido que “Ludmilla G. Védénina substitue ainsi à la fonction prosodique distinguée par Nina Catach une fonction ‘comunicative’ — on dirait aujourd’hui ‘énonciative’, en référence aux théories de l’énonciation apparues dans les années 60 [...]”¹²⁷ (SERÇA, 2012, p. 66). Como se pode ver, a compreensão da função comunicativa não é uma novidade, inclusive já se fez referência a isso neste trabalho; no entanto, parece igualmente evidente que tal força comunicativa não esteja limitada aos aspectos enunciativos — embora seja através desses aspectos que se pode perceber a natureza discursiva desses recursos.

Compreende-se também que tais recursos de pontuação não se constituem como símbolos gráficos como são os grafemas, os logogramas e os ideogramas (como pôde ser observado no capítulo 2 desta pesquisa). No entanto, como marcas de pontuação discursiva, esses recursos, considerados sob essa natureza linguística, possuem propriedades que não se encontram naqueles empregados como recursos

¹²⁷ Ludmilla G. Védénina substitui, portanto, a função prosódica, distinguida por Nina Catach, por uma função “comunicativa” - conhecida hoje como “enunciativa”, com referência às teorias da enunciação surgidas nos anos 60.

de pontuação sintática e/ou ortográfica. Resta saber de que se constituiria a carga comunicativa presente nas marcas de pontuação discursivas.

Como princípio de resposta a essa questão (já abordada ao logo deste trabalho), defende-se que a existência da carga comunicativa na aplicação de certos recursos de pontuação com propriedades discursivas manifesta-se na sua capacidade de assinalar a elipse de um ato de linguagem encapsulado por tais recursos. De modo muito particular — e metodologicamente delimitado —, entende-se que esse processo apresenta-se muito mais evidente e inteligível no uso de recursos como aspas, parênteses, travessões e colchetes¹²⁸, como nas ocorrências que foram exemplificadas acima (no tópico 4.2.2), nas quais foi possível perceber os efeitos de sentido a partir da presença, ou da ausência de tais recursos de pontuação no enunciado. Por essa capacidade de evidenciar tais fenômenos, esses são os quatro tipos de marcas de pontuação discursivas que serão analisados nas ocorrências selecionadas no *corpus* desta pesquisa.

Para além desses aspectos, vale ressaltar que a discussão/reflexão em torno da *natureza sígnica* dos recursos de pontuação poderia ser indispensável para este trabalho, se não fosse a consideração de que o problema sobre o qual ele se debruça é posterior a aceitação tácita do valor sígnico e da força comunicativa de tais recursos de escrita. Nesse sentido, entende-se, portanto, como *valor sígnico* e *força comunicativa* a capacidade que as marcas de pontuação discursivas têm de revelar a presença de um direcionamento do comportamento linguístico (ato de linguagem) do enunciador. Compreende-se, portanto, que a postura do enunciador e a diretividade do seu ato de linguagem são referenciados a partir dos seguintes aspectos: a) a relação com o interlocutor; b) o contexto de comunicação; c) a relação com o sistema linguístico; d) os sentidos gerais do enunciado. Isso significa dizer que tais recursos — quando empregados adequadamente — potencializam a compreensão e interpretação das particularidades dos atos de linguagem presentes explícita e implicitamente no enunciado assinalado por marcas de pontuação discursiva.

¹²⁸ Como já salientado, a escolha desses quatro tipos de marcas de pontuação corresponde a uma delimitação metodológica desta pesquisa. Entende-se que seria possível identificar essas mesmas propriedades no uso de outros recursos de pontuação — inclusive, dentro de uma acepção mais larga, em que se considere recurso de pontuação elementos de *layout*. No entanto, para garantir certa objetividade na seleção de ocorrências, e diminuir a amplitude dos casos analisáveis, optou-se por uma limitação dos tipos de marcas que correspondem a recursos gráficos.

Embora se assuma tacitamente o valor sígnico das marcas de pontuação discursiva, ressalta-se também que a consideração de tal valor sígnico encontra respaldo no tratamento dado ao problema pela semiótica de Peirce (1983), que é bastante pertinente, quando define, como princípio de compreensão, que signo é “algo que, para alguém, equivale a alguma coisa, sob algum aspecto ou capacidade” (PEIRCE, 1983, p. IX). Signo, portanto, como uma unidade lógico-semântica, apresenta, sob determinados aspectos e condições, aquilo que comunica essencialmente, ou seja, quando se compreende o significado de algo aponto de se perceber sua essencialidade, é porque se percebe sua natureza para além de seus acidentes e/ou extensão. Assim, “a palavra Signo será usada para denotar um objeto perceptível, ou apenas imaginável, ou mesmo inimaginável num certo sentido [...]” (PEIRCE, 2017, p. 46), mas existente de algum modo e sob alguma condição, como o  *Ser de Razão*. Nisso consiste, sob certa medida, a compreensão do valor comunicativo das marcas de pontuação discursiva, para as quais seus usos justificam-se como recursos constituidores dos sentidos e dos direcionamentos dos enunciados que se estabelecem entre os interactantes de um texto.

Essa perspectiva de compreensão da natureza sígnica das marcas de pontuação discursivas encontra lastro também naquilo que Peirce (1983) pressupôs ter diferentes acepções para aquilo que se entende por signo, superando uma forma unívoca e rígida de entendimento desta noção. Nesse sentido, “em Morris, assim como em Peirce, a semiótica não estuda um tipo de objeto particular (o signo em si, que não existe), mas objetos comuns na estrita medida em que eles participam da semiose” (ARMENGAUD, 2006, p. 42). A amplitude dos sentidos de signo presente na abordagem semiótica de Peirce (1983 e 2017) permite considerar, sob algum aspecto, as marcas de pontuação discursivas como signos capazes de assinalar (revelar), no mínimo, o modo como algo deve ser lido. Nesse sentido, seria plausível considerá-los como uma espécie de *signo pragmático*. Por essas razões, defende-se a tese de que tais recursos permitem perceber a presença de atos de linguagem que deixam de ser verbalizados, quando as marcas de pontuação discursivas passam assinalar determinados segmentos do enunciado. Essa compreensão dilatada de signo permite que certos recursos de pontuação — os apresentados, aqui, como marcas de pontuação discursiva — possam ser considerados como signo comunicativa, o que está refletido, de certa forma, na seguinte ponderação:

Os signos entram em relações diferentes segundo a dimensão considerada. Na dimensão sintática, os signos **se implicam**. Na dimensão semântica, os signos **designam e denotam**. Na dimensão pragmática, os signos **exprimem** (seus usuários) (ARMENGAUD, 2006, p. 44 — grifo da autora).

Entende-se, portanto, que os sinais de pontuação, *transmutados em marcas de pontuação discursivas*, são signos segundo essa dimensão pragmática; uma vez que são capazes de revelar determinada postura do enunciador em relação ao enunciado e em relação ao seu interlocutor — e tudo mais que constitui o evento comunicativo. No caso dos fenômenos investigados aqui, as marcas de pontuação discursivas indicam, como signo pragmático que são, o encapsulamento de atos de linguagem que estão implicados e/ou pressupostos a partir dos conteúdos proposicionais explícitos e dos estados Intencionais implícitos nos enunciados.

4.3.2 A força comunicativa das marcas de pontuação discursivas: a implicatura e a pressuposição

Considerando-se que a natureza linguística das marcas de pontuação discursiva manifesta-se como um recurso capaz de revelar comportamentos linguísticos do escrevente a partir do que este expressa explícita ou implicitamente por meio de tais recursos de pontuação, é necessário refletir sob que aspectos ou sob que condições esses recursos podem ser considerados como recursos pragmáticos presentes na expressão escrita da língua. Segundo esse pressuposto, entende-se que, como recurso de escrita, as marcas de pontuação discursiva são capazes de representar fenômenos da elocução oral específicos e especialmente relacionados com os atos de linguagem que deixam de ser verbalizados em forma de conteúdo proposicional, cujo valor discursivo, no entanto, fica assinalado pela presença *expressiva, significativa e produtiva* de tais recursos de escrita. Atentando-se para o fato, porém, de que esse princípio de funcionamento é essencialmente diferente do entendimento que se tem dos sinais de pontuação como recursos representativos da elocução oral, quer como sinalizadores de processos prosódicos, quer como marcadores de posturas rítmico-melódicas, acionados durante o processo de leitura de um texto escrito.

Como *signos pragmáticos*, as marcas de pontuação discursiva assinalam a presença de atos de linguagem que não foram verbalizados, mas que podem ser

considerados como presentes por meio de processos de *indexicalização pragmática*, que se materializa no uso de tais recursos de escrita, referenciando o modo como determinado conteúdo proposicional é dito, bem como a maneira como deve ser lido por um leitor-intepretante. Nesse caso, as marcas de pontuação discursiva assinalam, no mesmo plano linguístico, o *desengate enunciativo* (Dahlet, 2006) e o *estado Intencional* (Searle, 1995) como decorrência do encapsulamento de atos de linguagem. Isso significa reconhecer a presença de conteúdos proposicionais que não estão verbalizados, mas que podem ser objetivamente inferidos da aplicação de tais recursos. Portanto, esses atos de linguagem e seus conteúdos proposicionais correspondentes ficam implicados e/ou pressupostos no uso das marcas de pontuação discursiva. Entende-se que toda carga comunicativa contida e expressa na aplicação desses recursos de pontuação manifesta-se segundo o conhecimento linguístico do sistema de escrita partilhado pelos interlocutores do evento comunicativo.

Compreende-se — e defende-se também — que uma estratégia eficiente de demonstração de tais fenômenos linguísticos pode ser feita pelo desdobramento (reversão) desses recursos de pontuação em expressões verbais que possam equivaler àquilo que fica subentendido quando de sua aplicação no segmento textual (como ficou exemplificado no subtópico 4.2.2). Disso decorre que os atos de linguagem encapsulados pelas marcas de pontuação discursiva podem ser explicitados verbalmente, uma vez que sejam extraídos através de processos de leitura das *implicaturas* e das *pressuposições*, que tais recursos encapsulam. No entanto, é preciso considerar o fato de que, nessas ocorrências, os fenômenos de implicatura e de pressuposição manifestam-se essencialmente segundo as condições do *subentendido*, da *insinuação* e/ou da *sugestão* daquilo que pode ser, objetivamente, inferido e, cooperativamente, compartilhado pelos usuários do sistema linguístico de escrita. Ainda assim, os processos de implicatura e/ou de pressuposição, assinalados pelas marcas de pontuação discursivas, não devem ser tomados como condição de verdade ou de negação daquilo que verbalmente se manifesta no conteúdo proposicional desdobrado. Isso significa dizer que um possível juízo de valor do conteúdo proposicional encapsulado e assinalado pelos recursos de pontuação não é deduzível do processo em si.

De alguma forma e sob alguma medida, o uso de sinais de pontuação (em oposição à marca de pontuação) como um recurso que sinaliza a presença de

implicatura e pressuposição já é (re)conhecido em circunstâncias sintáticas. Isso acontece, por exemplo, nos casos em que são usadas vírgulas para salientar uma generalização ou uma redundância, quando estas intercalam uma expressão como um aposto ou uma oração subordinada adjetiva explicativa. Para além desses aspectos, esta pesquisa evidencia essa assinalação na aplicação de recursos de pontuação que não remetem a circunstâncias sintáticas, para as quais a implicatura ou a pressuposição estão preestabelecidas ou já são previamente informadas pelo conhecimento gramatical-normativo compartilhado. Um outro desafio é compreender como recursos de pontuação, que remetem a posturas discursivas, podem implicar e/ou pressupor não só a presença de enunciados não verbalizados, mas também o direcionamento dos sentidos daquilo que se enuncia.

O princípio de elucidação dessas questões encontra-se no fato de tais recursos serem considerados sem função quer para os aspectos sintáticos, quer para os aspectos ortográficos dos segmentos textuais em que eles aparecem. Isso implica o fato de que a ausência de tais recursos é capaz de provocar uma diferença significativa na percepção dos sentidos gerais do enunciado, ou seja, a simples eliminação do recurso provocaria a possibilidade de diferentes interpretações em relação à consideração do segmento com tais marcas. Considerando que aquilo que se expressa, pode se dar de forma explícita, ou implícita, a implicatura e a pressuposição remetem a comportamentos linguísticos — perceptíveis por inferência —, que, nestes fenômenos, estão potencializados pela leitura-interpretação daquilo que as marcas de pontuação discursivas indicam. É sobre essa *fenomenologia do marcado*, por exemplo, que se compreende o uso de aspas, sob as quais o ato de aspear pressupõe um enunciado não-verbalizado, mas discursivamente presente e produtivo para a compreensão dos sentidos gerais do enunciado explicitado. É segundo esta acepção que se encontra em Serça (2012) a seguinte afirmação sobre o poder comunicativo das aspas:

De même, Jacqueline Authier, qui analyse le guillemet dans le cadre de sa théorie sur la “modalisation autonymique”, *Ces mots qui vont pas de soi*, le pose explicitement un signe de langue écrite à part entière, dégageant une valeur en langue et un continuum non fini d’usages en discours¹²⁹ (SERÇA, 2012, p. 68 — grifo da autora).

¹²⁹ Da mesma forma, Jacqueline Authier, que analisa as aspas no seu quadro teórico sobre a “modalização autonímica”, [esclarece que] essas palavras que não são evidentes, representam,

Essa referência ao uso de aspas como recurso capaz de comunicar para além de aspectos ortográficos, prosódico, rítmico-melódico ou sintático ilustra de forma objetiva o poder discursivo de tal recurso de pontuação. De certa forma, na citação acima, enfatiza-se aquilo que já foi destacado neste trabalho: a capacidade dessas marcas de pontuação conterem e/ou indicarem, de modo elipsado, algo que está implicado e/ou pressuposto pela aplicação do próprio recurso. Esses são aspectos que apontam para os problemas dos sentidos literalmente expressos e os sentidos comunicados.

Da gênese dessas questões, deduz-se o problema de *inferência pragmática*, isto é, a potencialidade para se perceber aspectos do comportamento linguístico (do modo de dizer) presentes dos sentidos gerais do enunciado que não estão, necessariamente, explicitados, mas estão assinalados no enunciado na forma de recursos linguísticos. Considera-se, porém, que esta inferência pragmática é vista, aqui, como um modo de inferência discursiva, que, por sua vez, remete aos sentidos manifestados por meio de *processos de implicaturas* e de *pressuposições*, cujos fundamentos linguísticos relacionam-se aos princípios sociocomunicativos, quais sejam: a *interação* e a *cooperação* entre os sujeitos interactantes. Em relação aos *processos de implicatura*, em particular, devem-se considerar os seguintes aspectos:

Pode-se demonstrar que as fontes desta espécie de *inferência pragmática se encontram fora da organização da língua*, em alguns princípios gerais da interação cooperativa e, não obstante, *esses princípios têm um efeito visível em vários pontos da estrutura da língua*. O conceito de implicatura, portanto, parece oferecer algumas explicações funcionais e significativas dos fatos linguísticos (LEVINSON, 2007, p. 121 — grifo nosso).

Nesse sentido, pode-se deduzir que a força comunicativa dos atos de linguagem não se limita às estruturas sistêmicas da língua. Por essa razão, os contextos de comunicação, muitas vezes, contribuem com o sistema linguístico e fornecem dados para a interação comunicativa que ultrapassam os limites do que de fato é *dito* e, explicitamente, verbalizado. Nesse espaço de comunicação, as lacunas são substancialmente importantes porque apontam para a existência de atos de

explicitamente, um sinal de língua escrita por si mesmo, liberando um valor na linguagem [escrita] e um *continuum* para o qual não se encontra equivalente na fala.

linguagem presos ao próprio contexto de comunicação, que, por sua vez, são compartilhados e deduzidos pelos sujeitos envolvidos no evento comunicativo. Deve-se compreender, no entanto, que a força comunicativa dos processos de inferência por implicatura não é subjetiva e assistemática. A implicatura é, por definição, uma ausência preenchida de sentido referenciado pelo contexto de comunicação que pode reverberar em elementos concretos do sistema linguístico da língua, que, por sua vez, são reconhecidos e compartilhados pelos sujeitos interactantes.

A própria noção de implicatura indica claramente a presença de um subentendido, de uma insinuação ou sugestão de algo pertinente ao que se comunica e que remete a conhecimentos de mundo compartilhados por aqueles envolvidos no evento comunicativo. Entende-se também que processos de implicatura manifestam-se em usos específicos de recursos do sistema linguístico que dispensam a explicitação do código verbal — o que se aplica às marcas de pontuação discursiva. Isso é o que ocorre, por exemplo, nos frequentes e pertinentes casos de aplicação de elipses, de elisões, de referenciação dêitica etc. Para além de tudo isso, reconhece-se que, de modo geral, os aspectos em torno de implicaturas estão vinculados aos problemas da *pragmática conversacional*; no entanto, como se considera a contiguidade entre a expressão escrita e os fenômenos da elocução oral (*continuum* dos modos de dizer), toma-se como verdadeiro o valor de implicatura das marcas de pontuação discursivas. Isso não corresponde, porém, à verdade categórica dos conteúdos deduzíveis das implicaturas, nem legitima os aspectos formais das estruturas linguísticas. Nesse sentido é que se afirma:

A implicatura não tem vínculo nem com os valores de verdade nem com a forma linguística. *Ela não é nem lógica no sentido estrito nem linguística. É discursiva e contextual.* Reside naquilo que é “pensado” a partir, ao mesmo tempo, do que é dito e da situação que não é a do falante apenas, mas a situação comum a dois (ou vários) interlocutores (ARMENGAUD, 2006, p. 88 — grifo nosso).

Dessa forma, entende-se que os conteúdos linguísticos e os sentidos das inferências obtidos através dos processos de implicatura pertencem e, em certa medida, correspondem ao que o evento comunicativo como um todo permite reconhecer como *verdadeiro, plausível* ou *razoável*. Essa compreensão garante que não seja atribuído a processos de implicatura toda e qualquer dedução subjetiva e particular, que não encontre respaldo nas relações de sentido fundamentais do evento

comunicativo. Salienta-se, portanto, a presença do princípio de razoabilidade pelo qual se pode perceber a plausibilidade das relações de sentido inferidas das implicaturas manifestadas pela aplicação de marcas de pontuação discursiva.

Na base de todo processo de compreensão dos sentidos de um evento comunicativo, em que se consideram os subentendidos, estão também — além das implicaturas — as *pressuposições*. A exemplo da primeira, esta última também decorre de processos de inferência discursivo-textual; no entanto, a pressuposição “está mais intimamente baseada na estrutura linguística efetiva das sentenças [...]” (LEVINSON, 2007, p. 209) do que a implicatura. Segundo Levinson (2007), as pressuposições “não podem ser consideradas como semânticas no sentido estrito, porque são muito sensíveis a fatores contextuais [...]” (ibidem). Isso significa dizer que a pressuposição corresponde a um processo de inferência muito mais ligada aos contextos (endofóricos e exofóricos) do que aos aspectos semânticos. Nesse sentido, a pressuposição é um processo muito mais pertinente ao objeto, aos objetivos e ao recorte teórico-epistemológico desta pesquisa do que os processos de implicatura, mas que será igualmente considerada como parte dos pressupostos sobre os quais se sustenta a tese defendida neste trabalho.

Grosso modo, compreendida a partir das relações de causalidade e de consecutividade que se estabelecem entre os conteúdos do enunciado, a pressuposição referida, aqui, prende-se à sua concepção linguística. Isso significa dizer que “o sentido técnico de pressuposição [...] *restringe-se a certas inferências ou suposições pragmáticas* que, pelo menos, *parecem estar embutidas nas expressões linguísticas e podem ser isoladas usando testes linguísticos específicos* [...]” (LEVINSON, 2007, p. 211 — grifo nosso). É, pois, neste sentido, que funcionam as marcas de pontuação discursivas, como recursos linguísticos indicadores da presença de suposições pragmáticas, cuja pertinência das inferências extraídas de seus usos pode ser demonstrada através de processos de subtração, ou de substituição da marca de pontuação no segmento textual em que aparece. Para além desses aspectos, Armengaud (2006) afirma: “compreendemos facilmente que o fenômeno da pressuposição permite fazer entender, sem assumir a responsabilidade de comunicar intencionalmente o teor, a quantidade de conteúdos proposicionais” (ARMENGAUD, 2006, p. 86). Desta forma, portanto, a pressuposição assinala o estado intencional de um ato de linguagem sem explicitar um conteúdo proposicional, que pode, por sua

vez, materializar-se de muitas formas possíveis e compatíveis com o ato de linguagem pressuposto.

De modo geral, isso significa considerar que a pressuposição não se relaciona estritamente com o que de fato se diz, mas com as formas de dizer que podem materializar-se num determinado espectro de conteúdos proposicionais possíveis. Nesse sentido, é admissível que as pressuposições possam ser inferidas desde os sentidos das palavras que compõem os enunciados aos aspectos mais estruturais dos segmentos textuais em que aparecem. “Portanto, as pressuposições parecem estar ligadas a *palavras* específicas — ou [...] a aspectos da estrutura superficial em geral. Chamaremos tais itens linguísticos geradores de pressuposição **acionadores de pressuposição**”. (LEVINSON, 2007, p. 223 — grifo do autor). Disso, deduz-se também a pertinência das marcas de pontuação discursiva como elementos da estrutura superficial do texto, que são capazes de indicar a presença de *não-ditos* perfeitamente pressupostos e inteligíveis a partir das relações comunicativas que se estabelecem entre **escrevente, texto** (mais tudo que o implica) e **leitor-interpretante**.

O que se pressupõe a partir da utilização de marcas de pontuação discursiva encontra referência no conteúdo proposicional assinalado e nos atos de linguagem por elas encapsulados. Isso é uma decorrência da seguinte compreensão: “distinta da implicação, a pressuposição é assim definida por Stawson, em 1952: diz-se que um enunciado pressupõe outro se a verdade desse último é uma condição da verdade do primeiro” (ARMENGAUD, 2006, p. 86). Nesse caso, a percepção do enunciado pressuposto e do ato de linguagem encapsulado pelas marcas de pontuação discursivas decorre do conteúdo proposicional explicitado — e marcado por tais recursos.

É preciso salientar que a imbricada relação que se estabelece entre os processos de *implicatura* e *pressuposição* baseia-se na distinção pragmática entre dois conceitos fundamentais: *sentença* e *enunciado*, que, por sua vez, dizem respeito às particularidades do que se compreende por *sentido* e *referência*. Decorre dessa delimitação que as sentenças prendem-se aos sentidos, pois, dizem respeito aos aspectos linguísticos do segmento textual; os enunciados revelam-se a partir da verificabilidade dos conteúdos referenciados. Essas particularidades dos processos de significação, nos quais se inserem as implicaturas e as pressuposições, marcaram posicionamentos específicos entre *filósofos logicistas* como Friedrich Ludwig Gottlob Frege (*1848 - †1925), Bertrand Arthur William Russell (*1872 – †1970) e Peter

Frederick Strawson (*1919 – †2006). De suas teses e posições, aceita-se como satisfatória a síntese abaixo:

A origem de muitos problemas, argumentou Strawson, é o fato de que se deixou de distinguir o papel da sentença e dos *usos* de sentenças quando fazem, por exemplo, declarações que são verdadeiras ou falsas. Por não ter feito essa distinção, Russell foi levado a pensar que, como (8¹³⁰) é significativo e tem um significado claro, deve ser verdadeiro ou falso. Mas as *sentenças* não são verdadeiras ou falsas; apenas os *enunciados* que as declaram é que o são (LEVINSON, 2007, p. 215 — grifo do autor).

Para Strawson (apud Levinson, 2007), a verdade de uma pressuposição está presa às precondições de enunciados referenciados, que são, por sua vez, decorrentes da pressuposição deduzida. Transpondo-se essa compreensão para aplicação de marcas de pontuação discursivas, as pressuposições, que revelam os atos de linguagem encapsulados, dependem da verdade (referência) dos conteúdos proposicionais (enunciados) verbalizados. Portanto, dois grandes processos são decorrentes da aplicação de marcas de pontuação discursivas: 1) a implicação, que evidencia a ausência de interferência sintática e/ou ortográfica por parte de tais recursos nos sentidos da sentença; 2) o conteúdo proposicional pressuposto e encapsulado, que, referenciado pelo que está verbalmente expresso, revela-se pertinente e razoável em relação aos sentidos gerais do enunciado. Essas distinções e especificações se sobrepõem no curso das elaborações discursivas dos enunciados, revelando (explícita ou implicitamente) as posturas enunciativas, bem como indicando os direcionamentos discursivos que constituem os sentidos gerais dos enunciados.

¹³⁰ O número 8 faz referência ao enunciado tomado como exemplo para as demonstrações em Levinson (2007). A frase referenciada diz: “O rei da França é sábio”.

5 METODOLOGIA E COMPOSIÇÃO DO CORPUS DE PESQUISA

Neste capítulo, identifica-se a metodologia aplicada à pesquisa e descrevem-se os métodos e as estratégias utilizadas durante o processo de investigação, de coleta de dados e de análises destes. Aqui, estão dispostos também tudo aquilo que serviu para conduzir o itinerário da pesquisa desde as incipientes questões que orientaram as leituras iniciais até o alargamento da visão que permitiu a navegação por áreas das linguísticas enunciativa e pragmática com o intuito de encontrar respostas para as inquietantes perguntas propostas no início do trabalho. Antes, porém, é preciso esclarecer que o trabalho não se preocupou, inicialmente, em definir uma metodologia epistemologicamente atrelada a pressupostos de teorias linguísticas específicas. Dessa postura, decorre que a pesquisa e todo o itinerário percorrido apoiam-se — como princípio de investigação — na metodologia e nas estratégias da *Teoria fundamentada em dados*, que, antes de ser um método de pesquisa é uma postura metodológica que assim se identifica:

A teoria fundamentada em dados (*grounded theory*, em inglês) tem como característica o estudo indutivo dos fenômenos, pois são os dados que fornecem fundamentos para a geração de teoria, em vez de usar uma teoria ou mais de uma como lente(s) para a interpretação dos dados. Teorias, nesse contexto, são entendidas como explicações abstratas sobre um fenômeno (PAIVA, 2019, p. 95 — grifo da autora).

O que se assume com essa tomada de posição metodológica é que a observação dos fenômenos em questão constitui a força motriz, que impele todo o trabalho de investigação. Por outro lado, isso significa dizer que não se assume, previamente, uma postura teórica pela qual (ou para a qual) se declinam todos os fenômenos pertinentes e demonstradores das hipóteses e dos pressupostos perscrutados. Portanto, tudo que se descortina aqui é resultado de um movimento de investigação que avança dos fenômenos observados para os fundamentos teóricos possíveis de explicá-los. Os princípios dessa postura metodológica são definidos da seguinte forma:

Grounded theory involves the progressive identification and integration of *categories of meaning* from data. It is both the process of category identification and integration (as *method*) and its product (as *theory*). Grounded theory as *method* provides us with guidelines on how to identify categories, how to make links between categories and how to

establish relationships between them. Grounded theory as *theory* is the end-product of this process; it provides us with an explanatory framework with which to understand the phenomenon under investigation¹³¹ (WILLIG, 2013, p. 70).

Todo esse procedimento e processamento é o que se encontra, basicamente, no comportamento de investigação que se emprega nesta pesquisa, que, por sua vez, caracteriza-se pela construção de um arcabouço teórico que se justifica a partir da observação dos fenômenos estudados. Ressalta-se, inclusive, que a adoção dessa postura metodológica é resultante desse comportamento, tomado como princípio de investigação. Isso significa dizer que a própria “escolha” dessa metodologia de trabalho é decorrente das necessidades epistemológicas surgidas a partir da observação dos usos de sinais de pontuação em textos jornalísticos que não encontravam respaldo nas clássicas indicações gramaticais normativas.

Dessa forma, esclarece-se que esse perfil epistêmico-metodológico foi eficientemente viabilizado pela adoção de uma postura baseada na *Teoria fundamentada em dados*, pois, como salienta Tarozzi (2011) “a GT pode ser considerada ambas as coisas: seja um *olhar teórico sobre o recolhimento* e a análise de dados (‘um método geral’), e ‘*um conjunto de procedimentos*’ e de instrumentos concretos para recolher e analisar dados” (TAROZZI, 2011, p. 18 — grifo nosso). Portanto, baseando-se, inicialmente, nessa perspectiva epistêmico-metodológica, perscrutam-se as hipóteses levantadas nesta pesquisa, para a qual certos sinais de pontuação, em circunstâncias específicas de uso, transmutam-se em marcas de pontuação discursivas, assinalando a presença de um encapsulamento de atos de linguagem e de *estados Intencionais* específicos essenciais para a compreensão dos sentidos gerais do enunciado.

5.1 Identificação do tipo de pesquisa

Como já salientado anteriormente, esta pesquisa debruça-se sobre recursos de expressividade da escrita que, manifestando uma *natureza linguística* muito

¹³¹ A teoria fundamentada em dados envolve a identificação e integração progressiva de categorias de significado a partir dos dados. É tanto o processo de identificação e integração de categorias (como método) quanto seu produto (como teoria). A teoria fundamentada como método nos fornece diretrizes sobre como identificar categorias, como fazer ligações entre categorias e como estabelecer relações entre elas. A teoria fundamentada em dados como teoria é o produto final desse processo; fornece-nos um quadro explicativo com o qual podemos compreender o fenômeno sob investigação.

específica, são capazes de promover e de requerer uma leitura e uma compreensão de sentidos específicos do enunciado nos quais aparecem; implicando, sobretudo, uma concomitância do ato de ler aquilo que está verbalmente posto e aquilo que está discursivamente assinalado por tais recursos. Distinguindo-se, portanto, dois níveis de expressividade: a) a pertencente à superfície do texto; b) a referente a aspectos essencialmente discursivos. Para o primeiro nível, satisfaz a noção de *signal de pontuação*, inclusive, aqueles que manifestam funções sintáticas e discursivas concomitantemente. Para o segundo, defende-se a existência de um recurso essencialmente discursivo, sobretudo, porque não apresenta interferência nos aspectos sintáticos e/ou ortográficos do texto: marcas de pontuação discursivas.

Para buscar a compreensão desta *real distinção*¹³², este trabalho investe na definição das posturas epistêmico-metodológicas; nesse sentido, define-se como uma pesquisa de *natureza qualitativa* com bases fincadas na *Teoria fundamentada em dados* e nos procedimentos da *Análise de conteúdo linguístico*. A adoção dessas duas posturas metodológicas decorre e efetiva-se na análise do *corpus* da pesquisa; em especial, nas ocorrências que contêm as propriedades linguísticas indispensáveis para a demonstração da tese defendida. Uma vez que, como princípio de investigação, “a análise de conteúdo é um *conjunto de técnicas de análise das comunicações*” (BARDIN, 2011, p. 37 — grifo da autora), por isso se acredita que esta postura é bastante fecunda para os objetivos desta pesquisa. Para além disso, a *Análise de conteúdo* linguístico está calcada nos princípios e pressupostos da *Teoria fundamentada em dados*, cujos fundamentos são assim compreendidos:

Grounded theory researchers need an initial research question to focus their attention upon the particular phenomenon they wish to investigate [...]. The initial research question should serve to identify, but not make assumptions about, the phenomenon of interest. This is difficult, if not impossible, to achieve¹³³ (WILLIG, 2013, p. 72).

¹³² “Há distinção real, quando a negação de identidade conceptual corresponde também uma negação de identidade na coisa, quer a distinção se manifeste na experiência [...], quer a distinção só possa ser conhecida pelo pensamento como condição necessária para a possibilidade de um objeto [conceito/ideia]” (BRUGGER, 1987, p. 144).

¹³³ Os pesquisadores da Teoria fundamentada precisam de uma pergunta de pesquisa inicial para concentrar sua atenção no fenômeno específico que desejam investigar. A pergunta inicial da pesquisa deve servir para identificar, mas não fazer suposições sobre o fenômeno de interesse. Isso é difícil, senão impossível de alcançar.

Desta forma, considerando-se as contribuições de cada postura metodológica, atribui-se à *Teoria fundamentada em dados* a busca por pressupostos teóricos que possam justificar as análises feitas a partir das observações das ocorrências. Atribuindo-se, por sua vez, à *Análise de conteúdo* linguístico as delimitações, as categorizações, as codificações, as inferências e tudo que possa se manifestar como necessário para as análises e demonstrações dos pressupostos. Ressalta-se que, de modo particular, esta pesquisa enxerga na *Análise de conteúdo* linguístico a possibilidade de assegurar o alcance dos seus objetivos mais pragmáticos, uma vez que essa postura metodológica viabiliza a possibilidade de *categorização, distinções e definições* dos recursos de pontuação investigados a partir de suas propriedades essenciais. As estratégias dessa perspectiva metodológica promoverão a verificabilidade dos pressupostos assumidos nesta pesquisa. Acredita-se que isso pode se dar pelas seguintes razões:

De maneira geral, pode dizer-se que a sutileza dos métodos de análise de conteúdo corresponde aos seguintes objetivos:

— *A superação da incerteza*: o que eu julgo ver na mensagem estará lá efetivamente contido, podendo esta “visão” muito pessoal ser partilhada por outros? Por outras palavras, será a minha leitura válida e generalizável?

— E o *enriquecimento* da leitura: se um olhar imediato, espontâneo, é já fecundo, não poderá uma leitura atenta aumentar a produtividade e a pertinência? Pela descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou infirmam) o que se procura demonstrar a propósito das mensagens, ou pelo esclarecimento de elementos de significações suscetíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos de que a priori não possuíamos a compreensão (BARDIN, 2011, p. 35 — grifo da autora).

Acredita-se que a adoção dessa postura metodológica possa constituir-se numa importante via de compreensão das *funções epilinguísticas* dos recursos de pontuação estudados aqui. Entende-se também que, através destes procedimentos metodológicos, é-se capaz de revelar, com o respaldo das posturas teóricas pertinentes ao recorte aplicado à pesquisa, aspectos particulares das marcas de pontuação discursivas no momento em que elas se manifestam. Por conseguinte, tudo isso desperta o analista para os efeitos de sentido observáveis a partir dos elementos constituidores do próprio ato de linguagem, no momento e segundo as circunstâncias em que ocorrem.

Entende-se ainda que tanto a postura metodológica de *Análise de conteúdo* linguístico como a *Teoria fundamentada em dados* possibilitam ao pesquisador partir da observação dos fenômenos para o constructo teórico pertinente aos objetivos da pesquisa. Nesse sentido, “em vez de se partir da teoria e desenvolver a ideia e as questões de pesquisa, o pesquisador começa com sua experiência e dessa experiência em ação, gera a teoria” (WISKER apud PAIVA, 2019, p. 95). No caso desta pesquisa, essas posturas metodológicas satisfazem bastante a natureza do trabalho desenvolvido — até porque foi dessa forma que a investigação começou. A *Análise de conteúdo* de mensagens, perpassa, de alguma forma, as diversas manifestações de comunicação em qualquer que seja o suporte de sua transmissão. Segundo Bardin (2011), a consideração desse aspecto é importante porque isso implica duas funções epistemológicas, que asseguram o caráter científico da pesquisa; quais sejam:

— Uma função heurística: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão para a descoberta. É a análise de conteúdo “para ver o que dá”.

— Uma função de “administração da prova”. Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias, servindo de diretrizes, apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação. É a análise de conteúdo “para servir de prova” (BARDIN, 2011, p. 35).

Considerando a efetividade dessas proposições — senão em sua totalidade, ao menos, em parte —, a pesquisa apoia-se no fato de seu problema e de seu objeto de pesquisa surgirem da observação de fenômenos de escritas presentes cotidianamente na vida de todos que lidam com a expressão escrita; nisso, repousa seu aspecto heurístico. Nascem também dessa particularidade os problemas e as hipóteses de pesquisas, que surgem porque precisam superar as incertezas e as imprecisões com relação a questões que não encontram respostas em sistemas hermética e categoricamente fechados em taxonomias gramaticais; nisso, se encontra seu aspecto de “administração da prova”.

Deixou-se claro, logo nas primeiras linhas deste capítulo, que este trabalho fundamenta-se, de modo geral, nos pressupostos metodológicos da *Teoria fundamentada em dados* e na *Análise de conteúdo* linguístico. É importante frisar, no entanto, esta não-totalidade do pressuposto metodológico, uma vez que a pesquisa desenvolvida aqui, embora adote estratégias típicas dessas posturas metodológicas,

não se configura como uma pesquisa de caráter quantitativo, o que costuma caracterizar as pesquisas de *Análise de conteúdo*, como se pode ver na afirmação abaixo:

A definição de *análise de conteúdo* dada por Berelson, há cerca de vinte anos, continua sendo o ponto de partida para as explicações que todos os principiantes reclamam, a qual ele classificou do seguinte modo: “uma técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações” (BARDIN, 2011, p. 42 — grifo da autora).

Embora considere os fenômenos da modalidade escrita da língua sob diversas circunstâncias e sob diferentes dinâmicas de uso, o trabalho desenvolvido, aqui, dispensa a quantificação das ocorrências de uso de marcas de pontuação discursivas, bem como de suas categorias e tipos. Satisfaz, portanto, aos objetivos deste trabalho, o registro das ocorrências em que se verifica o fenômeno linguístico em questão, sobretudo, para submetê-lo às análises linguísticas pretendidas. Considerando esses recortes e delimitações metodológicas, esta pesquisa trabalha com enunciados, cuja formação e produção de sentidos consideram “*a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção)*, inferência esta que recorre a indicadores (*quantitativos ou não*)” (BARDIN, 2011, p. 44 — grifo da autora). Isso significa dizer que os sentidos de um enunciado estarão submetidos às condições de formulação das expressões linguísticas, marcadas (ou não) por recursos de pontuação.

Nesse caso, reportando-se ao objeto e objetivos desta pesquisa, os sinais de pontuação — *transmutando-se* em marcas discursivas — apresentar-se-ão como indicadores de sentidos e de comportamentos linguísticos só percebidos por meio de processos de inferência; a partir dos quais, serão possíveis leituras bastante específicas dos comportamentos linguísticos de quem escreve em relação à ocorrência específica em que aparece. Nesse sentido também, fica clara a não necessidade de quantificação ou de formulação de dados estatísticos sobre as ocorrências encontradas e selecionadas para compor as análises do trabalho, uma vez que cada ocorrência pode revelar, *per se*, propriedades *sui generis* do recurso aplicado.

Por essa razão, optou-se por um recorte metodológico essencialmente qualitativo, entendendo-se que este é perfeitamente aceitável para se trabalhar com os fenômenos constituintes do *corpus* desta pesquisa. Tudo isso está implicado no fato de as ocorrências selecionadas para análise serem capazes de revelar, por si só, a pertinência (ou não) do que se dirá sobre os efeitos de sentido dos recursos de pontuação nos atos de linguagem em que estão inseridos. Por essa razão, entendeu-se também que a quantificação dos dados não traria informações relevantes sobre os usos nem sobre as funções discursivas desses recursos. Essa perspectiva encontra respaldo no seguinte pressuposto:

[...] muitas pesquisas de natureza qualitativa não precisam apoiar-se na informação estatística. Isso não significa que sejam especulativas. Elas têm um tipo de objetividade e de validade conceitual, [...], que contribuem decisivamente para o desenvolvimento do pensamento científico (TRIVIÑOS, 2019, p. 118).

Ademais, como já salientado outras vezes, compreende-se que a quantificação dos dados despreveria apenas, em dados estatísticos, o volume e o número de vez em que os mesmos fenômenos ocorreriam sem destaques para variações de sua natureza linguística. Para esta pesquisa interessa, sobretudo, as diferentes categorias e/ou espécies, usos e/ou funções sob as quais esses recursos manifestam-se na organização estrutural, ou na elaboração discursiva do texto escrito.

Em função desses aspectos, a abordagem qualitativa apresenta-se satisfatória desde os momentos iniciais desta pesquisa que nasceu como consequência das observações sobre os usos mais corriqueiros desses recursos de escrita e do tratamento dado a eles em aulas de língua portuguesa. Tudo isso motivou a necessidade de extrair das próprias situações de comunicação o tema as metodologias e as estratégias de pesquisa; bem como os critérios fundamentais para a escolha do tipo de texto, para a seleção do *corpus* e para a coleta dos fragmentos a serem analisados.

Aqui, cabe explicar, por conseguinte, a escolha de textos jornalísticos para compor o *corpus*. Tal escolha justifica-se pela natureza dinâmica e plástica dessa modalidade de comunicação, que se atualiza e se faz presente diariamente na vida dos que lidam com a modalidade escrita da língua. A dinamicidade e a plasticidade dessa modalidade de comunicação exigem tanto de quem escreve como de quem lê um “acordo” (comportamento cooperativo) em torno dos usos e das funções dos

recursos da escrita, bem como um compartilhamento dos comportamentos linguísticos que — em tese — garantam-lhes a compreensão da mensagem. Isso significa dizer que qualquer coisa que seja sinalizada, ou marcada nos textos deste tipo deve estar dentro dos limites de compreensão de quem o lerá. O escrevente não deverá sinalizar, indicar ou assinalar, se correr o risco de o leitor não estar habilitado a “traduzir” suas sinalizações e/ou marcações.

Assim, consideraram-se como critérios básicos para escolha dos fragmentos a serem analisados situações que contivessem usos específicos e particulares de recursos de pontuação. Nesse sentido, os fragmentos precisariam apresentar três condições essenciais:

- 1) Ser objetivamente compreensível e manifestar relação de sentido, isto é, sem registrar qualquer aspecto que pudesse gerar incompreensão, ambiguidade ou incoerência na mensagem vinculada.
- 2) Apresentar pontuação que indicassem a presença de sentidos específicos no uso de tal recurso de escrita no enunciado — sentidos estes denunciados pela ausência de justificativas (total ou parcialmente) comumente encontradas nos manuais gramaticais¹³⁴.
- 3) Registrar, segundo as duas condições anteriores, a aplicação de, ao menos, um dos seguintes sinais: **aspas**, **parênteses**, **travessão** e **colchetes**.

Verificadas essas três condições fundamentais, o fragmento passou a ser considerado significativo e produtivo para os objetivos estabelecidos para a pesquisa, isto é, o fragmento foi considerado gramaticalmente válido, discursivo e enunciativamente produtivo. Essa postura metodológica está fundamentada nos princípios epistemológicos adotados para este trabalho, o que significa dizer que “a pesquisa qualitativa, com fundamentos fenomenológicos, primeiro coleta os dados. Estes servem para elaborar o que se denomina ‘teoria de bases’, que é um conjunto de conceitos, princípios, significados, que se elevam de baixo para cima. (TRIVIÑOS, 2019, p. 130)

¹³⁴ Uso de sinais de pontuação, ou marcas de pontuação discursivas que possa trazer qualquer tipo de prejuízo à compreensão clara do enunciado não deve ser considerado. O que se busca é a marcação de um efeito de sentido que, através do uso de recurso de pontuação, seja capaz de dizer algo muito específico e que não seria dito da mesma maneira com a ausência de tal recurso, ou com sua substituição por outro que lhe pareça equivalente.

Portanto, fica evidente que o lastro epistêmico-metodológico desta pesquisa encontra amparo na convicção de que a observação fenomenológica garante a integralidade dos dados, a inteligibilidade dos efeitos de sentido e a pertinência das análises feitas a partir daquilo que surge da interação destes dois pontos percebidos no ato de linguagem decorrente do ato de pontuação. Em relação ao que se faz, particularmente, nesta pesquisa, os fundamentos epistemológicos e os aspectos metodológicos devem ser demonstrados pelas análises do uso de marcas de pontuação discursivas e os efeitos de sentidos que se estabelecem no enunciado por meio do jogo entre o verbalmente explicitado e o implicitamente assinalado.

5.2 Constituição e organização do *corpus* de pesquisa — categorias e especificações dos recursos de pontuação

Neste tópico, apresenta-se o processo de composição e de organização do *corpus* da pesquisa. Os critérios que alicerçam todo este processo estão intimamente relacionados com os fundamentos teóricos, que embasam o seccionamento dos recursos de pontuação em *categorias* e *espécies*, *tipos* e suas respectivas *funções* segundo seus usos, essa estruturação caracteriza muito particularmente esta pesquisa. Nisso, este trabalho encontra respaldo na teoria fundamentada em dados; uma vez que, como já salientado no tópico anterior, a “Grounded theory involves the progressive identification and integration of *categories of meaning* from data¹³⁵” (WILLIG, 2013, p. 70). É preciso considerar, portanto, que esta investigação extrai essas concepções, distinções e especificações das situações de uso em que estes recursos de escrita manifestam-se; de modo particular, das ocorrências textuais estudadas aqui e que constituem o *corpus* da pesquisa. A partir daí e em decorrência da categorização proposta, a pesquisa colocou alguns recursos de pontuação numa situação textual — e comunicativa — de destaque; pois, descobriu, no uso de alguns deles, *valores comunicativos* tão importantes quanto àqueles que as expressões verbais trazem aos enunciados.

A partir de tudo que fundamenta esse entendimento e da proposta de seccionamento apresentada acima, notou-se uma lacuna nas abordagens gramaticais e de alguns estudos linguísticos no que se refere aos aspectos discursivos essencial

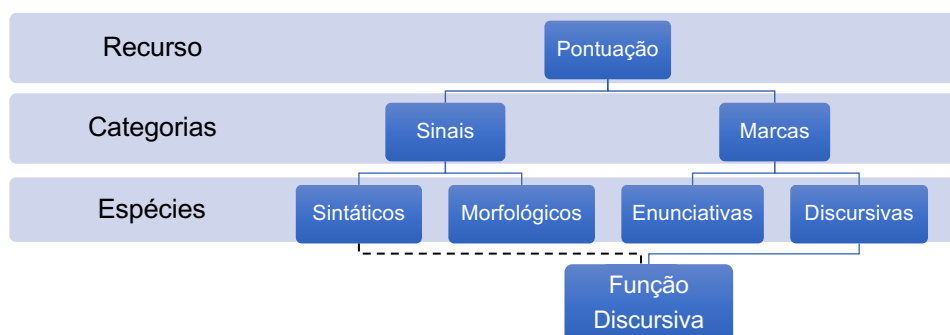
¹³⁵ A teoria fundamentada em dados envolve a identificação e integração progressiva de categorias de significado a partir dos dados.

e inerentemente presentes na aplicação desses recursos de escrita como forma de assinalar *atos de linguagem* e *estados Intencionais* encapsulados pelo próprio ato de pontuar. Embora se possa argumentar que, a princípio, o tratamento gramatical normativo não tenha a finalidade de dar conta destes aspectos, verificou-se, que, nas obras de gramáticos como Júlio Ribeiro (1886) e João Ribeiro (1923), a compreensão da *natureza comunicativa* de alguns recursos de pontuação justificava-se, incipientemente, pela presença de aspectos comunicativos que ultrapassavam os limites de seus usos morfossintáticos. No que diz respeito às abordagens linguísticas, notou-se que os recortes teórico-metodológicos adotados nos estudos consultados, em geral, tratam dos aspectos discursivos dos recursos de pontuação como uma função imbricada e dependente de suas funções sintáticas, ou enunciativas.

Essas observações fortaleceram e impulsionaram os processos de inquirição, de leitura e de levantamentos linguísticos e gramaticais sobre o assunto, lançando olhar especial sobre as ocorrências escolhidas para constituir o *corpus*. Como consequência, propõem-se, para este trabalho, concepções acerca dos recursos de pontuação capazes de reorganizá-los a partir de *valores específicos* e *distintivos*.

É nesse sentido que o diagrama abaixo (figura 5) ilustra como essa reorganização traduz e relaciona as *categorias* e as *espécies*, os *tipos* e as *funções* dos recursos de pontuação segundo seus usos. A intenção desta proposta de categorização é evidenciar como esses recursos de escrita — segundo sua natureza linguística — interligam-se em *relações significativas, distintivas e produtivas*, e como isso reflete na construção dos sentidos textuais e das intencionalidades discursivas, que caracterizam os *atos de linguagem* encapsulados pelos *atos de pontuação*.

Figura 5 — Diagrama das categorias e espécies, tipos e funções em usos distintivos dos recursos de pontuação¹³⁶



¹³⁶ A linha tracejada (-----), presente no diagrama, indica a não-essencialidade desta função em relação à espécie de sinal.

Fonte: autoria

O diagrama traduz, de forma esquemática, alguns aspectos particulares relacionados a cada *categoria* e *espécie*, a cada *tipo* e às *funções* dos recursos de pontuação representados nele. Nesse caso, têm-se duas categorias de recursos: **sinais de pontuação**, presos aos aspectos estrutural-textuais; e **marcas de pontuação**, ligadas aos aspectos enunciativo-discursivos, seguidos de suas respectivas espécies. Na primeira subdivisão, tem-se, por sua vez, as duas espécies *de sinais*: sintáticos e morfológicos (ou ortográficos), que se justificam, primeiramente, como recursos de organização da estrutura morfossintática do texto. Considera-se englobado nesse grupo os níveis apresentados por Dahlet (2006), quando diz que “a pontuação se manifesta em três níveis: *nível da palavra*, *nível da frase* e *nível do texto*” (DAHLET, 2006, p. 33 — grifo nosso).

Na segunda subdivisão, têm-se as duas espécies de *marcas de pontuação*: as enunciativas e as discursivas. No que diz respeito à categoria compreendida como marcas de pontuação enunciativas, deve-se esclarecer que estas não configuram os objetivos essenciais desta pesquisa nem aparecem como fenômeno motivador dos questionamentos que promoveram toda a investigação. De outra parte, há alguns trabalhos que dão conta de modo bastante satisfatória dos aspectos linguísticos em torno dessa categoria — inclusive, alguns destes trabalhos já foram mencionados e referenciados ao longo desta pesquisa —, quais sejam: Catach (1980 e 1996), Junkes (2002), Dahlet (2006) e Serça (2012). Quanto à função discursiva, o diagrama relaciona-a diretamente à natureza linguística dos recursos de pontuação identificados como de marcas discursivas. A demonstração de suas propriedades fica evidente pela nulidade de aspectos sintáticos, uma vez que sua presença, ou ausência não interfere na estrutura textual. Já em relação aos sinais de pontuação com função discursiva, o diagrama indica que a função é de segunda ordem, ou consecutiva, isto é, o aspecto discursivo aparece associado ao sintático; por isso a linha (no diagrama) que liga os sinais sintáticos à função discursiva apresenta-se *tracejada*.

A consideração de aspectos e valores definidores e distintivos desses recursos de escrita conduziu todo o processo de seleção e organização da coleta de dados que compõem o *corpus* desta pesquisa. Compreendido isso, é preciso esclarecer que todo o trabalho de análise que se faz aqui está condicionado a esta coleta, que, por sua

vez, precisou justificar logicamente, por exemplo, a escolha de textos jornalísticos como fonte da coleta de dados.

Nesse caso, escolheram-se os textos jornalísticos por se entender que nesses veículos de comunicação a construção textual precisa primar pela *objetividade* e *clareza*, independentemente a que gênero pertença o texto publicado. Em função disso, excluíram-se fragmentos de texto com qualquer indício de ambiguidade ou imprecisão — a não ser que se tenha verificado a intenção em produzir tal efeito comunicativo. Um outro ponto que justifica a escolha de textos jornalísticos é a fluidez (espontaneidade) com qual ele é “consumido”; entendendo-se que, por essa razão, ele precisa ser rápido e objetivamente compreendido. A princípio, essas duas razões são suficientes para justificar que o leitor desse tipo de texto não pode ser exposto a construções *rebuscadas*, *complexas* e *densas* linguisticamente falando — como acontece em textos acadêmicos, ou literários.

Se se escolhessem, por exemplo, textos de gênero acadêmico como fonte da qual se colheriam os dados, a natureza discursiva desses recursos poderia ser vista como uma especificidade de situações de comunicação que pressuporiam leitores bastante proficientes e habilidosos na compreensão de textos complexos e densos. Por essa razão, a escolha de textos jornalísticos é essencial para demonstrar os aspectos corriqueiros tanto dos sinais de pontuação com função discursiva como os das marcas de pontuação essencialmente discursivas, para as quais não se encontra outra explicação senão a marcação de uma intencionalidade discursiva, ou seja, de um *estado Intencional* nas palavras de Searle (1995)

Descritas e esclarecidas todas essas particularidades e nuances, pode-se dizer que todo o trabalho de coleta começou a partir da seleção de fragmentos de textos jornalísticos acessados nos portais de periódicos disponíveis *on-line*. A escolha dessa modalidade comunicativa (portais jornalísticos) justifica-se pela acessibilidade que ela proporciona, uma vez que está disponível a qualquer pessoa que possua um meio eletrônico (digital) com o qual possa se conectar à internet e acessar os veículos de informação. Sabe-se, no entanto, que os veículos jornalísticos de comunicação, de modo geral, são compostos por diversos gêneros textuais desde a notícia propriamente dita a entrevistas; de receitas a resenhas críticas. Diante desse universo de gêneros e tipos textuais, a pesquisa delimitou-se à utilização dos gêneros que se caracterizam como notícias, lançando olhar tanto sobre aquelas de abordagem

específica (saúde, ciência etc.) como sobre aquelas que se caracterizam como notícia geral.

Inicialmente, pensou-se em se trabalhar apenas com as “manchetes”, que intitavam essas notícias; mas durante a coleta e seleção dos fragmentos para a montagem do *corpus*, percebeu-se a importância de se levar em consideração também o que estava posto no texto integralmente. Por essa razão, ampliou-se a coleta dos fragmentos para o corpo do texto. Essa mudança de postura aconteceu também porque se observou que, ao usar apenas as manchetes, corria-se o risco de não se ter *material textual* suficiente para que fossem verificadas as decorrências lógicas e/ou os efeitos de sentidos vinculados e atribuídos ao uso dos recursos de pontuação com propriedades discursivas. Temia-se que isso pudesse acontecer, tendo em vista que as manchetes jornalísticas apresentam características bastante peculiares no que tange aos seus objetivos informacionais, isto é, tendem a ser “reticentes”, deixando clara a necessidade de os textos serem lidos integralmente.

É preciso que se diga também que os critérios de escolha dos textos e dos veículos de comunicação consultados foram aleatórios, basicamente uma consequência — e confluência — das leituras feitas pelo próprio pesquisador durante seus acessos aos veículos de informação para coleta de dados (ou não), o que reflete, um pouco, a própria gênese da pesquisa. Curiosamente, de certa forma e em certas circunstâncias, o processo de escolha dos fragmentos (e dos textos como um todo) envolveu uma análise antecipada do fenômeno identificado. Isso acontecia, porque já numa primeira leitura, era possível identificar, no fragmento, um certo afastamento das “regras” e das orientações sobre a utilização dos recursos de pontuação comumente encontradas em manuais gramaticais em geral.

Embora os fenômenos motivadores desta pesquisa estivessem sempre sob o olhar do pesquisador responsável por este trabalho, os textos selecionados para compor *corpus* foram identificados e catalogados entre janeiro de 2017 e janeiro de 2020 (durante três anos). Assim, dos muitos textos lidos e previamente selecionados, apenas um grupo de 29 (vinte e nove) textos completos compõe o *corpus* desta pesquisa — embora nem todos tenham sido, efetivamente, utilizados. O quadro abaixo traz uma identificação geral das fontes de publicação e da quantidade de textos (por veículo de comunicação) que estiveram disponíveis para as análises dos fenômenos e consequente perscrutação das hipóteses levantadas com o intuito de demonstração da tese defendida neste trabalho.

Quadro 14 — Portais e quantidade de textos selecionados

Revista	Jornal / Portal
— Época (03 ¹³⁷)	— BBC News Brasil (07)
— Exame (01)	— G1 (05)
— Superinteressante (04)	— Folha de S.Paulo (07)
— Uol/Facerj (01)	— Gazeta Web (01)

Fonte: autoria

Essa delimitação fez-se necessária, uma vez que não seria materialmente possível nem metodologicamente produtivo trazer, para este espaço físico-textual nem para este contexto, todas as ocorrências que continham os fenômenos pertinentes ao propósito da pesquisa. Além disso, notou-se que, em diferentes textos, os fenômenos repetiam-se, revelando a possibilidade de uma redução do número de textos a serem analisados, pois, algumas ocorrências eram recorrentes. Por conta disso, durante as análises, foram utilizados efetivamente 10 (dez) textos, alguns deles forneceram mais de um fragmento. Os textos efetivamente utilizados dos quais foram retirados os fragmentos analisados estão disponíveis nos anexos dessa pesquisa numa sequência de anexação que corresponde à ordem de suas utilizações nas análises.

Quanto ao processo de seleção e de armazenamento dos textos, do qual o quadro acima é sintetizador, deu-se, basicamente, da forma como será descrita a seguir. Num primeiro momento, ao se verificar que o fragmento de textos era pertinente ao propósito da pesquisa, ele era capturado no modo *print de tela*, isso para garantir o registro exato de como fora publicado no veículo virtual de comunicação. Posteriormente, durante as análises propriamente ditas, os textos foram acessados de novo e copiados integralmente dos sites através de processo de *download* no formato de PDF, passando a fazer parte do grupo final de textos selecionados e disponibilizados nos anexos.

Ressalta-se que o registro de todo este itinerário é bastante pertinente pelo que se entende da própria natureza deste trabalho e do modo como sua metodologia se apresenta, isto é, alicerçada na *Teoria fundamenta em dados e na análise de conteúdo comunicativo*. Essas duas posturas corroboram com a concepção de que numa “pesquisa qualitativa, de forma muito geral, segue-se a mesma rota ao realizar uma investigação. Isto é, existe a escolha de um assunto ou problema, uma coleta e

¹³⁷ O número indica a quantidade de textos recolhida de cada veículo.

análise das informações” (TRIVIÑOS, 2019, p. 131). Portanto, o que se faz nesta pesquisa, no tocante à seleção e à organização dos dados, encontra respaldo na compreensão de que “a pesquisa qualitativa não segue sequência tão rígida das etapas assinaladas para o desenvolvimento da pesquisa quantitativa. Pelo contrário. Por exemplo: a coleta e a análise de dados não são divisões estanques” (ibidem). Por conta desses fundamentos metodológicos e com respaldo nos princípios linguísticos adotados, entende-se que cada ocorrência em que se verificou o fenômeno pesquisado era possível a inferência de elementos reveladores de aspectos da tese a ser defendida.

Nesse sentido, entende-se que cada ocorrência selecionada para análise pode fornecer elementos para a perscrutação das hipóteses previamente assumidas durante a pesquisa e verificação da tese defendida. Entende-se também que cada ocorrência é capaz de manifestar na utilização de determinado recurso de pontuação as propriedades linguísticas que a definem como marca discursiva e que, a princípio, não encontraria justificativa plausível naquilo que se conhece como “regra de pontuação”. Pelo que se tem apurado e observado, a ausência de relações sintáticas e/ou ortográficas na aplicação de determinado recurso de pontuação é um indicativo, ao menos, da presença de uma função discursiva.

5.2.1 Especificidades, delimitações e restrições na seleção dos fragmentos constituidores do *corpus*

Na modalidade escrita da língua, há, para além dos sinais de pontuação comumente conhecidos, muitos outros recursos de assinalação da expressão escrita, sobretudo entre aqueles que se apresentam na forma impressa. Tais recursos surgem tanto como forma de organização da estrutura textual propriamente dita (barra inclinada, maiúscula contínua, asterisco etc.), como da estruturação do *layout* e/ou da formatação gráfica (negrito, itálico, sublinhado, diferentes tipos de letras, diferentes tamanhos etc.). Muito antecipadamente, deixa-se claro que os recursos típicos da formatação gráfica não serão objetos de análise deste trabalho, embora se conheçam estudos sobre esse tipo de recurso, bem como se reconheçam suas funções enunciativo-discursivas.

Dito isso, esclarece-se que os tipos de recursos de pontuação que compõem e caracterizam este *corpus* e sobre os quais se debruçarão as análises linguísticas

desta pesquisa são as **aspas**, os **parênteses**, os **travessões** e os **colchetes**. A escolha desses recursos de pontuação justifica-se por se compreender que eles remetem aos aspectos linguísticos relacionados com os problemas iniciais da pesquisa, que se manifestam na assinalação de atos de linguagem não verbalizados e encapsulados por tais recursos de escrita. No entanto, optou-se por essa restrição para evitar a consideração de uma gama de recursos extensa, o que poderia prejudicar a objetividade da seleção e da análise dos dados.

Partindo do pressuposto de que as redações jornalísticas têm, de alguma forma e sob alguma medida, seus próprios critérios de organização e formatação textual, julgou-se com grande possibilidade de variação na forma de apresentação a consideração de recursos de pontuação que não estivessem prescritos, na maioria dos manuais gramaticais, como forma de recurso de pontuação. Embora se encontre em Bechara (2003) referência à existência de sinais de pontuação em sentido largo, essa não é uma postura comum e recorrente entre os gramáticos como se pode observa no tratamento dado ao assunto no capítulo 3 deste trabalho. Para além disso, entende-se que uma ampliação da compreensão da natureza do que venha a ser recurso de pontuação promoveria uma incapacitação de execução da pesquisa. Por essas razões, nesta pesquisa, restringem-se a coleta, a seleção e a análise àqueles fenômenos eleitos e que devem ser reconhecidos como recursos de pontuação de acordo com o quadro sinótico abaixo:

Quadro 15 — Tipos de sinais de pontuação e marcas de pontuação

Recursos de Pontuação		
Sinais		Marcas
Sintáticos	Morfológicos	Enunciativo-Discursivas
<ul style="list-style-type: none"> — Ponto (.) — Vírgula (,) — Dois-pontos (:) — Ponto e vírgula (;) — P. de Interrogação (?) — P. de Exclamação (!) — Reticências (...) 	<ul style="list-style-type: none"> — Maiúscula (versal¹³⁸) — Hífen — Apóstrofo 	<ul style="list-style-type: none"> — Aspas (“”) — Parênteses () — Travessão (— —) — Colchetes []

Fonte: autoria

Para tanto, é preciso deixar claro que a divisão e organização apresentada agora é uma proposta de categorização e de tipificação dos usos e funções dos *sinais*

¹³⁸ Versal — LETRA MAIÚSCULA; diz dessa letra, de tamanho maior que a minúscula e *formato próprio* (HOUAISS, 2001, p. 2850 — grifo nosso).

e das *marcas* de pontuação que refletem concepções assumidas nas delimitações metodológicas já expostas nesta pesquisa. Nesse sentido, o quadro acima explicita os tipos de cada espécie de sinais e de marcas que estão compreendidos genericamente no diagrama acima (figura 5). No que diz respeito ao que se consideram *marcas enunciativo-discursivas* (quadro 15), destacam-se apenas os quatro tipos que estão selecionados e que serão analisados no *corpus* desta pesquisa. Reconhece-se, no entanto, que há clara referência às exclusivas funções enunciativas de alguns desses recursos em estudos como o de Catach (1994), Dahlet (2006) e Junkes (2002), bem como a existência de outros recursos com tais propriedades linguísticas que aqui não serão considerados por conta de uma necessária delimitação metodológica.

De modo geral, segundo essas autoras, é possível perceber a conjugação de aspectos morfossintáticos e ortográficos com a postura enunciativa que envolve os interactantes de um evento comunicativo; assim, se diz que “a separação [...] não se processa entre os segmentos da cadeia sintática, mas em um plano mais alto — entre os locutores ou pontos de vista presentes na situação comunicativa” (JUNKES, 2002, p. 66). Nesse sentido, ainda segundo a autora, “atualização discursiva exigiria, assim, um trabalho estratégico em que usando a língua ou ‘trapaceando’ com ela, o sujeito se põe em contato com o mundo em situações específicas” (ibidem). Entende-se, portanto, que o jogo discursivo promovido pelos recursos de pontuação permite a percepção de efeitos comunicativos que estão assinalados para além da expressão verbal registrada no enunciado, inclusive, a partir da utilização de recursos de pontuação eminentemente sintáticos.

É importante esclarecer, mais uma vez, que diferentemente do que se expõe nos trabalhos das referidas autoras; nesta pesquisa, defende-se a tese de que alguns sinais não só exercem função enunciativa, mas se *transmutam em marcas de pontuação discursiva*. Isso significa dizer que, do ponto de vista sintático e/ou ortográfico, essas marcas de pontuação são sem efeito, encontrando-se explicação para sua aplicação única e exclusivamente em sua natureza enunciativo-discursiva.

De alguma forma, o quadro acima (15) reflete a tentativa de *definir, tipificar e categorizar* os recursos de pontuação que fez com que Cegalla (2008) identificasse alguns deles — chamados aqui de enunciativo-discursivos — como *sinais semânticos*. Nessa mesma perspectiva, Azeredo (2008) categoriza as *aspas*, o *negrito* e o *itálico* como *sinais de individualização*, embora não justifique (ou explique) do que se trata

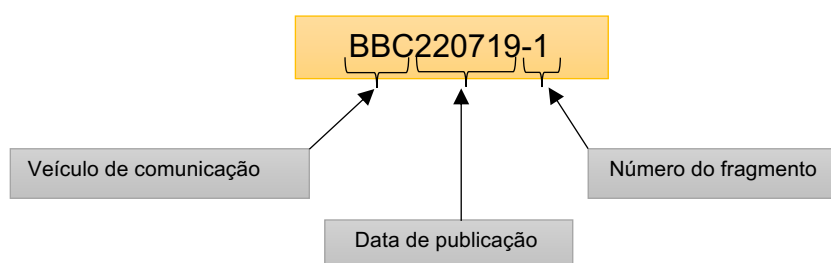
tal “individuação”. É nesse fluxo que o quadro acima representa a busca para encontrar um lugar linguístico para os recursos de pontuação que refletem a existência de valores que confirmam a compreensão “de que em toda linguagem há uma adaptação a fazer entre ‘o código e o discurso’” (JUNKES, 2002, p. 66). Não obstante, na época em que produziu sua gramática, João Ribeiro (1923), certamente sensível ao fenômeno, também identificou algumas dessas funções e/ou marcas enunciativo-discursivas; denominando-as de “sinais de clareza do manuscrito”; mas, a exemplo dos gramáticos anteriormente citados, não justificou (ou explicou) a razão de tal denominação.

Esclarecido isso, assume-se que a escolha dos fragmentos de texto que compõem o *corpus* desta pesquisa orienta-se pelos princípios identificadores e distintivos das duas categorias: sinais e marcas; bem como de suas espécies e dos diversos tipos sob os quais os recursos de pontuação são compreendidos. Tudo isso visto como decorrência de suas naturezas linguísticas, isto é, sinais de pontuação definidos como recursos morfossintáticos com possibilidade de exercerem funções enunciativo-discursivas; e as marcas de pontuação discursivas.

5.2.2 Codificação do *corpus*, critérios para as análises e tipos de ocorrências

Uma vez identificada a ocorrência do fenômeno investigado, o texto selecionado, dos quais são retirados os fragmentos para análise, recebe um código de identificação para ajudar, quando necessário, a identificá-lo e a referenciá-lo sem precisar ter que citar, repetidamente, o título, a fonte, a data etc. A partir disso, definiu-se a formação deste código com a utilização de dez dígitos, utilizando-se letras e números. A título de exemplificação, tem-se a seguinte expressão alfanumérica: BBC220719-1, que traduz as seguintes informações:

Figura 6 — Constituição do código alfanumérico de identificação dos fragmentos selecionados



Fonte: autoria

Como se vê na ilustração, esse código traduz as seguintes informações: a) as três primeiras letras identificam o veículo de comunicação do qual o texto foi retirado; no exemplo, identifica-se o site da *BBC News Brasil*; b) os seis números subsequentes identificam a data de publicação do texto; no exemplo, significa: 22/07/19); c) o número separado por hífen indica o fragmento que está sendo analisado, uma vez que o mesmo texto pode fornecer mais de um fragmento para análises. No caso de haver mais de um fragmento retirado do mesmo texto, a sequência de numeração obedecerá a ordem de aparecimento do fragmento no próprio texto-fonte. Desta forma, caso seja necessário conferir as informações contidas no fragmento analisado, bastará ler o texto-fonte. Julga-se essa disponibilização importante, uma vez que é possível haver a necessidade de verificação de alguma informação deduzível do fragmento, mas que encontra respaldo em outras partes do texto-fonte.

Como já salientado neste mesmo capítulo, o critério para escolha dos textos dos quais se extraíram os fragmentos para as análises seguiu o próprio ritmo de leitura do pesquisador responsável pela pesquisa — e, nesse sentido, a escolha dos textos foi aleatória. No entanto, a seleção dos tipos de ocorrências que se submeteriam à análise precisou ser definida. Isso se fez necessário, pois era preciso definir que tipos de marcas de pontuação discursivas, ou que tipo de ocorrência seria analisada. Com base nas observações e nas distinções estabelecidas entre as diferentes categorias de recursos de pontuação, optou-se por restringir as marcas de pontuação discursivas aos quatro tipos identificados no tópico anterior.

Para além desses aspectos e delimitações das marcas de pontuação discursivas adotadas aqui, durante a seleção dos fragmentos e uma pré-análise das ocorrências, sentiu-se a necessidade de considerar, quando necessário, as funções discursivas que determinados sinais de pontuação imprimem ao fragmento analisado como consequência de seus aspectos sintáticos. Dessa forma, durante a análise das marcas de pontuação discursivas presentes em alguns fragmentos, faz-se referência (em forma de subtópico) à função discursiva de sinais sintáticos de pontuação que se encontram no mesmo fragmento da marca justificadora da ocorrência. A presença dessa análise (quase um adendo da análise justificadora do trabalho) serve para estabelecer a distinção entre a função discursiva presente em sinais de pontuação e

aquilo que é próprio das marcas de pontuação discursiva; o que está ilustrado no diagrama dessas relações (figura 5).

Por fim, é preciso expor o procedimento de demonstração das propriedades linguísticas desses recursos de pontuação. Assim, em todas as ocorrências de marcas de pontuação discursivas selecionadas, é adotado, inicialmente, dois procedimentos de análise. Primeiro, sugerem-se reescritas do fragmento considerando-se a possibilidade de ausência e/ou de substituição da marca do texto-fonte por recursos que lhe sejam tomados como equivalentes. No segundo momento, promove-se não só uma reescrita, bem como uma reconfiguração do enunciado, na qual a marca de pontuação discursiva seja substituída por expressões verbais que revelam os atos de linguagem encapsulados pelo ato de pontuação. Como consequência, explicitam-se os conteúdos comunicativos elipsados no texto-fonte, em que foram usadas tais marcas. Com esses procedimentos, executa-se a demonstração da realidade linguística contida na aplicação das marcas de pontuação discursivas; quais sejam: o *encapsulamento dos atos de linguagem*, a *elipse de conteúdos comunicativos* e o *direcionamento de intencionalidades assinaladas* pela possibilidade de escolhas na aplicação desses recursos da expressão escrita.

6 A PESQUISA REALIZADA E AS ANÁLISES DAS OCORRÊNCIAS

O trabalho empreendido, nesta etapa da pesquisa, concentra-se na identificação e análise de fenômenos de escrita nos quais se observa o uso de recursos de pontuação com características que demonstrem a manifestação de uma natureza linguística distinta daquela em que comumente se observa neles aspectos essencialmente sintáticos e/ou morfológicos. Esta fase do trabalho consiste em demonstrar, portanto, a pertinência e a legitimidade da tese, que defende a presença de motivações linguísticas específicas para a existência de alguns recursos de pontuação, os quais, segundo as hipóteses levantadas aqui, *transmutam-se em marcas de pontuação discursivas*.

Enxergar os sinais de pontuação como um recurso de organização das estruturas textuais é uma compreensão clássica e recorrente de seu papel na modalidade escrita da língua, inclusive, discutida nos capítulos 2 e 3 deste trabalho. No caso do capítulo 2, registra-se que, já no século XVIII, gramáticos como Nicolas Beauzée (*1717 — †1789) compreendia os sinais de pontuação segundo sua finalidade de estruturação textual. Em relação a esse posicionamento de Beauzée, Catach (1994) faz a seguinte consideração:

En lisant Beauzée, on ne peut s'empêcher d'évoquer les méthodes modernes de la linguistique, qui découpent les phrases en « arbres » ou en sous-ensembles par le procédé dit du « parenthésage ». Il distingue ainsi, en bon logicien, les signes de premier, de second et de troisième ordre, subdivisions que nous avons reprises en les adaptant aux nécessités de la ponctuation moderne (c'est ce qu'il appelle la « différence des degrés de subordination¹³⁹ ») (CATACH, 1994, p. 38).

Como já reiteradas vezes tem sido lembrado aqui, para além desses aspectos estruturais, enxerga-se a existência de uma *natureza discursiva* como princípio de utilização de alguns recursos de pontuação. No caso desta pesquisa, as observações mostraram que os recursos de pontuação que apresentaram tal propriedade linguística com maior evidência, sobretudo quando se aplica a estratégia de

¹³⁹ Lendo Beauzée, não se pode evitar o reconhecimento de métodos da linguística moderna, que decompõem as frases em árvores ou em subconjuntos por procedimentos que usam parênteses. Ele distingue assim, como um lógico que é, os sinais de primeira, de segunda e de terceira ordem, subdivisão que adotamos e as adaptamos às necessidades da pontuação moderna (isso é aquilo que ele chama a “diferença de graus de subordinação”).

observação da nulidade sintática e/ou ortográfica, são as *aspas*, os *parênteses*, os *travessões*, e os *colchetes*. Nos casos observados, a presença desses recursos mostrou-se, flagrantemente, sem efeito sobre os aspectos sintáticos, ou para os quais tais aspectos manifestavam-se como um fenômeno de segunda ordem. Como decorrência dessa observação, restringiu-se a esses quatro tipos de marcas de pontuação discursivas a delimitação dos recursos a serem analisados nas ocorrências selecionadas. Por conseguinte, os fragmentos de textos que formam o *corpus* deste trabalho foram selecionados por já apresentarem particularidades no que diz respeito à necessidade de uma leitura específica do enunciado em que tais recursos aparecem.

Para tanto, todas as ocorrências identificadas como portadoras de tais fenômenos serão submetidas à análise, a fim de uma consequente comprovação e demonstração da natureza discursiva de tais marcas; considerando-se também, em algumas situações, a identificação da *função discursiva*¹⁴⁰ em sinais de pontuação. Enquanto recursos essencialmente discursivos, tais marcas de pontuação discursivas não encontram outra razão de ser, senão na necessidade de marcação de *atos de linguagem* específicos e distintivos, encapsulados por tais recursos — no que supera a simples sinalização de aspectos sintáticos e/ou ortográficos.

Não obstante, como já referenciado também, há registro de *uso de sinais de pontuação morfossintáticos com função discursiva*, nos quais o aspecto discursivo, que caracteriza e distingue a presença de atos de linguagem específicos, aparece concomitante e subordinado aos aspectos e funções sintáticas do recurso. Em relação a esse último tipo de pontuação (sinais morfossintáticos com função discursiva), como eles não fazem parte do núcleo temático deste trabalho, decidiu-se abordá-los e analisá-los à medida que eles apareçam nos fragmentos de texto cujo objetivo seja a análise das *marcas de pontuação discursivas*. Assim, otimizam-se os espaços textuais deste texto-tese.

Portanto, os tópicos de análise deste capítulo estão organizados com base nos *tipos de marcas de pontuação discursivas* definidas acima e contidas no diagrama da figura 5, que foi apresentado no capítulo destinado à discussão da metodologia da

¹⁴⁰ Conforme diagrama apresentado na figura 5, a função discursiva é inerente à *marca de pontuação discursiva*, ou seja, é a razão de ser deste tipo de recurso; diferentemente do que ocorre com os sinais de pontuação, que, quando manifestam uma função discursiva, manifestam-na sobreposta aos aspectos morfossintáticos e/ou ortográficos do texto.

pesquisa. Salienta-se, mais uma vez, que as considerações e análises das ocorrências de *sinais de pontuação com função discursiva* serão mantidas até para poder demonstrar suas similitudes e distinções pertinentes à proposta de pesquisa apresentadas aqui.

6.1 Aspas como marcas de sobreposição de atos de linguagem

A primeira ocorrência selecionada para demonstrar a natureza discursiva das aspas está presente no fragmento BBC220719-1 (abaixo). Observa-se, nessa ocorrência, o uso de dois recursos de pontuação que, flagrantemente, manifestam a presença de funções discursivas. O primeiro deles são as *aspas*¹⁴¹, que são identificadas, essencialmente, como uma *marca de pontuação discursiva*, isto é, não exerce nenhuma função na organização das estruturas sintáticas, restringindo-se a indicar a presença de uma intencionalidade discursiva inerente ao ato de linguagem encapsulado por elas mesmas.

Fragmento: BBC220719-1



O segundo recurso é a vírgula, que divide o período em duas partes: oração principal e *oração subordinada adjetiva explicativa*. Já a partir desta identificação

¹⁴¹ Neste caso específico, as *aspas simples* estão sendo utilizadas como equivalentes às *aspas duplas*. Durante o levantamento dos dados, notou-se que essa substituição é bastante comum nas manchetes jornalísticas; porém, sabe-se que o uso desse tipo de recurso é indicado apenas quando as *aspas duplas* já estão intercalando uma expressão. Durante as revisões bibliográficas, não se verificou, no entanto, nenhuma orientação gramatical ou linguística que pudesse justificar ou explicar essa opção recorrente nos textos jornalísticos em geral.

taxonômica, sabe-se que, neste caso, a vírgula não está sendo utilizada apenas por razões sintáticas, isto é, para sinalizar a relação de hipotaxe entre as orações; ela justapõe o aspecto sintático à *função discursiva* — subordinando-lhe, inclusive. Essa é uma propriedade sintático-discursiva da vírgula que, ao sinalizar a oração adjetiva explicativa, marca (assinala) a presença de um ato de linguagem específico sobreposto pela forma oracional e encapsulado pelos recursos de pontuação.

De modo geral, a aplicação dessas *aspas* e desse *tipo de vírgula* produzem efeitos de sentido que exigem do leitor habilidades e competências linguísticas capazes de “traduzirem” o que tais recursos indicam. A compreensão desses efeitos de sentidos deve ser, obviamente, compartilhada pelos interactantes (escreventes e leitores) do evento comunicativo, segundo processos pragmáticos de inferência, que se revelam por meio de *implicaturas* e de *pressuposições*, relacionados com os princípios sociocomunicativos da *interação* e da *cooperação* (cf. subtópico 4.3.1). Desta forma, os usos, as funções e os efeitos de sentido devem fazer parte de um repertório pragmático-discursivo comum tanto para quem escreve como para quem lê.

6.1.1 Aspas e a obviedade de sua natureza discursiva

Em relação às *aspas* presentes no período: *Cientistas criam primeiro ‘líquido magnético’, que pode revolucionar a medicina* (fragmento BBC220719-1), parece razoável considerar que, num primeiro momento, os leitores poderiam traduzir seu uso de acordo com as conhecidas indicações de aplicação que, em geral, identificam-nas como recurso que sinaliza uma *citação*, ou a presença de uma expressão de *sentido conotativo*. Seria bastante produtivo, se, nesse caso, tal compreensão estivesse associada à aplicação filosófica do termo conotação¹⁴²; mas, comumente, a referência é feita em relação a uma acomodação dos sentidos do termo segundo as condições de determinado contexto. Nas palavras de Cunha e Cintra (2008), por exemplo, esse tipo de recurso de pontuação deve ser usado “para fazer sobressair termos ou expressões, geralmente não peculiares à linguagem normal de quem

¹⁴² Conotação — na filosofia medieval e moderna, propriedade por meio da qual um nome designa uma série de atributos implícitos em seu significado, para além do vínculo direto e imediato que mantém com os objetos da realidade. (HOUAISS, 2001, p. 805)

escreve (estrangeirismos, arcaísmos, neologismos, vulgarismos, etc.)” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 677).

Considerando a interpretação de que a expressão intercalada entre aspas poderia indicar sentidos conotativos para os termos *líquido* e *magnético* separadamente, ainda assim, haveria algumas restrições. Contra essa possibilidade de interpretação, pode-se afirmar que não se verifica conotação alguma naquilo que se aspeia, uma vez que a expressão intercalada não assinala um afastamento do uso peculiar e mais comum de tais termos. O que se verifica, de fato, é que a expressão: *líquido magnético*, ainda que consideradas isoladamente — saliente-se que não é assim que se apresentam na formação do enunciado —, corresponde à substancialidade descrita: um “líquido magnético” (lexia complexa). Chega-se a essa constatação, depois da leitura do texto integralmente (disponível nos anexos), no qual se verifica — *ipso facto* — a referência à *substância líquida* e à *propriedade magnética*, apontando para um único signo.

Desta forma, fica claro que o uso de tal marcação não faz sobressair coisa alguma; aliás, se fosse “para fazer sobressair”, poder-se-ia utilizar outro tipo de recurso como, por exemplo, o negrito, ou o sublinhado. É justamente nesse sentido que, segundo Bechara, “às vezes, usa-se nesta aplicação o sublinhado (cada vez menos frequente no texto impresso) ou o itálico” (BECHARA, 2003, p. 613) — talvez, até mais expressivos, se a finalidade fosse “destacar” ou “salientar”.

Para além de todos esses aspectos, a leitura da notícia na íntegra é enfática quanto à produção de um *líquido* (estado da matéria) com propriedades *magnéticas* (capaz de atrair o ferro), deixando claro que não há nada de adaptável quanto ao significado do termo. Isso fica evidente quando se ler, no corpo da notícia, a seguinte afirmação: “As gotas líquidas magnéticas podem ser guiadas por meio de ímãs externos — o que permitiria ‘guiar’, do lado de fora, medicamentos dentro do corpo humano”. Outro aspecto verificado é que as *aspas* não correspondem à reprodução de uma citação (uso comumente indicado para este tipo de recurso de pontuação), isto é, ao longo do texto não se encontra nenhuma manifestação que faça referência — *ipsis litteris* — à expressão na forma como ela aparece no título.

Interessa, portanto, procurar entender, de forma objetiva e sistemática, por que razão escrever que “*Cientistas criam primeiro ‘líquido magnético’...*” (com aspas simples) é, discursivamente, diferente de escrever que “*Cientistas criam primeiro líquido magnético...*” (sem aspas simples). Na direção de um esclarecimento, Azeredo

(2008), ao tratar das regras de aplicação de aspas, faz referência, em uma de suas indicações, à possibilidade de uso desse recurso atrelado à presença de aspectos discursivos. Segundo ele, esse tipo de pontuação pode ser usado para intercalar “expressões que o enunciador decida destacar por alguma outra *razão discursiva*” (AZEREDO, 2008, p. 526 — grifo nosso). Embora faça referência à existência de uma “razão discursiva” do recurso, o gramático não indica, nem exemplifica que aspectos, propriedades, ou características teriam tal razão discursiva. No entanto, a importância deste registro consiste em salientar que, apesar de não esclarecer o que denomina de “razão discursiva”, ele enxerga a presença de uma função que ultrapassa os aspectos morfossintáticos, ortográficos ou rítmico-melódicos de sua aplicação.

Desta forma, algumas questões se levantam em função de tal presença. O que se quer dizer e/ou indicar com o aspeamento da expressão? Ora, seria tal aplicação inadequada, ou dispensável, uma vez que, efetivamente, não acrescentaria nada de significativo e/ou produtivo aos sentidos do enunciado?

Como resposta à primeira questão, pode-se solicitar aos leitores (inclusive, os deste texto-tese) que façam a leitura e exercitem a compreensão do fragmento com e sem aspas — comparando-as, por conseguinte. Sem aspas, seria possível a seguinte reconfiguração do segmento:

A. Cientistas criam primeiro líquido magnético, que pode revolucionar a medicina.

Espera-se que se perceba que a consideração do fragmento sem as aspas causaria de imediato um estranhamento, simplesmente pela falta de referência não só aos aspectos lexicológicos¹⁴³, bem como aos conceituais decorrentes da expressão: “líquido magnético”. No primeiro caso, a formação da palavra composta¹⁴⁴: *líquido magnético*, não encontrará respaldo no repertório lexicográfico do português; mas, a princípio, isso não seria um problema em si mesmo, afinal de contas os

¹⁴³ Lexicologia — “parte da linguística que estuda o vocábulo quanto ao seu significado, constituição mórfica e variações flexionais, sua classificação formal ou semântica em relação a outros vocábulos da mesma língua, ou comparados com os de outra língua, em perspectiva sincrônica ou diacrônica; lexicologia [Seu objeto é desenvolver as teorias de que os lexicógrafos lançam mão na solução de seus problemas práticos]” (HOUAISS, 2001, 1750).

¹⁴⁴ Considera-se que na expressão “líquido magnético”, há um processo de composição lexical, uma vez que as unidades morfológicas e fonológicas constituem um único vocábulo formal submetido a um processo de composição. Para Câmara Júnior (1998), não há coincidência entre vocábulo fonológico e vocábulo formal; segundo ele, “no chamado vocábulo composto ‘por justaposição’ temos a ocorrência oposta. Dois vocábulos fonológicos passam a constituir um só vocábulo formal” (CÂMARA JÚNIOR, 1998, p. 70).

substantivos pertencem ao léxico aberto, por isso estão sujeitos a constantes processos de criação e recriação. No segundo caso, o problema será em relação à percepção do *valor sígnico* da substância definida; pois, a imagem conceitual só poderia ser percebida por analogia — e isso é o que se faz no título. Em síntese, a ausência das *aspas* implicaria ter que considerar a expressão *líquido magnético* como natural e comum, factível e imediatamente inteligível; ou porque seria algo já conhecido, ou porque seria, ao menos, plausível.

Uma outra possibilidade de reconfiguração do fragmento seria a substituição de *aspas* por recursos de marcação que lhe equivalessem como itálico, negrito ou sublinhado; entende-se, porém, que os efeitos de tais recursos de assinalação seriam equivalentes àquilo que produzem as *aspas* no fragmento-fonte. Isso é que se pode notar na reescrita abaixo (B). Nesse caso, o que se diria dessa aplicação é o mesmo que se enxerga no uso das *aspas*; no entanto, esse tipo de recurso de assinalação da expressão escrita não está contemplado pelas delimitações metodológicas nem pelas estratégias de análises adotadas neste trabalho

B. Cientistas criam primeiro *líquido magnético*, que pode revolucionar a medicina.

Para além dessas possibilidades, entende-se — e defende-se — que o uso das *aspas* assinala para o leitor, como se lhe antecipasse a presença de aspectos específicos, o possível estranhamento e a não-compreensão imediata do significado, isto é, marca a falta de referências sígnicas e/ou conceituais para a expressão: *líquido magnético*. Como um verdadeiro *paracódigo*, as *aspas*, neste caso, indicam a existência de uma Intencionalidade — ou *estado Intencional*, nas palavras de Searle (1995) — não verbalizada que o leitor traduz juntamente com tudo aquilo que nelas está implicado e pressuposto. Obviamente, isso só é possível, porque autor e leitor compartilham, numa espécie de “contrato linguístico”, tudo que esses recursos podem traduzir.

Uma vez compreendido que as *aspas* utilizadas no título da matéria são um recurso de pontuação de natureza discursiva, isto é, marcam a presença de um ato de linguagem não verbalizado, resta saber o que “diz” tal recurso neste caso. Ou ainda, que ato de linguagem está compactado na forma de recurso discursivo de escrita. A potencial resposta para essas questões está contida numa das sentenças

abaixo, que são capazes de traduzir o *ato de linguagem* encapsulado pelas aspas simples, explicitando possíveis conteúdos comunicativos elipsados:

- a) Cientistas criam primeiro líquido *com propriedades* magnéticas, que pode revolucionar a medicina.
- b) Cientistas criam primeira *substância líquida com propriedades magnéticas*, que pode revolucionar a medicina.
- c) Cientistas criam primeira *substância classificável como líquido e, ao mesmo tempo, com propriedades* magnéticas, que pode revolucionar a medicina.

Espera-se que, depois de ler a matéria inteira (*ex post facto*), o leitor entenda e saiba do que se trata a nova substância; saiba também “traduzir”, mais apropriadamente, aquilo que as *aspas* encapsularam, atribuindo sentido ao uso deste recurso — ainda que não retorne ao título para fazer tal substituição.

Em relação ao questionamento levantado, quanto à possibilidade de uma inadequação do uso das aspas simples neste fragmento, parece claro que não é o caso; primeiro, porque não é contraditório às orientações gramaticais. Segundo, uma inadequação do uso não permitiria a compreensão do ato de linguagem encapsulado pelo recurso, cujos conteúdos comunicativos foram explicitados nas sugestões de reescrita e reconfiguração (a, b, c) nas sentenças acima, que, inclusive, promoveram o desencapsulamento dos atos de linguagem. Assim, admite-se que as *aspas simples*, neste caso, compactaram — encapsulando — algo que deixou de ser verbalizado, mas que se explicita ao longo da leitura do texto integral.

6.1.1.1 A vírgula com função discursiva

Como fora referido na metodologia desta pesquisa e no início deste capítulo, o fragmento BBC220719-1 apresenta ainda uma ocorrência de vírgula bastante particular e conhecida, que se caracteriza por separar a *oração subordinada adjetiva explicativa* da oração principal. Desta forma, quando o jornalista optou por escrever o período: “*Cientistas criam primeiro ‘líquido magnético’, que pode revolucionar a medicina*”, separando com vírgula as duas orações, ele não só secciona os constituintes estruturais e sintáticos do período, mas também marca a presença de uma redundância dos sentidos atribuídos à oração subordinada adjetiva explicativa.

Por isso, ao interpretar aquilo que está posto neste enunciado, o leitor deverá compreender que é da natureza dessa substância ('líquido magnético') "revolucionar a medicina". Ora, se esta invenção não significasse, naturalmente, a possibilidade de uma revolução para a medicina, a vírgula não deveria ser usada, o que indicaria uma *especificidade*, não, pois, uma *redundância*.

Se se considerar a presença da vírgula como um recurso ligado aos aspectos coesivos do período, valerá ressaltar que do ponto de vista sintático, ortográfico e estrutural o elemento coesivo já está presente: o pronome relativo "que". Além disso, esse tipo de uso de vírgula não manifesta interferência alguma na estruturação coesiva, uma vez que sua presença, ou ausência não interfere no processo de encadeamento do período. Por essa razão, entende-se que isso é uma indicação clara de que sua aplicação foi motivada por aspectos discursivos e que, portanto, é de outra ordem, isto é, satisfaz a outras finalidades distintas das morfossintáticas.

Sabe-se, porém, que a distinção entre os dois tipos de oração adjetivas (restritiva e explicativa) é comumente percebida a partir da presença, ou ausência da vírgula, que as separa da oração principal. Essa percepção imediatista leva muitos leitores e escreventes a ignorar as causas eficientes de tal distinção, que estão relacionadas aos aspectos semânticos e discursivos expressos nas relações que se estabelecem entre a oração adjetiva e àquela da qual ela é subordinada. Em relação à caracterização e especificação que distinguem os dois tipos de orações adjetivas, diz-se:

As RESTRITIVAS, como o nome indica, restringem, limitam, precisam a significação do substantivo (ou pronome) antecedente. São, por conseguinte, indispensáveis ao sentido da frase; e como se ligam ao antecedente sem pausa, dele não se separam, na escrita, por vírgula [...]

As EXPLICATIVAS acrescentam ao antecedente uma qualidade acessória, isto é, esclarecem melhor a sua significação, à semelhança de um aposto. Mas, por isso mesmo, não são indispensáveis ao sentido essencial da frase. Na fala, separam-se do antecedente por uma pausa, indicada na escrita por vírgula [...] (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 618 — grifo do autor).

Estas clássicas conceituações, caracterizações e distinções, baseadas na ausência de vírgula (adjetiva restritiva), ou na presença deste recurso de pontuação (adjetiva explicativa), não traduzem apenas uma convenção; são dotadas de intencionalidade e discursividade, que contribuem para uma eficiente compreensão

dos sentidos do enunciado e dos processos de enunciação. Parece evidente que a aplicação desses critérios traduz uma pertinente especificação discursiva na aplicabilidade de tal recurso. Por isso, quando o gramático diz que as “restritivas são indispensáveis ao sentido da frase” (ibidem), na realidade, ele evidencia o caráter e a natureza discursiva da forma oracional, salientando que, se não forem consideradas tais propriedades, um ato de linguagem necessário e um conteúdo comunicativo pertinente deixarão de ser indicados por meio de uma inferência discursivo-pragmática. O mesmo vale para a maneira como o gramático identifica a dispensabilidade da oração *subordinada adjetiva explicativa*, comparando-a com uma forma apositiva.

A única ressalva que se faz à maneira de Cunha e Cintra (2008) distinguir tais formas oracionais, diz respeito à associação do uso da vírgula à transposição de aspectos da fala para a escrita. Isso porque se entende que essa associação potencializa uma restrição no entendimento da real natureza linguística do recurso, limitando-o à compreensão (nesse tipo de ocorrência) de um sinal gráfico representativo de um fenômeno da fala, que se “transfere” (e não se transmuta) para a escrita.

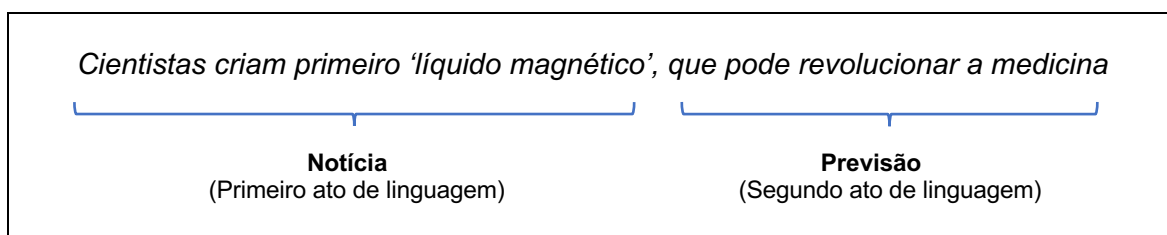
Para além desses aspectos bastante conhecidos, é preciso considerar que, ao separar as orações adjetivas explicativas, a vírgula — como *sinal de pontuação com função discursiva* — indica a presença de uma redundância, ou de uma generalização que deixa de ser verbalizada; porém materializado na forma de recurso de pontuação. Dessa forma, a vírgula poderia ser traduzida, desfazendo o encapsulamento que sinaliza, para permitir o seguinte desdobramento discursivo e possíveis leituras:

- a) Cientistas criam primeiro ‘líquido magnético’ que, *como tudo que é inovador*, pode revolucionar a medicina. (Redundância);
- b) Cientistas criam primeiro ‘líquido magnético’ que, *obviamente*, pode revolucionar a medicina. (Redundância);
- c) Cientistas criam primeiro ‘líquido magnético’, *essa descoberta significa uma revolução tecnológica, sobretudo para a medicina*. (Generalização).

Note-se que em todas as sugestões de reescrita, para evidenciar a leitura daquilo que ficou elipsado pela vírgula, registra-se a necessidade de uso sintático deste recurso de escrita. Dessa forma, diferentemente de como aparecem no texto-fonte, as vírgulas que se utilizam nas reescritas propostas têm funções sintáticas, isto

é, são *sinais de pontuação*. Isso significa dizer que seus usos — como recursos sintáticos — servem primeiro e imediatamente à organização e estruturação sintático-textual. Deixar de usá-las, poderia comprometer a compreensão dos sentidos elementares dos enunciados reescritos e reconfigurados. No caso do texto-fonte, a presença, ou a ausência da vírgula não interferiria nesse nível de compreensão (percepção); mas, sim, na leitura dos atos de linguagem encapsulados e dos *estados Intencionais* que lhe estão implicados e pressupostos. Por essa razão, ela é sinal de pontuação com função discursiva, no que se distinguem das *marcas de pontuação discursivas*, cujos aspectos sintáticos são nulos, ou de segunda ordem.

Ainda sobre a tênue linha que separa e distingue o *sinal de pontuação* (recurso morfossintático e/ou ortográfico) da *marca de pontuação* discursiva, é preciso considerar outro aspecto sobre o uso de vírgula presente no período analisado acima. Note-se que, estruturalmente, a vírgula separa dois atos de linguagem distintos, isto é, não separa apenas duas estruturas oracionais sintaticamente dependentes. É preciso ater-se ao fato (linguístico) de que a vírgula, neste caso, marca uma distinção entre dois atos de linguagem que compõem o todo enunciativo. O limite entre tais atos de linguagem e suas respectivas identificações pode ser visualizado no esquema abaixo:



Como se vê, há dois atos comunicativos distintos: a **notícia**, propriamente dita; e uma **previsão** da possível influência da substância sobre a ciência médica; assim, a vírgula, como sinal de pontuação, justifica-se porque incorpora a função de separadora das partes do período, que é formado por hipotaxe. Ora, como do ponto de vista de sua natureza discursiva, tal oração é compreendida como redundante, ou generalizante; isso significa indicar que os conteúdos comunicativos da oração subordinante e da subordinada estão contidos um no outro. Objetivamente falando, as orações precisam ser marcadas (não apenas separadas) por vírgula, pois, este recurso de pontuação, nesta situação, dispensa a necessidade de desdobramento do

enunciado que ela mesma encapsula como se demonstrou nos desencapsulamentos presentes nas reescritas e reconfigurações acima (a, b, c).

6.1.2 A natureza discursiva das aspas presentes nas *regras gramaticais* de aplicação

De volta ao recorte tomado como tema deste tópico (6.1), salienta-se que o uso de aspas, como marca de pontuação discursiva, manifesta-se também nos casos de aplicação de aspas duplas ou simples previstos nas regras gramaticais. No entanto, nesses casos, aquilo que está elipsado pela aplicação do recurso de pontuação encontra sua “tradução” na própria regra gramatical, que precede e orienta sua aplicação. Para demonstrar o que se diz agora, propõe-se a análise do enunciado presente no fragmento abaixo, que está identificado como sendo o segundo fragmento extraído do mesmo texto utilizado no subtópico anterior (6.1.1).

Fragmento: BBC220719-2

A pesquisa "abre a porta para uma nova área na ciência da matéria branda magnética", disse Russell, que é professor de ciência de polímeros e engenheiro da Universidade de Amherst, em Massachussets, nos EUA.

Nesta ocorrência, defende-se que a aplicação das aspas ocorre segundo o mesmo princípio linguístico do fragmento analisado anteriormente, isto é, como uma marca de pontuação discursiva *in se*. No entanto, diferentemente, daquilo que se viu na ocorrência anterior, o critério de uso presente em BBC220719-2 manifesta-se e acomoda-se, segundo uma “regra gramatical”, que, neste caso, assinala a presença de uma citação direta. Em Cunha e Cintra (2008), por exemplo, encontra-se a seguinte orientação: “Empregam-se [as aspas] principalmente no início e no fim de uma citação para distingui-la do resto do contexto” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 676).

Desse modo, entende-se que, nesses casos, as aspas têm sua natureza discursiva descrita pela própria regra gramatical que orienta e justifica sua utilização. Portanto, estão latentes, na descrição do uso, os princípios linguísticos que identificam aquilo que elas promovem ao intercalarem o enunciado: a *pressuposição* de atos de linguagem encapsulados e a *implicação* de conteúdos comunicativos elipsados. Por

consequente, o ato de linguagem, inerentemente presente no uso dessa marca de pontuação discursiva, é desencapsulado pelo reconhecimento da “regra gramatical de pontuação”. Em seguida, no próprio fragmento analisado (BBC220719-2), de forma *a posteriori*, esses sentidos são explicitados na forma do verbo *dicendi*¹⁴⁵, que traduz — *ipsis litteris* — o ato de linguagem.

Assim, no caso em questão, a forma verbal “disse” não só explicita aquilo que é redundante — a citação direta marcada por aspas — como também revela a natureza discursiva da oração substantiva intercalada pelas aspas; tal natureza consiste, portanto, na identificação da responsabilidade pelo que se enuncia. Desta forma, fica evidente que as aspas estão encapsulando atos de linguagem que deveriam ser necessariamente traduzidos, se a citação direta fosse colocada na forma indireta (discurso indireto, ou discurso indireto livre). É nesse sentido que Bechara (2003), categoricamente, afirma que essa possibilidade de se reportar ao discurso de outrem é também uma forma de lidar com suas *responsabilidades discursivas*. Em suas palavras, lê-se:

O português, como outras línguas, apresenta normas textuais para nos referirmos no enunciado às palavras ou pensamentos de responsabilidade do nosso interlocutor, mediante os chamados discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre (BECHARA, 2003, p. 481).

Naquilo em que consiste a marcação do discurso de outrem por meio de recurso de pontuação, fica clara a necessidade de encapsulamento de atos de linguagem que precisariam ser verbalizados, caso a marca de pontuação discursiva não se fizesse presente. Assim, até como forma de experimentação dessa implicação e pressuposição, propõe-se o *desencapsulamento* daquilo que as aspas duplas marcaram discursivamente, revelando-se, por conseguinte, aquilo que deixou de ser dito ao se utilizar tal recurso. Desse modo, a leitura dos atos de linguagem, encapsulados pelas aspas, possibilita o acesso a informações que só seriam explicitadas por meio da transposição do *discurso direto* para o *discurso indireto*, ou para o *discurso indireto livre*. Dessa forma, a eliminação das aspas, por meio da transposição dos discursos, permitiria os possíveis desdobramentos¹⁴⁶ e

¹⁴⁵ Forma verbal “que exprime o conteúdo de um ato de fala” (HOUAISS, 2001, p. 2845).

¹⁴⁶ Reescritas típicas da transposição de Discurso Direto para Discurso Indireto, ou Indireto Livre.

desencapsulamento de atos de linguagem que se explicitariam em reescritas textuais, as quais poderiam ser as seguintes:

- a) Russel, que é professor de ciência de polímeros e engenheiro da Universidade de Amherst, disse que a **pesquisa**, que aqui está sendo descrita *abrirá a porta para uma nova área na ciência da matéria magnética*. (DI)
- b) O pesquisador e professor Russell, da Universidade de Amherst, disse que a descoberta da **pesquisa** noticiada aqui *abrirá a porta para uma nova área da ciência da matéria branda magnética*. (DI)
- c) A **pesquisa** sobre uma nova substância com propriedades de líquido e de magnetismo é um fato; quanto ao que isso pode significar para a ciência, espera-se que possa *abrir a porta para uma nova área da ciência da matéria branda magnética*. (DIL)

Nas sugestões de desdobramento dos atos de linguagem encapsulados pelas aspas, evidencia-se que esse recurso de pontuação foi utilizado para marcar aquilo que é de responsabilidade e da competência do cientista que faz uma previsão de utilização da nova substância, distinguindo do ato de linguagem que é atribuído àquele que noticia. Desse modo, compreendem-se (leem-se também) dois atos de linguagem distintos no enunciado: 1) a notícia da descoberta, factual e objetiva: a pesquisa (disso não se pode duvidar); 2) a indicação do que tal pesquisa pode representar do ponto de vista pragmático: prognóstico (previsão subjetiva). Por essa razão, tanto no texto-fonte como nas propostas de reescritas desdobradas, o termo pesquisa (destacado em negrito) limita, enunciativa e discursivamente, os distintos atos de linguagem. Isso significa dizer que a *leitura das aspas* deve ultrapassar aquilo que constitui a indicação normativa, que a vincula à sinalização de uma citação direta — o que de fato ocorre. Interessa, por conseguinte, compreender quais atos de linguagem elas assinalam, quando se considera aquilo que elas intercalam e o que as margeiam; bem como para quem apontam, enquanto referenciam cada ato de linguagem específico.

Note-se que as aspas retiram da superfície do texto e encapsulam no nível da expressividade discursiva algumas possibilidades de compreensão do enunciado possível apenas quando da leitura da expressão verbal e daquilo que fora encapsulado pelas aspas. Nesse sentido, Bechara (2003) afirma que “no DISCURSO DIRETO reproduzimos ou supomos reproduzir fiel e textualmente as nossas palavras

e as do nosso interlocutor” (BECHARA, 2003, p. 481 — grifo do autor). Nisso, consiste a natureza discursivas desse recurso de pontuação; qual seja: a marcação da presença de atos de linguagem não verbalizados, assinalando direcionamentos discursivos do enunciado.

Desse modo, é razoável deduzir que, no processo de leitura-interpretação do enunciado, a força comunicativa de tal recurso precisa ser considerada não só como indicadora de um “desengate enunciativo” (DAHLET, 2006); como também indicadora da presença de “estados Intencionais” (SEARLE, 1995) e comportamentos linguísticos de quem enuncia. A título de representação dessas sobreposições, apresenta-se (abaixo) um quadro sinótico, no qual se identifica os atos de linguagem que compõem o enunciado analisado, bem como o que contém cada ato de linguagem distintivamente.

Quadro 16 — Atos de linguagem que compõem o fragmento BBC220719-2

Enunciado Completo		Responsabilidade
Atos Comunicativos	Conteúdo	Veículo Informativo
Notícia	— Apresentação da pesquisa. — Identificação da autoridade. — Condições de autoridade (instituição e país)	
Previsão	— Nova área na ciência da matéria branda (Inovações científicas).	
Intencionalidade	Informações Textuais	

Fonte: autoria

O quadro mostra como o fragmento analisado está organizado tanto do ponto de vista fraseológico¹⁴⁷ como do ponto de vista discursivo. Quanto ao primeiro aspecto, levam-se em consideração os limites significativos das unidades sintagmáticas; assim, por exemplo, tem-se uma unidade indivisível na frase:

- i. A pesquisa ‘abre a porta para uma nova área na ciência da matéria branda’.

Embora se considere que em “i” haja uma unidade fraseológica, o segmento frasal não se constitui, do ponto de vista discursivo, de uma única unidade, ou seja,

¹⁴⁷ “As unidades fraseológicas, por sua vez, seriam aquelas em que o grau de coesão é absoluto. É o que ocorre quando as palavras que constituem a expressão perdem sua significação individual e o conjunto passa a ter um novo significado” (MONTEIRO-PLANTIN, 2014, p. 37).

há, em “i”, duas instâncias assumindo diferentes informações em torno do enunciado. Assim, o que se tem é uma justaposição de duas vozes referenciando diferentes atos de linguagem que são:

- ii. a pesquisa — cuja responsabilidade enunciativa está atribuída a quem notícia.
- iii. a citação — cuja responsabilidade enunciativa é atribuída a outrem (Russell).

O quadro explicita também os atos de linguagem que compõem o *enunciado completo*, que, por sua vez, divide-se em duas partes principais: aquilo que pertence ao ato de noticiar e aquilo que faz referência ao ato de prever as aplicações da descoberta. Estes diferentes atos de linguagem aparecem identificados no quadro sinótico proposto e estão referenciados a partir daquilo que se encontra na “superfície” do texto, isto é, daquilo que está verbalizado. Assim, pode-se dizer que, nestes casos, as aspas são recursos essencialmente distintivos das diferentes naturezas discursivas dos enunciados específicos que, de forma integral e coesa, revelam a sobreposição de atos de linguagem independentes e que precisam ser reconhecidos, durante o processo de leitura, por quem acessa o conteúdo de um texto. A generalização aqui se faz necessária, uma vez que o uso de aspas duplas para marcar citações é bastante recorrente. Curiosamente, com essas características, elas ocorrem até mesmo em texto orais, nos quais os locutores verbalizam a presença do recurso e, com frequência, gesticulam com os dedos de ambas as mãos a necessidade de se considera as aspas no que está sendo dito.

6.1.3 Aspas duplas como marca da presença de “Discurso Direto Inverso”

Há situações de uso de aspas para as quais as justificativas de utilização, sobretudo as encontradas nos manuais gramaticais referenciados neste trabalho (cf. capítulo 3), não são suficientes para revelar aquilo que tal recurso ortográfico codifica como ato de linguagem. No que diz respeito à compreensão daquilo que aspas podem imprimir como recurso expressivo de escrita, as orientações de aplicação, como elas são apresentadas, não dão conta da força comunicativa que tal recurso codifica quando aplicado e percebido como marca de pontuação discursiva.

Se se considerarem apenas as indicações de uso de aspas mais comuns e, aparentemente, mais objetivas como, por exemplo, aquelas que indicam uma *citação direta*, ou uma expressão de *sentido conotativo*, ou ainda, a que indica as presenças de *estrangeirismo* ou *neologismo*; ocorrências como a que aparece no fragmento GZW221218-1 (abaixo) não poderiam ser justificadas nem como um recurso de organização textual nem como recurso de elaboração discursiva. Para além disso, então, julga-se pertinente refletir sobre o que dizem as aspas no fragmento a seguir:

Fragmento GZW221218-1

Governo “já sabe” qual será o valor do rateio do Fundeb de 2018 em Alagoas

 22 de dezembro de 2018  Edivaldo Júnior | |  22:58 |  2

A particularidade verificada nessa ocorrência de *aspas* manifesta-se no fato de que a expressão intercalada corresponde, num primeiro momento, ao que ela significa, isto é, a notícia publicada dá conta de que “o governo [de fato] ‘já sabe’ qual será o valor do rateio do Fundeb 2018 em Alagoas”. Isso significa dizer que não se tratar de uma expressão de sentido conotativo. Verifica-se também que não se trata de uma citação direta, pois, ao longo do texto, não se faz uso dessa expressão de modo *ipsis litteris*. Então, por que razão as *aspas duplas* estão intercalando a expressão? Ou ainda, como deveriam os leitores “traduzi-las” de modo que correspondesse às *intenções* pelas quais foram utilizadas pelo enunciador?

Para jogar um pouco de luz sobre essa questão, apresenta-se abaixo dois quadros sinóticos que destacam referências especiais sobre a aplicação de aspas contidas nos manuais gramaticais referenciados no capítulo 3 deste trabalho. O primeiro (quadro 17) faz referência ao que dizem os gramáticos contemporâneos sobre esses usos específicos de aspas; o segundo (quadro 18) expõe o que dizem Júlio Ribeiro (1883) e João Ribeiro (1923) sobre tais aspectos. É preciso esclarecer, no entanto, que se excetuaram dos quadros abaixo aquelas indicações de uso de aspas para as quais não se encontra nenhuma imprecisão ou que não serviriam como referência para a ocorrência em questão; considerando-se, portanto, apenas as indicações que poderiam ser utilizadas para justificar a ocorrência do fragmento GZW221218-1.

Quadro 17 — Indicação de uso de aspas em gramáticos contemporâneos

Cunha	Lima	Bechara	Cegalla	Azeredo
“Para acentuar o valor significativo de uma palavra”. (2008, p. 434)		“Ao que o Vocabulário Oficial diz a respeito das aspas, acrescentaremos que também são empregadas para dar a certa expressão sentido particular [...] para ressaltar uma expressão dentro do contexto [...]”. (2003, p. 613)	“Costuma-se aspear expressões ou conceitos que se deseja pôr em evidência” (2008, p. 434)	“Expressões que o enunciador decida destacar por alguma outra razão discursiva” (2008, p. 527)

Fonte: autoria

Com exceção de Lima (1992), em todos os outros gramáticos citados, é possível identificar, de diferentes maneiras, algum tipo de referência ao emprego de aspas para marcar sentidos específicos em relação à expressão intercalada por elas. Isso significa dizer que, à sua maneira e segundo os objetivos a que se prestam, nesses manuais gramaticais, há referências ao uso de aspas para indicar a presença de algum comportamento linguístico que escapa às indicações de aplicação mais comuns e prescritivas reproduzidas para a aplicação desse recurso. Não obstante, o que se lê sobre a utilização de aspas, seja para “ressaltar uma expressão dentro do contexto” Bechara (2003), seja para salientar uma aplicação por “razão discursiva” Azeredo (2008), não se esclarece nem sua natureza linguística nem os aspectos que serviriam de orientação pragmática para sua aplicação objetiva no que se refere à ocorrência presente no fragmento GZW221218-1.

Além desses gramáticos retomados acima, os dois outros estudados no capítulo 3 também fazem referência às aspas como recurso de pontuação. Como já salientado, julga-se particularmente importante a retomada da forma como *sui generis* Júlio Ribeiro (1883) e João Ribeiro (1923) enxergam, identificam e caracterizam os recursos de pontuação. Em suas gramáticas, encontra-se, (cada um ao seu modo) a compreensão de aspectos expressivos de alguns recursos de pontuação, apresentados quase como um subsistema da escrita — embora, explicitamente, eles não os tratem assim.

De modo geral, esses dois gramáticos manifestam um entendimento da natureza de alguns recursos de pontuação, entre eles as aspas, muito próximo às concepções linguísticas modernas. A maneira de eles compreenderem — sobretudo a de João Ribeiro (1923) — o lugar das aspas no sistema de pontuação é significativamente diferente da maneira como o fazem os gramáticos supracitados (quadro 17). Para efeito de comparação e distinção, é possível observar, sinteticamente, como Júlio Ribeiro (1883) e João Ribeiro (1923) posicionam as aspas dentro do sistema de pontuação concebido por eles:

Quadro 18 — Compreensão da aplicação de aspas em Júlio Ribeiro (1883) e João Ribeiro (1923)

Júlio Ribeiro (1883)		João Ribeiro (1923)		
Notações Gráficas	Notações Peculiares	Sinais de Divisão do Discurso	Sinais de Comoção ou D'alma	Sinais de clareza do manuscrito
<i>Aspas</i>		Outros sinais		<i>Aspas</i>

Fonte: autoria

Antes de mais nada, observe-se (em amarelo) a forma como os gramáticos enquadram as aspas enquanto *recurso de escrita*. Diferentemente dos gramáticos mais contemporâneos citados aqui, João Ribeiro (1923), de modo especial, consegue salientiar e associar a natureza das aspas a aspectos “linguísticos” que ultrapassam as típicas — quiçá prototípicas — funções atribuídas aos recursos de pontuação, quais sejam: a *organização das estruturas textuais* e a *transposição de recursos da fala para a escrita*.

Em relação a Júlio Ribeiro (1883), no que tange ao uso de aspas como marca de pontuação que ultrapassa as clássicas indicações normativas, ele não se apresenta tão produtivo quanto João Ribeiro (1923); inclusive, porque, quando indica a utilização de aspas, restringe-se a apresentá-las como sinalização para processos de citação. Em suas palavras, “aspas são signaes que se põem no começo e no fim de uma citação [...]” (RIBEIRO, 1883, p. 320). No entanto, sua percepção da natureza “linguística” dos recursos de pontuação — como *subsistema* da escrita — é particularmente interessante, uma vez que ele enxerga a importância das “notações gráficas” na composição dos sentidos da sentença. Sua compreensão explicita-se por meio da seguinte comparação:

A pontuação é para a syntaxe o que a accentuação é para a lexeologia: a accentuação faz distinguir a significação das palavras

isoladas; a pontuação discrimina o sentido dos membros, clausulas e sentenças do discurso. Os accentos são, pois, signaes lexeologicos: as notações da pontuação, signaes syntacticos¹⁴⁸ (RIBEIRO, 1883, p. 316).

Para ele, a pontuação justifica-se como recurso sintático, mas que ultrapassa seus aspectos estruturantes em função de evidenciar as relações de sentido que se estabelecem entre as partes de um segmento frasal. Nesse sentido, afirma que a pontuação tem por finalidade “mostrar do modo mais claro as relações [lógico-semânticas] que existem entre essas partes” (ibidem). Posteriormente, João Ribeiro (1923), por sua vez, identifica as aspas como um tipo de sinal *categoricamente* diferente daqueles que servem para organizar o texto — ou o discurso, nas palavras dele. Assim, atribui-lhe a função de “clareza do manuscrito”, compreensivelmente, ele não justifica ou explica o que quer dizer com tal atribuição, mas importa saber que este recurso de pontuação tem a compreensão de suas funções relacionada com algo que está além do que é meramente estrutural ou sintático.

Todas essas considerações sobre aspectos específicos e essenciais do uso de aspas apresentados até aqui servem para mostrar que há indícios de um reconhecimento da natureza discursiva desse recurso de pontuação que se sobrepõe e justifica a própria existência das “regras de pontuação”. Por essa razão, defende-se, aqui, que tais aspectos se justapõem, inclusive, às orientações de usos desses recursos expressos em forma de regras de pontuação.

Aplicando-se esses pressupostos no caso selecionado para este subtópico da análise (a ocorrência do fragmento GZW221218-1), infere-se que o sentido da expressão “já sabe” só poderá ser amplamente compreendido, se se considerar que as aspas não estão atuando apenas sobre os aspectos semânticos ou lexicológicos da expressão — indicando uma flutuação dos sentidos —, mas também sobre o comportamento de quem enuncia. Nesse caso, as aspas indicam a presença de atos de linguagem encapsulados, que só poderão ser compreendidos se elas forem adequadamente traduzidas, desencapsulando os atos de linguagem e descompactando o conteúdo comunicativo que ficou elipsado.

Por sua vez, a leitura do texto da notícia na íntegra corrobora aquilo que se tem defendido ao longo desta tese, pois mostra que a expressão “já sabe” revela que os órgãos competentes já fizeram cálculos e preveem — ou seja, “já sabem” — valores

¹⁴⁸ *Sic era scriptum* — “como estava escrito”, ou “assim estava escrito”.

bastante aproximados daqueles que já se esperam. Aliás, considerando-se os aspectos contextuais em que está notícia se insere, sabe-se que esta é uma situação que tem se repetido todos os anos no estado de Alagoas. No final do ano letivo e financeiro/administrativo, o governo do Estado anuncia o valor (em dinheiro) das sobras do FUNDEB, que é rateado com os professores da rede pública de educação; logo, é uma situação prevista e conhecida. Isso, inclusive, é o que se deduz da leitura do fragmento abaixo:

Fragmento GZW221218-2

De acordo com cálculos das secretarias de Planejamento e Gestão e da Educação, como houve crescimento no repasse do Fundeb este ano para Alagoas, a expectativa é que o valor do rateio chegue ao equivalente a uma folha. Na prática é como se o professor recebesse mais um salário. Depois explico melhor esses números.

O fragmento acima reflete um pouco do que se vê na leitura do texto integralmente, isto é, ao longo do texto, explicitam-se informações que encontram eco nos atos de linguagem encapsulados pelas aspas que intercalam a expressão “já sabe”. A identificação desses comportamentos linguísticos está relacionada com duas razões que precisam ser levadas em conta para a demonstração de que o uso de aspas duplas na expressão “já sabe” aponta para um comportamento linguístico que encapsula um ato de linguagem específico que não é verbalizado, mas é assumido e marcado por quem noticia.

A primeira dessas duas razões é a exclusão dos motivos que poderiam atrelar, de modo geral e generalizante, esta ocorrência às regras gramaticais de aplicação de aspas, especialmente as seguintes: a) para indicar a presença de uma citação direta; b) para salientar a presença de sentidos figurados ou conotativos da expressão aspeada. A segunda razão diz respeito ao fato de que a ausência das aspas permitiria a leitura e a compreensão da frase exatamente como ela se apresenta intercalada por esse recurso, e que está em consonância com o que se lê no texto, qual seja:

“Governo já sabe qual será o valor do rateio do Fundeb de 2018 em Alagoas”.

Dessa forma, a exemplo do que se verificou nas ocorrências anteriores, levanta-se a questão em torno das razões que levaram o jornalista a marcar com aspas a expressão, cujos sentidos não manifestam nenhuma alteração significativa em relação àqueles que primeiramente lhe são atribuídos. Nesse sentido, mais uma vez, a leitura da notícia na íntegra (disponibilizada nos anexos) permite que se reconheça uma relação de equivalência entre o sentido da expressão “já sabe” e aquilo que de fato é noticiado, isto é, o *valor aproximado* de quanto cada pessoa receberá.

No entanto, a rigor, a leitura do texto, sobretudo do fragmento GZW221218-2 (acima), revela também que o governo “não sabe”, mas apenas “prevê” o valor do rateio em função de outras situações semelhantes a anos anteriores. Este é um contraponto importante, pois indica que quem está assumido, no enunciado da manchete (fragmento GZW221218-1), a possibilidade de um conhecimento antecipado (um já saber) do fato a ser noticiado é o jornalista, que noticia. Como decorrência, as aspas não marcam uma reprodução do discurso de outrem (citação direta); pelo contrário, atribuem a responsabilidade do conteúdo aspeado àquele que informa. Assim, pode-se identificar, neste fenômeno, as aspas marcando uma citação direta, mas que aponta para a primeira pessoa do discurso, isto é, o enunciador da notícia: o jornalista.

As aspas, desse modo, encapsulam o ato de linguagem de quem assume o que não foi dito exatamente daquela forma; nesse sentido, é como se elas marcassem a presença de uma espécie de “discurso direto invertido”, ou seja, as aspas referenciam aquele que atribui a autoria dos sentidos da expressão “já sabe”. Assim, ao tempo que as aspas encapsulam o ato de linguagem do enunciador, que assume aquilo que a expressão aspeada indica, elas também explicitam a intencionalidade; remetendo, assim, a autoria da expressão àquele que aparece no primeiro plano do enunciado.

Nesse caso, objetivamente falando, as aspas marcam o discurso direto e a responsabilidade de quem enuncia o conteúdo aspeado. Isso é o oposto daquilo que se espera do uso desses recursos quando intercalam uma citação. Com o objetivo de demonstrar essas pressuposições, a exemplo do que aconteceu e acontecerá nas análises de outras ocorrências, propõem-se, logo abaixo, algumas reescritas e reconfigurações do período que compõe a manchete, a fim de ilustrar as

possibilidades de desencapsulamento dos atos de linguagem, descompactando seus conteúdos comunicativos elipsados. Assim, alguns desdobramentos possíveis seriam:


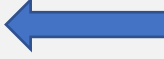


- a) *Eu digo* que o governo já sabe qual será o valor do rateio do Fundeb de 2018 em Alagoas.
- b) *Eu já sei* que o governo prevê qual será o valor do Fundeb de 2018 em Alagoas, embora ele não admita.
- c) *Eu suponho* que o governo já saiba qual será o valor do rateio do Fundeb de 2018 em Alagoas.
- d) Eu sei que o Governo já fez os cálculos e já há uma previsão do valor do rateio do Fundeb de 2018 em Alagoas.

Nesse caso, a compreensão do que realmente as aspas duplas significam está atrelada à leitura do texto na íntegra. Entende-se que isso é linguisticamente diferente de refletir sobre o significado daquilo que as aspas duplas intercalam. A compreensão deve considerar também aquilo que, para além das regras gramaticais de uso, são seus fundamentos linguísticos enquanto marcas de pontuação discursivas. Nessa ocorrência, em particular, as aspas marcam um duplo movimento de atos de linguagem contrários (não contraditórios) em relação àquilo que é tomado como referência no enunciado. Desta forma, têm-se os seguintes movimentos:

- i. As aspas atribuem / referenciam a quem noticia a responsabilidade sobre o ato comunicativo: “já sabe”.
- ii. As aspas isentam de responsabilidade aquele a quem se atribui a informação: “Governo”.

Esse movimento de sentidos contrários dos atos de linguagem encapsulados pelas aspas deve ser percebido (lido mesmo) na identificação dos princípios linguísticos que justificam a existência do recurso de pontuação — e que lhe são anteriores. Parece evidente, portanto, que essa leitura, bem como aquilo que ela indica, não deve estar limitada ao reconhecimento das regras gramaticais de uso dos recursos de pontuação. No caso em questão, por exemplo, a ideia de que as aspas duplas sinalizam um sentido conotativo (impreciso talvez) não dá conta da profundidade e da intensidade dos *movimentos discursivos* que de fato elas indicam, ao serem compreendidas como recurso que encapsulam atos de linguagem não verbalizados. Esses movimentos discursivos estão ilustrados e representados esquematicamente no quadro sinótico abaixo (quadro 19).

Quadro 19 — Movimentos discursivos dos atos de linguagem indicados pelas aspas duplas na expressão “Já sabe”

Movimentos discursivos das aspas		
	Jornalista	
	Governo	
Referência do conteúdo comunicativo		

Fonte: autoria

A posterior leitura do texto mostrará exatamente o que ilustra o quadro acima em relação ao papel das aspas duplas enquanto marcas de pontuação discursivas. Dessa forma, elas apontam quem são os responsáveis pelos atos de linguagem encapsulados por elas e, como decorrência, indicam a quem se atribui a expressão intercalada e tudo aquilo que lhes está implicado para a compreensão do enunciado completo. Portanto, infere-se da leitura da notícia que o “governo [de fato] já sabe qual será o valor do rateio do Fundeb em 2018 em Alagoas”, mas essa informação está marcada como uma *dedução* de quem anuncia o fato; ao mesmo tempo, exime da responsabilização aquele que é citado. Esse duplo e simultâneo *comportamento lógico-discursivo* é explicitado na leitura do fragmento abaixo:

Fragmento GZW221218-3

As estimativas confirmadas pelos secretários Fabrício Marques e Laura Souza, é que o pagamento do rateio deve ficar em uma folha, o que equivale – esse cálculo é meu – a algo entre R\$ 25 e R\$ 30 milhões.

No enunciado do fragmento GZW221218-3¹⁴⁹, o ato de linguagem encapsulado na manchete da notícia (fragmento GZW221218-1) está explicitamente assumido e marcado pelo uso de uma outra marca de pontuação discursiva: os *travessões duplos*, que também serão estudados neste trabalho. Neste caso, o jornalista interrompe o fluxo discursivo do relato (notícia) para assumir, por meio de um “desengate enunciativo” (DAHLET, 2006) e de atos de linguagem encapsulados pelos travessões,

¹⁴⁹ As propostas de reescrita, de desencapsulamento dos atos de linguagem e de seus conteúdos comunicativos assinalados pela presença dos travessões neste fragmento serão apresentadas no subtópico 6.3.1. destinado à análise específica de ocorrência deste recurso como marca de pontuação discursiva.

a responsabilidade por aquilo que deduziu a partir das informações objetivamente obtidas e exposta em forma de *discurso indireto livre*. É preciso considerar que os travessões — assim como as aspas — foram usados para marcar um ato de linguagem específico e distinto daquilo que o margeia. Alguns desses aspectos serão analisados no tópico destinados a este recurso de pontuação. Interessa, por agora, saber que o enunciado intercalado por travessões manifesta-se como a verbalização daquilo que está encapsulado pelas aspas duplas no enunciado da manchete (fragmento GZW221218-1).

6.1.4 Aspas e o jogo da pressuposição no discurso reportado

Ao se falar sobre o uso de aspas, certamente a primeira justificativa para sua aplicação que vem à mente de qualquer usuário de língua escrita é a que lhe vincula à marcação de uma citação direta como forma de reprodução do discurso de outrem, indicando a responsabilização por aquilo que é dito. Nos tópicos anteriores, para além desses aspectos mais prescritivos de aplicação de aspas, discutiu-se a existência de princípios linguísticos justificadores daquilo que as próprias regras gramaticais explicitam. Salientou-se, nesse sentido, a importância de se reconhecer e de se traduzir os atos de linguagem que estes recursos de pontuação encapsulam ao intercalarem uma expressão que, claramente, marca um discurso reportado.

No entanto, entende-se que quando se aborda o uso de recursos de escrita na perspectiva de que são, na realidade, marcas discursivas indiciadoras dos sentidos gerais do enunciado (intencionalidade); aquilo que poderia ser considerado mais sistêmico e, estruturalmente, mais rígido deve ser visto de forma mais flexível e, pragmaticamente, mais produtivo. Dessa forma, é possível ultrapassar os limites restritivos da normatividade e compreender as razões e os fundamentos linguísticos do fenômeno que, inclusive, lastreiam aquilo que, em geral, apresenta-se simplesmente como convenção de usos e/ou de regra gramatical.

Nesse subtópico, o interesse é demonstrar como o uso de aspas, intercalando uma aparente citação direta, funciona, na realidade, como a assinalação da presença de processos de dedução alicerçados nas relações fraseológicas e enunciativo-discursivas que o enunciador se obriga a assinalar. Como decorrência, as aspas, nessas circunstâncias, marcam a presença de uma *pressuposição* de atos de linguagem na expressão intercalada; pois, neste sentido, “diz-se que um enunciado

pressupõe outro se a verdade desse último é uma precondição da verdade do primeiro” (ARMENGAUD, 2006, p. 86). Neste caso em particular, entende-se que a verdade do enunciado primeiro está pressuposta e justaposta pela presença das aspas, que intercalam o enunciado decorrente. Esse tipo de ocorrência será demonstrado, inicialmente, a partir da análise do fragmento BBC090619-1 (abaixo), cuja matéria jornalística comenta o “desaparecimento” do matemático russo Grigori Perelman.

Fragmento BBC090619-1

Consequentemente, rejeitou até mesmo a medalha Fields, equivalente matemático a um prêmio Nobel, por "suas contribuições à geometria e suas ideias revolucionárias"; um prêmio da Sociedade Matemática Europeia e o milhão de dólares que o Instituto Clay queria entregá-lo por solucionar um dos problemas do milênio.

"Se a teoria está correta, não necessita de outro tipo de reconhecimento", afirmou Perelman.

Ele logo deixou de falar com a imprensa, anunciou que pretendia abandonar a profissão e se aposentou, para viver com sua mãe como um semirrecluso em um modesto apartamento. Há relatos de que ele só sai de casa para comprar itens básicos ou para assistir à ópera e a concertos de música clássica.

"Não me interessa o dinheiro ou a fama. Não quero estar em exibição como um animal em um zoológico", disse certa vez.

A ocorrência de aspas que interessa à tese defendida aqui está presente no primeiro parágrafo do fragmento, no qual se lê que Perelman não aceitou a medalha Fields. Ao escrever que a premiação equivaleria a um prêmio Nobel, a jornalista reproduz, entre aspas (i), aquilo que parece ser a justificativa para se receber tal honraria:

- i. Consequentemente, rejeitou até mesmo a medalha Fields, equivalente matemático a um prêmio Nobel, por “suas contribuições à geometria e suas ideias revolucionárias”.

É curioso notar que ao longo da leitura do texto integralmente, encontram-se muitos segmentos intercalados por aspas, nos quais seus usos se apresentam definidos e referenciados nas orientações gramaticais identificadas como casos de citação direta; inclusive, foi o que se analisou no subtópico 6.1.2 acima. Aliás, no fragmento analisado aqui, verificam-se duas situações com aplicação de aspas para marcar citação direta. Essa condição fica particularmente marcada por conta da presença de verbos *dicendi*¹⁵⁰ (“afirmou” e “disse”) pospostos à intercalação.

¹⁵⁰ Verbos *dicendi* (latinismo) são as formas verbais utilizadas para introduzir orações subordinadas substantivas, na forma de discurso direto.

No entanto, em relação ao enunciado em questão: “suas contribuições à geometria e suas ideias revolucionárias”, nota-se que a forma (fórmula) de citação direta não se confirma seja pela ausência de verbo *dicendi* (presente nas duas outras situações do fragmento), seja pela falta de referência direta ou indireta pela qual se possa atribuir essa informação a um outro enunciador. Excluídas essas possibilidades, constata-se também que o aspeamento da expressão não corresponde à definição ou à identificação do que seria o prêmio em questão, uma vez que a própria medalha (símbolo da premiação) traz, cunhada em suas faces, aquilo que a define enquanto premiação: *Transire suum pectus mundoque potiri* (de um lado) e *Congregati ex toto orbe mathematici ob scripta insignia tribuere*¹⁵¹ (do outro), como se pode observar na imagem abaixo (figura 7):

Figura 7 — Imagem da medalha Fields



Fonte: Wikipedia.org

Mais uma vez, a leitura do texto (nos anexos) integralmente e a consideração da existência de atos de linguagem encapsulados por aspas suscitam questões sobre as razões pelas quais a jornalista aspeou a expressão tomada para análise agora. Como tem sido demonstrado ao longo dessas análises, as aspas como marca de pontuação discursiva, nessas situações de uso, incorporam — ao tempo que encapsulam — atos de linguagem percebidos por processos de implicação e/ou de pressuposição justapostos àquilo que constitui o enunciado verbalmente expresso e intercalado por elas. Nesse caso, em particular, a pressuposição acontece certamente pela necessidade que a jornalista tem de justificar ao que corresponderia a premiação rejeitada pelo matemático, para isso lança mão do recurso de “parafrasear” o significado do *Prêmio Nobel*. Nesse ato de traçar um paralelo entre o que significa a Medalha Fields e o Prêmio Nobel, ela assinala com aspas um particular e específico comportamento linguístico: sua dedução, a fim de propor inferências ao leitor.

¹⁵¹ “Transpor os limites pessoais e do mundo”, “Congregados, matemáticos de todo o mundo concedem por causa dos excelentes escritos”.

Essas inferências permitem descartar a possibilidade de uma citação direta, isto é, está claro que a expressão intercalada por aspas não corresponde a uma citação direta. Desse modo, parece plausível questionar sobre no que consistiriam ou o que indicariam as aspas duplas em relação ao conteúdo intercalado. A princípio, pode-se considerar que a jornalista aspeia a frase para indicar uma flexibilidade ou uma adequação dos seus sentidos fundamentais, como se assinalasse sentidos conotativos do enunciado — uma compreensão também bastante recorrente de utilização de aspas. No entanto, essa possibilidade deve ser desconsiderada, pois o que está expresso na frase é o que de fato esta significa, ou seja, Perelman seria premiado por “suas contribuições à geometria e ideias revolucionárias”.

Parece claro também que o aspeamento da expressão não corresponde à tentativa de afastar-se da responsabilização pelo que se declara, pois, entre aspas está a razão pela qual Perelman, segundo a jornalista, seria contemplado com diversos prêmios. A seguir, sinalizam-se, em negrito, as premiações em questão:

- ii. Consequentemente, rejeitou até mesmo **a medalha Fields** (1), equivalente matemático a um prêmio Nobel, por "suas contribuições à geometria e suas ideias revolucionárias"; um **prêmio da Sociedade Matemática Europeia** (2) e o **milhão de dólares que o Instituto Clay** (3) queria entregá-lo por solucionar um dos problemas do milênio.

Então, mais uma vez, por que e/ou para que as aspas foram empregadas? A resposta para essa questão deve considerar que a jornalista aspeou a frase porque pressupôs — como uma decorrência do que estava descrevendo (a vida e as pesquisas de Perelman) — as razões pelas quais o matemático receberia tais prêmios, sobretudo, a Medalha Fields. Assim, para marcar a subjetividade de seu comportamento linguístico — discursivamente oposto à objetividade da descrição que estava fazendo —, encapsula, entre aspas, o ato de linguagem que a identifica e a responsabiliza pelo conteúdo aspeado. A exemplo do que se tem feito para demonstrar tais fenômenos, essa ocorrência também pode ser desdobrada para explicitar aquilo que as aspas, como marca de pontuação discursiva, encapsularam. Assim, têm-se as seguintes reescritas e reconfigurações possíveis do fragmento em questão:

- a) Consequentemente, rejeitou até mesmo a medalha Fields, equivalente matemático a um prêmio Nobel, *que, a exemplo deste, reconheceria e premiaria* suas contribuições à geometria e suas ideias revolucionárias.

- b) Consequentemente, rejeitou até mesmo a medalha Fields, *que o premiaria* por suas contribuições à geometria e suas ideias revolucionárias *como faz o prêmio Nobel em outras áreas da ciência e do conhecimento*.
- c) Consequentemente, rejeitou até mesmo a medalha Fields, *que, como se sabe, é o equivalente matemático a um prêmio Nobel, e, por equivalência também, significaria premiá-lo* por suas contribuições à geometria e suas ideias revolucionárias.

A exemplo dos outros casos até aqui analisados, há outras possibilidades de desdobramentos, o importante é que em qualquer um deles se verifique a explicitação daquilo que foi encapsulado. O desdobramento dos atos de linguagem encapsulados e a explicitação dos conteúdos comunicativos elipsados pelas aspas permite a leitura direta (sem a intermediação da pressuposição) daquilo que a jornalista diria para assumir a responsabilidade de tudo que pressupôs e que codificou na aplicação das aspas como marca discursiva de pontuação. Uma vez desdobrado o ato de linguagem, anteriormente encapsulado, as aspas não são mais necessárias, dando lugar a expressões verbais que equivaleriam ao ato de linguagem encapsulado.

Nota-se que nesse tipo de ocorrência, ao contrário do que se vê quando as aspas marcam uma citação direta, não há indícios verbais dos atos de linguagem encapsulados pelo recurso de pontuação. Isso significa dizer que nos casos de aspas marcarem citações diretas, a presença do verbo *dicendi* e da própria orientação (“regra”) gramatical de uso revelam aspectos daquilo que deixou de ser dito, mas que fica marcado pelas aspas. Parece igualmente aceitável a defesa de que a aplicação de marcas de pontuação discursivas permite ao escrevente compactar, na forma gráfica desses recursos de escrita, todo um jogo de não-ditos, porém registrados sob a forma de um código bastante eficiente para os processos de inteligência que se estabelecem, através da expressão escrita, entre escreventes e leitores.

6.1.5 Aspas simples e a superposição no jogo da pressuposição

Ainda sobre a marcação de comportamentos linguísticos por meio de recursos de pontuação que indicam a presença de pressuposição, é interessante a análise do uso de aspas sobrepostas (ou superpostas), isto é, o uso de *aspas simples*, quando intercaladas por *aspas duplas*. De modo geral, esse tipo de ocorrência é identificado quando, em uma citação direta, marcada por aspas duplas, verifica-se uma outra citação também direta, mas marcada por aspas simples. A exemplo de tudo que já se disse até aqui, defende-se que, nesse tipo de situação, há o encapsulamento de diferentes atos de linguagem que distinguem comportamentos linguísticos específicos, elipsando conteúdos comunicativos igualmente específicos, distintivos e produtivos.

A demonstração desse fenômeno pode ser feita, por exemplo, a partir daquilo que se observa no fragmento BBC040819-1, no qual há três situações de utilização de aspas duplas que são, por sua vez, bastante semelhantes às já analisadas até aqui. No último parágrafo do fragmento, no entanto, a ocorrência de aspas simples, intercalada por aspas duplas, é particularmente interessante, uma vez que não há a indicação da responsabilização por aquilo que elas intercalam, isto é, não se identifica objetivamente a autoria de tal aparente citação.

Fragmento BBC040819-1

"Na partição da Índia-Paquistão, como nas partições no leste europeu após a queda do muro (de Berlim), foram recorrentes o uso de estupro como arma de guerra. Mulheres eram devolvidas às suas comunidades depois de estupradas, portanto desonradas segundo a cultura."

Para suas pesquisas sobre organizações criminosas, Feltran entrevistou centenas de integrantes de facções. Ao justificar a violência contra os oponentes, os entrevistados tentavam desumanizá-los, classificando-os como vermes.

"A violência nesses casos não é apenas ao sujeito, é ao que ele representa. É sempre violência política, portanto", diz o sociólogo.

"Há sempre uma homogeneização total do outro. 'Quanto menos de vocês houver, melhor e mais puro o meu mundo se torna. Eu me faço forte não apenas ao te subjugar, é preciso exterminar esse cancro, esse câncer. É preciso mais, e a espiral não tem fim'."

Ora, essa aparente ausência de referência para o que está aspeado exige, durante o processo de leitura e inteligência, a compreensão do que se quer dizer com a aplicação deste recurso de pontuação em circunstâncias tão *sui generis*. Essa particularidade manifesta-se no fato de a *marcação por aspas simples* ser uma exigência da natureza enunciativa presente naquilo que se diz a partir do segundo

período do parágrafo reproduzido abaixo (i), uma vez que é flagrante a postura generalizante descrita neste segmento do texto.

- i. “Há sempre uma homogeneização total do outro. ‘Quanto menos de vocês houver, melhor e mais puro o meu mundo se torna. Eu me faço forte não apenas ao te subjugar, é preciso exterminar esse cancro, esse câncer. É preciso mais, e a espiral não tem fim’”.

Para entender essa condição especial, propõe-se, a seguir, a análise de alguns aspectos, que refletem e materializam propriedades enunciativo-discursivas dos atos de linguagem constituidores daquilo que está enunciado no parágrafo. Nesse sentido, parece claro que, no último parágrafo, as aspas duplas remetem e identificam o sociólogo Feltran como responsável por aquilo que elas intercalam (a leitura do texto integralmente confirma isso). Por outro lado, o conteúdo informativo que lhe é atribuído justapõe-se àquilo que está marcado por *aspas simples*, indicando, por conseguinte, a sua não referência e isentando-lhe da autoria do que está intercalado por estes últimos recursos. Isso significa dizer que as aspas simples marcam a não-responsabilização do sociólogo Feltran por aquilo que elas intercalam.

Dessa forma, fica evidenciado que, no mesmo parágrafo, diferentes vozes e enunciadores sobrepõem-se, revelando a presença de processos que permitem a identificação de atos de linguagem específicos e distintivos. Como decorrência disso, a utilização de aspas simples justifica-se por marcarem a presença de um processo de pressuposição que remete à responsabilização de outrem quanto ao conteúdo informativo que elas intercalam — o que constitui a compreensão mais comum do uso de tal recurso de pontuação. Como já abordado ao longo deste trabalho, a marcação das diferentes vozes de um segmento textual está prevista dentre as funções deste recurso de pontuação, que registra, na superfície do texto, um “desengate enunciativo” (DAHLET, 2006, p. 51).

No entanto, em relação à marcação de atos de linguagem específicos, é preciso que, durante o processo de leitura e, sobretudo, de compreensão textual, o leitor-interpretante “traduza” — e desencapsule — o que deixou de ser dito, mas foi codificado pela aplicação de marcas de pontuação discursivas. A demonstração dessa realidade discursiva é, linguisticamente, possível. Para tanto, a exemplo do que tem sido feito até então, propõem-se reconstruções do segmento analisado, em que se explicitem, por meio de desdobramentos verbais, os atos de linguagem

encapsulados e os conteúdos comunicativos elipsados pelas aspas simples. Nesse caso, têm-se as seguintes possibilidades de explicitação do que fora encapsulado:

- a) “Há sempre uma homogeneização total do outro *que, comumente, manifesta-se em pensamentos e comportamentos que defendem, de forma indiscriminada, a ideia de* quanto menos de vocês houver, melhor e mais puro o meu mundo se torna. Eu me faço forte não apenas ao te subjugar, é preciso exterminar esse cancro, esse câncer. É preciso mais, e a espiral não tem fim”.
- b) “Há sempre uma homogeneização total do outro. *Em função disso, defende-se que* quanto menos de vocês houver, melhor e mais puro o meu mundo se torna. *Comporta-se, segundo a tese de que* eu me faço forte não apenas ao te subjugar, é preciso exterminar esse cancro, esse câncer. É preciso mais, e a espiral não tem fim”
- c) “Há sempre uma homogeneização total do outro, *por isso se diz e se põe em prática a ideia de que* quanto menos de vocês houver, melhor e mais puro o meu mundo se torna. *Acredita-se e pratica-se o comportamento de que* eu me faço forte não apenas ao te subjugar, é preciso exterminar esse cancro, esse câncer. É preciso mais, e a espiral não tem fim”.
- d) “Há sempre uma homogeneização total do outro. *De modo geral, por conta dessa postura comportamental, pensa-se que* quanto menos do diferente houver, melhor e mais puro o meu mundo se torna. *As pessoas se comportam segundo a ideia de que* eu me faço forte não apenas ao te subjugar, é preciso exterminar esse cancro, esse câncer *que é o outro*. É preciso mais, e a espiral não tem fim”.

Após essas propostas de reescrita e reconfiguração do segmento linguístico; nota-se, curiosamente, que há uma inadequação na aplicação das aspas simples. Essa inadequação revela-se através do processo de identificação dos atos de linguagem e da responsabilização dos seus respectivos autores. A partir dessa observação, verifica-se que o encerramento da intercalação por aspas simples não deveria coincidir com o das aspas duplas (no final do parágrafo). Assim, no texto-fonte, para se manter a adequada referenciação em relação aos autores e responsáveis pelos atos de linguagem específicos, os aspeamentos deveriam

apresentar-se segundo a reconfiguração abaixo (ii), isso manteria a relação do conteúdo intercalado com seus referidos responsáveis:

- ii. “Há sempre uma homogeneização total do outro. ‘Quanto menos de vocês houver, melhor e mais puro o meu mundo se torna. Eu me faço forte não apenas ao te subjugar, é preciso exterminar esse cancro, esse câncer’. É preciso mais, e a espiral não tem fim”.

Nota-se também que o último período do parágrafo (“É preciso mais, e a espiral não tem fim”) não compõe os pressupostos que indicam a generalização subordinada ao enunciado primeiro e atribuído ao sociólogo Feltran. Isso significa reconhecer que o primeiro e o último período do parágrafo têm como referência aquele para quem as aspas duplas apontam: Feltran. Por essa razão, nas propostas de desdobramento dos atos de linguagem e explicitação dos conteúdos comunicativos elipsados, não se submeteu a esse procedimento o conteúdo nem os atos comunicativos intercalados pelas aspas duplas. É claro que, pelo que já se analisou anteriormente, sabe-se que o conteúdo intercalado por aspas duplas também sofre encapsulamento e poderia ser desdobrado em atos de linguagem. No entanto, essa intercalação não foi submetida à análise, até porque o tipo de ocorrência que ela representa já foi analisado e demonstrado nos subtópicos anteriores.

Em relação ao enunciado como um todo, entende-se como clara e inteligível a presença de uma outra voz a partir do segundo período, mas essa diferença (que exige certamente também uma outra postura de entoação e um outro ritmo-melódico) justifica-se por constituir um outro ato de linguagem, isto é, uma outra postura discursiva. Defende-se, portanto, que aquilo que se faz (se diz) no primeiro período do parágrafo (iii) caracteriza-se como um ato de linguagem bastante particular e distinto do que lhe segue e finaliza o segmento textual.

- iii. “Há sempre uma homogeneização total do outro”.

No primeiro período (iii), portanto, há uma afirmação categórica, uma definição, ou uma caracterização de um comportamento comum: uma generalização aparentemente deduzida de análise e observações. A partir do segundo período, há uma descrição e reprodução de comportamentos, ou de posicionamentos que exemplificam a generalização expressa antes. Nesse jogo de sobreposição, as aspas duplas e simples presentes nesse segmento são utilizadas para marca essa mudança de comportamento discursivo, sinalizando (como recurso ortográfico que é), não só o

limite textual de cada atitude, mas também assinalando a presença de atos de linguagem distintos e com finalidades comunicativas bastante peculiares. Ao leitor caberá, portanto, a partir do reconhecimento desses limites textual-discursivos, compreender todos esses atos e comportamentos linguísticos que se sobrepõem, ao tempo que se deixam perceber através da aplicação de marcas de pontuação discursivas.

Diante do que se apresentou ao longo deste tópico (6.1), acredita-se e defende-se que a aplicação de aspas, tanto para quem escreve como para quem lê e interpreta um enunciado, deve ultrapassar os limites das indicações normativas de aplicação. Isso parece evidente, uma vez que tais indicações tendem a apontar como razão de uso de tais recursos a obviedade de seus efeitos textuais, isto é, o que se encontra explícito na própria intercalação: citação direta, conotações, estrangeirismo, identificação (títulos e nomes) etc. É, pois, como decorrência dessas constatações que se defende também que as aspas (duplas ou simples), como marcas de pontuação discursivas que são, têm seus usos justificados na compreensão de atos de linguagem que deixam de ser verbalizados, mas mantêm-se atuantes na compreensão dos sentidos gerais do enunciado. Portanto, a percepção e a leitura desses comportamentos linguísticos implicam a compreensão dos sentidos gerais do enunciado, bem como a consideração de tudo que constituem todos os níveis de expressividade constituidores do evento comunicativo.

6.2 Parênteses como marca de pontuação discursiva — a assinalação de diferentes níveis de expressividade textual

A exemplo do que ocorre com as aspas, entende-se que a intercalação de uma expressão por parênteses promove, como observa Dahlet (2006), um *desengate enunciativo*. Para além desse aspecto, a intercalação assinala também, segundo a tese defendida e as hipóteses perscrutadas neste trabalho, a presença de posturas discursivas significativas e produtivas para a construção dos sentidos gerais do texto e para a identificação do(s) *estado(s) Intencional(is)* de quem enuncia. No entanto, reconhece-se que as indicações de uso de parênteses (o mesmo se dirá dos travessões) são as mais imprecisas quando se toma como referência os manuais gramaticais, em especial, os referenciados no capítulo 3 desta pesquisa. Essa observação é importante, uma vez que estes manuais são tomados como referência

para a aplicação de tais recursos nas mais diversas situações de escrita, bem como por ocasião das circunstâncias de ensino-aprendizagem da modalidade escrita da língua.

Cunha e Cintra (2008), por exemplo, indicam que “empregam-se os parênteses para intercalar num texto qualquer indicação acessória” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 680); a rigor, o caráter generalizante dessa indicação de uso não serviria como critério de aplicação. Para Cegalla (2008), “usam-se [parênteses] para isolar palavras, locuções ou frases intercaladas no período, com caráter explicativo” (CEGALLA, 2008, p. 433). A exemplo dos dois primeiros gramáticos citados, nota-se, nesta indicação de uso, uma postura descritiva baseada na observação de aspectos informacionais — quase óbvios — daquilo que os parênteses intercalam. Para além disso, a abordagem sobre o recurso não reflete qualquer aspecto que justifique ou oriente sua aplicação do ponto de vista das relações de sentido com aspectos textuais ou discursivos, o que torna tudo muito generalizante e subjetivo. Segundo Dahlet (2006), para compreender o funcionamento desses recursos, é preciso levar em conta alguns aspectos linguísticos que constituem o enunciado. Em suas palavras, lê-se:

Percebemos, assim, que as gramáticas levam em consideração ora a *hierarquia informacional*, ora a *autonomia semântica e sintática do segmento entre parênteses*. Ambos os critérios são pertinentes, porém, incompletos, pois acredito ser preciso relacioná-los um com outro, já que a hierarquia informacional é proporcional à autonomia semântica e sintática, e inversamente (DAHLET, 2006, p. 179 — grifo nosso).

De modo geral, entende-se que a maneira como os manuais gramaticais abordam esse recurso de pontuação, de alguma forma e sob alguma medida, não consideram suas particularidades linguísticas, em especial, suas funções enunciativo-discursivas. Do ponto de vista dessa pesquisa e das estratégias que se adotam aqui, essa postura generalizante é desconsiderada a partir do momento em que se nota que tais recursos não poderiam ter simplesmente a função de intercalar expressões explicativas (redundantes ou não), uma vez que esse papel poderia ser desempenhado por sinais de pontuação como a vírgula, ou até mesmo por travessões, vistos, inclusive, como recursos equivalentes quanto às funções linguístico-textuais.

Nesse sentido, é pressuposto da tese defendida aqui que a coexistência de recursos de pontuação é indicativa de suas particularidades e da impossibilidade de uma *simples comutabilidade* entre tais recursos. Isso significa dizer que a postura que se adota nesta pesquisa entende que a existência e a aplicabilidade particulares de cada recurso de pontuação são indicativas de suas especificidades. Entende-se também que, se há a possibilidade de processos de comutabilidade entre marcas de pontuação, eles certamente devem exigir algum tipo de adaptação de aspectos linguístico-textuais; até porque, por exemplo, “parênteses e travessões duplos não são, pois, intercambiáveis” (DAHLET, 2006, p. 180). Isso parece claro, uma vez que nem sempre onde cabem os parênteses, caberiam os travessões e vice-versa.

Nesse sentido, o uso de parênteses é compreendido como alicerçado em aspectos essencialmente enunciativo-discursivos, para os quais os aspectos sintáticos e/ou ortográficos de tais recursos têm pouco, ou nenhum efeito na construção dos sentidos específicos do enunciado; menos interferência, ainda, na indicação das posturas enunciativas e nos estados Intencionais assinalados pelo escrevente. Esse entendimento se dá a partir daquilo que se tem defendido ao longo deste trabalho, que afirma: esse tipo de recurso de pontuação, por sua natureza linguística, promove o encapsulamento de atos de linguagem que (se não fosse pela presença de tais recursos) precisariam ser explicitados verbalmente. Por conseguinte, é possível executar, por meio de processos de inferências, o desdobramento de uma expressão assinalada (intercalada) por parênteses, levando-se em conta não só aquilo que o leitor deve considerar no nível da expressão verbal, mas também o comportamento linguístico que levou o autor a empregar essa marca de pontuação discursiva.

6.2.1 A sobreposição de atos de linguagem marcada por parênteses — uma decorrência de sua nulidade sintática

Em algumas circunstâncias de uso, a nulidade sintática e/ou ortográfica dos parênteses caracteriza-se pela ausência de interferência desses recursos de pontuação seja nos aspectos organizacionais do segmento textual, seja nos aspectos ortográficos do sistema linguístico. Isso evidencia, imediatamente, a presença de propriedades que indicam a mudança da sua natureza linguística, revelando o *processo de transmutação do sinal (orto)gráfico em marca de pontuação discursiva*.

Mais uma vez salienta-se que, ao se transmutarem em marcas discursivas, esses recursos de pontuação são capazes de revelar não só a presença de diferentes posturas enunciativo-discursivas, mas, sobretudo, o encapsulamento de atos de linguagem reveladores de *estados Intencionais*, que indicam os sentidos pretendidos pelo enunciador. Isso implica dizer que deixar de considerar tais recursos — segundo essa natureza linguística — é correr o risco de não perceber os sentidos particulares que sua presença imprime à expressão linguística intercalada por eles. Diferentemente do que ocorre com as aspas, no caso de parênteses com nulidade sintática e/ou ortográfica, a indicação de encapsulamento de atos de linguagem, a elipse de conteúdo comunicativo e a marcação de estados intencionais são consideradas flagrantes, pois são vistos como a única razão de sua aplicação. Este processo manifesta-se, por exemplo, no uso de parênteses na legenda da imagem abaixo (fragmento UOL060817-1) que será analisado a seguir e cuja ocorrência de parênteses evidencia sua nulidade sintática e ortográfica, revelando suas propriedades enunciativo-discursivas.

Fragmento UOL060817-1



Talento (e sorte) de campeão: Brasil supera sensação italiana e conquista o 12º título de Grand Prix

Fonte: FACERJ/UOL online, 2017

Considerando o texto da legenda que diz: “Talento (e sorte) de campeão: Brasil supera sensação italiana e conquista o 12º título de Grand Prix”. A primeira observação importante — e já assinalada — é que, do ponto de vista sintático e ortográfico, os parênteses são absolutamente dispensáveis para a estruturação do período, pois a conjunção “e” (colocada dentro da intercalação) exerceria esta função satisfatoriamente, coordenando os substantivos “talento e sorte”. Dessa forma, pode-se perguntar — a fim de se compreenderem, num primeiro momento, os efeitos de sentidos obtidos — o que pretenderia o autor do texto ao aplicar os parênteses numa situação em que eles seriam sintática e ortograficamente dispensáveis?

Uma reflexão inicial aponta para aquilo que defende Dahlet (2006), para quem a presença dos parênteses promove, de imediato, o “desengate enunciativo que ocorre quando um desses topogramas¹⁵² indica um distanciamento do enunciador em relação ao enunciado, do qual provém um efeito de sentido” (DAHLET, 2006, p. 51). Esse primeiro aspecto já justificaria a aplicação dos parênteses enquanto *marca de pontuação enunciativa*. Para além dessa função, é preciso compreender que “a separação, entretanto, agora não se processa entre os segmentos da cadeia sintática, mas em um plano mais alto — entre os locutores ou pontos de vista presentes na situação comunicativa” (JUNKES, 2002, p. 66). Essa posição de Junkes (2002), quanto à função enunciativa dos recursos de pontuação, é particularmente importante, pois, assinala não só a transposição dos limites sintáticos, como também sublinha a possibilidade de uma percepção bastante particular de enxergar os recursos de pontuação como elementos de expressividade comunicativa para além daquilo que se percebe na expressão escrita.

A princípio, entende-se que considerar a presença de uma função enunciativa para esse tipo de aplicação de parênteses não apresenta grandes dificuldades, pois tal função parece bastante razoável. Entende-se também que aquilo que, de fato, carece de alguma demonstração é a compreensão da ideia de que os parênteses não exercem outra função que não seja a enunciativa-discursiva; vista, a partir da tese defendida aqui, como uma instância de sua natureza discursiva, pois, nisso, consistiria sua essencialidade linguística.

Desse modo, a consideração de tal natureza linguística permite, inclusive, defender a tese de que esse tipo de recurso, nessa circunstância de uso, não tem outra razão de ser, senão a indicação da presença de uma Intencionalidade Discursiva. Para isso, no entanto, considerando-se que esse efeito de sentido é uma decorrência do *desengate enunciativo*, que as marcas de pontuação promovem ao revelar a presença de direcionamento dos sentidos dados ao enunciado por aquele que escreve quando assinala o enunciado com tais recursos. Esse jogo linguístico-comportamental presente na escolha e aplicação das marcas de pontuação discursivas pode ser explicitado a partir da identificação e explicitação de atos de

¹⁵² Dahlet, citando Anis (1988), apresenta os recursos de pontuação em três categorias *alfagrama*, *topogramas* e *logogramas*. Por topogramas, entende-se os sinais que “ordenam [...] as unidades textuais, fornecem indicações sintagmáticas indispensáveis” (ANIS apud DAHLET, 2006, p. 42 — grifo da autora)

linguagem encapsulados por tais recursos no segmento textual em que eles aparecem.

Por essa razão, defende-se que os parênteses, nessa situação de aplicação, produzem um efeito de sentido que consiste na marcação de uma sobreposição de atos de linguagem, isto é, aquilo que está posto fora dos parênteses é, enquanto ação comunicativa, distinto daquilo que se encontra intercalado por eles. Assim, referindo-se ao segmento em questão (fragmento UOL060817-1), os parênteses, ao intercalarem a expressão “(e sorte)”, encapsulam atos de linguagem que se justapõem àquele que, explícita e objetivamente, enuncia o “talento de campeão”. Esse processo permite-lhes ser tanto menos sintático quanto mais discursivo e intencional, enquanto recurso escolhido e aplicado para fim da obtenção de certos resultados de comunicação.

Portanto, pode-se perceber que os parênteses não estão sendo usados simplesmente para “isolar palavras, locuções ou frases intercaladas no período” (CEGALLA, 2008, p. 233), esse “isolamento” parece bastante óbvio até pela própria natureza tipográfica do recurso e pela disposição das expressões no segmento textual. Desse modo, entende-se que os parênteses estão assinalando (marcando, na realidade) a distinção entre comportamentos linguísticos que se justapõem no mesmo enunciado, quais sejam: a *constatação* do “talento de campeão”, dito objetivamente; e a atribuição de “(sorte) de campeão”, assinalada circunstancialmente pelo olhar de quem enuncia. Nota-se também que o substantivo “campeão” não se conecta sintaticamente com o substantivo “sorte”, portanto, o isolamento sintático deste é flagrante, como é flagrante a intenção de estabelecer a distinção entre as duas instâncias do enunciado.

Como tem sido a proposta de análise adotada neste trabalho, uma maneira possível de serem atestadas tais inferências, promovidas pela forma de pontuar o segmento, é reescrevendo o fragmento *sem os parênteses*, ou os *substituindo* por outros recursos de pontuação que são, comumente, considerados equivalentes, ou de valores aproximados. Dessa forma, será possível a verificação de mudanças significativas nos efeitos de sentido produzidos por tais marcações. Assim, aplicando-se algumas possibilidades de reconfiguração do fragmento, obtém-se a seguinte proposta de reescrita (A):

- A. Talento e sorte de campeão: Brasil supera sensação italiana e conquista o 12º título do Grand Prix.

Neste caso, a ausência de parênteses ou de qualquer outro recurso de pontuação faz com que as expressões “talento” e “sorte” sejam compreendidas como pertencentes ao mesmo ato de linguagem, isto é, como se fizessem naturalmente parte dos fatos noticiados. Isso implicaria desconsiderar, inicialmente, o *desengate enunciativo*, que revelou (no texto-fonte) o distanciamento entre enunciado e enunciador. Nessa configuração, porém, a conjunção “e” não potencializa a percepção do aspecto avaliativo presente no uso do substantivo “sorte”, em oposição ao aspecto mais descritivo e objetivamente apontado pelo uso do termo “talento”.

Entende-se, pois, que apenas o uso da conjunção (certamente a construção mais esperada e mais comum) deixaria a informação no âmbito da mera descrição do fato noticiado. No texto-fonte, no entanto, a presença dos parênteses potencializou a manifestação e a percepção de duas atitudes enunciativo-discursivas distintas: a *informação mais objetiva* (tudo que está posto fora dos parênteses) em oposição à postura *mais subjetiva e avaliativa* (entre parênteses). É importante lembrar que a opção por parênteses, nesse tipo de construção, não é sequer prevista em manuais gramaticais (em especial nos referenciados no capítulo 3 deste trabalho), uma vez que o mecanismo sintático de conexão já está presente.¹⁵³

A fim de perscrutar ainda mais essas possibilidades de inferências, sugere-se uma outra proposta de reescrita (B), na qual se aplicam travessões no lugar dos parênteses. Nesse caso, atenta-se para o fato de que tais recursos (os travessões) parecerão igualmente aceitáveis por promoverem também um desengate enunciativo e assinalarem uma certa diretividade dos sentidos, isto é, a presença de *estados Intencionais* pretendidos. Isso implica considerar que todo o enunciado ficará sintática, enunciativo e discursivamente muito semelhante (talvez idêntico) ao que se verifica na versão do texto-fonte, no qual se usam parênteses. Desta forma, tem-se a seguinte possibilidade de reestruturação do segmento textual:

B. Talento — e sorte — de campeão: Brasil supera sensação italiana e conquista o 12º título do Grand Prix

Favorece essa reescrita o fato de que — ao contrário do que acontece com o uso dos parênteses — os travessões mantêm as duas partes do enunciado no mesmo

¹⁵³ Lembrando que o princípio linguístico que justifica (como princípio que é) a presença de qualquer recurso de pontuação é a ausência ou a insuficiência de *mecanismos* de articulação sintática. Isso significa dizer que, por princípio, tem-se a necessidade de uso de recurso de pontuação todas as vezes que mecanismos como a *concordância*, a *regência* ou a *coordenação* forem insuficientes ou ausentes na articulação dos segmentos sintáticos.

nível de expressividade. Isso significa dizer que a constatação de “talento” (objetivamente apresentada) e a atribuição de “sorte” (subjetivamente assinalada) encontram-se expressas naquilo que há de mais imediato no texto, inclusive, esse aspecto é traduzido pela obrigatoriedade da leitura da intercalação — o que não acontece com o uso de parênteses no texto-fonte. A análise deste emprego de pontuação evidencia que os parênteses (no texto-fonte), além do *desengate enunciativo*, retiram o segmento intercalado do mesmo nível de expressividade, como se o remetesse a outro plano de informação, diferente e menos imediato do que aquele em que se encontra o resto da frase.

Considerando a proposta de reescrita acima (B), os travessões indicam a presença de dois atos de linguagem que estão sendo colocados num mesmo nível de importância em relação àquilo que se quer efetivamente comunicar. Num primeiro momento, isso pode não parecer significativo, mas essas distinções de aspectos e de funções revelam posturas discursivas bastante específicas no *ato de pontuar*, criando a expectativa de poder serem “traduzidas” durante os processos de leitura e de compreensão do enunciado. Julgam-se essas particularidades e distinções importantes, pois, é preciso considerar que a existência dessas possibilidades de pontuação não se resume ao simplesmente comutável ou permutável. Isso significa dizer que as pertinências e particularidades de cada recurso de pontuação não podem ser ignoradas, ou tratadas como simplesmente equivalentes, uma vez que sua própria coexistência deve suscitar a consideração de especificidades justificadora de individualidade de cada recurso.

Ademais, no caso do texto-fonte, enxerga-se — e defende-se — que, ao optar pelo uso dos parênteses, o autor faz uma escolha intencional, portanto, discursiva através da qual assinala uma tomada de postura. Essa sua escolha corrobora com aquilo que será descrito e comentado ao longo da matéria jornalística, que noticia a vitória da Seleção Brasileira de Voleibol sobre a Seleção Italiana. É fundamentalmente importante observar — e já salientado neste subtópico — que esse tipo de uso de parênteses não é assim apresentado na maioria dos manuais gramaticais. Constatase também que, em algumas indicações de uso desse recurso, tende-se à apresentação de explicações imprecisas ou generalizantes dos critérios de aplicação.

Em Bechara (2003), nota-se claramente que não há uma preocupação em descrever ou formular critérios para o uso desse recurso de pontuação. A mesma postura é verificada em Lima (1992), o qual sequer apresenta os parênteses entre os

tópicos descritos como sinais de pontuação; embora os apresente no quadro geral como “um sinal de pausa que não quebra a continuidade do discurso” (LIMA, 1992, p. 457). Nesses dois gramáticos, a formulação do tópico resume-se praticamente ao que está reproduzido na citação acima. Parece evidente que qualquer usuário da modalidade escrita da língua que necessite de orientações para uma adequada aplicação desses recursos não poderia fazer uso eficiente desses “critérios”, pois, certamente, não se sentiria seguro para aplicá-los numa situação real de construção textual. Não obstante, em Cunha e Cintra (2008), percebe-se a indicação e a apreciação de aspectos que se encontram fora dos limites do puramente sintático na aplicação desse tipo de recurso de pontuação. Em suas palavras, lê-se:

Empregam-se os PARÊNTESES para intercalar num texto qualquer indicação acessória. Seja, por exemplo: a) uma explicação dada ou uma circunstância mencionada incidentalmente [...]; b) uma reflexão, um comentário à margem do que se afirma [...]” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 679 – grifo do autor).

Apesar da compreensão de funções mais abrangentes e produtivas quanto aos sentidos gerais do enunciado na aplicação desse tipo de recurso, é necessário fazer alguma ressalva em relação a essa forma de descrever os usos dos parênteses. Nesse sentido, nota-se, não por acaso, certa imprecisão e/ou generalização em suas indicações de uso, uma vez que os autores não justificam o que se deve entender por “circunstância mencionada incidentalmente”, “comentário” ou “nota emocional”. É importante salientar, porém, que suas observações se distinguem das de Bechara (2003) e Lima (1992) pelo fato de indicarem que esse tipo de recurso de escrita pode extrapolar a consideração de aspectos puramente sintáticos e ortográficos.

A exemplo do que se fez ao se analisar o uso de aspas como marca discursiva de pontuação, é possível também promover o desdobramento dos parênteses presentes no texto-fonte, a fim de explicitar os atos de linguagem sobrepostos que tais recursos encapsularam no momento em que foram aplicados na intercalação da expressão: “(e sorte)”. Nesse caso, deve-se obter como resultado deste desdobramento aquilo que o enunciador diz (sem verbalizar) assinalando com a aplicação de parênteses. Algumas possibilidades de desencapsulamento seriam as seguintes:

- a) “*Demonstrando talento e contando com a sorte de campeão: Brasil supera a sensação italiana e conquista o 12º título de Grand Prix*”.

- b) “*Demonstrando talento inquestionável de campeão e a sorte típica de momentos favoráveis: Brasil supera a sensação italiana e conquista o 12º título de Grand Prix*”.
- c) “*Com talento de campeão demonstrado ao longo da competição e a sorte que não pode faltar numa decisão: Brasil supera sensação italiana e conquista o 12º título de Grand Prix*”.
- d) “*Com o talento de campeão que não se pode negar e a sorte que precisa ser reconhecida: Brasil supera sensação italiana e conquista o 12º título de Grand Prix*”.

Nessas sugestões de reescrita e de desencapsulamento dos atos de linguagem encapsulados pelos parênteses, é possível perceber a razão pela qual o enunciador “sente” a necessidade de assinalar a distinção do que pretende dizer quanto escreve tal segmento linguístico. Considere-se que as propostas de reescritas acima são apenas possibilidades de atos de linguagem potencialmente presentes, mas encapsulados pelos recursos de pontuação que o enunciador escolheu. Importa perceber que a aplicação de parênteses, absolutamente desnecessários do ponto de vista sintático e/ou ortográfico, não é sem propósito.

Desse modo, é evidente que o propósito de sua aplicação não encontra referência na superfície do texto, pois é flagrante a remissão a uma dimensão de expressividade menos verbal e mais enunciativo-discursiva. Isso significa dizer que parece clara a presença de uma referência a fenômenos perceptíveis a partir de processos de inferências pragmáticas, em que a aplicação deste recurso implica e pressupõe outras coisas perfeitamente inteligíveis¹⁵⁴ e potencialmente verbalizáveis. No caso do uso de parênteses, com clara nulidade sintática e ortográfica, são reconhecidos seus aspectos produtivos do ponto de vista dos sentidos gerais do enunciado, para o qual deve ser indispensável a consideração de atos de linguagem que revelam aquilo que o enunciador deixou de verbalizar, mas não deixou de dizer.

6.2.1.1 A pressuposição da presença de atos de linguagem na aplicação de dois-pontos

¹⁵⁴ Inteligível — Lat. *Intelligibilis* (inter + *légere*), uma leitura do interior da expressão verbal.

Conforme o que está descrito na metodologia e nas estratégias adotadas neste trabalho, ao se verificar a presença de *senal de pontuação com função discursiva* (figura 5) no mesmo fragmento de análise da ocorrência de marca de pontuação discursiva, entende-se como necessária uma abordagem para se estabelecer um paralelo distintivo de suas naturezas linguísticas. Por conta disso, a presença de *dois-pontos* no fragmento UOL060817-1 (analisado no subtópico anterior) suscita a necessidade de análise de tal ocorrência neste subtópico.

Isso significa dizer que os dois-pontos no enunciado: “Talento (e sorte) de campeão: Brasil supera sensação italiana e conquista o 12º título de Grand Prix” pressupõe a presença de atos de linguagem compreensíveis e traduzíveis durante o processo de leitura. Esses atos de linguagens encapsulados remetem às relações lógico-discursivas que tais recursos imprimem ao fragmento textual a exemplo do que ocorre com as vírgulas que intercalam orações subordinadas adjetivas explicativas (subtópico 6.1.1.1). Nesse sentido, da aplicação de dois-pontos infere-se a existência de atos de linguagens encapsulados que explicitariam (se fossem expressos) a relação lógico-discursiva que há entre as duas partes do período separadas por tal recurso. Para se demonstrar a latência dessa realidade enunciativo-discursiva, é possível reescrever o fragmento subtraindo (proposta de reescrita A) os dois-pontos, ou o substituindo (proposta de reescrita B) por um sinal que lhe possa ser tomando como equivalente. No primeiro caso, tem-se a seguinte configuração:

- A. “Talento (e sorte) de campeão Brasil supera sensação italiana e conquista o 12º título de Grand Prix”.

Muito claramente, a ausência dos dois-pontos revela sua natureza sintática, uma vez que, sem eles, há uma clara descontinuidade sintagmática entre as duas partes do período. Essa configuração traria alguma dificuldade não só para a leitura do fragmento como dificultaria a compreensão dos sentidos gerais do enunciado. Certamente, qualquer leitor proficiente seria capaz de superar e compensar essa descontinuidade, mas isso não justificaria, do ponto de vista dos aspectos sistêmicos da língua, essa construção. De forma geral, da maneira como o fragmento está organizado sintaticamente, nota-se a necessidade de mecanismos ou recursos de articulação sintática para estabelecer a continuidade entre as partes do enunciado.

Uma outra forma de experimentar as propriedades linguísticas e a particularidade do emprego dos dois-pontos é através da possibilidade de sua

substituição por um recurso que lhe possa ser considerado equivalente. Nesse caso, a vírgula utilizada na reescrita abaixo (B) é um sinal possível, o que produziria a seguinte configuração:

- B. “Talento (e sorte) de campeão, Brasil supera a sensação italiana e conquista o 12º título de Grand Prix”

Embora a vírgula resolva o problema na descontinuidade sintagmática entre as duas partes do fragmento, com sua aplicação não se conseguiria evidenciar as relações lógico-discursivas que há entre as duas partes do enunciado. Nisso, consiste a particularidade dos dois-pontos, isto é, marcar a presença de relações enunciativo-discursivas entre os dois segmentos do enunciado. Isso significa dizer que, ao mesmo tempo que supri as necessidades de articulação sintática ao compensar a ausência de recursos que possibilitariam relações de concordância, regência ou coordenação, os dois-pontos assinalam a presença de atos de linguagem encapsulados e de conteúdos comunicativos elipsados.

No entanto, diante de seu papel na organização sintática, os aspectos enunciativo-discursivos impressos no fragmento pela aplicação dos dois-pontos são vistos como uma função de segunda ordem. Ainda assim, é possível demonstrar a presença de atos de linguagem encapsulados por tais recursos a partir do desdobramento do enunciado. Dessa forma, são possíveis as seguintes reconfigurações do enunciado:

- a) “Talento (e sorte) de campeão *faz/fizeram* o Brasil superar sensação italiana e conquistar o 12º título de Grand Prix” (causa e efeito)
- b) “Talento (e sorte) de campeão, *com isso* o Brasil supera sensação italiana e conquista o 12º título de Grand Prix” (causa e efeito).
- c) “*Com* talento (e sorte) de campeão, Brasil supera sensação italiana e conquista o 12º título de Grand Prix” (modo/meio).
- d) “Talento (e sorte) de campeão *bastou/bastaram para* Brasil superar sensação italiana e conquistar o 12º título de Grand Prix”

É importante notar que a explicitação dos atos de linguagem encapsulados pelo sinal — mesmo como uma função discursiva decorrente dos aspectos sintáticos — dispensa a utilização do referido recurso de pontuação na reescrita. É importante considerar também que são apenas possibilidades de reescritas e reconfigurações.

Nesse sentido, dependendo dos recursos linguísticos utilizados para desencapsular o ato de linguagem, essas reconfigurações tornam evidentes as relações lógico-discursivas que se estabelecem entre as duas partes do segmento. Ademais, salienta-se ainda que tais relações, ao serem explicitadas, revelam aspectos do direcionamento discursivo pretendido pelo enunciador. Não é sem razão, que Dahlet (2006) categoriza os dois-pontos como “hierarquizadores discursivos”, identificando em sua aplicação a função de dividir o fragmento frasal em duas unidades: *tema* e *rema*. Em suas palavras, lê-se:

Com efeito, qualquer que seja o lugar de ocorrência desse sinal, intracláusula, intercláusula ou interfrásico, sua função é única e constante. Ele divide, de ambos os lados, o **tema** e o **rema**. O tema corresponde ao “lado”, definindo como “elemento que, no momento do ato de enunciação, já pertence ao campo da consciência”, ao passo que o rema corresponde ao “novo”, informação introduzida a partir do dado (DAHLET, 1983, p. 174 — grifo da autora).

Nessa relação tema/rema, os dois-pontos, como recursos sintáticos de primeira ordem que são, sinalizam valores discursivos particularmente relacionados com a posição que ocupam e com a forma como dividem os segmentos do período frasal. Isso é o oposto do que aconteceria se fossem usados, por exemplo, recursos de pontuação essencialmente enunciativo-discursivos como as travessões. Nesse sentido, a partir do que se lê acima e dos desdobramentos propostos (a, b, c, d), parece clara a pertinência da consideração das propriedades linguísticas dos dois-pontos como um recurso de pontuação discursivo que solicita de escreventes e leitores o exercício de funções epilinguísticas. Portanto, entende-se como plausível a abordagem desses recursos, uma vez que, como apontado na descrição das metodologias e estratégias desta pesquisa, essas distinções e similitudes esclarecem os objetivos desse trabalho e enriquecem a compreensão do seu objeto de estudo.

6.2.2 A pertinência sintática e ortográfica dos parênteses — uma função de segunda ordem

A observação dos usos de parênteses revela que é frequente também a aplicação desses recursos de pontuação separando expressões que se equivalem semanticamente, ou para as quais as expressões intercaladas representam uma

extensão explicativa sem relações de especificidade com o termo referenciado. Nesses casos, entende-se — e isso não se poderia negar — que a intercalação promovida pelos parênteses apresenta-se fincada em necessidades de aspectos sintáticos e/ou ortográficos, uma vez que a *não aplicação* de tal recurso interferiria na articulação (coesão) sintática do segmento linguístico e nos sentidos do enunciado. No fragmento abaixo, verificam-se duas ocorrências que exemplificam esses usos:

Fragmento FSP140219-1

As maneiras de tratar essas dores sem depender de remédios incluem o uso de bolsa de água quente na região do ventre, ficar em posição fetal ou fazer exercícios.

Se as opções anteriores não foram suficientes, medicamentos como dipirona, escopolamina (Buscopan) e anti-inflamatórios ajudam.

É preciso ter cuidado com possíveis efeitos adversos, como úlcera, gastrite e dano renal, se o uso é muito frequente (mais de cinco dias seguidos).

Na primeira ocorrência, em que se lê: “Se as opções anteriores não forem suficientes, medicamentos como dipirona, escopolamina (Buscopan) e anti-inflamatórios ajudam”, os parênteses, claramente, intercalam uma expressão que equivale (numa relação hiperonímica) ao que está contido no significado de “escopolamina”. Esse é um fenômeno semelhante às ocorrências sintáticas de aposto, nas quais se estabelece uma relação de equivalência entre duas expressões posta no mesmo nível de expressividade. Atente-se para o fato de que em qualquer uma das situações (no aposto, ou na ocorrência de parênteses), o recurso de pontuação será indispensável para os aspectos coesivos do segmento linguístico. Desse modo, é preciso considerar que sem os parênteses (ou sem as vírgulas, no caso de apostos sintáticos), haveria prejuízo para as relações sintagmáticas do segmento linguístico.

No entanto, enxerga-se também, nesse tipo de ocorrência, a presença de princípios linguísticos justificadores da tese defendida aqui, para a qual aplicação desse tipo de recursos de pontuação é, essencialmente, de natureza enunciativo-discursiva. Nesse caso, porém, entende-se que, ao contrário do que ocorre quando se tem uma relação apositiva explicativa, os aspectos sintáticos não são a razão primeira de uso dos parênteses. Isso significa considerar, por conseguinte, que tais recursos são aplicados para assinalar um processo de referência que pressupõe a presença de atos de linguagem encapsulados por eles.

Dessa forma, deve-se admitir que, se não fosse pelo uso de tais recursos e por sua força comunicativa, seria necessária a explicitação dos atos de linguagem encapsulados pelos parênteses. Assim, ao desencapsular os atos de linguagem, a explicitação por meio de expressões verbais exigiria concomitantemente a aplicação de sinais de pontuação (sintáticos) essenciais para as relações coesivas. Essa posição pode ser demonstrada, por exemplo, pela substituição dos parênteses por vírgula, que, nesse caso, atenderiam às necessidades sintáticas do segmento linguísticos. Dessa forma, tem-se a seguinte forma de reescrita (A):

A. “Se as opções anteriores não forem suficientes, medicamentos como dipirona, escopolamina, Buscopan e anti-inflamatórios ajudam”.

Fica evidente que a aplicação de vírgula, embora atenda às necessidades sintáticas do segmento linguístico, não promovem a compreensão de que os termos “escopolamina” e “Buscopan” equivalem-se em certa medida. Por conseguinte, nota-se também que a utilização da vírgula desabilita a possibilidade de se considerar a presença de atos de linguagem encapsulados, que, no caso do texto-fonte, viabilizaram a percepção da relação hiperonímica entre “escopolamina” e “Buscopan”. Por essa razão, a substituição dos parênteses por vírgula exigiria o desdobramento linguístico de tudo aquilo que o uso de parênteses encapsulou e, por conseguinte, dispensou, quando intercalou a palavra “Buscopan”. Toda essa organização sintática — e elaboração discursiva — indica a existência da relação hiperonímica implicitamente marcada pela intercalação por parênteses.

Uma outra possibilidade de reescrita que permite “testar” essas deduções seria a substituição dos parênteses por travessões, uma vez que a proximidade entres esses recursos sugere a possibilidade de uma simples e direta comutatividade entre eles. Nesse caso, a reorganização do segmento linguístico teria a seguinte configuração (B):

B. “Se as opções anteriores não forem suficientes, medicamentos como dipirona, escopolamina — Buscopan — e anti-inflamatórios ajudam”

Essa reconfiguração da reescrita permite observar que a relação entre “escopolamina” e “Buscopan” deixar de ser apresentada como uma evidência semântica (sinonímia), sugerindo que a relação estabelecida é consequência de uma intervenção (atribuição) do enunciador. Para além desse aspecto, é possível perceber que os travessões não promovem o enlace sintático que a vírgula promoveria ao segmento nem intercalam o conteúdo informacional da mesma forma que os

parênteses o fizeram, isto é, segundo sua natureza semântica. É nessa direção que se compreende a afirmação de Dahlet (2006) que diz serem os *travessões* e os *parênteses* recursos de pontuação não permutáveis, pois, indicam processos enunciativo distintos.

Por sua vez, Dahlet (2006) respalda sua posição naquilo que aponta Anis (1988), para quem o uso de tais recursos distinguem-se a partir dos seguintes aspectos: “Le tiret parenthétique est assez difficile à distinguer fonctionnellement de la parenthèse: cependant sa valeur de base semble être plus d'apporter un supplément qu'un complément d'information — comme la parenthèse¹⁵⁵” (ANIS, 1988, p. 136 – 137). A distinção entre o que pode implicar e/ou pressupor as expressões “suplemento” e “complemento” de informação parece bastante aceitável, uma vez que até na própria ocorrência analisada e na sua proposta de reescrita (B), nota-se a relação de suplementação entre o termo intercalado (Buscopan) e o referenciado (escopolamina). Isso significa dizer que na situação de comunicação, os sentidos básicos do enunciado se sustentariam com a ausência de um ou de outro termo. Quando se aplicam os travessões (B), isso não fica pressuposto, pois, eles indicam uma complementação. Portanto, a substituição dos parênteses por travessões seria inadequada, uma vez que o conteúdo intercalado não corresponderia a uma relação semântica de complementação, isto é, de necessariedade entre as expressões — é claro, nos termos da abordagem assumida aqui.

Todos esses aspectos corroboram com a posição defendida de que, embora haja uma necessidade da estrutura do segmento linguístico na aplicação dos parênteses na primeira ocorrência do fragmento FSP140219-1, a essencialidade de sua aplicação está fundamentada em aspectos de natureza enunciativo-discursiva. Nesse caso, os *conteúdos comunicativos implicados e pressupostos* nos atos de linguagem encapsulados pelos parênteses — ainda que estes sejam substituídos por vírgula, ou até mesmo por travessões — precisariam ser explicitados por meio de expressões verbais que evidenciarium os comportamentos linguísticos que foram encapsulados. É exatamente em função dessas necessidades comunicativas que se defende a essencialidade dos parênteses como uma marca de pontuação enunciativo-discursiva, considerando-se, portanto, sua pertinência sintática e/ou ortográfica uma *função de segunda ordem*.

¹⁵⁵ O travessão é bastante difícil de distinguir funcionalmente do parêntese: no entanto, seu valor básico parece fornecer mais informações suplementares do que complementares — como o parêntese.

A exemplo do que se tem feito como parte das análises aqui apresentadas, toda essa *superposição* de processos e de sentidos pode ser evidenciada a partir das propostas de reescritas e de desencapsulamentos dos atos de linguagem “tradutores” dos conteúdos linguísticos elipsados pelos parênteses na ocorrência em questão. Assim, são possíveis os seguintes desdobramentos:

- a) “Se as opções anteriores não forem suficientes, medicamentos como dipirona, escopolamina, *substância presente em remédios como o Buscopan*, e anti-inflamatórios ajudam”
- b) “Se as opções anteriores não forem suficientes, medicamentos como dipirona, escopolamina, *princípio ativo de remédios como o Buscopan*, e anti-inflamatórios ajudam”
- c) “Se as opções anteriores não forem suficientes, medicamentos como dipirona, escopolamina, *que pode ser administrada na forma de Buscopan*, e anti-inflamatórios ajudam”

É importante ressaltar que a relação hiperonímica, intercalada por parênteses, estabelece-se no nível daquilo que é essencialmente enunciativo-discursivo; diferentemente do que ocorreria com apostos que se apresentariam, primeiramente, no nível da expressividade sintático-semântica¹⁵⁶. Isso significa dizer que os sentidos daquilo que é intercalado pelos parênteses orbitam a esfera da intencionalidade discursiva. Desse modo, entende-se que a compreensão daquilo que está assinalado pelos parênteses depende da diretividade dos sentidos estabelecidos por quem enuncia, que, por sua vez, denota a superposição de três aspectos: a) assinalação da postura de quem enuncia (enunciação); b) o direcionamento dos sentidos enunciado (intencionalidade); c) a percepção da existência de atos de linguagem encapsulados (enunciado).

Retomando o fragmento FSP140219-1, em que se encontra a ocorrência de parênteses analisada acima, registra-se outra situação em que se aplicam parênteses, mas que manifesta algumas particularidades em relação a que lhe antecede. Essa segunda ocorrência apresenta-se no seguinte enunciado: “É preciso ter cuidado com possíveis efeitos adversos, como úlcera, gastrite e dano renal, se o uso é muito

¹⁵⁶ Talvez seja por essa razão que se encontre em Catach (1980b) o entendimento de que os aspectos semânticos são fenômenos de segunda ordem dos sinais de pontuação com função sintática (cf. subtópico 3.3.1).

frequente (mais de cinco dias seguidos)”. Nesse caso, do ponto de vista do conteúdo comunicativo da expressão intercalada, percebe-se presença de uma especificação em oposição aos sentidos generalizantes da expressão especificada: “muito frequente”. Fica clara a ausência de uma relação de equivalência entre os termos envolvidos no processo de assinalação que justifica o uso dos parênteses; parece evidente também que a situação de aplicação do recurso de pontuação é bastante diferente da anteriormente analisada.

Como não se reconhece a relação de equivalência sinonímica entre “muito frequente” e “mais de cinco dias seguidos”, fica para o leitor a capacidade de perceber a potencialidade comunicativa da presença dos parênteses intercalando a expressão. Inicialmente, é importante considerar que, durante o processo de leitura e de compreensão/interpretação textual, os leitores devem ser capazes de traduzir aquilo que o uso de tais recursos imprime ao enunciado — até porque, visualmente, eles já se distinguem de qualquer outro recurso que pudesse ser considerado equivalente nessa situação textual. O mesmo diz-se da intenção do escrevente ao aplicar tal recurso, retirando, não por acaso, do nível da expressão verbal tudo aquilo que está implicado no uso discursivo dos parênteses, advindo de sua carga enunciativa. A potencialidade comunicativa dos parênteses nesse tipo de ocorrência pode ser melhor percebida, quando se aplica a possibilidade de sua eliminação ou substituição no segmento textual. A primeira possibilidade está representada na reescrita (A) proposta logo abaixo:

A. “É preciso ter cuidado com possíveis efeitos adversos, como úlcera, gastrite e dano renal, se o uso é muito frequente mais de cinco dias seguidos”.

A ausência, não só dos parênteses, mas de qualquer outro recurso de pontuação que pudesse segmentar de fato as expressões, revela imediatamente problemas de progressão temática, isto é, de continuidade (contiguidade) sintagmática entre as expressões. Sem a presença de qualquer recurso de segmentação que assinale distinções comunicativas (sintáticas, semânticas, enunciativas e discursivas) de cada segmento textual, qualquer leitor-interpretante estaria “autorizado” a compreender que “mais de cinco dias seguidos” é, naturalmente, algo “muito frequente”. Isso seria uma dedução, para além desse contexto e situação de comunicação, generalizante e, no mínimo, temerária, senão falsa. Desse modo, a proposta de reescrita (A), além de tangenciar aspectos sintáticos fundamentais para

a constituição do período, evidencia alguns problemas para a compreensão dos sentidos do enunciado.

Uma segunda forma de verificar as particularidades linguísticas decorrentes da aplicação de parênteses é a sua substituição por um recurso de pontuação que lhe possa parecer equivalente; neste caso, parece adequada a sua substituição por travessão (um único, uma vez que ele encerra o período). É isso que se propõe na reescrita (B) apresentada abaixo:

B. “É preciso ter cuidado com possíveis efeitos adversos, como úlcera, gastrite e dano renal, se o uso é muito frequente — mais de cinco dias seguidos”

A presença do travessão resolve, inicialmente, o problema da necessidade de segmentação das expressões, evidenciando a ausência de contiguidade sintática entre elas. No entanto, continua evidente a falta de continuidade discursiva, que evidenciaria a continuidade tópica entre as expressões; embora, visualmente, o travessão sinalize a presença de um outro nível de expressividade, o que possibilitaria ao leitor considerar que os segmentos estão sobrepostos. De qualquer modo, apenas a presença do travessão parece insuficiente para explicitar as relações de sentido esperadas no enunciado nitidamente composto por duas posturas enunciativo-discursivas. Da forma como o período apresenta-se na reescrita acima (B), o leitor-interpretante seria, fatalmente, levado a encontrar relação de sentido entre os segmentos por meio de *suposição*. É preciso considerar, no entanto, que a suposição é um procedimento de interpretação que se distingue da baseada em indexicalizações discursivas; estas que se manifestam por meio de processos de inferências pragmáticas, quais sejam: as *implicaturas* e as *pressuposições*.

Não é sem razão linguística, portanto, que, ao contrário dos parênteses, o travessão poder ser apenas o de abertura da intercalação (como na proposta de reescrita acima). Isso significa considerar que o segmento intercalado por travessão encontra-se no mesmo nível de expressividade daquele que recebe a intercalação. Por conseguinte, parece clara a indicação de que, quando há intercalação por *parênteses*, há também a necessidade de que eles sejam duplos (de abertura e de fechamento). Nesse sentido, entende-se que os parênteses elevam a informação a outro nível de expressividade, como se o conteúdo comunicado fosse *destacável* do nível de expressividade em que se encontra aquilo que não está intercalado. Talvez seja pela percepção dessa propriedade linguística dos parênteses que se oriente a facultatividade da leitura daquilo que está intercalado por eles.

De modo geral, parece evidente que tanto a subtração como a substituição dos parênteses só seria possível se houvesse uma reorganização e/ou adaptação de aspectos linguísticos do enunciado. Isso revela a presença de procedimentos enunciativo-discursivos que precisam ser levados em conta no momento de uma leitura-interpretante em que os parênteses são aplicados com finalidade específica. Essas constatações remetem às ideias defendidas aqui, para as quais tais recursos de pontuação são de outra natureza linguística, pois são capazes de indicar a presença de atos de linguagem, que se constituem de verdadeiros comportamentos linguísticos, encapsulados pela aplicação de marcas de pontuação discursivas. Assim, a título de demonstração dessas possibilidades, propõem-se o desencapsulamento dos atos de linguagem encapsulados e de seus conteúdos comunicativos elipsados por ocasião do uso de parênteses no texto-fonte:

- a) “É preciso ter cuidado com possíveis efeitos adversos, como úlcera, gastrite e dano renal, se o uso é muito frequente, *o que equivaleria, em algumas situações, a mais de cinco dias seguidos*”
- b) “É preciso ter cuidado com possíveis efeitos adversos, como úlcera, gastrite e dano renal, se o uso é muito frequente, *em geral, mais de cinco dias seguidos para qualquer um desses medicamentos*”
- c) “É preciso ter cuidado com possíveis efeitos adversos, como úlcera, gastrite e dano renal, *pois, se o uso é muito frequente, geralmente, mais de cinco dias seguidos, essas doenças podem ser as consequências.*”

As duas ocorrências do uso de parênteses apresentadas no fragmento FSP140219-1 serviram para demonstrar aquilo que está proposto no título deste subtópico, que prenuncia a consideração de aspectos sintáticos na aplicação dos parênteses; compreendendo, porém, que não são estes aspectos a razão de suas propriedades linguísticas. Isso parece claro também, uma vez que, as implicações para os conteúdos comunicativos das expressões intercaladas pelos parênteses estão imbricadas na sua natureza enunciativo-discursiva, que podem marcar as superposições de vozes enunciativas, de modos de dizer e de direcionamento dos sentidos, que constroem o todo comunicativo do enunciado marcado.

As ocorrências analisadas nestes dois subtópicos (6.2.1 e 6.2.2) sintetizam o que ocorre de modo geral na aplicação de parênteses, inclusive, naqueles casos mais frequentes e corriqueiros, em que se intercalam com parênteses, por exemplo, *siglas*,

traduções de expressões estrangeiras, *equivalências* em relações do tipo personagem/ator etc. Em todas essas situações, estão implicados e pressupostos processos de encapsulamentos de atos de linguagem para os quais os leitores, em geral, estão aptos a compreenderem o processo implicitamente assinalado. No entanto, há de se considerar a possibilidade de aplicação inadequada desses recursos de pontuação, isto é, de forma a não indicarem a presença de comportamentos enunciativo-discursivos significativos, produtivos e específicos em função daquilo que se quer comunicar. Nesses casos, os leitores, em maior ou menor grau, serão capazes de perceber as inadequações, seja pelas dificuldades de compreensão dos sentidos gerais do enunciado, seja por problemas associados aos aspectos sintáticos do segmento textual.

6.3 Travessões como marca de pontuação discursiva — a intercalação no nível da expressividade textual

A análise de ocorrências desse recurso de pontuação exige, inicialmente, um esclarecimento em relação à manifestação do tipo de aplicação de travessões analisada aqui. As motivações e os objetivos linguísticos que dirigem esta pesquisa facultam a exclusão, aprioristicamente, das ocorrências de travessão que se caracterizam pela sinalização do *discurso direto* (DD), circunstância em que o travessão aparece marcando o início da “fala” de personagens, ou de entrevistados em textos com características narrativas. Parece claro também que, em função da escolha do gênero notícia para fazer a seleção de ocorrências, talvez fosse desnecessária essa observação, mas pela possibilidade de se encontrar, entre os fragmentos de textos selecionados, algum caso que se enquadre neste tipo ocorrência; deixa-se registrada essa ressalva. Esclarece-se, ainda, que a exclusão desse tipo de aplicação de travessões está relacionada aos seus aspectos estruturais, que indicam uma forma fixa, pré-estabelecida e convencional ligada às configurações da tipologia textual em questão.

Por essa razão, é preciso deixar evidenciado que as ocorrências de travessões que interessam a este trabalho são aquelas em que a presença deste recurso de pontuação indica uma mudança da postura enunciativa, em forma de *desengate enunciativo*, do qual se pode inferir o direcionamento dos sentidos pretendidos pelo enunciador, isto é, um certo *estado Intencional*. A exemplo do que se demonstrou nas

análises de ocorrências de aspas e parênteses, os travessões também são compreendidos como recursos de pontuação de natureza linguística essencialmente enunciativo-discursiva. Nesse sentido, tais recursos, em algumas situações, são capazes de promover, por exemplo, não apenas um *desengate enunciativo*, mas também a *descontinuidade sintática* do segmento linguístico que intercalam (subtópico 6.3.1). Essa descontinuidade sintática instala-se em prol da assinalação da presença de *conteúdos comunicativos* não verbalizados, mas, efetivamente, pressupostos a partir da presença dos travessões como marca de pontuação discursiva.

Desta forma e segundo essas características, entende-se que os travessões devem ser vistos como capazes de marcar o modo como o enunciado se concretiza à medida que assinalam os direcionamentos dos sentidos pretendidos pelo enunciador. Interessa considerar também as situações em que o uso de travessões (especialmente os duplos, que abrem e fecham uma intercalação) não promove a descontinuidade sintática (subtópico 6.3.2), significando dizer que a expressão intercalada entre travessões forma uma unidade sintagmática com o enunciado receptor da intercalação. Esse tipo de aplicação também foi verificado nos levantamentos das ocorrências selecionadas para compor o *corpus* da pesquisa.

6.3.1 Travessões e o encapsulamento de atos de linguagem decorrentes do desengate enunciativo e da descontinuidade sintática

Algumas ocorrências de travessões identificadas como essencialmente enunciativo-discursivas, ao tempo em que promovem o desengate enunciativo e apontam o direcionamento dos sentidos pretendidos pelo enunciador, assinalam uma *descontinuidade sintática* entre a expressão intercalada e o segmento receptor da intercalação; marcando — como lhes é próprio — o encapsulamento de atos de linguagem identificadores de intencionalidades não explicitadas. Isso significa dizer que os travessões, segundo essas propriedades linguísticas, evidenciam, de sobremaneira, a existência de um *conteúdo comunicativo elipsado*, que precisa ser considerado como parte dos sentidos gerais do enunciado. Dessa forma, no caso de se pretender explicitar o conteúdo comunicativo elipsado pelos travessões, será necessária uma reescrita que, ao suprimir os travessões, explicita verbalmente os atos

de linguagem encapsulados e os conteúdos comunicativos elipsados ao se aplicarem tais recursos discursivos.

Para fim de demonstração dessas possibilidades de aplicação dos travessões, serão analisadas algumas ocorrências. Na primeira delas, retoma-se o fragmento GZW221218-3 (já submetido à análise no subtópico 6.1.3) — trazido agora com outro propósito. Desta feita, evidencia-se a aplicação dos travessões com propriedades linguísticas que interessam particularmente a este subtópico, pois, para além de suas potencialidades enunciativo-discursivas, assinalam, como já dito, uma *descontinuidade sintática* entre a expressão intercalada e o segmento receptor da intercalação. Defende-se que, nesse caso, suas propriedades enunciativo-discursivas ficam evidenciadas não só pelo *desengate enunciativo*, que promovem, bem como pela *descontinuidade sintática*. Como decorrência de suas funções comunicativas, os travessões revelam a latência de *atos de linguagem encapsulados* e de *conteúdos comunicativos elipsados*.

Fragmento GZW221218-3

As estimativas confirmadas pelos secretários Fabrício Marques e Laura Souza, é que o pagamento do rateio deve ficar em uma folha, o que equivale – esse cálculo é meu – a algo entre R\$ 25 e R\$ 30 milhões.

De forma preliminar, é preciso dizer que se enxerga, nessa ocorrência, a existência de três fenômenos imbricados e decorrentes da forma como os travessões são aplicados e de como se comportam, enquanto *marca de pontuação discursiva*, quais sejam:

- i. A *descontinuidade sintática*, que provoca uma ruptura na estrutura do período, desfazendo o elo sintagmático entre a expressão intercalada pelos travessões e o segmento receptor de tal intercalação.
- ii. O *desengate enunciativo* que coloca em “órbitas” enunciativas diferentes o enunciado e o enunciador, manifestando “uma intervenção intencional no processo de referência” (DAHLET, 2006, p. 167).
- iii. O *encapsulamento discursivo* que evidencia a presença de atos de linguagem que, imbricados com aquilo que está explícito, indicam a

compactação de outros conteúdos comunicativos na forma do recurso de pontuação.

Quanto à *descontinuidade sintática*, os travessões intercalam uma expressão (neste caso, uma sentença-oratória) que rompe a sequência sintagmática do segmento linguístico receptor da intercalação, evidenciando que sua posição sintática e enunciativa não se representa absolutamente no trecho do período em que aparece. No caso do *desengate enunciativo*, os travessões remetem a uma outra postura enunciativa a expressão que intercalam, evidenciando que, entre o que se lê e o que se comunica, há outros conteúdos comunicativos pressupostos a partir da consideração do próprio desengate.

Quanto ao *encapsulamento discursivo*, os travessões substituem um potencial conjunto de expressões que explicitariam o ato de linguagem encapsulado, que, por sua vez, revelaria os direcionamentos e/ou as circunstâncias que constituem os sentidos do conteúdo comunicativo elipsado por eles. Desse modo, a exemplo do que se fez nas análises de ocorrência de aspas e de parênteses, a potencial presença dessas propriedades enunciativo-discursivas pode ser demonstradas promovendo-se a *subtração*, ou *substituição* dos travessões do texto-fonte por recursos que lhes possam ser considerados equivalentes. Nesse caso, a primeira reescrita (A) teria a seguinte configuração:

A. “As estimativas confirmadas pelos secretários Fabrício Marques e Laura Souza, é que o pagamento do rateio deve ficar em uma folha, o que equivale esse cálculo é meu a algo entre R\$ 25 e R\$ 30 milhões”.

Muito preliminarmente, percebe-se que a ausência dos travessões ou de qualquer outro recurso de pontuação traria dificuldades para a compreensão do conteúdo comunicativo e dos sentidos gerais do enunciado, uma vez que o segmento que deveria estar intercalado não se apresenta sintaticamente conectado ao segmento receptor; podendo gerar, inclusive, efeitos de ambiguidade. Para além desses aspectos mais pragmáticos e, sobretudo, sintagmáticos, é flagrante, considerando-se aspectos enunciativos, a clara distinção de dois enunciados, apontando referências indexicais distintas: uma na órbita da terceira pessoa do discurso (o não intercalado), outra na órbita da primeira pessoa (a intercalação). Essas indexicalizações não poderiam estar dispostas no mesmo nível de enunciação sob pena de trazer sérios prejuízos aos sentidos gerais do enunciado, à compreensão do conteúdo comunicativo, bem como de tudo aquilo que lhes está implicado. Assim,

entende-se como flagrante a necessidade de se separar a expressão que remete a outros referentes quer enunciativos, quer discursivos, quer pragmáticos. Isto significa dizer que a ausência de recurso de pontuação, nessa estrutura fraseológica, parece não admissível.

Portanto, constatada a necessidade de se marcar com recurso de pontuação a intercalação, poder-se-ia optar pela aplicação de um recurso de pontuação com a função elementar de separar segmentos linguístico que não se submetem aos mecanismos essenciais de articulação sintática, quais sejam: a *concordância*, a *regência* e a *coordenação*. Nesse caso, a vírgula é o recurso de pontuação, potencialmente, mais aplicável na maioria dos casos. Desta forma, tem-se a proposta de reescrita (B) abaixo, na qual um par de vírgulas substituem o par de travessões utilizados no texto-fonte:

B. “As estimativas confirmadas pelos secretários Fabrício Marques e Laura Souza, é que o pagamento do rateio deve ficar em uma folha, o que equivale, esse cálculo é meu, a algo entre R\$ 25 e R\$ 30 milhões”.

Parece evidente que a não-utilização das vírgulas no texto-fonte não é de ordem sintática, uma vez que estas atenderiam às necessidades de separação dos segmentos, apontando para a continuidade sintática que há entre as expressões: “equivalente” e “a algo entre R\$ 25 e R\$ 30 milhões” (segmento receptor da intercalação). No entanto, as vírgulas parecem não dar conta da natureza enunciativo-discursiva da expressão intercalada; evidenciando a necessidade de uma explicitação das razões pelas quais há essa ruptura de referência pragmática no conteúdo comunicativo intercalado. Nas propostas de reescrita e desencapsulamento apresentadas mais adiante (a, b, c, d), é possível notar o que precisaria ser feito (dito) para tornar o uso das vírgulas adequado, ou aceitável do ponto de vista das condições enunciativo-discursivas.

Uma terceira possibilidade de reescrita em que se evitariam os travessões seria sua substituição por parênteses, um recurso de pontuação que lhe é muito semelhante tanto do ponto de vista da aplicação como do ponto de vista dos efeitos sintáticos e enunciativo-discursivos, inclusive, que poderiam promover a leitura e a compreensão do enunciado dentro dos mesmos limites dos travessões. Nesse caso, a reescrita teria a seguinte reconfiguração:

C. “As estimativas confirmadas pelos secretários Fabrício Marques e Laura Souza, é que o pagamento do rateio deve ficar em uma folha, o que equivale (esse cálculo é meu) a algo entre R\$ 25 e R\$ 30 milhões”.

Observa-se que essa equivalência de uso é, a princípio, bastante aceitável e satisfatória, uma vez que, ao promover a intercalação do segmento linguístico, os parênteses assinalam (a exemplo dos travessões no texto-fonte) a descontinuidade sintática, o desengate enunciativo e o encapsulamento de atos de linguagem. No entanto, defende-se — aliás, como se tem deixado claro ao longo deste texto-tese — que a *coexistência de recursos de pontuação* é indicativa de suas especificidades seja como recurso sintático e/ou ortográfico, seja como marca enunciativo-discursiva de pontuação. Desse modo, pressupõe-se que há razões específicas para a aplicação de travessões, ou de parênteses, as quais devem ser observadas naquilo que cada recurso insere de particular ao ser empregado no fragmento.

Nesse sentido, analisando o conteúdo comunicativo da expressão intercalada por travessões no texto-fonte, nota-se que ela insere um ato de linguagem que se caracteriza essencialmente como uma *ressalva*. Dessa forma, é ato de linguagem delimitador dos sentidos do conteúdo comunicativo do segmento receptor da intercalação; portanto, precisa ser considerado para que se possa garantir a adequada compreensão dos sentidos gerais do enunciado e de suas respectivas referências em relação aos enunciadores e aos enunciados. Isso está ligado ao fato de que, quando um conteúdo comunicativo aparece entre travessões, o leitor precisará considerá-lo como parte integral do enunciado total, sob pena de, se não considerar tais aspectos, chegar a conclusões equivocadas ou ilegítimas em relação ao que se pretende comunicar.

Considerando-se todos esses aspectos, particularidades e propriedades linguísticas, entende-se — e defende-se — que a aplicação de parênteses na reescrita acima (C) não seria adequada, tendo em vista que esse recurso assinala a presença de uma suplementariedade indicadora de uma não-essencialidade do conteúdo comunicativo intercalado. Nesse sentido e sob a consideração desses aspectos, Anis (1988) distingue os usos de travessões e parênteses a partir do que possa ser considerado uma *suplementação* de informações, isso no caso de parênteses. Para ele, tal recurso assinala a presença de informações, até certo ponto, dispensáveis para os sentidos gerais do enunciado e para os aspectos sintáticos do fragmento, constituindo-se numa referência direta ao leitor. É, pois, nessa direção que ele afirma:

Les parenthèses insèrent dans le texte un élément extérieur à la continuité syntagmatique et à la cohérence énonciative : il s'agit de précisions et de commentaires dont la lecture n'est pas obligatoire; à la limite, c'est un énoncé qui ne s'adresse qu'au lecteur bis (le plus inculte, ou le plus intéressé!). Il peut s'agir de toute une phrase ou même de tout un paragraphe ; mais quel que soit le niveau d'ancrage syntagmatique, l'énoncé est souvent l'équivalent d'un segment du texte proprement dit, il a un caractère paraphrastique¹⁵⁷. (ANIS, 1988, p. 136)

Nota-se que, se se aplicassem os parênteses (C), a princípio, estar-se-ia sinalizando para o caráter dispensável do conteúdo informativo intercalado; aliás, é comum encontrar orientações de leitura que sugerem a desconsideração de conteúdos intercalado por parênteses, a fim de que se priorize o fluxo da leitura e da compreensão do enunciado receptor da intercalação. Considera-se que essa posição de Anis (1988) é bastante razoável, inclusive, foi o que se apontou no subtópico (6.2.2.) no qual se tratou do uso de parênteses com essas propriedades enunciativo-discursivas. Por essa razão, compreende-se que no texto-fonte, o jornalista opta (talvez como reflexo de uma “intuição comunicativa”) por intercalar a expressão entre travessões; do contrário, ele estaria sinalizando ao leitor o caráter redundante ou dispensável do conteúdo comunicativo trazido pela expressão intercalada.

A partir dos pressupostos presentes na defesa que se faz aqui, entende-se que o aspecto marcado pelos travessões, ao intercalar a expressão no texto-fonte, é essencialmente o discursivo, uma vez que, do ponto de vista sintático e enunciativo (inclusive, com base no posicionamento de Anis (1988)), o recurso de pontuação a ser aplicado deveriam ser os parênteses, que marcariam a descontinuidade sintática e o desengate enunciativo. Entende-se e defende-se também que o jornalista ao optar pelos travessões sinaliza para o leitor a obrigatoriedade da leitura daquilo que eles intercalam, assinalando a presença de atos de linguagem não verbalizáveis, mas perfeitamente possíveis de serem inferidos a partir do que se explicita e do contexto de comunicação.

¹⁵⁷ Os parênteses inserem no texto um elemento externo à continuidade sintagmática e à coerência enunciativa: são detalhes e comentários cuja leitura não é obrigatória; em última análise, esta é uma declaração dirigida apenas ao seu leitor (o menos instruído ou o mais interessado!). Pode ser uma frase inteira ou mesmo um parágrafo inteiro; mas seja qual for o nível de ancoragem sintagmática, o enunciado é muitas vezes o equivalente a um segmento do próprio texto, ele tem um caráter parafrástico.

Para que se possa visualizar esses processos sintáticos e enunciativo-discursivos imputados ao fragmento pela aplicação dos travessões no texto-fonte, propõem-se reescritas do fragmento (a exemplo do que se tem feito na análise de todas as ocorrências), nas quais se promove o *desencapsulamento dos atos de linguagem* justificadores da presença de tais recursos, bem como a *explicitação do conteúdo comunicativo elipsado*. Assim, admitindo-se algumas possibilidades de reescritas do fragmento e de desencapsulamento dos atos de linguagem, o texto fonte poderia ter as seguintes configurações sem a utilização dos travessões, mas com a explicitação dos conteúdos comunicativos que eles elipsaram:

- a) As estimativas confirmadas pelos secretários Fabrício Marques e Laura Souza, é que o pagamento do rateio deve ficar em uma folha, o que equivale, *segundo um cálculo feito por mim*, a algo entre R\$ 25 e R\$ 30 milhões.
- b) As estimativas confirmadas pelos secretários Fabrício Marques e Laura Souza, é que o pagamento do rateio deve ficar em uma folha, *portanto, fazendo um cálculo rápido com base em anos anteriores*, isso equivale a algo entre R\$ 25 e R\$ 30 milhões.
- c) As estimativas confirmadas pelos secretários Fabrício Marques e Laura Souza, é que o pagamento do rateio deve ficar em uma folha; *se tomarmos como base anos anteriores*, isso indica que o valor total a ser rateado equivale a algo entre R\$ 25 e R\$ 30 milhões.
- d) As estimativas confirmadas pelos secretários Fabrício Marques e Laura Souza, é que o pagamento do rateio deve ficar em uma folha, o que equivale a algo entre R\$ 25 e R\$ 30 milhões; *lembrando que esse valor total está dentro de um intervalo, pois, está baseado em cálculos feitos por mim*.

Em todas as sugestões de reescrita e de desencapsulamento, fica explicitado o que poderia ter sido verbalizado, mas que foi encapsulado e elipsados pela presença dos travessões. Uma vez desfeito o encapsulamento dos atos de linguagem e a explicitação de possíveis conteúdos comunicativos, nota-se que aquilo que o jornalista “faz” (na intercalação), além de se identificar como autor do cálculo, é uma inferência com base numa série de informações textuais e contextuais. Todo esse comportamento linguístico está presente na capacidade enunciativo-discursiva que os travessões têm de marcar atos de linguagens e conteúdos comunicativos pressupostos a partir de tudo que aquilo que lhes está implicado, evidenciando a

necessidade de que esses comportamentos enunciativo-discursivos sejam considerados durante o processo de leitura.

No fragmento FSP160219-1 (abaixo), verifica-se outra ocorrência de travessões que evidencia o tipo de uso discutido neste subtópico, isto é, a aplicação de travessões que, ao encapsularem atos de linguagem específicos, marcam uma *descontinuidade sintática*, um *desengate enunciativo* e o *encapsulamento de atos de linguagem*. A leitura do fragmento revela também a presença de outros recursos de pontuação de natureza discursiva como as aspas e os parênteses; mas o que interessa (para este subtópico) é o papel dos travessões presentes no último período do fragmento. Em que se lê:

Fragmento FSP160219-1

A união da teoria eletrofraca e da cromodinâmica quântica está contemplada no que os físicos denominam Modelo Padrão, um “quadro geral” que reúne as partículas conhecidas hoje e três das quatro forças da natureza (eletromagnética, fraca e forte). A inclusão da gravidade —muitos acreditam que isso seja possível— tem que esperar uma teoria de gravidade quântica.

O primeiro aspecto que se evidencia — e que qualquer leitor sentiria manifestar-se durante o processo de leitura — é aquele que promove a descontinuidade sintática entre os segmentos que formam o último período do texto. Isso se manifesta de tal maneira que, se não fosse pela presença dos travessões, a compreensão do que se expressa no período ficaria bastante prejudicada, é isso que se pode constatar na seguinte reescrita (A) abaixo:

- A. “A inclusão da gravidade muitos acreditam que isso seja possível tem que esperar uma teoria de gravidade quântica”.

É flagrante que sem os travessões a construção do período, como uma sentença compreensível em língua portuguesa, ficaria prejudicada. Parece indiscutível também que sem a presença de tais recursos, separando o período em duas unidades enunciativo-discursivas, não se perceberia os efeitos de sentidos provocados pelo afastamento do enunciador do enunciado. Desta forma, o que se percebe na reescrita (A) é que as vozes, superpostas no período, não seriam marcadas, se não houvesse a presença deste tipo de recurso de pontuação. Uma outra possibilidade de reconfiguração do período seria com a substituição dos travessões por vírgulas como na reescrita abaixo (B), mas isso também traria

peculiaridades aos sentidos gerais do enunciado.

- B. “A inclusão da gravidade, muitos acreditam que isso seja possível, tem que esperar uma teoria de gravidade quântica”.

A exemplo do que se pôde observar no fragmento (GZW221218-3) analisado anteriormente, a substituição dos travessões por vírgula resolve os aspectos sintagmáticos, mas elas não conseguem assinalar a flagrante presença de aspectos enunciativo-discursivos, que colocam o segmento intercalado em outro nível de expressividade. A aplicação de vírgulas só se tornaria adequada, se se promovesse uma reescrita em que o conteúdo comunicativo pressuposto com tal intercalação fosse explicitado; isso é o que se sugere abaixo (a, b, c). Antes disso, porém, vale a pena considerar que os travessões poderiam ser substituídos por parênteses (C), uma vez que tais recursos de pontuação são considerados e apresentados como equivalentes. Nesse caso, tem-se a seguinte reescrita:

- C. “A inclusão da gravidade (muitos acreditam que isso seja possível) tem que esperar uma teoria de gravidade quântica”.

Grosso modo, essa é uma possibilidade bastante aceitável, pois promove o desengate enunciativo, marca a descontinuidade sintática e assinala a latência de pressupostos que comunicariam a presença de atos de linguagem encapsulados. No entanto, nas palavras de Anis (1988), a aplicação de parênteses, traria, ao segmento intercalado, o caráter de complementariedade; em oposição ao caráter de complementar pressuposto no uso de travessões. Isso corresponde, em certa medida, às orientações de leitura (já referenciadas aqui) que sugerem que se ignorem conteúdos entre parênteses em função de seu caráter acidental e da essencialidade do segmento que recebe tal intercalação.

Para além desses aspectos, neste trabalho, defende-se que os travessões utilizados no texto-fonte, em oposição aos parênteses, marcam a necessidade de se considerar o conteúdo comunicativo intercalado sob pena de se prejudicar algum aspecto dos sentidos gerais do enunciado. Para que se possa evidenciar essas particularidades, propõem-se algumas reescritas e reconfigurações do fragmento, em que se promove o desencapsulamento de atos de linguagem que justificam a presença dos travessões. Assim, têm-se as seguintes possibilidades:

- a) “Muitos acreditam que a inclusão da gravidade tem que esperar uma teoria de gravidade quântica, *só assim* isso será possível”.
- b) “A inclusão da gravidade tem que esperar uma teoria de gravidade quântica, *essa é uma condição defendida por muitos*”.
- c) “A inclusão da gravidade *constitui-se numa consideração* que muitos acreditam que seja possível, *mas para isso* tem que esperar uma teoria de gravidade quântica”.

A eliminação dos travessões e a conseqüente explicitação dos atos de linguagem que foram encapsulados, revelam a natureza enunciativo-discursiva dos atos de linguagem encapsulados e do conteúdo comunicativos intercalado, isto é, fica evidente a *condição hipotética* do enunciado. Esse aspecto só ficou evidente por conta dos desdobramentos e reconfigurações que permitiram eliminar os travessões, ao mesmo tempo em que explicitam aquilo que estava compactado sob a forma de marcas de pontuação discursivas. É possível que outras possibilidades de reescritas e de reconfigurações — talvez até mais explicitadoras desses fenômenos linguísticos — pudessem ser demonstradas. No entanto, julgam-se satisfatórios os procedimentos aplicados até aqui para fins de exemplificação e demonstração dos aspectos particulares contidos neste subtópico e que reforçam os pressupostos da tese defendida. Nesse sentido, entende-se como plausíveis os procedimentos utilizados aqui para demonstrar ocorrências de travessões que provocam *descontinuidade sintática, desengate enunciativo e encapsulamento de atos de linguagem*.

6.3.2 Travessões inócuos para a continuidade sintática entre o fragmento receptor e a expressão intercalada

O levantamento das ocorrências revelou também a aplicação de travessões sem nenhuma interferência na continuidade sintática entre a expressão intercalada e o fragmento receptor. De um modo geral, nesses casos, verifica-se a presença de um elemento linguístico com função de estabelecer conexão sintagmática entre o fragmento receptor e a expressão intercalada, o que significa dizer que a presença dos travessões seria dispensável, portanto, sem efeito do ponto de vista sintático-estrutural. Isso é o que se observa no fragmento RS1190718-1 (abaixo), que ilustra esse tipo de ocorrência.

Fragmento RSI190718-1



Fonte: Revista Superinteressante *on line*, 2018

No fragmento acima, o segmento linguístico que interessa aos propósitos deste trabalho aparece destacado em negrito e em fonte maior. Inicialmente, nota-se que foi usado apenas um travessão (de abertura) para intercalar a expressão, isso ocorre porque a intercalação encerra o período frasal¹⁵⁸. Para além disso, observa-se, muito imediatamente, que o travessão, ao separar os segmentos linguístico, é seguido de um conectivo textual (a conjunção “e”), que estabelece o elo sintático entre a expressão intercalada e o segmento textual receptor da intercalação. Nestas circunstâncias, portanto, travessões são (a exemplo do que ocorre com os parênteses no subtópico 6.2.1) sintaticamente nulos, justificando-se sua aplicação a partir daquilo que constitui sua natureza linguística, isto é, o fato de serem marcas de pontuação discursivas, cuja razão de existência é assinalar a presença de aspectos enunciativo-discursivos.

Nesse sentido, vê-se que o travessão utilizado no fragmento analisado agora não deve ser considerado como uma sinalização sintática, pois sua condição de existência é indicar a presença de dois fenômenos linguísticos que conduzem, de diferentes modos, os interesses desta pesquisa, quais sejam: o *desengate enunciativo* e o *encapsulamento de atos de linguagem*. Essas funções, decorrentes de sua natureza linguística, marcam a presença de aspectos discursivos específicos presentes em cada uma das orações que compõe o período e que são separadas pelo travessão. Dessa forma, entende-se — e defende-se — que o travessão passa a assinalar níveis distintos de expressividade entre o que está posto antes e o que aparece entre a intercalação.

¹⁵⁸ Com relação a essa forma de aplicação de travessão, considera-se a presença de um único travessão uma condição ligada a aspectos macroestruturais do texto, o que não interfere nos aspectos enunciativo-discursivos, que realmente interessam para as análises dos fenômenos estudados aqui. A importância desse registro está em ressaltar a não necessidade de considerar essa aplicação um outro tipo ou espécie do recurso.

Por conta dessa sua propriedade linguística, o travessão revela, por conseguinte, um ato de linguagem distinto e específico, que é tradutor do *conteúdo comunicativo elipsado* e do *estado Intencional*, que é, por sua vez, assinalado e direcionado pelo enunciador. Essas capacidades comunicativas podem ser demonstradas a partir de propostas de reescrita em que o travessão possa ser *substituído* por outros recursos de pontuação, ou ser *subtraído* do período. Numa primeira proposta de reescrita (A), tem-se a seguinte situação:

A. “Descoberta 12 novas luas em Júpiter, e uma delas é uma pedrinha suicida”.

Nessa configuração, em que a vírgula substitui o travessão, tem-se uma situação de uso de pontuação prevista e normatizada em manuais gramaticais brasileiros. Segundo Azeredo (2008), por exemplo, “nas orações introduzidas pela conjunção *e*, pode-se empregar a vírgula: quando apresenta sujeitos diferentes, *principalmente se temos a intenção de enfatizá-los*” (AZEREDO, 2008, p. 520 – grifo nosso). Essa é uma orientação de uso da vírgula bastante referenciada nos manuais gramaticais em geral. Neste caso, porém, o gramático salienta uma “assinalação enfática”, que, a rigor, não aponta para uma função objetivamente compreensível, uma vez que “ênfase” (destaque?) poderia ser obtido por meio de qualquer outro recurso gráfico ou tipográfico como o negrito, itálico, sublinhado, a maiúscula contínua etc. Nesse tipo de indicação, não se encontram — nem se esperam — descrições ou explicitações de aspectos que ultrapassem os limites sintáticos e ortográficos desse tipo de recursos de escrita, isso constitui os limites epistemológicos e metodológicos de obras de referência.

A substituição do travessão por vírgula, portanto, dá conta do aspecto sintático. No entanto, essa substituição não imprime à forma escrita a expressividade capaz de marcar o *desengate enunciativo* responsável por revelar o distanciamento do enunciador em relação ao enunciado como salienta Dahlet (2006). Percebe-se também que, com a ausência do travessão — e a vírgula funcionando como recurso sintático —, perde-se a assinalação dos aspectos discursivos identificadores da presença de atos de linguagem *distintivos, pressupostos e implicados* a partir da presença do travessão. Neste caso, a expressão intercalada, para além de conter uma *suplementação e/ou complementação* (ANIS, 1988) em relação ao segmento receptor, revela a presença de outra postura enunciativa.

Numa segunda proposta de reescrita (B), na qual o travessão é *subtraído* e a conjunção é mantida como elemento conectivo entre as duas orações que formam o período frasal, nota-se a ausência da marcação do *desengate enunciativo* e, por conseguinte, de superposição dos níveis de expressividade. Assim, o ato de linguagem caracterizador da primeira oração do período poderá ser tomado como equivalente ao que constitui a segunda oração. De modo mais pragmático, pode-se dizer que não se fará a distinção entre o que é objetivamente a *notícia*, e aquilo que se caracteriza como uma espécie de *comentário* — inclusive, de conotação jocosa. Nessa proposta, o período terá a seguinte configuração:

B. “Descoberta 12 novas luas em Júpiter e uma delas é uma pedrinha suicida”.

Considerando-se que essa configuração (B) — assim como a proposta de reescrita anterior (A) — pode corresponder a uma das formas de aplicação mais frequentes; a simples presença da conjunção como elemento coesivo não habilitará a leitura dos atos de linguagem distintivos que compõem o fragmento. Isso significa dizer que, como recurso sintático-textual, a conjunção não será capaz de assinalar a efetiva interpretação do segmento nem no que diz respeito ao *desengate enunciativo* nem à mudança do nível de expressividade. Dessa forma, o leitor não será “alertado” para o fato de que o conteúdo informativo da primeira oração do período (a descoberta) caracteriza-se como uma notícia; enquanto o conteúdo da segunda oração (comentário) identifica-se como uma forma alegórica (talvez irônica) de se lidar com o conteúdo da notícia propriamente dito. No texto-fonte, ao aplicar o travessão como *marca enunciativo-discursiva de pontuação*, o autor da frase deixa assinalada a mudança de atitude textual-discursiva e os diferentes níveis de expressividade entre as duas partes do enunciado; seccionando o período em duas enunciações distintas.

Nesse sentido, percebe-se que o autor do texto opta por duas enunciações, articuladas numa mesma estrutura frasal. Como já dito, uma dessas informações pertence à órbita dos fatos (a notícia) — e precisa ser transmitida objetivamente —, a outra revela uma “leitura”, uma forma específica e autoral do jornalista noticiar. Nota-se que por conta dessas características enunciativo-discursivas, a segunda frase distancia-se da objetividade esperada numa notícia, inclusive, sinaliza para traços estilísticos com efeitos de uma certa ironia: “pedrinha suicida”. A opção de não assinalar (na reescrita acima (B)) essas distinções por meio de marca de pontuação discursiva provoca um esvaziamento do potencial comunicativo da sentença no que

se refere à leitura dos comportamentos linguísticos, das posturas enunciativas e da percepção dos direcionamentos discursivos que se aplicam ao enunciado.

Uma terceira possibilidade de reescrita desse fragmento, para efeito de demonstração das particularidades do recurso de pontuação aplicado no texto-fonte, consiste na substituição do travessão por parênteses. Nesse caso, a reescrita teria a seguinte configuração:

C. “Descoberta 12 novas luas em Júpiter (e uma delas é uma pedrinha suicida)”.

Nessa situação, parece inevitável a consideração de que os parênteses são equivalentes aos travessões; no entanto, numa observação objetiva e macroestrutural do segmento linguístico, pode-se rechaçar essa primeira impressão, uma vez que, ao substituir os travessões por parênteses, faz-se necessária a imediata aplicação de um elemento de fechamento, que fora considerado desnecessário quando do uso dos travessões. Portanto, *in limine*, esses recursos não se equivalem. Essa conclusão é acessada indutivamente, pois a presença de tal necessidade não é mera imposição convencional; na realidade, ela é reflexo da propriedade enunciativo-discursiva que caracterizam cada recurso particularmente. Nesse caso, é da natureza dos travessões manter as expressões no mesmo nível de expressividade que o segmento receptor da intercalação — o que indica, por exemplo, a obrigatoriedade de leitura.

Os parênteses, por sua vez, ao intercalarem a expressão, colocam-na num outro nível de expressividade, não só enunciativo — o que é amplamente defendido por Dahlet (2006) e, de certa forma, por Junkes (2002) —, mas também discursivo. Por conta dessas propriedades linguísticas que distinguem travessões e parênteses, se fosse o caso de se usar parênteses no texto-fonte, a expressão intercalada indicaria a presença de um elemento exofórico, isto é, uma exoforia¹⁵⁹. Por essas razões, encontram-se orientações de leitura que sugere desconsiderar um conteúdo intercalado entre parênteses, uma vez que, em tese, ele funcionaria como uma informação acessória quase irrelevante para os sentidos do enunciado, para a postura

¹⁵⁹ “Exoforia desvio do eixo visual de um olho, para fora, em relação ao eixo do outro olho, na ausência de estímulos visuais de fusão” (HOUAISS, 2001, p. 1285).

Especificamente, nos estudos linguísticos, diz-se: “exófora (exofórico) termo usado por alguns LINGUISTAS para indicar o processo ou resultado de uma UNIDADE linguística que se refere diretamente (i.e., DEITICAMENTE) à SITUAÇÃO EXTRALINGUÍSTICA que acompanha um ENUNCIADO [...]. A ‘referência exofórica’ geralmente se opõe à referência ENDOFÓRICA, subclassificada em referências ANAFÓRICA e CATAFÓRICA” (CRYSTAL, 2000, p. 103 — grifo do autor).

enunciativa e para os direcionamentos pretendidos pelo enunciador. Pelo que se vê e se lê no texto-fonte, parece claro que não é este um caso de aplicação de parêntese, uma vez que aquilo que eles pressuporiam e implicariam não traduziria os comportamentos linguísticos e as intenções do enunciador.

Esclarecidos esses aspectos e essas particularidades, entende-se que aplicação de travessão no texto-fonte implica o encapsulamento de atos de linguagem específicos, que pressupõem conteúdos comunicativos que, se não fosse pela presença do travessão, precisariam ser explicitados. A demonstração dessa condição linguística pode ser feita por meio de processos de desencapsulamento de tais atos de linguagem, que, ao serem explicitados, exigirão reconfigurações e reescritas do período — revelando a relação lógico-linguística entre as duas partes do segmento. Algumas dessas possibilidades, podem ser visualizadas abaixo:

- a) “Descoberta 12 novas luas em Júpiter, e uma delas *pode ser comparada a uma pedrinha suicida*”. (Comparação)
- b) “Descoberta 12 novas luas em Júpiter, *mas* uma delas *não passa de uma pedrinha suicida*”. (Ressalva)
- c) “Descoberta 12 novas luas em Júpiter, *no entanto*, uma *delas pode ser comparada a uma pedrinha suicida*”. (Ressalva comparativa)
- d) “Descoberta 12 novas luas em Júpiter, *uma delas, na realidade, é como se fosse uma pedrinha suicida*”. (Explicação/Especificação)

Como já salientado em processos de desencapsulamento anterior, as reescritas e reconfigurações acima são apenas algumas das muitas possibilidades de se representar a presença de atos de linguagem encapsulados pelas marcas de pontuação discursivas. Importa saber que se não fosse pela aplicação do travessão, certamente se sentiria a necessidade de explicitar a mudança de postura discursiva presente nos conteúdos comunicativos de cada enunciado que compõem o segmento linguístico.

Nesse sentido, como se pode ver, os travessões não só têm funções específicas e distintivas das dos parênteses, como tais funções são decorrências de sua natureza e propriedades linguísticas. Esse é um fundamento aplicável a todos os recursos de pontuação, cujos usos são possíveis de serem especificados mediante o estabelecimento de distinções sintática, enunciativo-discursivas e pragmáticas. Dessas relações, decorre a constatação de que se há recursos de pontuação distintos

e específicos, como travessões e parênteses, é porque existem razões de uso igualmente específicas e distintivas. No entanto, isso não implica dizer que não seja possível encontrar a aplicação equivocada dessas marcas de pontuação, isto é, é possível que, em alguma situação, se apliquem travessões e/ou parênteses inadequadamente no lugar de sinais sintáticos de pontuação e vice-versa.

6.4 Colchetes e sua essencialidade discursiva: a assinalação de interpolações

Uma constatação muito preliminar é que esses são um dos recursos de pontuação com menor frequência de ocorrência (excetuando-se os que se encontram nas expressões matemáticas). Isso ficou evidente durante a seleção e coleta de dados feita para este trabalho, pois dos 29 textos selecionados para compor o *corpus*, em apenas 2 encontrou-se o uso de colchetes e uma única ocorrência em cada texto. Algo que também ficou bastante evidente é a situação em que os colchetes ocorrem; nesse caso, eles são empregados para intercalar uma expressão subtendida numa citação direta, processo conhecido como *interpolação*¹⁶⁰. No entanto, é comum sua equiparação ao uso de parênteses, o que se verifica nas palavras de Cegalla (2008) quando afirma que “[colchetes] têm a mesma finalidade que os parênteses; todavia, seu uso se restringe aos escritos de cunho didático, filológico, científico [...]. Na transcrição de um texto, indicam inclusão de palavras” (CEGALLA, 2008, p. 434 – 435). Nota-se o olhar do gramático apenas para os efeitos mais imediatos, que se apresentam em forma de marcação de intercalações superpostas. É, pois, nessa mesma perspectiva também, que Bechara (2003) afirma:

Intimamente ligados aos parênteses pela sua função discursiva, os colchetes são utilizados quando já se acham empregados os parênteses, para introduzirem uma nova inserção. Também se usam para preencher lacunas de textos ou ainda para introduzir, principalmente em citações, adendos ou explicações que facilitam o entendimento do texto [...]. (BECHARA, 2003, p. 612 – 613 — grifo nosso)

De modo geral, entre os gramáticos brasileiros, com maior ou menor ênfase, os colchetes são apresentados como recursos de pontuação equivalente aos

¹⁶⁰ “INTERPOLAÇÃO s.f. Adição de elemento linguístico em um texto” (JOTA, 1981, p. 178 — grifo do autor).

parênteses, uma vez que assinalam intercalações que remetem a outro nível de expressividade. Sobre essa proximidade entre os dois tipos de recursos, Dahlet (2006), assertivamente, destaca que “os colchetes indicam seja a subtração de um segmento do texto do autor editorado/citado, seja, pelo contrário, numa inserção da autoria do responsável pela edição/citação” (DAHLET, 2006, p. 222).

Em função do que se pretende demonstrar em relação ao uso dos colchetes, interessa particularmente as ocorrências em que eles são usados para inserir uma interpolação, pois, nessas ocorrências, sua natureza e funções linguísticas são tão mais específicas quanto menos permutáveis com os parênteses. Isso significa dizer que, nesse contexto enunciativo-discursivo, os colchetes, a exemplo do que ocorre com todos os recursos com essas propriedades linguísticas, imprimem ao enunciado características discursivas indispensáveis para compreensão dos seus sentidos, pois, como marca de pontuação enunciativo-discursiva comunicam a presença do *desengate enunciativo*, do *encapsulamento de atos de linguagem* — elipsando conteúdos comunicativos — e do *direcionamento de estados intencionais*.

Nesse sentido, as propriedades linguísticas dos colchetes podem ser demonstradas mediante as mesmas estratégias metodológicas adotadas para evidenciar as particularidades dos outros recursos identificados como marcas de pontuação discursivas. Assim, o primeiro procedimento é propor reescritas que *subtraiam*, ou *substituam* os colchetes no segmento linguístico em que aparecem, a fim de demonstrar a latência de tudo aquilo que está pressuposto e implicado a partir de sua ausência. Depois, propor reescritas que explicitem os atos de linguagem encapsulado pelos colchetes, revelando, por conseguinte, os conteúdos comunicativos elipsados por ocasião de sua aplicação. Isso é o que fica evidenciado na ocorrência de colchetes presente no fragmento abaixo:

Fragmento FSP020818-1

Já no verso da medalha, encontra-se a inscrição, também latina, "Congregati ex toto orbe mathematici ob scripta insignia tribuere". A expressão significa: "Reunidos, matemáticos de todo o mundo a concedem [a medalha] por escritos notáveis".

Excetuando-se os casos em que os colchetes são aplicados para assinalar a supressão de um segmento textual, a inserção deles assinalando uma interpolação é

o uso mais comum, significativo e produtivo para os propósitos deste trabalho. Nesses casos, eles fazem uma referência textual não autorizada mais claramente inferida da situação de comunicação. Isso significa dizer que a relação dos colchetes com o conteúdo informacional presente na intercalação é tão essencial para o contexto de comunicação que sua ausência implicará a subtração da expressão intercalada. Para se visualizar a pertinência e a latência dessa imbricada relação, propõe-se a reescrita (A) abaixo, na qual os colchetes são subtraídos:

A. Já no verso da medalha, encontra-se a inscrição, também latina, "Congregati ex toto orbe mathematici ob scripta insignia tribuere". A expressão significa: "Reunidos, matemáticos de todo o mundo a concedem a medalha por escritos notáveis.

Nessa ocorrência em especial, é preciso considerar que a expressão aspeada corresponde a uma tradução *ipsis litteris* da expressão latina que se encontra cunhada na Medalha Fields; no entanto, isso não invalida os efeitos enunciativo-discursivos decorrentes da aplicação dos colchetes, pois, eles continuam a ser responsáveis por uma "inserção da autoria do responsável pela edição/citação [e tradução]" (DAHLET, 2006, p. 222). Dito isto, a primeira e mais imediata impressão que se tem, a partir da subtração dos colchetes, diz respeito à "perturbação" que sua ausência provoca na leitura do enunciado, em função da repetição da referência à expressão "medalha".

A referência à ideia da "medalha" acontece primeiro na forma do pronome oblíquo "a"; depois, pela própria presença da palavra "medalha", na intercalação. Dessa forma, como já salientado, a subtração dos colchetes sugere a subtração também do conteúdo intercalado por eles; do contrário, pode-se ter que lidar com algum tipo de *incongruência sintática*, ou *semântica*. No primeiro caso, por conta da descontinuidade sintagmática entre a expressão que deveria estar intercala e o fragmento receptor; no segundo caso, por conta da redundância desnecessária que a expressão (des)intercalada traria ao segmento. Portanto, para se manter a palavra "medalha" nesse contexto e nessa situação/posição do enunciado, é essencial a presença dos colchetes.

Uma outra possibilidade de se verificar as particularidades e propriedades dos colchetes é promovendo sua substituição pelos recursos que lhes são tomados como equivalentes: os *parênteses*. Nesse caso, tem-se a seguinte reconfiguração (B) do segmento:

B. Já no verso da medalha, encontra-se a inscrição, também latina, "Congregati ex toto orbe mathematici ob scripta insignia tribuere". A expressão significa: "Reunidos, matemáticos de todo o mundo a concedem (a medalha) por escritos notáveis.

Em função do que foi exposto por ocasião das análises em torno dos usos de parênteses (tópico 6.2), ficou claro que uma das implicações desse tipo de recurso é assinalação da relação de equivalência (sinonímia, hiperonímia etc.) entre a expressão intercalada e aquela a que se refere. Na ocorrência (texto-fonte), a equivalência entre o pronome oblíquo "a" (complemento verbal) e a expressão "medalha" intercalada pelos colchetes é indicada pelo tradutor, evidenciando que esta não se encontra explícita no enunciado em latim. No entanto, os parênteses, na reescrita acima (B), não indicariam o fato de que a expressão intercalada não representa, *ipsis litteris* a citação reproduzida, ou seja, uma inserção do tradutor. Portanto, embora se deva considerar que o segmento aspeado corresponde a uma tradução *ipsis litteris* da expressão em latim, os colchetes, no texto-fonte, potencializam a leitura-interpretante de comportamentos específicos indicativos de que a expressão intercalada não se encontra na frase original. Dessa forma, ao intercalar com colchetes, o tradutor assinala sua intervenção, ao tempo que adverte o leitor para o caráter implícito de sua intervenção.

Isso tudo implica considerar que a intercalação por colchetes assinala a presença de comportamentos enunciativo-discursivos traduzíveis por um leitor proficiente, que saberá interpretar não só a presença dos colchetes, bem como aquilo que, nessa ocorrência, o autor-tradutor (e responsável pela intercalação) quer dizer com essas marcas. Por essa razão, entende-se que esses recursos, assim como as *aspas*, os *parênteses* e os *travessões*, são encapsuladores de atos de linguagem capazes de elipsar conteúdos comunicativos, por isso compactam toda a extensão verbal em forma de *marcas de pontuação discursivas*. Dessa forma, a estratégia para explicitar a presença desse poder comunicativo, é reescrever o segmento linguístico, promovendo desencapsulamentos dos atos de linguagem, que revelam os conteúdos comunicativo elipsados e os direcionamentos pretendidos pelo enunciador. Assim, têm-se as seguintes possibilidades de explicitação:

a) Já no verso da medalha, encontra-se a inscrição, também latina, "Congregati ex toto orbe mathematici ob scripta insignia tribuere". A

expressão significa: “Reunidos, matemáticos de todo o mundo a concedem por escritos notáveis”, *uma referência à própria medalha*.

- b) Já no verso da medalha, encontra-se a inscrição, também latina, “Congregati ex toto orbe mathematici ob scripta insignia tribuere”. A expressão significa: “Reunidos, matemáticos de todo o mundo a concedem por escritos notáveis”, compreendendo-se que a frase é uma referência a própria medalha.

Dessa forma, tem-se a tradução *ipsis litteris* da expressão latina, seguida do conteúdo comunicativo, que, por sua vez, explicita o ato de linguagem encapsulado pelos colchetes. São essas potencialidades comunicativas que o leitor proficiente deve se sentir habilitado a fazer, compreendendo que tais recursos de pontuação apontam para aspectos que estão para além daquilo que a expressão verbal pode conter.

Dentre os textos que compõem o *corpus* da pesquisa, o segundo fragmento em que se encontrou a presença de colchetes, de acordo com natureza linguística e com as condições de aplicação que interessam a este trabalho, está reproduzido logo abaixo (fragmento REP161119-1). Nesta ocorrência, é possível notar explicitamente a presença da interpolação, pela qual o citador insere na citação um conteúdo informativo inferido do contexto de comunicação e referenciado pelo próprio contexto.

Em função de tudo que já se apresentou até aqui, fica claro que a presença desse recurso de pontuação marca a superposição de aspectos linguísticos compactados no ato comunicativo. Da mesma forma como se demonstrou nas ocorrências acima, os colchetes assinalam a presença elipsada de três fenômenos linguísticos, quais sejam: o desengate enunciativo, o encapsulamento de atos de linguagem e o direcionamento de estados intencionais, que revelam, por meio de processos de inferência e de referenciação pragmática, conteúdos e comportamentos linguísticos “traduzíveis” pelos leitores do texto. No fragmento destacada abaixo, lê-se:

Fragmento REP161119-1

menos se comparado ao discurso incendiário dos últimos meses. Entre os que apreciam a trégua está Rodrigo Maia, o presidente da Câmara dos Deputados, um alvo frequente dos filhos de Bolsonaro — e uma figura-chave para que qualquer legislação seja aprovada neste ano. “[O presidente] tem construído nas últimas semanas... o diálogo necessário para que as coisas possam avançar”, Maia disse em entrevista nesta segunda-feira ao *Estadão* .

Num primeiro momento, a evidência explicitada pela intercalação por aspas (desconsiderando-se a expressão entre colchetes) mostra que o texto da citação é uma sentença incompleta, uma vez que é um elemento fundamental para a completude da frase seja do ponto de vista sintático-estrutural seja do ponto de vista semântico está ausente da sentença. Portanto, a inserção da interpolação promove, num primeiro nível, a complementariedade do aspecto sintático-estrutural; por decorrência, a interpolação permite também a retomada da referência pretendida pelo enunciador-citado, o que provoca a explicitação dos sentidos do enunciado feita pelo enunciador-citador. A força e importância comunicativa desses recursos está no fato de eles serem capazes de promoverem a superposição de conteúdos comunicativos e de seus respectivos atos de linguagem de forma essencialmente compactada. Nesse sentido, não é menos importante, a capacidade dos leitores de, no mesmo movimento de leitura, perceberem o texto (expressão escrita mesmo) e considerarem todas as informações contidas na intercalação e nos próprios recursos de pontuação.

Esse “jogo de dizer” a partir da aplicação de *marcas de pontuação discursivas* pode ser demonstrada a partir de reconfigurações da sentença em que os colchetes sejam subtraídos ou substituídos por recursos, muito comumente, tomados como equivalentes. Nesse caso, uma primeira possibilidade de reescrita (A) seria a subtração dos colchetes — e da expressão intercalada —, o que teria a seguinte configuração:

- A. “tem construído nas últimas semanas... o diálogo necessário para que as coisas possam avançar”.

Se se considerar que a expressão aspeada reproduz *ipsis litteris* a frase do enunciador-citado, sua simples reprodução sem a intervenção do enunciador-citador

poderia provocar alguma incompreensão por parte dos leitores. Dessa forma, se não houver qualquer forma de recuperar a referência para o predicado contido na intercalação por aspas, os sentidos do enunciado ficarão prejudicados. Por outro lado, o simples apagamento dos colchetes, mas a manutenção da expressão que fora intercalada por eles (B) provocará equívocos tanto quanto às referências enunciativas como às responsabilidades discursivas.

B. “O presidente tem construído nas últimas semanas... o diálogo necessário para que as coisas possam avançar”

Nessa situação, o enunciador-citador escolhe assumir a responsabilidade de interferir aspectos relacionados à autoria e à legitimidade do enunciado; portanto, embora dê completude ao enunciado, estaria, do ponto de vista lógico e legal, produzindo uma falsa atribuição de enunciados. Dessas constatações, nascem a percepção da importância e das particularidades dos colchetes em relação ao processo que imprimem ao fragmento, bem como em relação à habilitação de uma expressão escrita preenchida de sentido e de uma leitura legítima no que diz respeito às suas referências.

Por fim, o que se intencionou demonstrar ao longo dessas análises foi as particularidades das propriedades de recursos de pontuação que se apresentam, em situações textuais específicas, como capazes de assinalar a presença de conteúdos comunicativos e comportamentos linguísticos não explicitados pelas expressões verbais. A existência dessa capacidade compactadora de tais recursos parece perfeitamente plausível uma vez que a ausência ou a substituição de tais recursos imprimem ao segmento linguístico, em que aparecem, outras possibilidades de significação.

Para além desses aspectos, parece igualmente evidente que leitores com certo nível de proficiência são capazes de perceber e distinguir tais propriedades que fazem desses recursos verdadeiras marcas de pontuação, não apenas com *função* discursiva, mas com propriedades essencialmente discursivas, pois, são capazes de assinalar o direcionamento daquilo que o enunciador pretende que os leitores considerem como perfeitamente compreensível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, procurou-se demonstrar a pertinência da tese defendida nesta pesquisa, segundo a qual alguns tipos de sinais de pontuação, em circunstâncias específicas de uso, *transmutam-se em marcas de pontuação discursivas*. Isso significa dizer que tais marcas de pontuação, uma vez transmutadas, passam a funcionar essencialmente como recursos enunciativo-discursivos, superando a compreensão de que são sinais limitados à organização sintático-textual. Entende-se e defende-se que nesse processo de transmutação, está implicada a mudança das condições essenciais das marcas de pontuação, isto é, não se verifica apenas uma mudança accidental da forma do recurso, trata-se de uma transformação da natureza linguística deste; por conseguinte, de suas propriedades comunicativas.

Ficou claro, durante a pesquisa também, que esse não é um processo exclusivo dessa mudança de categoria e de propriedades dos recursos de pontuação. Percebeu-se que, ao longo do desenvolvimento da escrita, verificaram-se processos de transmutação entre os diferentes sistemas de escrita e em diferentes momentos de sua escala evolutiva. Essas transmutações intersistemáticas permitiram aos diversos sistemas de escrita evoluírem na direção de um ponto de convergência. Mesmo sem que estivessem submetidos a relações causais, esses diversos sistemas evoluíram de modelos mais rudimentares e pragmáticos para sistemas cada vez mais complexos e abstratos. Esse processo terminou por promover o surgimento da *escrita alfabética*; na realidade, o sistema de expressão sobre o qual estão fundamentados muitos dos alfabetos usados contemporaneamente.

Julgou-se a consideração desse itinerário importante, uma vez que através dele foi possível perceber o processo de amadurecimento e de aperfeiçoamento que culminou nos alfabetos que se têm hoje como, por exemplo, o *grego*, o *latino*, o *cirílico* (derivados); bem como o hebraico e o árabe. Nesse sentido, o percurso de formação e de constituição do sistema alfabético de escrita é considerado singularmente importante para o trabalho apresentado aqui, uma vez que se entende que os recursos de pontuação fazem parte dele na condição de um *subsistema*, ou um *paracódigo*. Essa compreensão é compartilhada por autores como Catach (1994, 1980 e 2006), Cohen e Peignot (2005), Junkes (2002), Desbordes (1995) dentre outros, dos quais é possível inferir que a força comunicativa dos recursos de pontuação é capaz de determinar aspectos muito particulares nos sentidos dos enunciados.

No caso específico do objeto e dos objetivos desta pesquisa, a latência de tal força comunicativa manifestou-se, por exemplo, através de procedimento de análise baseado na *subtração*, ou *substituição* das marcas de pontuação discursivas nos segmentos textuais em que apareciam tais recursos. Isso implicou a necessidade de reescrita e reconfiguração dos fragmentos textuais, a fim de que fossem verificadas as particularidades que essas alterações produziram no sentido dos enunciados.

Embora fosse um pressuposto de pesquisa — e já estivesse prevista nas hipóteses adotadas —, a verificação de propriedades linguísticas *sui generis* em alguns recursos de pontuação trouxe ao trabalho a necessidade de orientações epistemológicas e de delimitações metodológicas específicas. Para atender às especificações epistemológicas, a pesquisa apoiou-se principalmente em princípios e definições da linguística da enunciação e da pragmática, das quais os conceitos de *ato de linguagem* de Charaudeau (2014) e de *estado Intencional* de Searle (1995) (e tudo que deles decorrem) são basilares para outras noções igualmente importantes apresentadas aqui. No que diz respeito às delimitações metodológicas, foi basilar para a pesquisa os fundamentos da *Teoria fundamenta em dados* e os da *Análise de conteúdo* de comunicação; de certa forma, essas duas posturas metodológicas ajudaram a definir as estratégias que experimentam e demonstram as particularidades e a força comunicativa das marcas de pontuação discursivas.

O tratamento teórico dado às ocorrências que continham as marcas de pontuação discursivas considerou que elas promoviam no segmento linguístico o encapsulamento de atos de linguagem que possibilitava ao enunciador a não-explicitação de certos conteúdos linguísticos; pois, a presença destes ficava assinalada através do uso das marcas de pontuação discursivas. Nesse sentido, considerou-se também que estava implicado na escolha e aplicação de tais recursos o direcionamento dos sentidos pretendidos pelo enunciador.

Retomados estes aspectos, pode-se dizer que as análises efetuadas ao longo da pesquisa mostram a força comunicativa dos recursos de pontuação tanto no que se refere ao uso de sinais essencialmente sintáticos como ao que caracteriza as marcas de pontuação discursiva. No caso dos sinais de pontuação, indicados aqui como essencialmente sintáticos, os processos de reescrita e reconfiguração dos segmentos linguísticos demonstraram que sua força comunicativa está intrinsecamente relacionada com os aspectos sintático-estruturais do texto. Aliás, sobre essa propriedade, Catach (1980b) salienta que os aspectos semânticos dos

sinais de pontuação são funções linguísticas de segunda ordem. Isso ficou claro nos “adendos” de análises que foram feitos em recursos dessa natureza que apareceram nos fragmentos nos quais o objetivo era a análise de determinada marca de pontuação discursiva.

No que se refere às marcas de pontuação essencialmente discursivas, procurou-se demonstrar que os recursos de pontuação com essas propriedades linguísticas são capazes de assinalar a presença de atos de linguagem, que comunicam comportamentos linguísticos e conteúdos comunicativos implícitos. Nesse sentido, considera-se um aspecto importante apontado pelo trabalho a compreensão de que tais marcas denotam também as pretensões do enunciador ao optar por aplicá-las. Essa compreensão encontra respaldo nas palavras de Charaudeau (2014), o qual afirma: “A finalidade do ato de linguagem (tanto para o sujeito enunciador quanto para o sujeito interpretante) não deve ser buscada apenas em sua configuração verbal, mas, no jogo que um dado sujeito vai esclarecer entre esta e seu sentido implícito” (CHARAUDEAU, 2014, p. 24). Entende-se que é nesse “jogo” entre o verbal e os sentidos gerais do enunciado que o enunciador se utiliza das marcas de pontuação discursivas para assinalar a presença de conteúdos elipsados.

A exposição da potencialidade comunicativa das marcas de pontuação discursivas pôde ser evidenciada através da aplicação dos conceitos pragmáticos de *pressuposição* e *implicatura*. Nesse sentido, por meio das análises efetuadas, foi possível demonstrar que as marcas de pontuação discursivas são capazes de indicar a presença de atos de linguagem encapsulados por esses recursos de escrita. Por sua vez, a possibilidade de subtração de tais recursos do segmento em que aparecem implicou ter que reconfigurar o segmento, explicitando os conteúdos comunicativos pressupostos na forma de marca de pontuação.

No caso de alguns recursos de pontuação, os atos de linguagem pressupostos e os efeitos discursivos implicados podem ser inferidos das próprias indicações normativas de uso encontradas na tradição gramatical brasileira. Esse é o caso das aspas, para as quais as orientações de aplicação, que as justificam como forma de intercalar o *discurso direto* ou os *sentidos conotativos*, correspondem, em certa medida, ao próprio conteúdo comunicativo elipsado. Os procedimentos de análises baseados em possibilidades de reescritas e reconfigurações mostraram também que a simples comutabilidade de marcas de pontuação discursivas por sinais de

pontuação sintáticos e/ou ortográficos não garante a equivalência dos sentidos do enunciado nem dos direcionamentos pretendidos pelo enunciador.

Como decorrência das propriedades de cada espécie de recurso, ficou claro que a substituição de uma marca de pontuação discursiva por um sinal sintático implicaria a necessidade de uma certa reorganização enunciativo-discursiva do segmento para que se pudesse garantir os mesmos efeitos de sentido. Acredita-se que através das análises efetuadas aqui, é possível observar também as especificidades de recursos como os parênteses e os travessões, comumente apresentados como equivalentes em processos de escrita. Nesse caso, ficou claro que as distinções podem ser consideradas desde o nível mais elementar, que envolve tais recursos, aos mais abstratos e discursivos.

Em relação ao nível mais elementar, aponta-se, por exemplo, a necessidade de dois elementos (abertura e fechamento) na aplicação de parênteses em final de período; quando da aplicação de travessões, sob a mesma condição, só se exigirá a presença de um elemento: o de abertura. Em relação ao nível mais discursivo (e mais abstrato) que particulariza essas marcas de pontuação, evidenciou-se que, no caso dos parênteses, eles colocam o conteúdo intercalado em outro nível de expressividade, distinto do enunciado mais imediato presente no fragmento receptor da intercalação. Por isso, não raramente, a orientação de que a leitura (ou a consideração) do conteúdo intercalado por eles pode ser ignorada sem prejuízo para os sentidos gerais do enunciado. Os travessões, por sua vez, quanto à sua particularidade em relação ao nível mais discursivo, permitem (obrigam talvez) ao leitor considerar o conteúdo intercalado como pertencente ao mesmo nível de expressividade; ainda que assinalando uma outra postura enunciativo-discursiva.

De modo geral, nota-se que essas distinções e especificações perpassam os usos e as indicações desses recursos sem que sejam explicitadas e justificadas, quase como que se fizessem presentes naturalmente nas práticas de escrita de escreventes de todos os níveis de proficiência e/ou instrução escolar. No entanto, as análises efetuadas nesta pesquisa puderam, segundo suas delimitações metodológicas, demonstrar que, de algum modo e sob alguma medida, as causas e decorrências pertinentes aos usos de marcas de pontuação discursivas estão pressupostas nas orientações gramatical-normativas. Notou-se ainda que isso manifesta-se na maneira como leitores e escreventes aprende a lidar com esses

recursos durante os processos de aquisição e de desenvolvimento de suas habilidades e competências linguísticas.

Nesse sentido, a utilização de textos jornalísticos serviu para mostrar a maneira como as propriedades das marcas de pontuação discursivas manifestam-se, epilinguisticamente, no cotidiano de leitores e escreventes mesmo sem encontrar nas obras de referência qualquer indicação mais objetiva sobre a presença desses aspectos, que lhes particularizam. Inclusive, no único manual de redação feito exclusivamente para jornalistas (ao menos que se tem acesso com certa facilidade), o *Manual de redação da Folha de S.Paulo* (2018), as indicações de aplicação desses recursos de escrita, grosso modo, repetem as orientações que se encontram nos principais manuais gramaticais brasileiros. Ao logo da pesquisa e, sobretudo durante as análises das ocorrências, ficou claro que as potencialidades comunicativas decorrentes da aplicação de marcas de pontuação discursivas manifestam-se e sustentam-se na competência linguística dos interactantes que se relacionam linguisticamente por meio dos textos jornalísticos.

Ainda assim, não parece razoável que se espere, ou se permita que usuários da modalidade escrita possam acessar a força comunicativa desses recursos apenas mediante a exposição de suas experiências. A falta de referência sistemática a essas propriedades ao longo do processo de formação — escolar sobretudo — de escreventes e leitores faz surgir lacunas no desenvolvimento de suas competências linguísticas. Em função dessa “indiferença”, é possível encontrar usuários da modalidade escrita que, mesmo com certo grau de proficiência e maturidade linguística, não se sintam seguros na utilização de recursos ortográficos como as marcas de pontuação discursivas estudadas aqui. Não obstante, é possível que essas lacunas possam trazer dificuldades para atividades de interpretação e compreensão de aspectos textuais que envolvam tais recursos de pontuação.

Portanto, para além dessas elucubrações, acredita-se que alguns aspectos dos objetivos pretendidos por esta pesquisa foram alcançados, uma vez que ela pôde provocar, ao menos, a reflexão sobre a existência de propriedades linguístico-discursivas em marcas de pontuação como aspas, parênteses, travessões e colchetes. Entende-se como satisfatória também a indicação feita, aqui, da presença dessas propriedades ao longo dos processos de formação dos recursos de pontuação; de modo especial, destaca-se a importância das referências indiretas a essas propriedades encontradas nos manuais gramaticais de Júlio Ribeiro (1983) e

João Ribeiro (1923). Nesse caso, a pertinência reside na latência do fenômeno em abordagens normativas, que, por razões desconhecidas, passaram a ser ignoradas em manuais gramaticais mais contemporâneos.

Por fim, em relação ao trabalho desenvolvido aqui, entende-se como sua principal contribuição a explicitação do jogo discursivo promovido pela presença dos sinais de pontuação que, *transmutados em marcas de pontuação discursivas*, contribuem efetivamente tanto para os sentidos gerais do enunciado como para a identificação do direcionamento pretendido pelo enunciador. Considera-se, sobretudo, que tal jogo de comunicação solicita comportamentos de cooperação e de compartilhamento das formas de codificação dos atos de linguagem não só pela presença do verbalmente expresso, mas também pela marcação de *estados intencionais* do enunciador, que se afasta do enunciado por meio de *desengates enunciativos*. Espera-se, ainda, que as reflexões, levantamentos e análises trazidas para este trabalho colaborem, de alguma forma, com a mudança de postura em relação aos usos das *marcas de pontuação discursivas* como as aspas, os parênteses, os travessões e os colchetes, que, em geral, parecem serem vistas como recursos de pontuação de valor ignorável na construção dos sentidos textuais.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. **A especificidade do escrito é de ordem linguística o discursivo?** In: CATACH, Nina (Org.). Para uma teoria da língua escrita (coleção múltiplas escritas). São Paulo: Ática, 2006.

ALI, M. Said. **Gramática secundária da língua portuguesa**. 6ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

ALLOUCH, Jean. **Transcrever, traduzir, transliterar**. Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1995.

AMORIM, Luiz G. Duarte. **Reflexões para uma filosofia da pontuação**. Maceió: UFAL, 2001. 100 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2001.

ANIS, Jacques. CHISS, Jean-Louis. PUECH, Christian. **L'écriture** — Théories et descriptions. Bruxelles: De Boeck Université, 1988. (Prisme, Problématique).

ARMENGAUD, Françoise. **A pragmática**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2006.

AUROUX, Sylvain. **Filosofia da linguagem**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2009.

AZEREDO, José Carlos. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BARBIER, Frédéric. **História do livro**. Trad. Valdir Heitor Barzotto. São Paulo: Paulistana, 2008.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud, Yara F. Vieira. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2003.

BENVENISTE, Émile. **Problema de linguística geral I**. Trad. Maria da Glória Novak. 5ª ed. Campinas: Pontes Editora, 2005.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Trad. Eduardo Guimarães et al. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2006.

BRUGGER, Walter. **Dicionário de filosofia**. 4ª ed. São Paulo: EPU, 1987.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Matoso. **Manual de expressão oral e escrita**. 28ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Matoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 27ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas**. Trad. Marion Fleischer. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CATACH, Nina. **La punctuation: histoire et systeme (que sais-je)**. 2ª ed. Paris: Universitaires de France, 1994.

CATACH, Nina. **Langue française**. In: Langue française, n° 45. Paris: Larousse, 1980a

CATACH, Nina. **Ponctuation**. In: Langue française, n° 45. Paris: Larousse, 1980b, p. 16 – 27.

CATACH, Nina. **Présentation**. In: Langue française, n° 45. Paris: Larousse, 1980c, p. 3 – 7.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CHACON, L. **Ritmo da Escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Trad. Angela M. S. Corrêa. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Trad. Angela M. S. Corrêa. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Trad. Fabiana Komesu. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

COHEN, Marcel; PEIGNOT, Jérôme. **Histoire de l'écriture**. Paris: Robert Laffont, 2005.

CRYSTAL, David. **Dicionário de linguística e fonética**. 2ª ed. Trad. Maria C. Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000

CUNHA, C. CINTRA, L. F. L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

TAGIALORI, Guilherme. **Curiosidade e insônia fazem de brasileira a maior editora da Wikipedia em português**.

<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2011/02/16/com-mais-de-220-mil-edicoes-brasileira-e-a-maior-colaboradora-da-wikipedia-em-portugues.htm>. Acessado em: 31/03/2019.

DAHLET, Véronique. **As (man)obras da pontuação: usos e significações**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

DUBOIS, Jean et ali. **Dicionário de linguística**. 6ª ed. São Paulo: Cutrix, 1997.

DESBORDES, Françoise. **Concepções sobre a escrita na Roma antiga**. (Coleção Múltiplas Escritas). São Paulo: Ática, 1995.

EVERETT, Daniel L. **Linguagem: a história da maior invenção da humanidade**. Tradução de Maurício Resende. São Paulo: Contexto, 2019.

Talento (e sorte) de campeã: Brasil supera sensação italiana e conquista 12º título de Grand Prix. Disponível em: <http://facerj.org.br/talento-e-sorte-de-campeao-brasil-supera-sensacao-italiana-e-conquista-o-12o-titulo-de-grand-prix/>. Acessado em: 20/05/2020.

FARIA, Maria I. Ribeiro de. & PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro**. São Paulo: Edusp, 2008.

FÁVERO, L. Lopes; ANDRADE, M. L. C. Oliveira; AQUINO, Z. G. Oliveira de. **Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna**. São Paulo: Cortez, 1999.

FEVRIER, James. **Histoire de l'écriture**. Paris: Éditions Payot & Rivages, 1959.

FISCHER, Steven R. **História da escrita**. Trad. Mirna Pinsky. São Paulo: Unesp, 2009.

FISCHER, Steven R. **História da leitura**. Trad. Claudia Freire. São Paulo: Unesp, 2006.

FLORES, Valdir do Nascimento et al. **Enunciação e gramática**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

Folha de S.Paulo. **Manual de redação: as normas de escrita e conduta do principal jornal do país**. 21 ed. São Paulo: Publifolha, 2018.

HAVELOCK, Eric A. **A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais**. Trad. de Ordep José Serra. São Paulo: Edusp, 1996.

HEIDEGGER, Martin. **A caminho da linguagem**. 7ª ed. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015a. (Coleção Pensamento Humano).

HEIDEGGER, Martin. **Sobre a essência da linguagem: a respeito do tratado de Herder "sobre a origem da linguagem"**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015b.

HOUAISS, Antônio. **Elementos de bibliografia**. São Paulo: HUCITEC, 1983.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUSSERL, Edmund. **Investigações lógicas**: investigações para a fenomenologia e a teoria do conhecimento. Trad. Pedro M. S. Alves. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

ITA. **Prova de português**. Disponível em: http://www.vestibular.ita.br/provas/portugues_2009.pdf. Acessado em: 15/01/2019.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

JOTA, Zélio dos Santos. **Dicionário de linguística**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1981. (Coleção Linguagem 2)

JUNKES, Terezinha Kuhn. **Pontuação**: uma abordagem para a prática. Florianópolis: Ed. UFSC, 2002.

LAPACHERIE, Jean-Gérard. **De quoi les “signes de ponctuation” sont-ils les signes?** In: DURRENMATT, JACQUE (Org.). La ponctuation. Poitiers Fr: La Licorne, 2000.

LEVINSON, Stephen C. **Pragmática**. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LIMA, Carlos H. Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 31ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Trad. Cecília P. de Souza, Décio Rocha. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MANLEY, Bill. **Egyptian Hieroglyphs**: for Complete Beginners. London: Thames & Hudson Ltd, 2012.

MARCHADO FILHO, A. Venâncio Lopes. **A pontuação em manuscritos medievais portugueses**. Salvador: EDUFBA, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARITAIN, Jacques. **A ordem dos conceitos** (lógica menor): Elementos de filosofia II. 12ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

MARTIN, Robert. **O escrito como espaço de convenções**. In: CATACH, Nina (Org.). Para uma teoria da língua escrita (coleção múltiplas escritas). São Paulo: Ática, 2006.

MARTINET, André. **Elementos de linguística geral**. Lisboa: Editora Clássica, 2014.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: História do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Ática, 1996.

MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg**. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

MONTEIRO-PLANTIN, Rosimeire Selma. **Fraseologia**: era uma vez um patinho feio no ensino de língua materna (volume I). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

MUSSALIM, Fernanda. **Análise do discurso**. In. Introdução à linguística: domínios e fronteiras. Vol. 2. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NEF, Frédéric. **A linguagem**: uma abordagem filosófica. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1995.

ONG, Walter J. **Oralidad y escritura**: tecnologias de la palabra. 1ª ed. 4ª reimp. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

PAIVA, Vera Lucia M. de Oliveira e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

PEIRCE, Charle S. **Semiótica**. Trad. José Teixeira C. Neto. São Paulo: Perspectiva, 2017.

PEIRCE, Charle S. **Escritos coligidos**. Ed. 3ª. Trad. Armando M. D'Oliveira. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores)

Prisão de Batisti teve tiros para o alto e correria, dizem testemunhas; assista <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/video-mostra-corre-corre-em-prisao-de-battisti-na-bolivia-assista.shtml>. Acessado em: 15/01/ 2019.

RIBEIRO, João. **Grammatica portuguesa**: curso superior. 20ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923.

RIBEIRO, Julio. **Grammatica portugueza**. 2ª ed. São Paulo: Texeira & Irmãos, Editores., 1883.

SAMPAIO, Adovaldo Fernandes. **Letras e memória**: uma breve história da escrita. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. 21ª ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

SEARLE, John R. **Intencionalidade**. Trad. Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SEARLE, John R. **Expressão e significado**: Estudo da teoria dos atos da fala. Trad. Ana Cecília G. A. de Camargo. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SEARLE, John R. **A redescoberta da mente**. Trad. Eduardo Pereira e Ferreira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

- SERÇA, Isabelle. **Esthétique de la ponctuation**. Paris: Gallimard, 2012.
- SILVEIRA, M^a Inez Matoso; OLIVEIRA, Jailson Dantas de. **Leitura: abordagem cognitiva**. Maceió: EDUFAL, 2015.
- TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Trad. e adap. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2008.
- TAROZZI, Massimiliano. **O que é grounded theory: metodologia de pesquisa e de teoria fundamentada nos dados**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1^aed. São Paulo: Atlas, 2019.
- VAN DIJK, Teun A. **Cognição, discurso e interação** (organização e apresentação de Ingedore Villaça Koch). 6^o ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- VILLELA, Ana M. Nápoles. **Qual o papel da pontuação na representação escrita da língua?** Scripta – Linguística e Filologia. Belo Horizonte; PUCMINAS, v. 8, n. 16, p. 184 – 200, 1^o semestre 2005.
- WILLIG, Carla. **Introducing qualitative research in psychology**. Maidenhead, England: McGraw-Hill Education/Open University Press, 2013.

ANEXOS

Nesse conjunto de textos, estão as notícias publicadas das quais foram retirados os fragmentos que são analisados na pesquisa na ordem de aparecimento dos fragmentos analisados.

TEXTO 1

BBC220719

15/10/2019 Cientistas criam primeiro 'líquido magnético', que pode revolucionar a medicina – BBC News Brasil

Cientistas criam primeiro 'líquido magnético', que pode revolucionar a medicina

Redação

BBC News Mundo 22 julho 2019



15/10/2019 Cientistas criam primeiro 'líquido magnético', que pode revolucionar a medicina – BBC News Brasil

A ciência nunca tinha criado um material que fosse ao mesmo tempo líquido e com propriedades magnéticas.

Agora, um grupo de cientistas do Laboratório Nacional Lawrence Berkeley (mais conhecido como Berkeley Lab), nos EUA, conseguiu combinar as duas coisas em um material – e as possíveis aplicações são inúmeras.

Como o YouTube impulsiona teorias conspiratórias sobre Terra plana

Sob ameaça de cortes no governo Bolsonaro, cursos de ciências sociais e humanas concentram diversidade racial

A equipe, liderada pelos cientistas Tom Russell e Xubo Liu, usou uma impressora 3D modificada para criar a substância.

A pesquisa “abre a porta para uma nova área na ciência da matéria branda magnética”, disse Russell, que é professor de ciência de polímeros e engenheiro da Universidade de Amherst, em Massachussets, nos EUA.

Em termos concretos, a substância pode provocar uma verdadeira revolução em campos como a medicina e a robótica.

As gotas líquidas magnéticas podem ser guiadas por meio de ímãs externos – o que permitiria “guiar”, do lado de fora, medicamentos dentro do corpo humano. Este procedimento permitiria combater melhor doenças específicas – como o câncer, por exemplo.

■ No campo da robótica, o novo material permitiria a criação de máquinas mais ágeis.

“Esperamos que a partir desta descoberta as pessoas encontrem ainda mais aplicações. Já que, dentro da ciência, nunca se pensou que isto fosse possível”, disse Russell.

PROPAGANDA

precedentes

Ver novamente

Na década de 1960, a agência espacial dos EUA, a Nasa, começou a empregar substâncias chamadas de “ferrofluidos” – líquidos que reagem ao estímulo de forças magnéticas.

Hoje, os ferrofluidos são usados para amortecer impactos em alguns tipos de autofalantes e os discos rígidos de computadores.

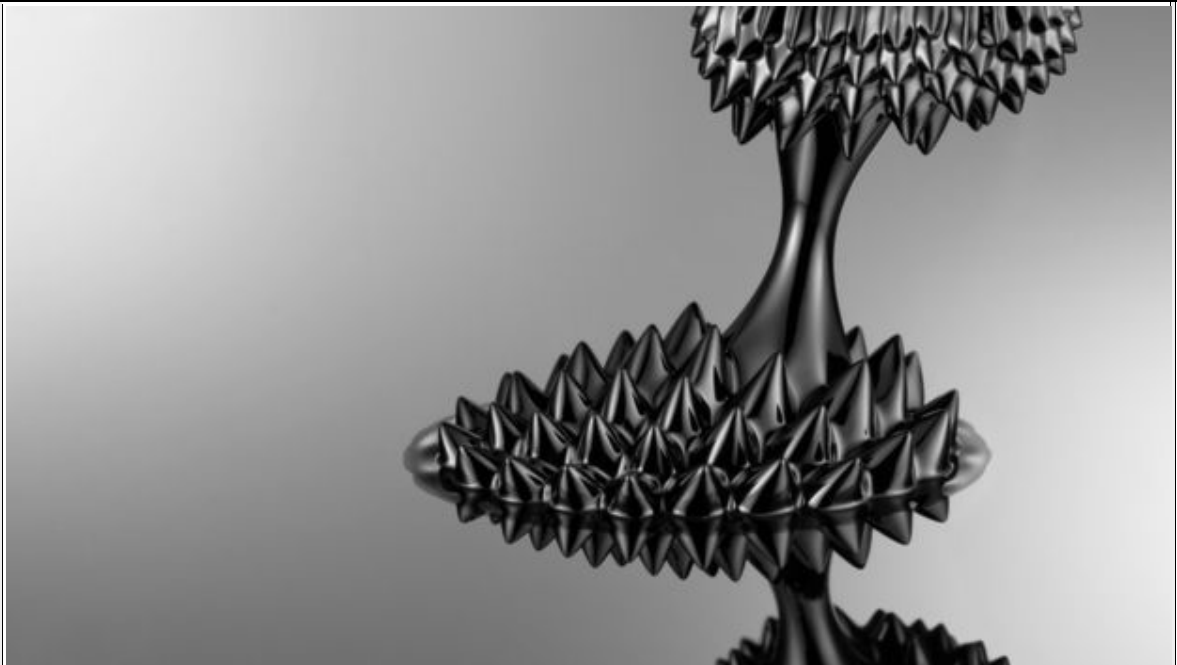
[inRead](#) invented by Teads



GETTY IMAGES

<https://www.bbc.com/291ortuguese/geral-49053566> 3/12

15/10/2019 Cientistas criam primeiro ‘líquido magnético’, que pode revolucionar a medicina – BBC News Brasil



GETTY IMAGES

O problema é que eles são incapazes de manter o seu magnetismo quando os ímãs que os estimulam são removidos.

E esta é a principal vantagem da nova criação dos americanos do Berkeley Lab, ligado ao Departamento de Energia do governo dos EUA.

Como a nova substância foi obtida?

Para criar o magnetismo, os cientistas do Berkeley Lab primeiro produziram algumas gotas de uma solução de ferrofluido que também continha nanopartículas de óxido de ferro.



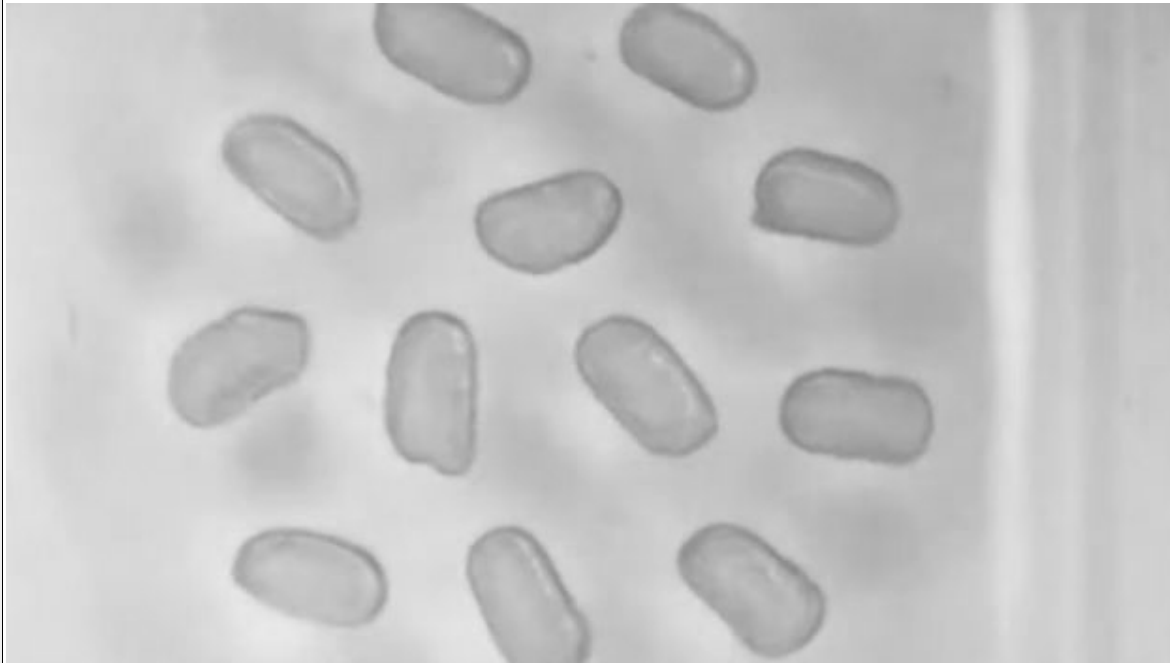
GETTY IMAGES

Depois, usaram técnicas atômicas avançadas e uma bobina magnética, fizeram com que as nanopartículas de óxido de ferro assumissem o formato de “pequenas conchas maciças”. Uma vez que o estímulo magnético era retirado, estas “conchinhas” continuavam gravitando

<https://www.bbc.com/portuguese/geral-49053566> 4/12

15/10/2019 Cientistas criam primeiro ‘líquido magnético’, que pode revolucionar a medicina – BBC News Brasil

umas em torno das outras de forma uníssona. Ou seja, as gotículas de ferrofluido tinham se tornado magnéticas de forma permanente.



YOUTUBE / BERKELEY LAB

Os cientistas também comprovaram que estas “gotas” mantinham suas propriedades atrativas mesmo depois de serem divididas até o tamanho de um “pelo humano”.

Outras propriedades dessas gotas incluem a mutação de suas formas para se adaptar a qualquer ambiente e a possibilidade de “ativar e desativar o modo magnético”.

Uma vez que as fundações foram lançadas, a pesquisa continuará com a impressão 3D de fluidos magnéticos mais complexos, como células ou robôs em miniatura que podem se mover com fluidez para transportar medicamentos para células doentes dentro do corpo humano.

TEXTO 2

GZW221218

Governo “já sabe” qual será o valor do rateio do Fundeb de 2018 em Alagoas

Nos últimos anos tem sido assim. Quando chega este período, professores da rede estadual de ensino querem

saber se vai ser feito o pagamento do rateio do Fundeb. A resposta é sim.

Já está definido que em 2018 terá pagamento ou divisaõ das sobras da aplicacãõ de recursos do Fundo de Manutencãõ e Desenvolvimento da Educacãõ Ba´sica e de Valorizacãõ dos Profissionais da Educacãõ – FUNDEB.

O pagamento, como tem sido tradicãõ no atual governo, só sera´ efetivado no comecço do próxímo ano.

Para isso, sera´ necessáριο o governador Renan Filho enviar projeto de lei específico para a Assembleia Legislativa de Alagoas, o que ele deve fazer no comecço já da próxíma semana. A lei deve ser votada antes da aprovacãõ do Orcçamento do Estado para 2019, o que deve ocorrer até a próxíma quinta-feira.

E quanto ao valor, uma boa notícia. A expectativa é o rateio fosse menor do que o do ano passado. Se for sera´ muito pouco. O mais prova´vel é que fique igual ou ligeiramente menor.

De acordo com cálculos das secretarias de Planejamento e Gestãõ e da Educacãõ, como houve crescimento no repasse do Fundeb este ano para Alagoas, a expectativa é que o valor do rateio chegue ao equivalente a uma folha. Na práctica é como se o professor recebesse mais um sala´rio. Depois explico melhor esses números.

As estimativas confirmadas pelos secretários Fabrício Marques e Laura Souza, é que o pagamento do rateio deve ficar em uma folha, o que equivale – esse cálculo é meu – a algo entre R\$ 25 e R\$ 30 milhoes.

O valor final só sera´ definido após o repasse da última parcela do Fundeb para o Estado, o que acontece no último dia útil do ano.

O cálculo

Após o encerramento do ano, no que diz respeito ao fechamento por parte do MEC dos recursos do FUNDEB do ano em questãõ, conferindo com o que está previsto para aplicacãõ no ano e o que realmente foi recebido como total de recursos do Fundeb pelo estado ou município. Ao fechar as contas, se não chegar a atingir com pagamento do sala´rio de professor os 60%, a “sobra” devera´ ser, dentro do que diz a Lei do FUNDEB, repartida entre aqueles que têm direito proporcional a` folha, podendo chegar ao correspondente a 01 (uma) folha/sala´rio ou mais.

TEXTO 3

BBC090619

294ortu Perelman, o gênio que resolveu um dos maiores problemas matemáticos do milênio e ‘sumiu do mapa’ – BBC News Brasil

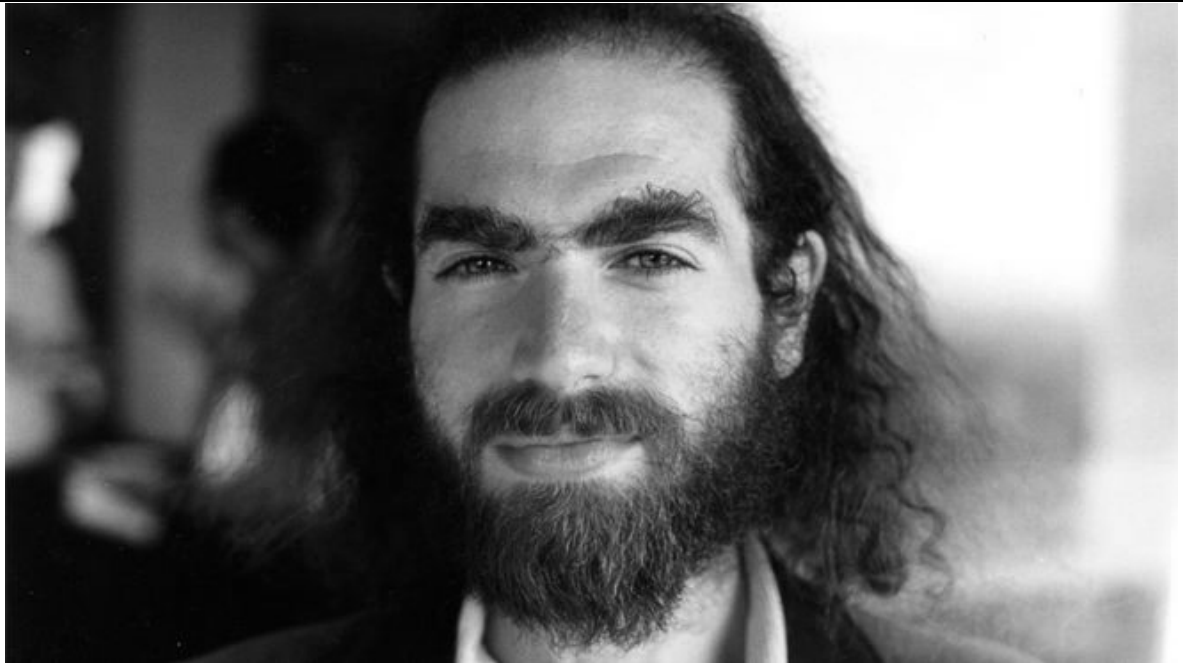
BBC Account

Grigori Perelman, o gênio que resolveu um dos maiores problemas matemáticos do milênio e ‘sumiu do mapa’

Dalia Ventura

Da BBC News Mundo 9 junho 2019

Há uma década, Grigori Perelman, um dos grandes cérebros do século 21, deu adeus à profissão e à vida pública.



<https://www.bbc.com/portuguese/geral-48521904>

1/17

16/11/2019 Grigori Perelman, o gênio que resolveu um dos maiores problemas matemáticos do milênio e 'sumiu do mapa' – BBC News Brasil

Na época, ele já era mundialmente famoso por resolver um dos mais difíceis enigmas **matemáticos** do milênio, cuja origem remete ao século 18 e se materializa na antiga cidade prussiana de Königsberg (hoje Kaliningrado, na Rússia).

A cidade tinha sete pontes sobre o rio Pregel, para conectar não só os dois lados da cidade, mas também duas ilhotas dentro do curso do rio. Reza a lenda que as pessoas da época formularam um questionamento, que se converteu em um célebre problema:

Será possível sair de casa em uma das quatro regiões de Königsberg, cruzar todas as pontes uma única vez e voltar ao mesmo ponto de partida?

A solução não só é mais difícil do que parece, como levou à criação de novos ramos da matemática, incluindo a topologia.

Talvez também te interesse

Nikki Lilly, a youtuber que será premiada pelo Bafta: 'Já sou imune a me chamarem de feia'

'Mulheres não devem ensinar matemática': O que dizia o decreto imperial que inspirou o Dia do Professor

'Tenho que confessar. Ainda sou fértil': quando mentir em relação consensual pode ser considerado estupro

De onde surgiu a ideia de desmembrar o Facebook, que fez Mark Zuckerberg ameaçar ir 'à luta'?

CREATIVE COMMONS

Em 1735, o grande matemático Leonhard Euler deu a resposta: não era possível. Mas o mais curioso é que, na resolução do problema, deu um salto conceitual.

Euler se deu conta de que as distâncias entre as pontes eram irrelevantes. O que realmente importava era como as construções estavam conectadas entre si, o que faz com que a teoria não se limite unicamente à cidade de Königsberg, mas sim a todas as configurações topologicamente iguais.

Eis o início dos conceitos de topologia, que hoje embasam praticamente todos os trajetos de mapas de metrô do mundo, para comunicar claramente aos usuários o que eles necessitam saber: como chegar aonde querem ir.

<https://www.bbc.com/portuguese/geral-48521904> 3/17

16/11/2019 Grigori Perelman, o gênio que resolveu um dos maiores problemas matemáticos do milênio e 'sumiu do mapa' – BBC News Brasil

Embora as origens da topologia remetam às pontes de Königsberg, foi só nas mãos do mais famoso e respeitado matemático do final do século 19, o francês Henri Poincaré, que o tema se converteu em uma nova e poderosa maneira de enxergar a forma.

A topologia

A principal ideia atrás da topologia é que, quando se estuda um objeto, o mais importante são as suas propriedades, e não o objeto em si. E, se dois objetos compartilham as mesmas propriedades, devem ser estudados, porque os resultados disso poderão ser escalonados a todos os objetos que compartilhem das mesmas propriedades – ou seja, os objetos homeomorfos.

Algumas pessoas se referem a esse importante campo da matemática como “geometria flexível”, porque, segundo ele, duas formas são a mesma se for possível transformar uma em outra sem quebrá-la.

Então, por exemplo, topologicamente uma bola de futebol e uma bola de rúgbi são equivalentes, porque uma pode ser moldada para se transformar na outra.

E por isso que se brinca que um topologista não consegue distinguir entre uma xícara de 296ort e uma rosquinha de donut.

E que, embora soe estranho, topologicamente uma xícara e o donut são iguais.

SCIENCE PHOTO LIBRARY

Mas, se é possível deformar um donut para transformá-lo em uma xícara e vice-versa, não há como deformar uma bola a ponto de transformá-la em um donut, porque não podemos criar o buraco em seu meio sem mudar as propriedades da esfera.

O problema

Poincaré chegou a conhecer todas as possíveis superfícies topológicas bidimensionais. Além disso, desenvolveu todas as formas possíveis nas quais poderia envolver esse universo bidimensional plano.

Mas o fato é que vivemos em um universo tridimensional. O que levou o matemático a se perguntar em 1904: quais são as formas possíveis que nosso Universo pode ter?

Ele morreu em 1912 sem conseguir encontrar as respostas. O problema se converteu na “conjectura (ou hipótese) de Poincaré” e ficou como legado para futuras gerações de matemáticos, que por décadas não conseguiram resolver o problema para superfícies 3D.

Assim, a hipótese de Poincaré foi incluída na lista dos sete problemas matemáticos do milênio, cuja resolução seria premiada com US\$ 1 milhão pelo Instituto Clay de Matemáticas de Massachusetts, nos EUA.

Até que, em 2002, o site de internet arXiv publicou a primeira de três partes de um artigo com o intrincado título “A fórmula de entropia para o fluxo de Ricci e suas aplicações geométricas”.

O texto tinha 39 páginas e era assinado por Grisha Perelman.

Pouco ortodoxo

Grigori “Grisha” Perelman vinha se debruçando sobre o tema em sua cidade natal, São Petersburgo, à qual havia regressado depois de viver alguns anos nos EUA. Segundo um colega, Perelman voltou porque percebeu que seu trabalho fluía melhor na Rússia.

Ele não era um desconhecido na comunidade matemática: em 1994, já havia provado a “conjectura da alma”, segundo a qual pode-se deduzir as propriedades de um objeto matemático a partir de pequenas regiões desses objetos, chamados alma.

Depois disso, ele recebeu ofertas de cargos em algumas das principais universidades do mundo, como Stanford e Princeton, mas preferiu tornar-se pesquisador do Instituto Steklov, em São Petersburgo, um cargo que pagava menos de US\$ 100 por mês.

Em sua temporada nos EUA havia conseguido, disse, dinheiro suficiente para viver bem.

Mas também conseguira avançar em uma dúvida levantada por um matemático americano que ele admirava: Richard Hamilton.

Fluxos que não fluíam

Em 1982, Hamilton havia publicado um artigo sobre uma equação chamada “fluxo de Ricci”, com a qual se suspeitava ser possível comprovar a conjectura de Poincaré.

Mas a tarefa era extremamente técnica e sua execução, complicada.

Em 1993, Perelman havia aceitado uma bolsa de pesquisa na Universidade da Califórnia, em Berkeley, onde assistiu a várias conferências de Hamilton.

No final de uma delas, Hamilton explicou a Perelman os obstáculos que havia encontrado na tentativa de provar a conjectura; o russo respondeu que havia feito um estudo que poderia ajudá-lo nesses obstáculos. Hamilton, porém, não lhe deu muita atenção.

Dois anos mais tarde, Perelman voltou a escrever para Hamilton explicando suas ideias, mas o americano nunca respondeu.

Perelman acabou trabalhando sozinho, e em 2002 publicou na internet o resultado de seus esforços. Essa publicação acabou despertando um enorme interesse entre matemáticos.

A resolução

Embora o artigo sequer citasse Poincaré, quatro anos mais tarde emergiu o consenso de que Perelman havia, de fato, solucionado a conjectura.

E se quatro anos parecem ser um período longo, é bom lembrar que estamos falando da matemática.

A diferença de outros campos do conhecimento, em que as teorias sempre podem ser revisadas, a prova de um teorema é definitiva. No caso de Perelman, ao menos duas equipes de especialistas se debruçaram sobre seu artigo para confirmar que não havia brechas ou erros, e a partir disso produziram estudos de centenas de páginas (enquanto que o artigo original tinha meras 39 páginas).

Além disso, a proposta de Perelman era tão complexa que até especialistas tiveram dificuldade em entendê-la.

O silêncio do gênio

Depois de mais de um século de tentativas frustradas, a hipótese de um matemático brilhante havia sido comprovada por outro também genial, embora mais excêntrico.

Perelman recebeu nova chuva de ofertas – de prêmios, cargos, honras, pagamentos em dinheiro, convites para conferências e fundos de pesquisa -, as quais considerou, segundo relatos, profundamente ofensivas.

“A monetização do êxito é o máximo insulto à matemática”, afirmou.

Consequentemente, rejeitou até mesmo a medalha Fields, equivalente matemático a um prêmio Nobel, por “suas contribuições à geometria e suas ideias revolucionárias”; um prêmio da Sociedade Matemática Europeia e o milhão de dólares que o Instituto Clay queria entregá-lo por solucionar um dos problemas do milênio.

“Se a teoria está correta, não necessita de outro tipo de reconhecimento”, afirmou Perelman.

Ele logo deixou de falar com a imprensa, anunciou que pretendia abandonar a profissão e se aposentou, para viver com sua mãe como um semirrecluso em um modesto apartamento. Há relatos de que ele só sai de casa para comprar itens básicos ou para assistir à ópera e a concertos de música clássica.

“Não me interessa o dinheiro ou a fama. Não quero estar em exibição como um animal em um zoológico”, disse certa vez.

Alguns conhecidos afirmam que ele se interessa simplesmente por demonstrar teoremas, e não por ganhar prêmios.

No mundo científico, muitos lamentaram que ele tenha abandonado a matemática por completo. A não ser que, em algum momento, ele surpreenda a comunidade com alguma outra publicação brilhante na internet.

TEXTO 4

BBC040819

Cabeças cortadas, corpos carbonizados - o que está por trás da violência extrema na guerra de facções

Nathalia Passarinho

Da BBC News Brasil em Londres 4 agosto 2019



Cabeças decapitadas enfileiradas sobre um saco preto. Corpos carbonizados. Em um vídeo divulgado nas redes sociais e na imprensa, detentos parecem jogar futebol com uma das cabeças. As cenas captadas após o massacre que deixou dezenas de mortos em um presídio de Altamira, no Pará, são chocantes.

Mas esse tipo de violência extrema nos assassinatos entre gangues é prática recorrente nos presídios brasileiros, especialmente desde 2016, quando os dois maiores grupos criminosos do Brasil, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), romperam uma trégua de anos e iniciaram uma disputa de caráter nacional pelo controle do crime.

Na série de rebeliões em penitenciárias do Amazonas em 2017, por exemplo, presos de uma facção torturaram, degolaram, arrancaram órgãos e até comeram partes dos cadáveres dos integrantes do grupo rival.

Por que há tantos massacres de presos no Norte e Nordeste do Brasil?

As 3 facções e o ciclo de vinganças por trás de epidemia de homicídios em cidade no Nordeste

A crueldade fora do comum é difícil de compreender, mas tem um objetivo tático e não é exclusividade dos grupos criminosos brasileiros. Ao longo da história, a decapitação tem sido usada como forma de "desumanização" do oponente e estratégia de demonstração de poder.

E o que explica o sociólogo Gabriel Feltran, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que estuda o crime organizado no Brasil há mais de 20 anos.

Talvez também te interesse

Bolsonaro cria 'situação dramática' ao tentar proteger Flávio, diz ex-procurador da Lava Jato

Os carros de luxo confiscados de filho de presidente africano e leiloados por US\$ 27 milhões

A morte violenta de mulher que postou foto com noivo em café

Os problemas para Bolsonaro caso decida sair do PSL

Diretor científico do CEM (Centro de Estudos da Metrópole) da Universidade de São Paulo e professor visitante da Universidade de Oxford, no Reino Unido, Feltran é autor de diversos livros sobre organizações criminosas, entre eles *Irmãos - Uma História do PCC*.

Segundo ele, os atos extrema violência na disputa entre grupos são "signos da potência do vencedor".

"A violência extrema é própria de conflitos radicais, sejam étnicos, políticos, religiosos ou raciais. Radicais porque perde-se radicalmente a identificação com o outro. O seu sofrimento não me atinge mais", explica.

"E preciso decapitar, emascular, ou mesmo deglutir o oponente, como aconteceu nos massacres de janeiro de 2017. O outro é visto como coisa, verme, lixo."

Há níveis diferentes de violência entre facções?

Segundo Feltran, o nível de violência varia entre os grupos criminosos. As táticas mais cruéis costumam ser usadas por facções que ainda não se consolidaram e utilizam a crueldade como estratégia para se afirmar, impor medo e diminuir o oponente.

O massacre ocorrido no dia 29 de julho no Centro de Recuperação Regional de Altamira envolveu duas facções: o Comando Vermelho (CV) e o Comando Classe A.

No caso, 58 pessoas que estavam na ala da prisão do Comando Vermelho foram mortas por integrantes da facção rival- 16 foram decapitados e os outros morreram por asfixia após serem sufocados pela fumaça de um incêndio iniciado pelo Comando Classe A.

Nem todos os mortos são, necessariamente, integrantes de uma das facções, já que, segundo o professor da UFSCar, em vários presídios os detentos são separados conforme o endereço de residência - ficam na ala da facção A aqueles que moram numa região dominada por esse grupo criminoso.

No último dia 31 de julho, outros quatro detentos que sobreviveram ao ataque em Altamira foram assassinados quando eram transferidos para um presídio em Marabá (PA), fazendo o número de vítimas subir para 62. A polícia ainda não deu explicações sobre como as mortes ocorreram.

O confronto no presídio de Altamira é mais um de uma série de rebeliões em penitenciárias do Norte do país iniciadas a partir de 2016.

Feltran explica que a ruptura da "paz" entre o PCC e o Comando Vermelho "repercutiu em diferentes Estados como guerra", porque os grupos locais que antes estavam aliados a uma dessas duas facções passaram a disputar o controle do crime e do tráfico de drogas.

A violência é maior no Norte, porque lá há uma fragmentação de facções que não possuem hegemonia sobre o mercado do crime. Já em São Paulo, a guerra entre grupos criminosos ocorreu sobretudo nos anos 1990, até o PCC se consolidar.

"Os anos 1990 é que são conhecidos como 'a época das guerras' nas periferias de São Paulo. Elas só arrefeceram quando uma única facção teve a hegemonia de todo o mundo do crime no Estado", diz o sociólogo.

"No Rio, nunca houve hegemonia de uma facção, então a guerra seguiu muito ativa até se estabilizarem os territórios de cada uma. Ainda assim, ela eclode de tempos em tempos."

No Norte do país, as diferentes facções estão em plena disputa pelo controle do crime. portanto, segundo o sociólogo, o uso da violência extrema tem sido uma tática comum desde que as rebeliões começaram, a partir de 2016.

"Onde há guerra, não há (ainda) hegemonia constituída. Podemos estar assistindo a esse processo no mundo do crime do Norte e Nordeste."

"Se uma facção conseguir se construir como hegemônica ou os territórios de cada facção ficarem demarcados, a violência guerreira deve diminuir. A violência é sempre o recurso de quem não tem hegemonia, não tem legitimidade, mas tem armas."

Divisões

A região Norte é dividida por várias siglas, com destaque para Família do Norte, Comando Vermelho e PCC. Elas disputam as vendas de drogas nas cidades, mas também uma rota de tráfico que vem da Colômbia, Peru e Bolívia.

Já em Estados do Nordeste, como Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, facções menores também foram criadas, mas em contraposição aos paulistas.

Segundo Roberto Magno Reis Netto, doutorando em segurança pública pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e pesquisador do Laboratório de Geografia da Violência e do Crime, o Comando Classe A surgiu em Altamira recentemente, sob as asas do PCC.

O crescimento econômico e populacional de Altamira, estimulado pela construção da usina de Belo Monte, fomentou a atuação das gangues, diz Reis Netto. Para ele, a oferta de rios na região também facilita o transporte de drogas para outros locais.

Assim como Feltran, Reis Netto diz que os massacres funcionam como estratégia para os grupos criminosos.

"Quando a facção está se expandindo, como essa de Altamira, ela costuma usar as mortes em presídios para eliminar momentaneamente líderes rivais, mas também de forma simbólica, para mostrar força para os rivais", disse.

Cada facção também tem maneiras diferentes de operar e isso impacta no uso maior ou menor da violência. Gabriel Feltran destaca que o PCC atua como uma espécie de "maçonaria do crime", uma "fraternidade, secreta, em que irmãos têm um compromisso com o universo criminal."

"Na facção, um megaempresário de drogas ilegais, com origem na favela, tem o mesmo compromisso do dono de um pequeno desmanche de veículos. Um deve fortalecer o progresso do outro. Ninguém divide os lucros de suas atividades e não há um caixa único", diz.

"Um 'irmão' não manda no outro, a estrutura é horizontal. Tampouco há controle territorial armado."

Já o Comando Vermelho possui uma estrutura mais hierarquizada, segundo o sociólogo. "O Comando Vermelho controla territórios com armas, atua como uma empresa do tráfico de drogas e se expande por franquias em cada território ou estado, hierarquizadas, com mando. São modelos muito diferentes."

De onde vem a 'inspiração' para a crueldade das facções brasileiras?

Feltran lembra que assassinatos violentos, torturas e estupros foram usados como "arma de guerra" em diferentes países do mundo, em vários momentos da história. A degola é utilizada, por exemplo, pelo grupo extremista Estado Islâmico no assassinato de reféns.

A "inspiração" das facções brasileiras para a predileção pela decapitação e o esquartejamento não viria, portanto, de uma gangue estrangeira específica, mas sim de uma simbologia consolidada pela história.

Expor a cabeça do inimigo funciona como símbolo de "triunfo", o esquartejamento seria uma forma de manifestar a submissão total do oponente, os estupros são usados para humilhar e subjugar os rivais. Ou seja, são estratégias de demonstração de força.

"Massacres (no Brasil) incluem a emasculação e a decapitação de oponentes, ou casos em que as vítimas cavam as próprias covas antes de morrer. No México, os cartéis torturam e arrancam pedaços de inimigos ou delatores com motosserras. Nas guerrilhas peruanas, isso também aconteceu", exemplifica.

"Na partição da Índia-Paquistão, como nas partições no leste europeu após a queda do muro (de Berlim), foram recorrentes o uso de estupro como arma de guerra. Mulheres eram devolvidas às suas comunidades depois de estupradas, portanto desonradas segundo a cultura."

Para suas pesquisas sobre organizações criminosas, Feltran entrevistou centenas de integrantes de facções. Ao justificar a violência contra os oponentes, os entrevistados tentavam desumanizá-los, classificando-os como vermes.

"A violência nesses casos não é apenas ao sujeito, é ao que ele representa. E sempre violência política, portanto", diz o sociólogo.

"Há sempre uma homogeneização total do outro. 'Quanto menos de vocês houver, melhor e mais puro o meu mundo se torna. Eu me faço forte não apenas ao te subjugar, é preciso exterminar esse cancro, esse câncer. E preciso mais, e a espiral não tem fim!'"

Por que o Norte se tornou foco da disputa entre facções?

Feltran destaca que o Norte é relevante para o mercado de drogas há muitos anos. O que mudou nos anos recentes foi o aumento da violência, com o acirramento da guerra entre facções desde que Comando Vermelho e PCC romperam a relação de relativa harmonia.

"O Norte do Brasil é, ao menos há três décadas, um lugar de mercados ilegais pujantes e desiguais. Eles fazem pouca gente muito rica, são a base de sobrevivência de muitas famílias, mas empobrecem e matam outros tantos. Nesse tipo de massacre, está em jogo a luta para sobreviver entre os empobrecidos", diz.

Feltran explica que um dos fatores que tornam os estados do Norte atrativos para o tráfico de drogas e o contrabando é o fato de estarem próximos às fronteiras com países exportadores dessas mercadorias, como Peru, Colômbia e Bolívia.

Ou seja, o Norte é a porta de entrada de mercadorias ilegais que chegam a custo baixo para serem exportadas a peso de ouro conforme vão rompendo outras fronteiras.

"Um quilo de cocaína que vem da Colômbia, por exemplo, e passa pelo Norte do Brasil, é exportado no Nordeste para ser vendido em gramas numa esquina de Londres, Paris, Berlim."

"O preço lá (na Europa) é cem vezes maior que na Colômbia. Essas fortunas vão parar em grandes bancos, corretoras, paraísos fiscais. A guerra lá debaixo também é alimentada lá de cima", complementa.

E qual o papel da política de segurança na guerra entre facções?

Segundo Feltran, as facções se formam e se fortalecem no sistema prisional - local onde são arregimentados novos integrantes. Portanto, na visão dele, a política de encarceramento adotada no Brasil acaba nutrindo essas organizações criminosas.

"(Há um) modelo equivocado de política de segurança, focado em prender os pequenos operadores de mercados ilegais. Esse modelo superlota cadeias e favorece as facções, que nascem e crescem nos presídios", diz.

A população carcerária brasileira cresceu 700% em 25 anos, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Hoje existem 727,5 mil presos e um déficit de 336 mil vagas - superlotação generalizada que dificulta o controle dos presos por agentes penitenciários.

CNJ

Presos provisórios, ou seja, que ainda não foram condenados em definitivo pela Justiça, são 40%, da população prisional, segundo relatório de 2017 do Depen. No caso do Centro de Recuperação Regional de Altamira, 33 agentes penitenciários mantêm 343 presos num presídio com capacidade para 163 pessoas.

"Nosso modelo de segurança caminha para o oposto do que dá certo no mundo. Enquanto fala-se na Alemanha sobre regulação dos mercados ilegais, inteligência policial, prioridade ao crime violento e entrega universal de justiça, aqui o foco é repressão ostensiva ao operador mais baixo dos mercados ilegais", diz Feltran.

"O Brasil não consegue esclarecer nem 15% dos seus homicídios, mas segue superlotando cadeias com moleques favelados de 19 anos, e quer prender os de 15 também. É uma política caríssima e não apenas ineficiente: ela favorece a expansão das facções, todas nascidas e crescidas no sistema prisional. É uma política suicida, que nos joga num ciclo de mais e mais violência há 30 anos."

TEXTO 5

UOL060817

FACERJ | Talento (e sorte) de campeão: Brasil supera sensação italiana e conquista o 12º título de Grand Prix 17/02/2021 00'19



Talento (e sorte) de campeão: Brasil supera sensação italiana e conquista o 12º título de Grand Prix

emNotícias /

Brasil supera sensação italiana e conquista o 12º título de Grand Prix

URL: Talento (e sorte) de campeão: Brasil supera sensação italiana e



<http://facerj.org.br/talento-e-sorte-de-campeao-brasil-supera-sensacao-italiana-e-conquista-o-12º-titulo-de-grand-prix/> Página 1 de 2

FACERJ | Talento (e sorte) de campeão: Brasil supera sensação italiana e conquista o 12º título de Grand Prix 17/02/2021 00'19

conquista o 12º título de Grand Prix [<https://esporte.uol.com.br/304ºlei/ultimas-noticias/2017/08/06/brasil-x-italia-pela-final-do-grand-prix.htm>]

FONTE: Uol Geral

Share this entry

!"#\$%&'()

<http://facerj.org.br/304ºlei304-e-sorte-de-campeao-brasil-supera-sensacao-italiana-e-conquista-o-12o-titulo-de-grand-prix/> Página 2 de 2

Brasil supera sensação italiana e conquista o 12º título de Grand Prix – 06/08/2017 – UOL Esporte 17/02/2021 00'21

PUBLICIDADE

BATE-PAPO UOL MEU NEGÓCIO CURSOS PAGSEGURO

BUSCA EMAIL CONTA U

PRODUTOS NOTÍCIAS CARROS ECONOMIA FOLHA ESPORTE SPLASH TV E FAMOSOS UNIVERSA VIVABEM TILT ECOA MOV NOSSA TAB

LIGA DOS CAMPEÕES

LIGA DOS CAMPEÕES

Brasil supera sensação italiana e conquista o 12º título de Grand Prix

VÔLEI

Seleção brasileira comemora ponto conquistado contra a Itália no Grand Prix

Imagem: Divulgação/FIVB

Do UOL, em São Paulo

06/08/2017 11h20

Parecia improvável há uma semana, mas neste domingo (6) o Brasil subiu ao lugar mais alto do pódio da edição 2017 do Grand Prix. Diante de uma reformulada Itália, a seleção brasileira feminina de vôlei venceu por 3 sets a 2

PUBLICIDADE



<https://www.uol.com.br/esporte/3056lei/ultimas-noticias/2017/08/06/brasil-x-italia-pela-final-do-grand-prix.htm> Página 1 de 5

Brasil supera sensação italiana e conquista o 12º título de Grand Prix - 06/08/2017 - UOL Esporte 17/02/2021 00'21

(26/24, 17/25, 25/22, 22/25 e 15/8) e conquistou o título pela 12ª vez – as italianas ainda não conquistaram nenhuma taça. A decisão foi disputada em Nanjing (China).

A chegada das duas seleções à decisão parecia improvável. Depois de uma primeira fase complicada, o Brasil chegou a correr sérios riscos de ser eliminado na fase final. As comandadas de Zé Roberto só conseguiram a vaga na semifinal por causa da virada da China sobre a Holanda, depois de salvar quatro match points.

Sem nunca ter conquistado o título, a Itália chegou ao torneio na China com um elenco bastante renovado, com boa parte das jogadoras com menos de 25 anos. A estrela da seleção era Paola Egonu, de apenas 18 anos. Forte no saque e alta no bloqueio (1,90m), a jovem promessa aparecia como principal desafio a ser superado pela seleção brasileira.

E foi justamente Egonu o principal problema do primeiro set. A força da italiana nas paralelas e no saque fez com que a Itália assumisse a liderança do placar depois de estar cinco pontos atrás. Coube ao Brasil, então, mudar a estratégia: tentar ao máximo evitar o saque em cima de Monica De Gennaro, que constantemente optava pelo passe em Egonu.

A estratégia deu resultado. As comandadas de Zé Roberto buscaram o empate e fecharam o set quando a mesma Egonu, deslocada para a esquerda, atacou para fora: 26 a 24 para a seleção brasileira.

Italiana Egonu explora o bloqueio brasileiro

Imagem: Divulgação/FIVB

No segundo set, Egonu começou novamente sendo muito utilizada no ataque italiano. Desta vez, porém, a promessa de 18 anos tinha um apoio na dor de cabeça dada à seleção brasileira: Cristina Chirichella. A meio-de-rede era constantemente procurada nas jogadas ofensivas e foi peça fundamental na tranquila vitória italiana por 25 a 17.



<https://www.uol.com.br/esporte/3060lei/ultimas-noticias/2017/08/06/brasil-x-italia-pela-final-do-grand-prix.htm> Página 2 de 5

Brasil supera sensação italiana e conquista o 12º título de Grand Prix – 06/08/2017 – UOL Esporte 17/02/2021 00'21

Depois de um segundo set abaixo, o Brasil começou o terceiro apresentando problemas na recepção. Com tefs pontos atrás no placar, Zé Roberto optou por colocar Rosa Maria em quadra para tentar corrigir o problema. A mudança, no entanto, pouco efeito surtiu e a seleção brasileira seguia sofrendo diante do forte jogo tático italiano – as rivais das brasileiras abriram 18 a 10 depois de uma sequência de oito pontos em nove.

Aos poucos, o Brasil foi conseguindo voltar para a partida. As italianas passaram a errar mais do que haviam efeito até então. Quando Rosa Maria foi para o saque, uma sequência de dois pontos reduziu a vantagem italiana para somente um ponto. E a virada veio de um jeito emblemático: uma sequência de bloqueios sobre Egonu.

O Brasil iniciou o quarto set, mais uma vez, apresentando problemas. Logo de cara, as italianas abriram cinco pontos de vantagem. No saque de Chirichella, a situação foi ficando pior e a Itália chegou a fazer 19 a 12 na parcial.

Na parte final do set, a orientação de Zé Roberto era clara: obrigar a levantadora Malinov a procurar jogo em Egonu. Apesar do desempenho de destaque na partida, a jogadora de 18 anos começava a errar mais do que o normal e sentir a pressão de jogar uma final. A tática, porém, pouco teve resultado, com Malinov conseguindo facilmente trabalhar as jogadas com as centrais italianas. No fim, vitória da Itália por 25 a 22.

Diferentemente do que ocorrera nos dois sets anterior, o Brasil começou à frente no desempate. Com um erro de Paola Egonu, as comandadas de Zé Roberto abriram tefs pontos de vantagem para a Itália.

O início ruim desestabilizou as italianas. O forte bloqueio já não incomodava como antes, e a vantagem brasileira só aumentava. Com seis pontos de vantagem, coube a Zé Roberto pedir calma às jogadoras durante o tempo técnico. E a orientação foi seguida à risca na parte final do tie-break. O time italiano se mostrava inseguro, enquanto o Brasil controlava a vantagem até fechar em 15 a 8.

O título coroa uma nova geração da seleção brasileira. Para o Grand Prix, apenas tefs campeãs olímpicas foram convocadas: Adenízia, Tandara e Natália. Zé Roberto não pôde contar com Gabi e Thaísa, machucadas, e Dani Lins, grávida. Outro desfalque foi Fernanda Garay, que pediu dispensa da competição.

SAÚDE RESPONDE ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/EQUILIBRIOESAUDE/SAUDE-RESPONDE](https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/saude-responde)) **Como aliviar a cólica menstrual**

Tratamentos que não se valem de medicamentos também podem ajudar

SÃO PAULO A cólica menstrual, que aflige muitas mulheres em idade fértil, é bem característica. "Ela vai ficando forte, forte, mais forte, e passa. E depois vem de novo", descreve a ginecologista Carla Iaconelli.

As maneiras de tratar essas dores sem depender de remédios incluem o uso de bolsa de água quente na região do ventre, ficar em posição fetal ou fazer exercícios.

Se as opções anteriores não foram suficientes, medicamentos como dipirona, escopolamina (Buscopan) e anti-inflamatórios ajudam.

É preciso ter cuidado com possíveis efeitos adversos, como úlcera, gastrite e dano renal, se o uso é muito frequente (mais de cinco dias seguidos).



Representação de útero, cuja musculatura contrai durante as cólicas menstruais, gerando dor - Reprodução/Flickr

Outro ponto de atenção é o fato de que a causa da dor pode ser mais grave e sintoma de miomas (tumores uterinos) e endometriose (quando o tecido uterino cresce para fora do órgão).

Os tratamentos vão desde o uso de hormônios a remoção cirúrgica dos tecidos indesejados --até mesmo do útero inteiro, a chamada histerectomia total.

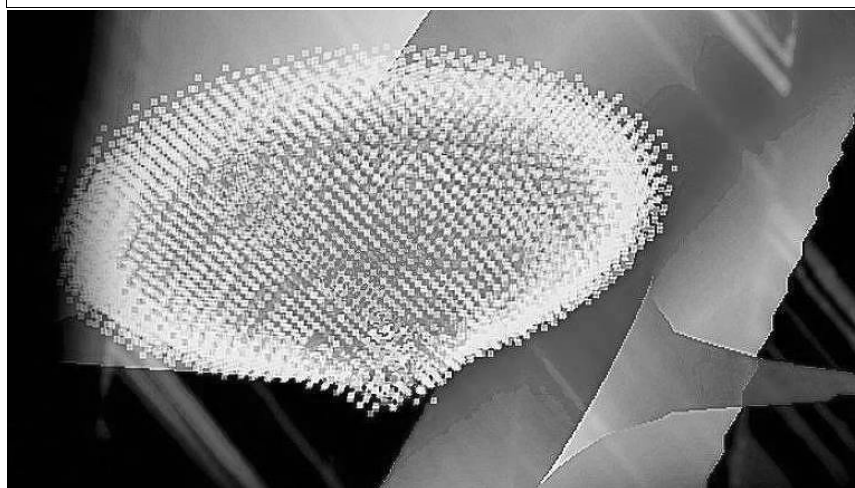
Mais de cem anos após ser descoberto, elétron ainda guarda mistérios

Há 90 anos, equação começava a desvendar comportamento da primeira partícula subatômica identificada

José Abdalla Helayël-Neto

[RESUMO] Há pouco mais de cem anos, a física tornava (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/09/o-que-uma-disputa-entre-einstein-e-bohr-pode-ensinar-a-era-da-pos-verdade.shtml>) a palavra 'átomo' (não divisível) uma contradição semântica: era descoberto o elétron. Há 90 anos, uma equação começava a desvendar seu comportamento.

Para entender por que o elétron —partícula que deu nome à eletricidade, tida como a maior invenção da humanidade— é ainda um desafio para a física (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/05/o-nobel-que-ajudou-a-desenvolver-a-fisica-no-brasil-e-pulou-carnaval.shtml>), é preciso fazer aqui um panorama simples e sucinto do que esse ramo da ciência (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/01/negacao-da-ciencia-ganha-forca-em-nacionalismo-que-une-esquerda-e-direita.shtml>) sabe sobre a matéria, a energia e as forças da natureza.



Representação gráfica de "átomo virtual" captando elétron, criada por um grupo de físicos para computador quântico - David Ebert/Universidade Purdue

A física contemporânea descreve os fenômenos naturais em termos de quatro interações fundamentais, as quais, para nossos propósitos aqui, podem ser entendidas como forças. Duas delas (gravitacional e eletromagnética) são

perceptíveis em nosso cotidiano. As outras duas (nuclear fraca e nuclear forte) agem apenas no âmbito subatômico, a distâncias inimagináveis: em torno do décimo do trilionésimo do centímetro.

A força gravitacional é a responsável pelos movimentos planetários e pela organização da estrutura em larga escala de nosso universo. A eletromagnética responde pela formação dos átomos, pelas ligações moleculares e pelos processos biológicos fundamentais —e até mesmo pelo atrito entre a sola de nossos calçados e o chão.

A nuclear forte faz a coesão dos prótons e nêutrons e a própria formação das estruturas dessas partículas nucleares. Finalmente, a nuclear fraca está por trás da radioatividade, fenômeno em que núcleos atômicos expõem partículas e radiação, transformando-se uns em outros.

Cada uma dessas forças é descrita por uma teoria. Explica-se a gravitacional, nas dimensões de nosso dia a dia, pela mecânica proposta pelo físico e matemático britânico Isaac Newton (1642-1727), caso as velocidades envolvidas sejam baixas se comparadas à da luz no vácuo (300 mil km/s). Se essas velocidades atingirem valores quase luminares, entra, então, em cena a teoria da relatividade, proposta, no início do século passado, pelo físico de origem alemã Albert Einstein (1879-1955).

A descrição microscópica (isto é, quântica) da gravitação —denominada gravitação quântica— é um campo de investigação com diversas questões em aberto. Há vários candidatos para se chegar a essa abordagem. Os mais populares são as chamadas teorias de supercordas, nas quais partículas elementares (elétrons, neutrinos, quarks etc.) são tratadas não como “pontos sem dimensão”, mas sim como diminutas estruturas extensas (cordas).

A eletrodinâmica quântica descreve os fenômenos que envolvem a força eletromagnética, como um ímã atraindo um pedaço de ferro ou uma corrente passando por um fio elétrico. Essa teoria, desenvolvida a partir do início da década de 1940, ajudou a entender o mundo das chamadas partículas elementares —ou seja, partículas “indivisíveis” — à medida que elas iam sendo descobertas. Hoje, mais de cem delas são conhecidas.

Trabalhos publicados entre 1961 e 1968 ajudaram a formular a teoria eletrofraca, que, como o nome indica, unifica os fenômenos eletromagnéticos e aqueles regidos pela força nuclear fraca. O ferramental teórico mostrou que essas duas forças —apesar de suas características muito diferentes— têm uma origem comum. Portanto, radioatividade e atrito, por exemplo, são fenômenos aparentados.

Estabelecida em 1973, a cromodinâmica quântica (QCD, em inglês), teoria que descreve os fenômenos que envolvem a força forte, ainda apresenta desafios estimulantes. Por exemplo, por que quarks (“tijolos” constituintes dos prótons e nêutrons) não são encontrados isoladamente na natureza?

A união da teoria eletrofraca e da cromodinâmica quântica está contemplada no que os físicos denominam Modelo Padrão, um “quadro geral” que reúne as partículas conhecidas hoje e três das quatro forças da natureza (eletromagnética, fraca e forte). A inclusão da gravidade —muitos acreditam que isso seja possível— tem que esperar uma teoria de gravidade quântica.

Uma vez estabelecido esse cenário geral, voltemos, então, nossa atenção para o protagonista desta história: o elétron. Breve currículo: tem massa, não é divisível (elementar), tem carga elétrica negativa e orbita o núcleo atômico, quando não está correndo pelos fios elétricos do planeta.

Descoberto em 1897, o elétron mostrou que o átomo era divisível e teve papel preponderante no desenvolvimento da física do século passado. Nesse sentido, vale destacar que, em 1925, descobriu-se que, além de sua massa e carga elétrica, o elétron exibia outra propriedade: o spin, que podemos entender como um atributo que transforma essa partícula em um diminuto ímã —ou seja, o elétron é dotado de magnetismo.

Nos anos seguintes, a descoberta do spin foi fundamental para o estabelecimento de uma nova área da física: a mecânica quântica, que lida com os fenômenos nas dimensões atômicas e subatômicas.

Essa teoria —considerada a mais precisa da história da

deixou claro que o elétron era protagonista em um fenômeno corriqueiro em nossas cozinhas, mas mal compreendido à época: quando deixamos cair sal no fogo, surge uma linda chama amarela. Elétrons geram a cor, ao absorverem freneticamente a energia (calor) do fogo e a devolverem na forma de luz.

O fenômeno ajudou os físicos a identificar os elementos químicos, pois cada um deles tem uma “assinatura colorida” bem característica —o amarelo do sal de cozinha é do sódio. Esse conhecimento foi essencial para que os astrofísicos determinassem a composição de objetos celestes, estrelas, galáxias, gases interestelares etc.

Em 1928 —portanto, há pouco mais de 90 anos—, Paul Dirac (1902-1984) propôs uma teoria que revolucionou a física da época. O britânico, para compreender mais profundamente o comportamento do elétron, unificou duas teorias físicas até então independentes: a mecânica quântica e a relatividade. A entrada desta última se fazia necessária: afinal, o elétron se move ao redor do núcleo quase à velocidade da luz —e isso é assunto para a relatividade einsteiniana.

A célebre equação de Dirac —que trata, portanto, o elétron do ponto de vista quântico relativístico— rendeu frutos para o entendimento das partículas de matéria. Vale lembrar que, naquele momento, o “cardápio subatômico” era restrito: elétron (1897) e próton (1919). O nêutron seria detectado só em 1932.

No entanto, o mais importante desses desdobramentos foi a predição, em 1931, por Dirac, de uma nova forma de matéria: a antimatéria. O físico anteviu, com base em argumentações teóricas, a existência do pósitron, “réplica” do elétron, mas com carga elétrica oposta (positiva).

Em 1932, o pósitron foi detectado em laboratório, coroando os profundos estudos de Dirac sobre o elétron. Mas os resultados do físico permitiram mais: o antipróton (antimatéria do próton) e uma nova categoria de carga, a chamada carga magnética, ainda procurada, mas até hoje não encontrada.

Com base na descrição quântica dos fenômenos microscópicos, compreendeu-se de forma ampla e precisa os processos eletrônicos, tanto do ponto de vista da teoria e da experimentação quanto do ponto de vista das aplicações tecnológicas, com a elaboração de novos materiais que revolucionaram o século passado. O exemplo clássico aqui é a invenção do transistor, componente eletrônico que permitiu a miniaturização de rádios, aparelhos de TV, computadores etc.

Ao longo de sua carreira, Dirac perseguiu o elétron, pois, para ele, essa partícula era enigmática e desafiadora. Em 1963, ele propõe a possibilidade de esse fragmento de matéria ser uma estrutura composta, formada por objetos ainda mais elementares, que ele denominou singletons —na década seguinte, rebatizados de préons.

Aquele trabalho —ainda muito desconhecido na comunidade física— relaciona essa composição com a existência de uma possível dimensão extra, uma quarta dimensão de espaço. Essa é uma questão ainda em aberto e tratada por concepções teóricas mais atuais, como as teorias de supercordas.

Na visão diraqueana, a natureza é uma espécie de sítio arqueológico remanescente de uma “civilização” com bilhões de anos (o universo), e o elétron seria como um achado arqueológico que nos permitiria descobrir e compreender novas formas de matéria.

De fato, aceleradores que produziram colisões entre elétrons e pósitrons levaram à descoberta de novas partículas elementares, as quais, por sua vez, mostraram, por exemplo, que a força eletromagnética e a fraca eram faces de uma mesma moeda.

O elétron ainda nos desafia. Estudos recentes buscam descobrir como sua carga se distribui em torno dele. A compreensão desse ponto pode indicar novos caminhos para um entendimento mais profundo das forças fundamentais da natureza.

Aquele minúsculo quase pontinho, com carga e magnetismo, poderá nos ajudar a elucidar grandes questões que desafiam a física atual em sua tentativa de compreender, no final das contas, o cosmo em sua instância mais elementar —o que, de certa forma, nos inclui também.

Ou seja, a partícula mais popular e útil da história ainda é um desafio. E isso deve ser comemorado —principalmente nestes 90 anos da equação que começou a domar a primeira porção subatômica da matéria.

José Abdalla Helayël-Neto, pesquisador titular do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (RJ), mestre e doutor em física pelo Centro Internacional de Física Teórica Abdus Salam, em Trieste (Itália).

TEXTO 8

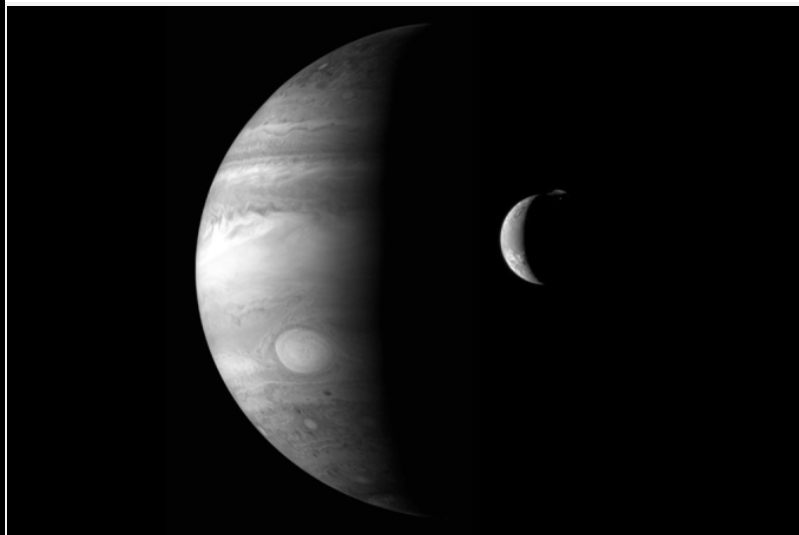
RSI190718-1

Descobertas 12 novas luas em Júpiter – e uma delas é uma pedrinha suicida

Com essa nova dúzia de astros, Júpiter passa a ter 79 luas. Uma delas tem só um quilômetro de diâmetro – e pode trombar com as demais a qualquer momento.

Por **Bruno Vaiano**

19 jul 2018, 16h54 - Publicado em 19 jul 2018, 16h49



(Divulgação/NASA)

Em 7 de janeiro de 1610 – nessa época, o Brasil ainda tinha dois séculos de colônia pela frente – Galileu Galilei apontou um telescópio rudimentar para o céu e viu o quê? Isso mesmo, luas orbitando Júpiter. As quatro maiores: Io, Europa, Ganimedes e Calisto.

Agora começa a parte decepcionante: essas luas não têm metade do charme (nem do tamanho) das que já eram conhecidas no século 17. Pense em Europa – cuja espessa camada de gelo encardido **esconde um oceano** com 100 quilômetros de profundidade. Ou em Io – com **montanhas maiores que o Everest** e o solo forrado de enxofre.

Pois é. Já os 12 objetos recém-descobertos estão mais para... pedregulhos. São tão pequenos que sua gravidade sequer é su312ciente para forçá-los a assumir uma forma esférica.

Nove deles percorrem órbitas muito abertas – como um carros de corrida fazendo uma curva por fora –, e giram em torno de Júpiter no sentido oposto do de sua rotação (por isso são chamados de retrógrados). Para elas, uma volta em torno do planeta dura dois anos terráqueos.

Esses 9 provavelmente são fragmentos da destruição de três luas maiores que um dia orbitaram o gigante gasoso mais ou menos daquela distância. Como essas luas maiores foram destruídas? Provavelmente por colisões violentas com outros objetos – a vida no Sistema Solar não é fácil.

Dito isso, ainda falta descrever três dos 12 novatos. Dois deles percorrem curvas mais fechadas em torno de Júpiter, que seguem o sentido de rotação do astro. Isso os torna os membros mais recentes de uma família de satélites que já era conhecida – e que demora um pouco menos de um ano para contornar o planeta.

Já o último é o patinho feio. Além de ter menos de um quilômetro de diâmetro – na escala cósmica, está mais para um cascalho que para um satélite –, ele tem um problema básico: gira no mesmo sentido da rotação de Júpiter, mas sua órbita cruza a região das luas retrógradas. Em outras palavras, ele está na contra mão. E eu não preciso explicar porque uma pedra de um quilômetro utuando na contra mão é um perigo, certo?

Curiosamente, há uma proposta de batizá-lo de “Valetudo” – o que é uma ótima piada em português, mas é só o nome de uma bisneta de Júpiter na mitologia greco-romana.

A descoberta dessa dúzia de luas minúsculas levantou uma questão importante: hoje, ganha o título de satélite qualquer objeto que gire em torno de um planeta e cuja órbita possa ser estabelecida com confiança. Mas com técnicas de detecção e análise cada vez mais sofisticadas, é natural que sejam encontradas cada vez mais pedrinhas pegando carona na gravidade de planetas gigantes.

O exemplo extremo são os anéis de Saturno. Eles são formados por incontáveis partículas de poeira – que poderiam ser consideradas satélites individualmente de acordo com o critério atual, por mais ridículo que isso soe. Será que chegou a hora de estabelecer um critério mais duro? Um tamanho mínimo para se classificar um objeto como satélite?

TEXTO 9

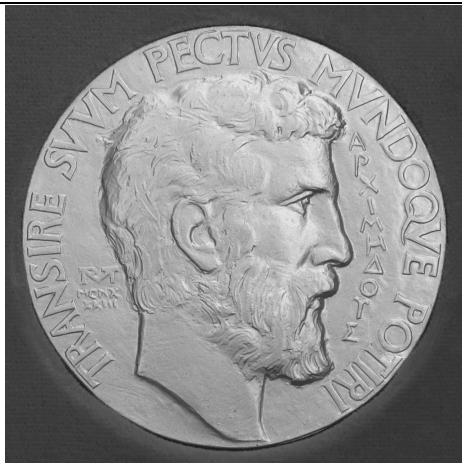
FSP020818

O que é a medalha Fields, o maior prêmio que um matemático pode receber

Conhecido como 'Nobel da matemática', honraria destaca feitos extraordinários na área

2.ago.2018 às 17h32

SÃO PAULO A medalha Fields, popularmente conhecida como "Nobel da matemática", é um prêmio quadrienal para matemáticos com feitos de carreira extraordinários, a possibilidade de façanhas futuras e que tenham no máximo 40 anos. A premiação, a maior da área, ocorre desde 1936 e é dada durante o Congresso Internacional de Matemáticos.



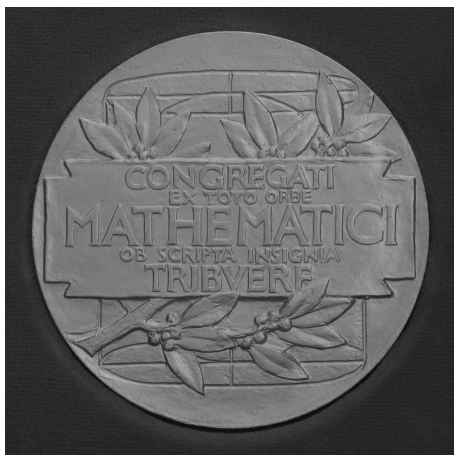
Medalha Fields com o rosto de Arquimedes - Wikimedia Commons

Forjada em ouro 14 quilates, a medalha vale aproximadamente R\$ 15 mil.

Em um de seus lados, está gravado o rosto de Arquimedes, um dos maiores matemáticos da história. Ele era conhecido por usar o conhecimento na área de forma aplicada. É atribuída a ele a famosa expressão "eureka", utilizada para momentos de descobertas e epifanias.

Também na frente do objeto há a inscrição em latim "Transire suum pectus mundoque potiri" —que significa "superar os limites da inteligência e conquistar o universo".

Já no verso da medalha, encontra-se a inscrição, também latina, "Congregati ex toto orbe mathematici ob scripta insignia tribuere". A expressão significa: "Reunidos, matemáticos de todo o mundo a concedem [a medalha] por escritos notáveis".



Parte de trás da medalha Fields - Wikimedia Commons

Além da medalha propriamente dita, os vencedores recebem 15 mil dólares canadenses (cerca de R\$ 43 mil), um valor pequeno quando comparado à premiação em dinheiro do Nobel, cerca de US\$ 1,1 milhão (aproximadamente R\$ 4 milhões) hoje.

Outra diferença em relação ao Nobel está na idade dos ganhadores. Enquanto a premiação da Academia Real Sueca de Ciências costuma ser destinada a

pesquisadores mais velhos, com carreiras mais longas, a Fields se destina a jovens matemáticos, com possibilidade de usufruir por mais tempo do renome que acompanha a láurea.

A medalha e os prêmios em dinheiro são custeados por um fundo criado por John Charles Fields, na Universidade de Toronto. Segundo a União Internacional de Matemática (IMU, na sigla em inglês), mesmo sendo complementada periodicamente, a soma de dinheiro se encontra significativamente subfinanciada.

Os escolhidos para receber as medalhas Fields —no mínimo duas pessoas, mas muito preferencialmente quatro— são escolhidos por um comitê, normalmente presidido pelo presidente do IMU. O comitê, por sua vez, também é selecionado por membros do IMU.

Dessa forma, a direção do comitê é de conhecimento público, mas os nomes dos outros integrantes permanece anônimo até o anúncio do prêmio.

TEXTO 10

REP161119

PUBLICIDADE



O presidente Jair Bolsonaro, em visita ao Ministério da Marinha Foto: Jorge William / Agência O Globo

É OS OS OS OS COO CO BLN ART MT ENT ADE MP RT AR UM PUE O Q OP REN J ANT

Com uma recessão iminente e sussurros de um impeachment ganhando força, o presidente tenta uma abordagem ligeiramente menos confrontadora

Brian Winter, da Americas Quarterly

03/06/2019 - 19:10 / Atualizado em 04/06/2019 - 15:24

Não vai entrar para a história como o Tratado de Versalhes, o Nixon-China ou outros triunfos da diplomacia. Mas, quando Jair Bolsonaro atravessou a rua do Palácio do Planalto para visitar o Congresso na semana passada, suas intenções eram claras. O motivo oficial era homenagear o humorista Carlos Alberto de Nóbrega. Ainda assim, o presidente estava lá para tentar consertar relações que foram profundamente abaladas por seus ataques constantes no Twitter e em outros locais ao que ele tem chamado de establishment político “comunista” e corrupto.

“As duas Casas juntas têm tudo para mudar o Brasil”, declarou Bolsonaro. Questionado por repórteres sobre o que teria motivado sua visita, o presidente sorriu e disse: “Tem uns momentos aí que tem que prestigiar os colegas. (...) E a vida continua”.

A visita aconteceu um dia depois de Bolsonaro fazer uma visita de surpresa aos presidentes do Congresso e do Supremo Tribunal Federal, tentando forjar um “pacto de compreensão mútua” em que os três setores apoiariam uma série de medidas, da reforma da Previdência à redução da burocracia. A iniciativa, que o presidente do STF, Dias Toffoli, ventilou no ano passado, busca acabar com a chamada guerra de poderes, uma disputa institucional que paralisa o Brasil desde 2016. Bolsonaro também se distanciou explicitamente das alas mais radicais que participaram do protesto pró-governo do dia 26 de maio, incluindo os que apoiavam o fechamento do Congresso. “Isso é mais coisa do Maduro”, ele disse, fazendo referência ao ditador venezuelano. Enquanto isso, Bolsonaro e seus filhos têm sido relativamente mais moderados nas redes sociais e ao vivo, ao menos se comparado ao discurso incendiário dos últimos meses. Entre os que apreciam a trégua está Rodrigo Maia, o presidente da Câmara dos Deputados, um alvo frequente dos filhos de Bolsonaro — e uma figura-chave para que qualquer legislação seja aprovada neste ano. “[O presidente] tem construído nas últimas semanas... o diálogo necessário para que as coisas possam avançar”, Maia disse em entrevista nesta segunda-feira ao *Estadão* .

São evidências de que Bolsonaro está tentando — de maneira tênue e inconsistente — uma abordagem menos confrontadora para governar, na esperança de salvar sua Presidência e a economia brasileira, ambas emitindo um sinal de PERIGO em letras vermelhas nas últimas

semanas. Com o programa de reformas de Bolsonaro travado no Congresso, a euforia que tomou conta da comunidade financeira do Brasil após a eleição de 2018 sumiu. Dados publicados na semana passada mostraram que o PIB caiu 0,2% no primeiro bimestre, aumentando as chances de uma “recessão em W” no futuro, que é quando a economia se recupera brevemente antes de recuar novamente. A popularidade de Bolsonaro continua a cair, chegando a 34% numa pesquisa recente. Dois dos últimos quatro presidentes eleitos no Brasil sofreram um impeachment depois

de perder tanto o Congresso quanto a economia. Com apenas cinco meses de governo Bolsonaro, já é possível escutar o termo novamente. Muitos dos conselheiros de Bolsonaro, principalmente os da comparativamente moderada “ala militar” de seu gabinete, imploram há meses para que o presidente segure sua retórica e tente trabalhar com a velha guarda de Brasília. Há quem ache que Bolsonaro finalmente entendeu o tamanho do problema em que se meteu e que esses pedidos têm sido ouvidos.

No entanto, a aparente mudança chega com uma centena de poréns e uma vida útil potencialmente muito curta. Ninguém espera que Bolsonaro mude fundamentalmente; o objetivo é que ele reduza o ruído de 9 para, digamos, 7. E mesmo isso pode estar fadado ao fracasso. O comportamento das pessoas não costuma mudar ao longo do tempo; não é à toa que dizem que 95% das dietas falham no fim das contas. Bolsonaro é, e sempre foi, um incendiário antiestablishment com um profundo desprezo pelas instituições. Os brasileiros sabiam disso quando o elegeram; para muitos, era a razão de sua atratividade. Ninguém se surpreenderia se, em algumas semanas ou alguns meses, nos achássemos falando sobre uma tentativa de Bolsonaro de queimar o Supremo Tribunal, driblar o Congresso ou explodir Brasília de outra maneira.

Mas se há algum momento para tentar uma abordagem mais suave, esse momento é agora. Até parlamentares do próprio partido de Bolsonaro apelam para que ele “pare de fazer drama” em um sistema em que o Congresso tem mais força do que em muitos outros países da América Latina. Sem apoio do Congresso, diversos decretos feitos por Bolsonaro vão expirar nas próximas semanas, possivelmente causando mais caos administrativo e econômico. Enquanto isso, as desvantagens de dar ouvidos às figuras mais radicais na direita brasileira ficaram claras. Em

uma entrevista publicada na revista *Veja* da última sexta-feira, o próprio Bolsonaro demonstrou frustração com o pedido do filósofo

Olavo de Carvalho para a escolha de um ministro da Educação que logo se provou incompetente e acabou demitido em abril. Nas últimas semanas, Carvalho, provavelmente a figura mais influente durante os primeiros três meses do governo Bolsonaro, debochou de um ex-general por ser cadeirante e pareceu interessado por teorias de que a Terra seria plana. “Todo mundo sabe que o Olavo está fora de controle”, me disse uma pessoa próxima ao governo. “Sua voz perdeu um pouco de importância.” Abordagens mais pragmáticas em temas da política externa como a China e a Venezuela, em que olavistas antes reinavam supremos, reforçam essa teoria.

De fato, alguns apostam que o pior já passou. Nas últimas duas semanas, o mercado de ações brasileiro subiu 7% — mesmo durante uma venda global —, pois investidores esperavam que sinais do recuo em Brasília pudessem fazer com que a reforma da Previdência fosse aprovada antes do esperado, o que é essencial para a solução futura do Brasil. No meio de maio, o grupo Eurasia aumentou suas apostas de que a reforma será aprovada neste ano de 70% para 80%. Vale notar que o mercado financeiro brasileiro tem estado consistentemente equivocado sobre Bolsonaro; 86% dos investidores e gerentes financeiros aprovavam seu governo em janeiro, um número que agora caiu para apenas 14%. Mas está claro o que eles vêem: um Congresso filosoficamente alinhado com a pauta pró-mercado de Bolsonaro, ao menos no papel, e uma oposição de esquerda ainda dividida e desorganizada. Os homicídios foram reduzidos na maioria das grandes cidades brasileiras, resolvendo outra promessa de campanha de Bolsonaro (ainda que não esteja claro quem ou o quê mereça crédito por isso). Se o presidente conseguir não se atrapalhar e construir um consenso político forte o suficiente, a economia finalmente poderia se recuperar e um grau de governabilidade poderia voltar, após, basicamente, uma década perdida para o Brasil.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Essa trégua relativa durará? Há obstáculos demais até para contar. A investigação crescente sobre um escândalo envolvendo o filho de Bolsonaro, Flávio, pode pressionar a primeira-família, levando-os a voltar aos postos de batalha. Negociações para o dito pacto institucional podem ruir rapidamente; membros do Congresso podem pesar a mão e fazer demandas desproporcionais em troca de favores políticos. Os riscos vão continuar se acumulando em um país com 13,4 milhões de desempregados, indicadores sociais em deterioração e um crescente movimento de protestos estudantis – um prognóstico sombrio ao qual Bolsonaro fez referência na entrevista para a *Veja*. “Já passei noites sem dormir, já chorei para caramba também”, admitiu o presidente. “É angústia, não é?” Depende basicamente dele se terá noites ainda mais longas nos próximos meses.